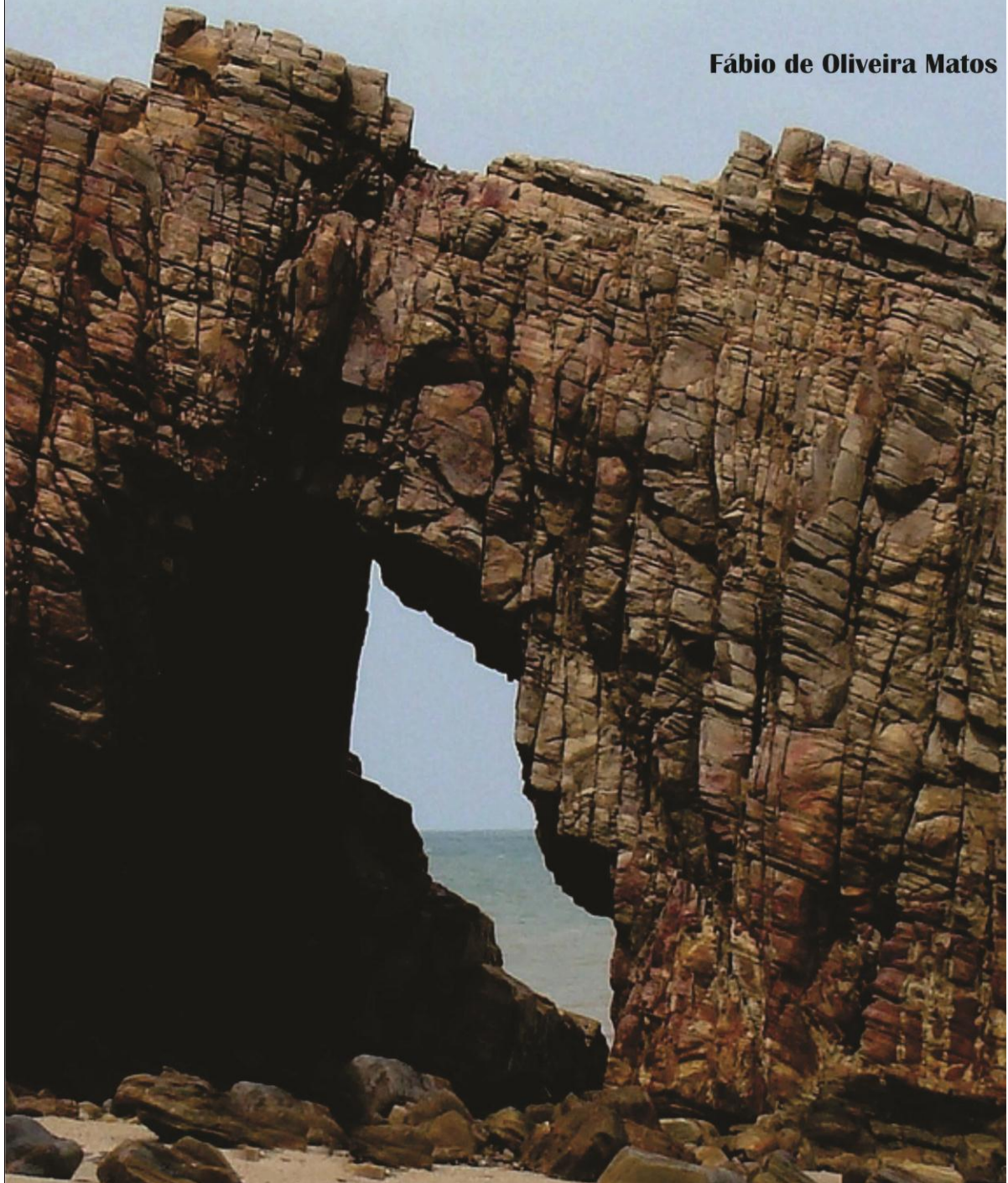


Formação e limitações regionais

do plano de desenvolvimento sustentável da região turística do
Meio-Norte (Brasil)

Fábio de Oliveira Matos



FÁBIO DE OLIVEIRA MATOS

FORMAÇÃO E LIMITAÇÕES REGIONAIS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA REGIÃO TURÍSTICA DO MEIO-NORTE (BRASIL)

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Dinâmica ambiental e territorial do Nordeste semiárido.

Orientador: Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira

FORTALEZA
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

-
- M381f Matos, Fábio de Oliveira.
 Formação e limitações regionais do plano de desenvolvimento sustentável da região turística do meio-norte (Brasil) / Fábio de Oliveira Matos. – 2013.
 250 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2013.
 Área de Concentração: Dinâmica ambiental e territorial do nordeste semi-árido.
 Orientação: Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira.
1. Desenvolvimento sustentável. 2. Turismo. 3. Planejamento regional. 4. Meio-Norte. I. Título.

FÁBIO DE OLIVEIRA MATOS

FORMAÇÃO E LIMITAÇÕES REGIONAIS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA REGIÃO TURÍSTICA DO MEIO-NORTE (BRASIL)

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Dinâmica ambiental e territorial do Nordeste semiárido.

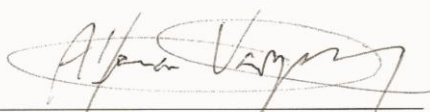
Orientador: Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira

Aprovada em 17 de Abril de 2013.

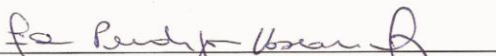
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (Brasil)



Prof. Dr. Alfonso Vargas Sánchez
Universidad de Huelva (Espanha)



Prof. Dr. Fábio Perdigão Vasconcelos
Universidade Estadual do Ceará (Brasil)



Prof. Dra. Keila Cristina Nicolau Mota
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (Brasil)



Prof. Dra. Maria Clélia Lustosa Costa
Universidade Federal do Ceará (Brasil)

*Ao meu pai, Walter (in memoriam), e minha mãe,
Maria Maura, que sempre me apoiaram na busca
pela realização dos meus sonhos.*

*A você, leitor, pois é a partir de sua reflexão
sobre as ideias aqui contidas que este trabalho
toma sentido.*



AGRADECIMENTOS

Ao longo de meus percursos geográficos percebi que a viagem é sempre mais enriquecedora que o ato de chegada, pois o que acontece ao longo do caminho é o que nos proporciona o engrandecimento. Nessa minha jornada, foram muitas as pessoas ao qual contribuíram de sobremaneira para o empreendimento da presente pesquisa. Destarte, o velho clichê é, mais do que nunca, verdadeiro: os agradecimentos são sempre inferiores ao número e ao empenho das pessoas que, de um modo ou de outro, permitiram que este trabalho fosse possível. Dessa forma, agradeço:

A minha família, que sempre ofereceu o acolhimento e apoio necessários em todos os momentos de minha formação;

Aos amigos João, Katiane, Maclecio, Monalisa, Paulo Valdenor e Tiago, pelas contribuições e, sobretudo, a companhia ao longo desses dez anos de jornada acadêmica;

Ao professor Christian Dennys, pelas orientações nos caminhos e descaminhos tomados na construção deste trabalho;

Aos professores do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, que fizeram parte da minha formação enquanto estudante dessa instituição, da Graduação ao Doutorado;

Aos secretários Evaldo, Fernandes, Fernando e Nonata, pelo suporte oferecido nas formalidades a serem tomadas no ambiente acadêmico;

Ao professor Fábio Perdigão, pela orientação no norteamento inicial da presente pesquisa;

A amiga Ana Maria, pelo apoio nos momentos finais de redação;

Aos servidores da biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sede Fortaleza, pela contribuição nas informações prestadas;

As pessoas que aceitaram serem entrevistadas, e as instituições que prontamente ofereceram espaço e informações para a realização da pesquisa, pois contribuíram de modo essencial nos rumos tomados;

Ao colega professor João Ângelo, pela presteza na redação do Abstract;

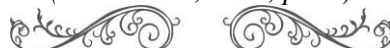
A colega professora Adriana Geisa, pela revisão ortográfica;

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo apoio financeiro ao longo de boa parte de meu Doutorado;

E por fim, agradeço a todos os sonhadores, pois me fizeram perceber que sempre é possível aventurar-se.

A região, se existe, é um espaço vivido. Vista, apreendida, sentida, anulada ou rejeitada, modelada pelos homens e projetando neles imagens que os modelam. É um reflexo. Redescobrir a região é, pois, procurar captá-la onde ela existe, vista pelos homens.

(FRÉMONT, 1980, p. 17)



RESUMO

Este trabalho trata acerca da relação entre a formação e limitações do “Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística (PDSRT) do Meio-Norte”. A área de pesquisa corresponde a parcelas dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará compreendendo um total de noventa municípios. Percebe-se a construção de um discurso integralizador no qual a imagem se destaca como principal foco de conexão do emergente projeto regional. Frente a essa perspectiva, esta pesquisa objetivou analisar o processo de integração turística do Plano Meio-Norte, a partir do papel da imagética na política de regionalização do turismo atual. Buscando uma homogeneização paisagística, social e econômica que visasse a interligação de áreas heterogêneas, a política imagética do PDSRT promove na atualidade uma gama complexa diante a realidade local. O procedimento operacional da pesquisa foi realizado em três momentos: primeiramente realizou-se uma revisão bibliográfica sobre temáticas como turismo, região, pobreza e desenvolvimento regional; no segundo, foi realizado um levantamento dos documentos de inserção do Plano Meio-Norte nas três esferas de poder; e finalmente foram realizadas investigações in loco, onde foram empreendidas buscas sobre a produção imagética fundamentada a partir do referido plano, bem como entrevistas com os atores sociais locais. Analisando a proposta regional, percebe-se o discurso que visa a abrangência de políticas de infraestrutura generalizantes elaboradas para a efetivação da atividade turística. A formação de uma região mais preocupada com uma política externa de atração para o turismo do que necessariamente com uma articulação entre os seus componentes, expõe uma série de fragilidades no organismo do PDSRT, conferindo à esse plano características de uma proposição de subdesenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Região. Meio-Norte. Imagética. Desenvolvimento Sustentável. Pobreza. Planejamento.

ABSTRACT

This work deals with the relations between imagetic and the Sustainable Development Plan (SDPTR) for the Middle-north Touristic Region. The researched area corresponds to parcels of the States of Maranhão, Piauí and Ceará covering an overall of ninety municipalities. It is noticeable the construction of an integrator speech, in which, image stands out as the main focus of connection for the emergent regional project. Facing this perspective, this research aimed at analyzing the touristic integration process of the Middle-North based on the role of imagetic in current tourism regionalization policy. Seeking for landscape, social and economic homogenization aimed at the interconnection of heterogeneous areas, the SDPTR imagetic policy, substantiated on the referred plan, promotes, in present day, a complex range before the local reality. The operational procedure of the research was built in three moments: First, it was made a bibliographic review on thematic such as tourism, region, poverty and regional development; following, it was conducted a survey on the Middle-north Plan insertion documents in the three instances of power; and finally, *in loco* investigation, in which, it was directed a search for imagetic productions based on the referred plan as well as interviews with local social actors. Analyzing the regional proposal, it is noticed the speech aimed at the comprehensiveness of generalizing infrastructure policy elaborated for the effectuation of touristic activity. The formation of a region more concerned with a policy motioned to external attraction for tourism than necessarily with the articulation of its components, reveals a series of fragilities in the SDPTR organism, conferring to this plan, features of a sustainable underdevelopment proposal.

Keywords: Region. Middle-North. Imagetic. Sustainable Development. Poverty. Planning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	pág.
CAPÍTULO 1	
Figura 1 - Planta de Parnaíba (PI), no século XIX	29
Figura 2 - “Beira-mar” em Camocim (CE) nos anos 1930	30
Figura 3 - Centro de Tutoia (MA)	31
CAPÍTULO 2	
Figura 4 - Estrutura do Capítulo 2	40
Figura 5 - <i>Friedland</i> , 1807, de Ernest Meissoner (1875)	49
Figura 6 - <i>Grito do Ipiranga</i> , de Pedro Américo (1888)	49
Figura 7 - Pôster oficial dos Jogos Olímpicos de 1992	66
Figura 8 - Turismo e marcos sociais	70
Figura 9 - Etapas do Planejamento Turístico	73
CAPÍTULO 3	
Figura 10 - Propaganda do Estado Novo	83
Figura 11 - Evolução da divisão Político-administrativa brasileira	86
Figura 12 - Modelos regionais brasileiro	87
Figura 13 - Divisão Florística de Martius	89
Figura 14 - Cartograma da divisão regional do Brasil	92
Figura 15 - Distribuição das zonas fisiográficas de 1960, com ênfase para os Estados do Maranhão, Piauí e Ceará	94
Figura 16 - Divisão regional do Brasil em microrregiões homogêneas (1980)	98
Figura 17 - Meso e microrregiões geográficas – 1990	100
Figura 18 - Representações da região Sul no Plano de Divisão regional de Fábio Guimarães	106
Figura 19 - Representações da região Nordeste no Plano de Divisão regional de Fábio Guimarães	106
Figura 20 - Plantação de laranjas em Nova Iguaçu (Rio de Janeiro)	107
Figura 21 - Canavial em Cravinhos (São Paulo)	107
Figura 22 - Capa da coletânea de “Tipos e Aspectos do Brasil”	109
Figura 23 - Representações da seca, do vaqueiro do Nordeste e da Caatinga, por Percy Lau nas páginas da RBG	110
Figura 24 - Meio-Norte: divisão em regiões naturais	114
Figura 25 - Representação do Meio-Norte (relevo)	115
Figura 26 - Representação do Meio-Norte (vegetação)	115
Figura 27 - Representação dos aspectos naturais do Meio-Norte	116
Figura 28 - Divisão do Nordeste, segundo Manuel Correia de Andrade	118
Figura 29 - Rebanho de gado em Pernambuco; Usina Canavieira de Serra Grande, em Alagoas e Instalação de canalização para irrigação de canaviais nos tabuleiros litorâneos da Zona da Mata nordestina	119

Figura 30	- Animais sem raça definida em meio a paisagem “dominante” do Maranhão e Mandacaru sendo usado como alimento para gado em Aracati/CE	119
Figura 31	- Polígono das Secas	120
Figura 32	- Expansão agrícola (frente pioneira) do Meio-Norte	121
Figura 33	- Babaçual dominante na vegetação do Piauí e Maranhão	121
Figura 34	- Apresentação da proposta regional elaborada por Pedro Pinchas Geiger (1967), com destaque para as sub-regiões nordestinas	122
Figura 35	- Meio-Norte (1983)	125
Figura 36	- Sub-regionalização do Meio-norte (1983)	126

CAPÍTULO 4

Figura 37	- Peças Publicitárias da EMBRATUR	131
Figura 38	- Encarte do Nordeste no relatório de atividades da Embratur de 1975-1978	134
Figura 39	- Jornal da EMBRATUR	136
Figura 40	- Recortes Publicitários da EMBRATUR, de 1988	137
Figura 41	- Recortes publicitários da EMBRATUR, dos anos 1990	141
Figura 42	- Distribuição das regiões turísticas brasileiras em 2009	147
Figura 43	- Grade de Produtos Turísticos Brasileiros	149
Figura 44	- Marcas turísticas do Brasil no Exterior	150
Figura 45	- Campanha publicitária da Embratur de 2008	150
Figura 46	- Organograma da Gestão do Plano Nacional de Turismo de 2007-2010	152
Figura 47	- Consultas públicas a respeito do PDSRT do Meio-Norte	157

CAPÍTULO 5

Figura 48	- Grau de pobreza por município (Piauí), a partir do Programa Mais Viver	162
Figura 49	- Territórios da Cidadania	163
Figura 50	- Etapas do planejamento turístico do PDSRT do Meio-norte	167
Figura 51	- Proposta de intervenções federais em transportes do PDSRT do Meio-Norte	170
Figura 52	- Recorte de panfleto sobre a Rota das emoções, elaborado pelo Ministério do Turismo	171
Figura 53	- Logotipo do PDSRT do Meio-Norte	173
Figura 54	- Panfletos de Divulgação da Rota das Emoções	178
Figura 55	- Lençóis Maranhenses, Jericoacoara e Delta do Parnaíba em imagens do PDSRT do Meio-Norte	184

CAPÍTULO 6

Figura 56	- Finalidades da Educação Ambiental	197
Figura 57	- Estrutura da lógica de desenvolvimento a partir do PNDR	198
Figura 58	- O discurso do Desenvolvimento Sustentável	200

Figura 59	- Elemento de um panfleto distribuído por um grupo hoteleiro sobre a Rota das Emoções	202
Figura 60	- Peça publicitária da Rota das Emoções	209
Figura 61	- Recortes de panfletos do Governo Municipal de Cruz, destacando a construção do Aeroporto de Jericoacoara	212
Figura 62	- Folders do Cerapió 2010 (destaque para o percurso do evento esportivo)	213
Figura 63	- Peça publicitária da Rota das Emoções apresentada no lançamento do Cerapió	214
Figura 64	- Publicidade do Cerapió: Rota das Emoções	215
Figura 65	- Peça publicitária da Rota das Emoções, destacando os Parques Nacionais dos Lençóis Maranhenses e Jericoacoara	216
Figura 66	- Esquema teórico do processo perceptivo	217
Figura 67	- Características climáticas na área do Plano	218
Figura 68	- “Carta Chorografica da Província do Ceará, com a divisão eclesiástica e indicação da civil e judiciaria até hoje” – Silva Paulet, 1861. (Destaque para a área em litígio)	219
Figura 69	- Proposta Piauiense para a divisão das áreas de litígio	220
Figura 70	- Municípios com povoados de localização indefinida	221

LISTA DE GRÁFICOS

	pág.
Gráfico 1 - Participação das macrorregiões no Produto Interno Total (1950-1975)	133
Gráfico 2 - População local: conhece/já ouviu falar sobre o PDSRT do Meio-Norte	175
Gráfico 3 - População local: como você compreende a política de Turismo desenvolvida na sua comunidade?	182
Gráfico 4 - Número de leitos de hospedagem na área compreendida pelo PDSRT	208

LISTA DE QUADROS

	pág.
Quadro 1 - Aspectos ambientais da região de abrangência do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte	27
Quadro 2 - Espaço como campo conceitual x Espaço como campo sógnico	45
Quadro 3 - Fatores de complexidade e critérios na construção conceitual de região	58
Quadro 4 - Princípios tradicionais de regionalização	59
Quadro 5 - Prioridades do Prodetur/NE	142
Quadro 6 - Municípios do Plano Meio-Norte no Prodetur Nacional	153
Quadro 7 - Ações do Governo Federal nos Territórios da Cidadania em 2008 e 2009	165

LISTA DE TABELA

	pág.
Tabela 1 - Dados gerais da área de abrangência do PDSRT do Meio-Norte	26
Tabela 2 - População nordestina em 1963 por sub-região	118
Tabela 3 - Consultas públicas do PDSRT do Meio-Norte	157
Tabela 4 - PIB total e per capita na área do plano (2006)	160
Tabela 5 - Municípios que integram os territórios da cidadania e o PDSRT do Meio-Norte	164

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização da área de pesquisa	25
Mapa 2 - Divisão Regional de Betim Paes Leme (1937)	112
Mapa 3 - Divisão Regional de Moacir Silva (1939)	112
Mapa 4 - Prodetur/NE e Meio-Norte	144
Mapa 5 - IDH no PDSRT do Meio-Norte	156
Mapa 6 - Disponibilidade de leitos de hospedagem	207

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
C. F.	Constituição Federal
Cadastur	Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos
CE	Ceará
CEPIMA	Ceará, Piauí e Maranhão
CMMAD	Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CO	Centro-oeste
CTI/NE	Comissão do Turismo Integrado do Nordeste
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Dr.	Doutor
Eco-92	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo (1966-1991). Instituto Brasileiro de Turismo (1991-atual)
FNDR	Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional
GTDN	Grupo de Trabalho e Desenvolvimento do Nordeste
Hab.	Habitante
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LEGE	Laboratório de Estudos Geoeducacionais
MA	Maranhão
MEC	Ministério da Educação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MICT	Ministério da Indústria, Comércio e Turismo
MiN	Ministério da Integração Nacional
Mtur	Ministério do Turismo
N	Norte
NE	Nordeste
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDRS	Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável
PDSRT	Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNT	Plano Nacional de Turismo
PPDR	Plano Popular de Desenvolvimento Regional do Estado do Maranhão
Prodetur	Programa de Desenvolvimento do Turismo
Prodetur JK	Programa de Ação Para o Desenvolvimento do Turismo no Centro e Sudeste do Brasil
Prodetur Norte	Programa de Ação Para o Desenvolvimento do Turismo no Norte do Brasil
Prodetur Sul	Programa de Ação Para o Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil
Prodetur/NE	Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil
Proecotur	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
ProPGeo	Programa de Pós-graduação em Geografia
RBG	Revista Brasil de Geografia
S	Sul
SE	Sudeste
SER	Secretaria Executiva Regional
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
STF	Superior Tribunal Federal
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-oeste
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência de Desenvolvimento do Sul
TVA	Tennessee Valley Authority
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

	pág.	
1	INTRODUÇÃO	15
1.1	LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA	23
1.1.1	Sobre a ocupação litorânea	28
1.2	CAMINHOS DE INVESTIGAÇÃO	31
2	IMAGÉTICA, REGIÃO E TURISMO	36
2.1	AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A IMAGÉTICA	40
2.1.1	A subjetividade imagética	43
2.2	(RE)CONSTRUÍDO O CONCEITO DE REGIÃO	52
2.2.1	Gênese do Planejamento Regional	60
2.2.2	Região e Desenvolvimento	63
2.3	TURISMO	67
2.3.1	Planejamento e Turismo	72
3	BASES DA FORMAÇÃO REGIONAL: DO NORDESTE AO MEIO-NORTE	78
3.1	REGIÃO E FEDERAÇÃO	80
3.1.1	Geografia-histórica dos modelos de regionalização brasileiro	85
3.2	NORDESTE E A FORMAÇÃO REGIONAL	101
3.2.1	Imagem e Região	105
3.3	MEIO(S)-NORTE	111
4	CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PROPOSIÇÕES DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO	128
4.1	TURISMO E A VEICULAÇÃO IMAGÉTICA	130
4.2	DO PRODETUR AO PLANO MEIO-NORTE	138
5	DISCURSO IMAGÉTICO E O PLANO MEIO-NORTE	159
5.1	FORMAÇÕES DE UMA REGIÃO "DE PAPEL"	169
5.2	O MEIO-NORTE E O <i>COMBATE</i> À POBREZA	186
6	O (DES)ENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PLANO MEIO-NORTE	192
6.1	"NOVAS" PERSPECTIVAS SOBRE DESENVOLVIMENTO	196
6.2	LIMITAÇÕES DE UMA "HOMOGENEIDADE" DESINTEGRADA	201
6.2.1	Sol, praia e poeira: políticas de uma proposta regional	210
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	223
	REFERÊNCIAS	229
	APÊNDICES	245



1

Introdução

Esta pesquisa trata da análise da formação e limitações do *Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística (PDSRT) do Meio-Norte*, dando ênfase para a reflexão da construção imagético-discursiva desse plano e seu relacionamento com a organização socioespacial do litoral da referida área em foco.

Para o início desta Tese, é importante asseverar que concentrar o debate em torno da finalidade do objeto apresenta um risco, pois a percepção da construção do processo percorrido torna-se essencial a fim de possibilitar uma melhor compreensão das escolhas, caminhos e descaminhos cursados na organização do trabalho. De modo a contribuir na construção das bases de apreensão do presente estudo, tomo a liberdade literária de apresentar este primeiro capítulo na primeira pessoa do singular com o objetivo de atender uma dupla finalidade: de um lado, busco contribuir para a compreensão do embate sobre a construção das bases norteadoras de análise do PDSRT, e de outro pretendo proporcionar ao leitor o entendimento sobre o processo de estruturação de um trabalho que parte da *individualidade* de um projeto à articulação orientando-orientador, resultando na formação de uma *coletividade articulada*. Dessa forma, parto do *Eu* a fim de que o *Nós*, presente nesta pesquisa de doutoramento, ultrapasse as meras amarras da literata língua portuguesa e ganhe significância na construção coletiva do pensamento ao qual resultou este trabalho.

Nesse sentido, remeto para o momento de minha graduação em Geografia, na Universidade Federal do Ceará (UFC), onde iniciei minhas atividades de pesquisa direcionando para a zona costeira, mas precisamente sobre a questão da *valorização dos espaços litorâneos* no município de Fortaleza, sob a orientação do professor Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas. Naquele período, temas como maritimidade, turismo e veraneio tornaram-se base para a construção da pesquisa sobre a relação do centro da capital cearense com o mar e o marítimo.

A partir desses primeiros contatos com a seara de pesquisa geográfica, ingressei no Programa de Pós-graduação em Geografia (ProPGeo) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), tendo como objeto de estudo a análise da relação da produção cartográfica e fotográfica na formação dos espaços litorâneos de Fortaleza, sob a orientação do professor Dr. Fábio Perdigão Vasconcelos. Assim, durante os anos de Graduação e Mestrado, construí um aporte teórico voltado, sobretudo, para o ambiente litorâneo, em especial as temáticas do turismo e produção imagética deste espaço.

Na busca por bases teóricas a respeito da questão imagética e turística ao longo das atividades de Mestrado, deparei-me envolto por uma gama de questionamentos que remetiam a outra temática: a constituição regionalizada das propostas de planejamento para o litoral. Apesar de não ser o foco daquela investigação, o conjunto de interligações que perpassavam o vetor regional despertou meu interesse sobre o referido assunto.

É com esse interesse que me integrei como discente no programa de Doutorado em Geografia da UFC, objetivando tratar sobre a relação entre imagética e região a partir da análise da formação do Nordeste brasileiro e sua produção imagética em sua constituição socioespacial. Nos primeiros debates travados sobre os caminhos a seguir com meu orientador, o professor Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira, é apresentado a mim o *Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte*, no qual foram suscitadas as possibilidades em se tratar a tríade região-turismo-imagética.

Um dos primeiros fatores que viria a despertar meu interesse sobre o referido plano era o momento de gênese pelo qual este ainda se encontrava. Proposto em 2008 e tendo seus primeiros documentos oficiais publicados em fins de 2009, o Plano Meio-Norte surge fruto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do então recém-criado Ministério da Integração Nacional. Apesar de possuir seu processo de instituição detalhado nos capítulos a seguir, é interessante notar num primeiro momento que a possibilidade de analisar e acompanhar *in loco* um processo de proposição regional ainda em formação viria a permitir promover o debate sobre a elucubração do papel imagético-discursivo de um modo peculiar, tendo em vista que o mesmo encontrar-se-ia num momento de busca por consolidação na delimitação regional selecionada.

Assim, é importante asseverar que a (re)delimitação da área de pesquisa para a região compreendida pelo Plano Meio-Norte tanto não resultou num abandono dos assuntos a serem abordados no projeto inicial, como também não consistiu num renúncia total da reflexão em torno do Nordeste. Essa ponderação parte da perspectiva que os Estados-membros do PDSRT não se excluem enquanto parte da configuração nordestina, emergindo desse modo a possibilidade de inserção do referido Plano nesta pesquisa como uma possibilidade de refletir sobre um processo de planejamento regional ainda em sua formação.

Respeitando os contextos geohistóricos diferenciados, tratar sobre a formação de uma região que surge já inserida numa complexa estrutura macrorregional permite, além de compreender a lógica (ou a falta dela) das bases do PDSRT, traçar também um paralelo do

que foi a própria origem da configuração nordestina. Não é oculto o certo distanciamento perpetrado no âmbito da Geografia sobre o debate do conceito de região nas duas últimas décadas. As limitações conceituais de região no período da tomada da macrorregionalização brasileira, como serão possíveis observar na segunda parte deste trabalho, promove nos anos posteriores a construção de uma teorização regional marcada pela articulação entre as classes sociais e a acumulação capitalista, “ou então introduzindo a dimensão política” (CORRÊA, 1995, p. 41).

Cunha et al (2005) afirmam que a Geografia Crítica oferece um território fértil para se pensar as relações entre espaço e história, mas no que diz respeito à região, não se pode buscar alcances maiores na reflexão conceitual, sobretudo pelo foco incisivo dessa corrente no tempo presente e no modo de produção capitalista. No entanto esta característica não é exclusiva dessa corrente geográfica. A Geografia Quantitativa, base do período da explosão regionalista brasileira promovido no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no terceiro quartel do século passado é desde o princípio a-histórica, como afirma Capel (1985) no seu clássico *Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea*.

Porém, a Geografia Crítica proporciona contribuições à reflexão regional ao trazer a concentração do capital como uma característica marcante das diferenciações de áreas. Thrift (1996, p. 231) assevera que seria difícil negar que o desenvolvimento desigual das regiões encontram-se envolvidas diretamente com a (re)produção do capital. Desse modo, a região surge sob a reflexão em torno dos meios da ação política na delimitação dos limites regionais, bem como na produção de funcionalidades estratificadas no mundo capitalista moderno.

Na atualidade, temos a retomada dos projetos regionais no país, passando a se reinserir no âmbito do planejamento nacional. Frente a esse soerguimento desse conceito-chave da Geografia no âmbito do debate atual, emerge a necessidade de repensar o conceito de região. Desse ponto, os anos iniciais do século XXI emergem numa complexidade conceitual que de um lado propõe novos (ou não tão novos) embates travados acerca de como inserir a análise da região e da regionalização no foco da pesquisa em Geografia ao ponto que é possível verificar reflexões sobre esse conceito ainda com fortes raízes determinista-ambiental de séculos passados.

Tal constatação torna-se curiosa, pois não é satisfatório na atualidade limitar a reflexão sobre o modo de regionalização e a corrente epistemológica mais próxima de um

suposto ideal para o planejamento regional, mas torna-se indispensável ir além, buscando arguir a lógica de formação da própria ideia de região que se encontra assentada. Tais considerações não devem ser vistas como um modo de negação da região, muito pelo contrário, em poucos momentos da história recente a reflexão a respeito da questão regional tornou-se tão oportuna. Autores como Haesbaert (1997, 2003) e Lencioni (1999, 2007) nos trazem o questionamento sobre como regionalizar um mundo de tão intensa (e muitas vezes instantânea) mobilidade e crescente descontinuidade espacial, no qual num período de globalização virtual se rescindem cada vez mais por estruturas de bases ditas regionais.

Para tal reflexão, o momento suscita a ultrapassagem de certas amarras de correntes metodológicas que envolvem o meio acadêmico. Quer sejam vertentes mais *idealistas*, que enfatizam a região como instrumento de análise, ou vertentes mais *materialistas*, no qual consideram este conceito como realidade empírica. Concordo com Haesbaert (2005) ao afirmar que essa grande diversidade de posições alerta para a constatação de que uma única grande linha de interpretação não dá conta do contexto *regional* atual.

Frente a essa situação, autores como Rua (1993) e Carvalho (2002) atentam para a necessidade de uma estruturação plural, afirmando que a região só é possível de ser compreendida combinando a abordagem geral e particular, assentado sob a reflexão do processo histórico de formação da abordagem regional. O discurso globalizante de homogeneização dos espaços nacionais acaba por promover o retorno da instauração de políticas de planejamento regional. Dualidades analisadas por Haesbaert (1999) como global-local, homogeneização-heterogeneização, globalização-fragmentação, equalização-diferenciação, trazem a complexidade dialética do conteúdo regional a um novo patamar. Assim, o tempo acelerado acentua a diferenciação dos eventos, “aumenta a diferenciação entre os lugares, enquanto o fenômeno de Região ganha universidade” (SANTOS, 1999, p. 16).

Desse modo, tendo a clareza de que o foco da pesquisa traria em evidência o conceito de região, cabe observar que as leituras sobre essa temática seria basilar primeiramente a fim de se evitar não cair no erro de, mesmo que não intencionalmente, aderir ao discurso regionalista. Analisando estudos com esta abordagem, não é difícil encontrar reflexões que culminam por render-se a ideologia inerente a esse discurso. Para tal problemática é essencial tecer algumas observações.

Primeiramente é importante observar que ao tratar de termos como *Região Meio-Norte* ou *Região Nordeste*, por exemplo, não busco uma mera reprodução ideológica de existência das mesmas. Nesse ponto, os estudos de Durval Albuquerque Júnior (2009) contribuíram sobremaneira para a construção teórica em torno da atenção a ser tomada no trato dos elementos constituintes da invenção de uma determinada região. Na presente pesquisa, o uso da palavra região surge, em determinados momentos, como modo de fazer referência às proposições políticas de construção das mesmas, não necessariamente evidenciá-las como tal.

Não é meu interesse, no entanto, engrossar o discurso da suposta morte da região, num momento em que nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização, como bem nos lembra Santos (2006). Como comentado anteriormente, não há dúvidas de que a região continua viva em plena era global. Porém, retorno aos estudos de Milton Santos, para afirmar que o momento atual apresenta configurações regionais distintas no espaço e no tempo, fazendo com que elas se transformem continuamente, resultando numa menor duração ao edifício regional. “Mas isso não a elimina, apenas ela muda de conteúdo” (SANTOS, 1999, p. 16).

O que cabe aqui analisar não é a mera verificação redundante sobre se determinada seleção resulta numa região, mas analisar a seara dos usos desse conceito, como justificativa de delimitações espaciais que a conduza (ou não) a corroboração de determinada finalidade. Tal assertiva surge, por exemplo, da proximidade histórica que este conceito possui com o vetor político, trazendo à luz um conjunto de complexidades ao qual vem resultar, nas últimas décadas, numa teia de configurações regionais que passam a sobrepujar o arcabouço teórico de sua base conceitual. A partir desse questionamento vale uma segunda observação. Não é objetivo nesta pesquisa asseverar a validade ou não das correntes geográficas em torno do conceito regional em prol de uma suposta constituição delimitada mais apropriada a se definir como uma suposta região *real*.

Parto do pressuposto de que não há uma única forma acabada de se definir esse conceito, mas percepções fundamentadas para a elaboração específica de cada construção regional que de alguma forma contribuem para a compreensão da sua constituição como um todo. A segunda parte deste trabalho emerge justamente a fim de desprender esses possíveis enlaces de região centrada em apenas uma base conceitual delimitada. Ao propor uma

reconstrução do conceito de região, tenho como foco destacar o papel da característica multilíngue que este conceito ora apresenta-se.

Juntamente com a noção de região, torna-se essencial a compreensão do *planejamento regional*. Observando os pressupostos definidores de como uma delimitação nomeada regional insere-se na lógica do discurso da intervenção do planejamento estatal e/ou privado no espaço é possível traçar uma linha de entendimento sobre como o PDSRT do Meio-Norte passa a emoldurar-se. Desse modo, minha experiência tida ao longo da pesquisa de Mestrado contribuiu para a formação da análise geohistórica¹ dos conceitos base desta pesquisa. Longe de simplesmente prender-se a experiências anteriores, o passado ajuda a entendê-las, constituindo em reconstruções ecléticas, seletivas, baseadas em ações e percepções e em códigos que são constantemente alterados através do tempo, por meio do qual delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo a nossa volta (LOWENTHAL, 1998, p. 103). Além dos estudos sobre região e planejamento regional, o turismo também perpassa pelo trato da reflexão de sua origem como uma atividade que passa a integrar a lógica do planejamento do PDSRT do Meio-Norte.

No entanto, é essencial observar que não busquei elaborar uma construção dos momentos geohistóricos desses conceitos de modo a abranger sua completude. O enfoque dado nesta pesquisa procurou nos seus aspectos fundamentais trazer aporte à base conceitual que sustenta a elaboração do referido plano regional. A seleção dos conteúdos foi pensada a fim de que essa parte inicial do trabalho não se resumisse numa colcha de retalhos sobre a temática de turismo, planejamento e região, mas que possibilitasse a compreensão de como tais conceitos passa a se inserir no cômputo da constituição de regiões turísticas.

A análise neste trabalho acerca da formação regional no país segue sob intencionalidade semelhante. No momento de elaboração da estrutura desta tese tornava-se obvia a necessidade de assentar o PDSRT do Meio-Norte no conjunto do planejamento regional desenvolvido no país. Assim como já afirmei sobre a análise das bases conceituais, o percurso geohistórico empreendido na constituição da formação regional do Brasil não buscou empreender um levantamento analítico-processual de todo o processo regionalista, mas sim

¹ É importante diferenciar História da Geografia de Geohistória. Enquanto a primeira se preocupa em analisar a história da formação da Geografia enquanto ciência, a segunda se detém em buscar uma análise geográfica do passado. Para que ao entender o passado, “seja possível organizar melhor o presente, e construir o futuro” (CAPEL, 2006, p. 3).

destacar aqueles momentos que trariam contribuições a fim de realizar um paralelo com a atual política regional que vem dar origem a este plano.

Sobre esse assunto cabe aqui uma observação: as divisões regionais elaboradas pelo IBGE encontram-se marcadas pelo confronto de datações diferenciadas, a depender da fonte do dado pesquisado. Na análise dos documentos históricos disponibilizados pelo próprio Instituto, torna-se notório o confronto de informações sobre a origem das primeiras divisões regionais do país. Nesse ponto, o suporte dado pelos profissionais da biblioteca do IBGE-agência Fortaleza foi de grande ajuda a fim de buscar desvendar as possíveis incongruências históricas da formação regional. No entanto, é válido observar que apesar de buscar construir uma lógica na base do processo de planejamento regional, tal levantamento não se encontra isento de falhas, tanto pelo fato de informações que se confrontavam, como também pela ausência de documentos que não se encontraram à disposição por completo.

Partindo da análise da documentação e elaboração regional do Plano Meio-Norte, venho à reflexão em torno da construção imagético-discursiva do referido plano. Para tanto, busquei o aporte a partir dos estudos de Kossoy (1999), Sontag (2005), Ferrara (1997, 2000), Edwards (1996), Knauss (1997) dentre outros, a fim de tornar possível compreender a relação da produção imagético-discursiva na produção do espaço.

Prosseguindo com a intenção de aventar algumas considerações prévias, é interessante notar também que – dentre os noventa municípios participantes do plano em estudo apenas dezoito serem efetivamente litorâneos – o enfoque da pesquisa direciona-se para a análise da produção de uma imagética litorânea. Tal situação não consiste necessariamente de uma opção por mim elegida, mas devido o próprio PDSRT direcionar seu enfoque para o ambiente costeiro. Essa contrariedade, longe de promover alguma confusão na busca pela estruturação da pesquisa, contribuiu de modo peculiar como mais um dos motivos motivadores de imersão nos estudo sobre esse Meio-Norte, ao delimitar uma parcela do espaço delimitado a fim de promover o todo.

De modo mais específico, é possível considerar como os três grandes eixos desse plano as localidades dos parques naturais de Jericoacoara (CE), Delta do Parnaíba (PI) e Lençóis Maranhenses (MA). O detalhamento da localização da área de abrangência do referido plano será apresentado mais adiante, porém cabe observar que a implicação do termo *desenvolvimento sustentável* existente no título desse plano regional – diretamente interligado à justificativa de promoção de uma região turística em zona de preservação ambiental –

emerge como mais uma interessante característica do PDSRT a ser verificada no empreendimento desse estudo.

Assim, uma análise acerca da implicação ambiental das obras decorrentes desse plano também perpassa por esta pesquisa. Porém, vale observar que, não é pretensão empreender uma análise geofísica positivista (separando os processos naturais e sociais) ou geossistêmica clássica (de abordagem separativa da análise da paisagem). Tal negativa não se dá por pretender promover algum tipo de desprezo sobre a relevância desses métodos de análise, mas possibilitar uma análise crítica sobre a produção da lógica da sustentabilidade na formação imagético-discursiva do Plano Meio-Norte, buscando promover uma relação dialética entre sujeito e objeto, no qual incorpore tanto a questão social, natural e econômica de forma a envolver toda sua complexidade, tal como nos lembra o célebre estudo de Tricart (1977).

É possível notar a amplitude de possibilidades que os estudos em torno desse plano regional podem proporcionar a partir da perspectiva da ciência geográfica. Sob essas considerações iniciais que construí a hipótese desta investigação: *Uma formação regional, como a do Meio-Norte, não se estrutura tendo como base a intervenção imagética*. Dessa forma, analisar o momento de formação do PDSRT do Meio-Norte permite verificar o papel dado à constituição imagética na formação regional na atualidade. Apresentando-se como uma vertente existente ao longo do processo de regionalização do país, a elaboração do discurso imagético vem de encontro com a estrutura do próprio conceito de região.

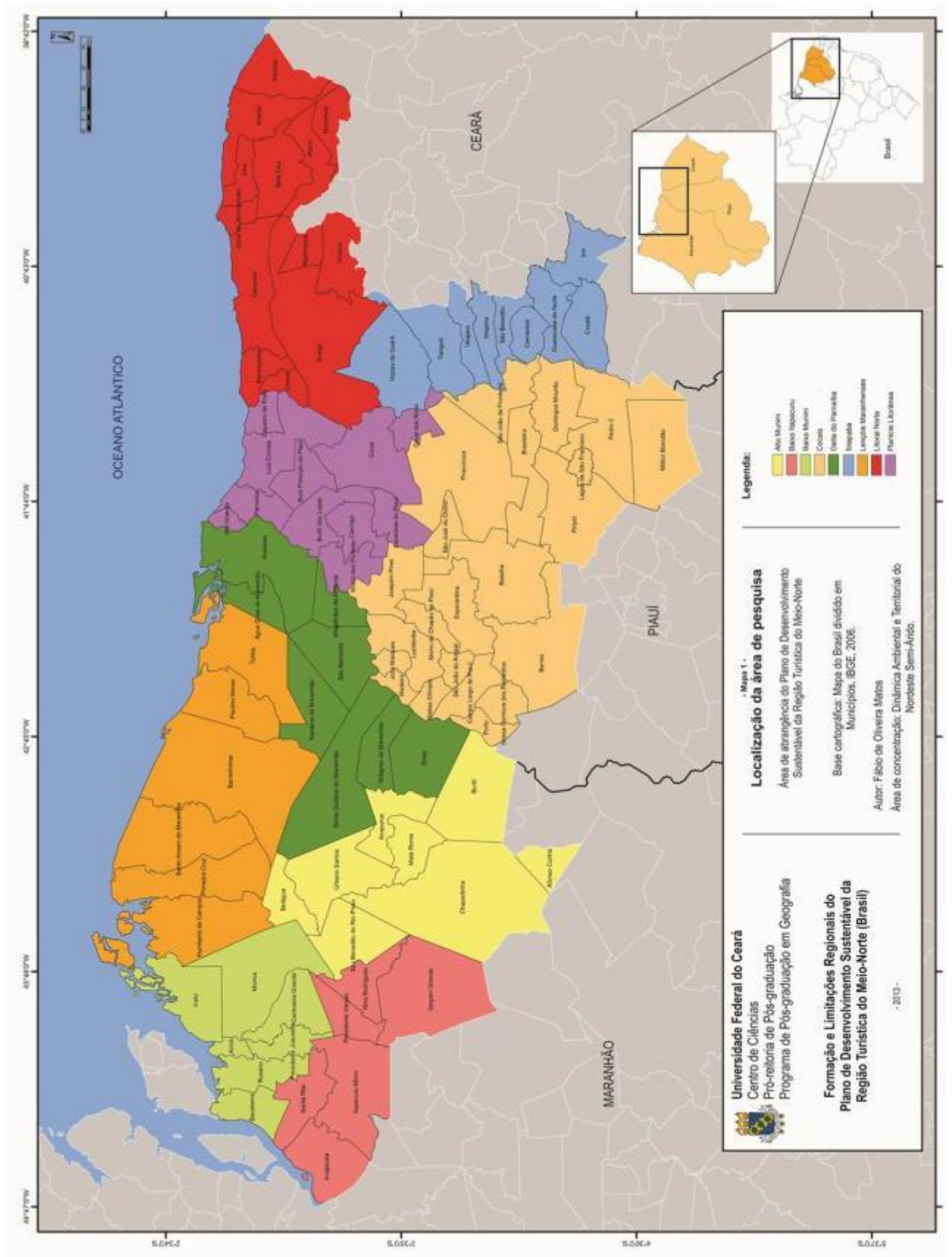
Desse modo, percebo a ampliação da problemática da divisão regional na proposição de regiões turísticas, como é o caso vivenciado na formação desse *neo* Meio-Norte, onde a imagética – que apresenta-se como vital para a construção de um turismo pensado enquanto atividade econômica – ganha distinto papel neste planejamento regional. Assim a composição turismo-região-imagética configura-se como base fundamental desta investigação, trazendo no conjunto da análise destas temáticas na formação do PDSRT do Meio-Norte um meio de reflexão em torno da (in)congruência regional tida por uma base imagética.

1.1. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

Não é somente por se tratar de um trabalho em Geografia que a compreensão da área de pesquisa torna-se essencial, pois é apenas a partir da captação da espacialidade a ser estudada, que é possível compreender os demais passos a serem dados numa investigação. Nesse ponto, o que apresento a seguir confere um ar de alicerce essencial a fim de que o leitor compreenda os rumos tomados nesta análise, dado o tamanho da área de abrangência e suas possibilidades de análise na escala municipal, estadual, regional e/ou macrorregional. Partindo dessa premissa, o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte abrange um total de noventa municípios localizados nos estados do Piauí, Maranhão e Ceará. A primeira fase de implementação do projeto contou com 77 municípios inseridos nas seguintes microrregiões de planejamento:

- I) *Maranhão*: Lençóis Maranhenses, Delta do Paranaíba e Alto Munim;
- II) *Piauí*: Planície Litorânea e Cocais;
- III) *Ceará*: Litoral Norte e Ibiapaba. Tal estruturação sofreu alteração logo após sua oficialização em 2009, já que em Julho de 2010 houve a inclusão de treze municípios das microrregiões do Baixo Munim e Baixo Itapecuru, localizados no estado do Maranhão.

O Mapa 1 apresenta o desenho da região turística organizada após essa última modificação, que se mantém até o fechamento das atividades desta pesquisa. A partir dos dados do Censo 2010, a área de abrangência do Plano Meio-Norte corresponde a 78 mil km² – perfazendo 5,04% do território nordestino – tendo uma população de quase 2,2 milhões de habitantes – ou 4,09% do total da população do Nordeste brasileiro. Tratando de modo particular os três estados membros do referido plano, o Maranhão, com 35 municípios, apresenta a maior porcentagem de área coberta pelo PDSRT, com 12% do total do Estado, seguido pelo Ceará com 10% e o Piauí com 9,4%. Acerca da população abrangida por essa política regional, o Piauí apresenta a maior porcentagem de habitantes inseridos no Plano Meio-Norte, com 20,02% do total da população piauiense, seguido pelo Maranhão com 12,9% e o Ceará com 8,4%. É importante salientar que a notável diferença do Piauí nesse último dado se dá devido à presença da Parnaíba, segundo maior município do Estado em termos populacionais. A Tabela 1 apresenta um detalhamento dos dados gerais da área de abrangência do referido plano.



- Tabela 1 -
DADOS GERAIS DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PDSRT DO MEIO-NORTE

Estado	Total de municípios membros do PDSRT	Área (km ²) ¹	Área (%) ²	População Total (Dados Absolutos) ¹	População Total (%) ²
Maranhão	35	39.862	12	850.118	12,9
Piauí	33	23.702	9,4	639.341	20,02
Ceará	22	15.068	10	709.281	8,4
Total	90	78.632		2.198.740	

Fonte: IBGE, 2010.

¹ Dados referentes aos municípios membros do Plano Meio-Norte.

² Porcentagem referente à totalidade do Estado.

Do ponto de vista ambiental, esta região apresenta-se sob o domínio de dois biomas, Caatinga e Cerrado, bem como a zona de transição da Mata dos Cocais, configurando numa vegetação predominantemente campestre, com exceção da flora das proximidades dos grandes cursos d'água, sobretudo no rio Parnaíba, que apresenta uma vegetação arbustiva arbórea. O Quadro 1 apresenta uma síntese dos aspectos ambientais da região de abrangência do Plano Meio-Norte.

Sobre a delimitação da área de pesquisa, cabe também frisar que o foco deste trabalho centra-se na região proposta no PDSRT e não no universo dos noventa municípios membros deste plano regional, de modo isolado. Essa observação, apesar de soar óbvia ao longo da leitura desta Tese, é importante de ser realçada principalmente pelo perfil no qual a pesquisa no campo da Geografia se encontra na atualidade, distanciada cada vez mais de meso e macro escalas e cada vez mais centrado em espaços reduzidos. Não é minha intenção apresentar com essa reserva uma crítica a essa microdelimitação, pois elas emergem da necessidade de se compreender o espaço nas suas formas mais peculiares, trazendo importante contribuição para a formação da escola geográfica brasileira. Porém, as peculiaridades inerentes nas espacialidades do conjunto regional, como no caso do Meio-Norte, carecem na atualidade de mais espaço no cômputo das investigações acadêmicas, como pude constatar no momento de busca de referencial bibliográfico recente.

Devo observar também que este trabalho não se finda na escala regional, perpassando também a necessidade de particularização de alguns pontos específicos da área de abrangência do PDSRT, promovendo suas correlações com a proposição dessa região turística. Assim, seguindo a lógica existente na leitura do referido plano, esta pesquisa

perpassou também pela ênfase de três municipalidades: Jijoca de Jericoacoara (CE), Parnaíba (PI) e Barreirinhas (MA). A presença dessas localidades encontra-se justificada pela polarização apresentada no texto do projeto Meio-Norte, que elenca um roteiro turístico no qual perpassa esses três municípios como principal norteador no PDSRT.

- Quadro 1 - Aspectos Ambientais da Região de Abrangência do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte		
<p>Clima</p> <ul style="list-style-type: none"> - Clima predominante: Tropical de Zona Equatorial. - Temperatura média anual: 27,2°C. - Período chuvoso: Outubro à Abril. - o período seco é mais extenso na porção cearense (de 7 a 8 meses) e menor nos municípios do Piauí e Maranhão (de 4 a 6 meses). - Pluviometria: 1650 mm (média anual). 	<p>Hidrologia</p> <p>Encontra-se inserida em três Regiões Hidrográficas Nacionais:</p> <p>A) <i>Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental</i> Localização: Partes do Maranhão e Piauí. Bacias Hidrográficas do Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Mearim e Itapecuru.</p> <p>B) <i>Região Hidrográfica do Atlântico Nordeste Oriental</i> Localização: Ceará Bacias Hidrográficas do Coreaú, Acaraú e do Litoral.</p> <p>C) <i>Região Hidrográfica do Parnaíba</i> Localização: Piauí e parte do Ceará. Bacias hidrográficas do rio Paraíba e seus afluentes.</p>	<p>Fatores Bióticos e Relevô</p> <ul style="list-style-type: none"> - Hipsometria média: 290m. - Relevô: Predomínio das “Planícies e Terras Baixas Costeiras” e do “Planalto do Maranhão Piauí”. - Presença da Serra da Ibiapaba, entre Ceará e Piauí, com média de 750m de altitude. <p>Biomias:</p> <p>A) Caatinga (Savana Estépica) na parte oriental. B) Cerrado em sua porção oriental.</p> <p><i>Observação:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Zona de Transição: Mata dos Cocais.

Fontes: Brasil, 2009a; Ab’Sáber, 1975.

Tendo em vista a ambiência dessas três localidades, na abordagem da construção imagético-discursiva do Meio-Norte, o *espaço litorâneo* emerge como palco dos principais embates na formação dessa configuração regional. Seguindo a lógica existente na tomada do PDSRT, é possível notar que ao longo desta pesquisa há o direcionamento para o enfoque no ambiente costeiro. Porém, é importante asseverar que não é o foco deste estudo procurar prender-se na análise do litoral em detrimento ao restante do conjunto regional, mas confluir com a tônica inerente no próprio projeto regional e a formação da construção de uma proposta imagético-discursiva *litorânea* para esse Meio-Norte, verificando o modo de como uma elaboração regional notavelmente heterogênea encontra-se demarcada sob a lógica do turismo de sol e praia.

Nesse ponto, minhas experiências adquiridas ao longo das pesquisas empreendidas na Graduação (MATOS, 2007) e no Mestrado (MATOS, 2009) sobre o ambiente costeiro ganham importância ao possibilitar incursões acerca da formação dos espaços litorâneos e o discurso imagético na base dessa construção regional. Apesar de serem áreas e momentos históricos distintos, considero a pesquisa realizada no Mestrado sobre a produção da *imagem* na formação dos espaços costeiros em Fortaleza e a atual investigação do Meio-Norte diretamente conectadas, instigando a reflexão em torno do processo da gênese de mutação das zonas de praia e o discurso urbanizador surgido em concomitância das imagens em processo de turistificação.

Apesar do objeto de pesquisa centralizar-se na região turística do Meio-Norte, esta não será analisada de modo isolado do contexto ao qual se insere. Assim, ao longo dessa investigação é possível observar uma análise comparativa com o Nordeste, vindo com o objetivo de empreender uma discussão sobre as implicações do PDSRT na macrorregião ao qual está inserida. Desse modo, emerge a necessidade, por exemplo, de atentar para as bases da formação das políticas regionais e de turismo na região nordestina, que de modo direto e indireto passa a exercer influência na proposição do Plano Meio-Norte.

1.1.1. Sobre a ocupação litorânea

De modo geral, a ocupação litorânea associada ao lazer e veraneio é recente sob o ponto de vista histórico, tendo sido emergido em fins do século XIX com o apoio de um

quadro científico, e principalmente simbólico, contrário àquele que apresentava o ambiente costeiro associado a um contexto de repulsão. Apesar da ocupação do território brasileiro ter se dado da costa para o interior, não equivale a considerar que a zona litorânea conheceu densa ocupação em sua gênese, sendo essencialmente pontual, com as áreas de adensamento restritas aos centros difusores internos.

Sobre o processo de ocupação do litoral piauiense, este é marcado por uma série de controvérsias. Apesar de registros de expedições militares e religiosas que perpassaram o litoral nos seus primórdios, o pensamento predominante na historiografia afirma ser o Piauí o único dentre os Estados banhados pelo oceano a possuir sua ocupação empreendida do interior para o litoral, devido o povoamento de seu território ter se iniciado com as fazendas de gado instaladas no extremo sul piauiense.

Figura 1 - Planta de Parnaíba (PI), no século XIX.



Fonte: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba.

Fruto dessa característica interiorana tem-se o estabelecimento da capital em Oeiras, localizada no interior do Estado. Tal lógica é reforçada com a transferência de sede para Teresina, distante 336 km do litoral. Fruto das ideias mudancistas do então Presidente da Província José Antônio Saraiva, que em 1852 conferiu ao Piauí a primeira capital oficialmente planejada do país, Teresina é o retrato de um Estado que historicamente manteve-se distante do marítimo. Tal situação resultou em ocupações pontuais perpetradas pelo Maranhão na região do Delta do Parnaíba – fruto de movimento migratório no final do século XVII – e do Ceará, que vem a agregar o litoral piauiense em suas fronteiras no século XVIII.

Já o processo de ocupação cearense, apesar de iniciar-se a partir do litoral, teve também seu desenvolvimento no interior, sob a justificativa da economia baseada no binômio

gado-algodão. Apesar de sempre possuir cidades litorâneas como capital, diferentemente do vizinho piauiense, tal situação não corresponde numa maior proximidade com o ambiente litorâneo. O desinteresse dado pela zona costeira fortalezense, por exemplo, era tão marcante que os serviços mais insalubres eram ali instalados: o paiol da pólvora, o gasômetro, a Santa Casa de Misericórdia e a penitenciária, dentre outros, era ali instalados. Complementa Rios (2001, p. 18):

Os comboios despejavam os flagelados na parte da cidade que ficava mais próxima do mar, onde se localizavam as últimas estações férreas de Fortaleza. Muitos retirantes erguiam seus casebres nas proximidades da praia. Esse Aspecto ajudar a entender o processo de constituição das primeiras favelas de Fortaleza.

Figura 2 - “Beira-mar” em Camocim (CE) nos anos 1930.



Fonte: Arquivo Nirez.

Foi somente a partir da primeira metade do século XX que ocorre na capital cearense um *(re)olhar* para a zona costeira, com a adoção das práticas marítimas modernas de lazer pela classe abastada, conferindo ao litoral uma nova dinâmica social: fragmentada e desarticulada com a estruturada urbana da cidade. Tal interesse pela zona costeira existente na capital não correspondeu, no entanto, num redirecionamento cearense para o marítimo. Predominando numa ocupação marcada essencialmente pela atividade da pesca – com exceção dos municípios portuários de Camocim, Acaraú e Aracati – o Ceará apresenta ao longo de sua história um litoral pouco povoado em comparação aos municípios do interior, só vindo tomar uma nova dimensão a partir da segunda metade do século XX.

No Maranhão, temos uma ocupação que apesar de fundada a partir de São Luís, parte em rumo ao interior do Estado por meio dos rios Grajaú, Mearim e Itapecuru à atual

zona de Caxias, onde se desenvolveram as culturas da cana-de-açúcar e arroz. Apesar de possuir sua capital numa ilha – traduzindo numa invariável ocupação daquela porção de zona costeira – a relação com o ambiente litorâneo ao longo dos séculos pontuou-se essencialmente sob o ponto de vista da pesca e do transporte. Dessa forma, o Maranhão, Estado com a segunda maior zona costeira do país (640 km de litoral), só passa a compreender o mar e o marítimo a partir da primeira metade do século passado, conferindo usos que passam a incorporar o ambiente litorâneo como forma de lazer e veraneio.

Figura 3 - Centro de Tutoia (MA)



Fonte: Arquivo Nirez.

A partir desse panorama geral, é possível perceber que, apesar do fluxo diferenciado, o surgimento da atividade turística nesses três Estados ocorreu de modo semelhante, concentrando os principais nichos em torno dos grandes centros urbanos, denotando o uso de um discurso de *turistificação* em favorecimento de uma possível urbanidade do ambiente, onde no caso o que se percebe é uma apropriação, utilização e busca por adaptação a partir da infraestrutura já existente.

1.2 CAMINHOS DE INVESTIGAÇÃO

Tão logo iniciei minhas atividades no programa de pós-graduação em 2009, dois questionamentos tornaram-se centrais para o início da pesquisa, ao qual me foram inquiridos pelo orientador: “Afim, qual seria minha tese?”; “Qual a novidade que você pretende apresentar com sua pesquisa?” É particularmente interessante o percurso desenvolvido nas

etapas apresentadas ao longo de nossas carreiras acadêmicas, ao qual possibilita chegarmos ao doutoramento como um ambiente que nos possibilita enveredar na busca pelo *novo*, oferecendo subsídios para que seja possível dar uma contribuição mais densa para a ciência geográfica.

Apesar do nome – Tese – soar tão autoexplicativo, essa suposta facilidade de compreensão resvala na dificuldade em buscar uma estruturação da construção do *novo* inerente em pesquisas desse porte. Assim, oriundo de um programa de pós-graduação que ainda galga seus primeiros doutores², remeti-me numa leitura óbvia de diversas teses a fim de compreender as bases de constituição de um trabalho desse nível.

A partir desse primeiro momento, noto que há uma interpretação por vezes errônea da ideia da *inovação* associada à tese, não se tratando de uma busca pelo novo, o marco almejado pelo pesquisador, mas na diferente forma de construção do pensamento sobre um determinado assunto. Assim, é a construção do pensamento a tônica que vem responder parcialmente o questionamento levantado.

Nesse ponto, a construção do pensamento deve buscar a originalidade, a partir de uma perspectiva teórica que contribua para a constituição do que se pretende investigar. No entanto, não é somente o tom original da construção do pensamento a base de uma proposta de tese, mas também a contribuição da pesquisa para o avanço na reflexão do tema estudado.

É a confluência desses dois aspectos, o ponto primordial que busquei alcançar ao tratar acerca da formação do Plano Meio-Norte. Longe de pretender construir uma reflexão que se finde nos próprios limites desse embate regional, a intensão desta investigação foi trazer uma contribuição sobre como se estabelece na atualidade a construção imagético-discursiva da produção regional. Sobre como o uso da imagética foi tratado neste trabalho, é imperativo afirmar que dei privilégio para a análise do discurso. Apesar de esse embasamento ser mais detalhado adiante, é oportuno esclarecer que a seleção por tal método me permitiu promover uma seara de reflexão de modo a compreender o papel imagético na tomada do PDSRT sobrepujando o mero vislumbre analítico.

Assim, para apresentar a *tese* desta pesquisa, é importante iniciar com a reflexão da exclusão. A tese deste trabalho *não* se encontra relacionada à alegação de que a falta de conexão existente entre os noventa municípios participantes do referido plano impossibilita a

² O programa de Pós-graduação em Geografia da UFC iniciou suas atividades de Doutorado a partir de 2009.

integração regional. Também *não* é a busca por uma afirmação da inviabilidade de conexão entre a atual construção conceitual de região na tomada dos projetos de planejamentos empreendidos na atualidade, como o PDSRT. Mas parto da hipótese de que a base desta elaboração regional – a construção imagético-discursiva associada ao turismo – não sustenta a constituição da região Meio-Norte.

O modo como a natureza é tomada pela produção imagética também perpassa pelo interesse na tomada de construção dessa pesquisa. No entanto, não é pretensão enveredar para uma análise essencialmente física da questão ambiental existente no Plano Meio-Norte, mas buscar compreender a inserção do desenvolvimento sustentável na lógica dessa formação regional. Para o empreendimento desta pesquisa foram explorados primeiramente leituras de três conceitos-chave – planejamento, região e turismo – que viriam contribuir como bases para o entendimento da construção do Plano Meio-Norte. Essa revisão literária busca empreender uma análise crítica e reflexiva em torno das bases de como se concebe na atualidade o planejamento regional com vistas ao turismo.

Sobre esse assunto é importante destacar previamente que apesar do planejamento do turismo não ser uma prática recente, a inserção do conceito de região nesse modo de planejamento é hodierno no contexto nacional. Tendo em vista essa peculiaridade, há uma preocupação nessa pesquisa acerca da reflexão sobre a influência que a região passa a exercer na construção da produção da imagem turística. Para isso, tive o apoio dos grupos de estudos existentes no Laboratório de Estudos Geoeducacionais (LEGE) do Departamento de Geografia da UFC, que contribuiu nos debates travados sobre as referidas temáticas, além de oferecer recursos físicos para o empreendimento desta investigação.

É justamente a análise documental a base desta pesquisa. Para tanto, foram realizados levantamentos em instituições que direta e indiretamente fazem parte do processo de construção do Plano Meio-Norte, como as agências do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de Fortaleza e Teresina, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Turismo, Governos Estaduais do Maranhão, Piauí e Ceará e a Agência para o Desenvolvimento Regional Sustentável.

No entanto, é impossível ter a compreensão do processo de implantação do Plano Meio-Norte restringindo a pesquisa apenas à seara da análise de documentos. Desse modo, foi realizada uma série de visitas a municípios-membros desse Plano, para além de empreender o

reconhecimento da localidade, buscar também estabelecer contato com os atores que direta ou indiretamente fazem parte da lógica da formação regional.

Assim, optei por trabalhar a partir de entrevistas com representantes de instituições públicas ligadas à aplicação dos projetos inseridos no PDSRT, bem como moradores, comerciantes e turistas. A fim de buscar a percepção desses grupos a respeito da concepção regional turística em gênese, elegi a forma de entrevistas abertas com o objetivo de permitir maior liberdade e mobilidade na captura das impressões acerca do tema em foco.

Foram realizadas quatro entrevistas com secretários e/ou representantes de instituições públicas de municípios envolvidos com o plano; sessenta entrevistas com moradores e comerciantes; além de quinze entrevistas com turistas. Algumas foram breves, dado a falta de interesse do entrevistado ou mesmo pela falta de conhecimento do assunto a ser tratado e outras contribuíram de forma substancial para a compreensão em torno da construção deste plano regional. Como na grande maioria das entrevistas aqueles que eram arguidos solicitaram o anonimato, as falas captadas e reproduzidas neste trabalho encontram-se organizados pelas abreviaturas de seus nomes (por exemplo, Marília Matos Lima, seria representado no corpo desse trabalho como M. M. L.). Em alguns momentos, a fim de trazer mais fluência para a leitura deste trabalho, optei por inserir de forma indireta as falas dos entrevistados, respeitando, porém, a ideia trazida pelas suas falas.

Partes das entrevistas foram de cunho aberto, enquanto outra parcela foi elaborada de modo estruturada e/ou semiestruturada. O resultado das entrevistas estruturadas encontra-se no trabalho também na forma de gráficos/tabelas. Porém, longe de pretender atribuir algum cunho estatístico para os referidos dados, devido número amostral obtido que de forma alguma se pretendeu como tal, essas informações surgem como mais uma opção para o leitor compreender o contexto das localidades estudadas.

A atividade de campo possibilitou também a observação empírica da inserção do PDSRT no contexto social vivenciado nas localidades da área de abrangência do plano, bem como também a formação de um banco de registros fotográficos acerca dos empreendimentos erguidos sob a luz do Plano Meio-Norte. Foi o momento da análise comparativa entre o discurso idealizado na elaboração imagética com a realidade vivenciada na pretensa região turística. Nessas atividades, foi possível também observar a influência exercida pelo conteúdo imagético-discursivo na proposição de reformulação urbana, ambiental e cultural perpassada, sobretudo, nos três núcleos desencadeadores do PDSRT. Foi o momento de confronto

da teoria vislumbrada nos documentos analisados com a prática do reordenamento espacial com vistas a atender uma pretensa imagética integradora.

Acerca das *imagens-figuras* tratadas neste trabalho, dei privilégio principalmente àquelas existentes nos documentos que regem o plano regional em análise, bem como folhetos, encartes e jornais, assim como as fotografias retiradas nas atividades de campo. Ainda tratando de imagens, convém ressaltar que os mapas elaborados foram construídos a partir do programa ArcMap 10 (da plataforma ArcGis), a partir de bases existentes no portal virtual do IBGE.

Tendo essa premissa, o trabalho encontra-se assim estruturado:

- Em *Imagética, Região e Turismo*, apresento as considerações sobre planejamento regional, representação social e imagética, bem como as políticas de regionalização do turismo, fontes norteadoras para a presente pesquisa;

- Em *Bases da formação regional: do Nordeste ao Meio-Norte*, trato da concepção de Meio-Norte a partir dos modelos de regionalização no Brasil;

- Em *Considerações sobre as proposições de regionalização do turismo*, exponho de modo analítico as proposições para a atividade turística pensadas no país nas últimas décadas, a fim de fornecer subsídios para a compreensão das bases que fundamentam o PDSRT.

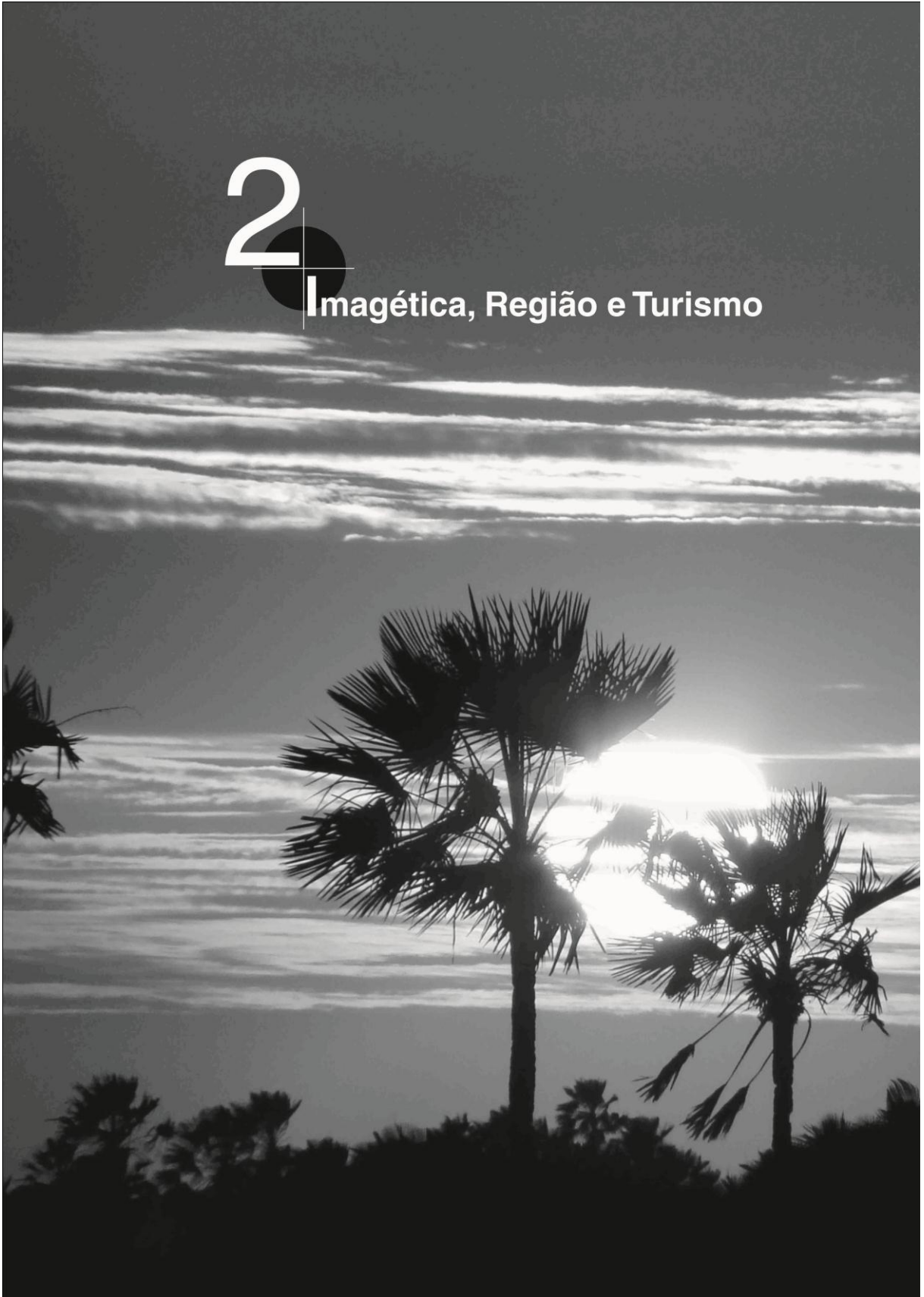
- Sobre o *Discurso Imagético e o Plano Meio-Norte*, abordo acerca das bases de formação do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte e sua política de “combate” a pobreza;

- Em *O (des)envolvimento sustentável do Plano Meio-Norte*, trato sobre as perspectivas de desenvolvimento e as políticas de adotadas nessa proposição regional.

Boa leitura.

2

Imagética, Região e Turismo



Analisar a relação existente entre a formação regional e a produção discursivo-imagética traz para a gênese desta investigação a necessidade de formação de um complexo conjunto epistemológico, ao qual visa romper a barreira do debate existente no interior da ciência geográfica na busca pela compreensão do objeto em foco. Tal afirmação parte da justificativa de inserir nesta análise a reflexão em torno da questão imagética oriundo de outros ramos científicos a fim de trazer luz à compreensão da relação dialética existente entre este fenômeno e a organização do espaço.

Sob esse assunto, é importante observar que ela não vem sob a alegação simplista de que a Geografia faz uma ciência de síntese. Concordamos com Santos (2002) ao afirmar que a percepção da Geografia enquanto uma espécie de *maestro* das demais ciências humanas apresenta uma problemática básica na indefinição de seu objeto, além de fomentar a redução da importância dos conhecimentos, práticas e teorias geográficas que foram produzidas por diversas gerações de geógrafos. Também não pretendemos propor que a reflexão em torno das temáticas do turismo, região e imagética, dentro e fora da Geografia, configure-se como uma proposta meramente *interdisciplinar* – não pela aspiração polissêmica inerente deste conceito – mas pelo objetivo de que a busca em outros campos científicos, nesta pesquisa, tem como foco a construção do pensamento geográfico.

É particularmente um desafio propor um estudo regional num momento em que, de modo geral, a ciência geográfica nacional verifica as diversas *mortes* da região dado ao desgaste deste conceito. Tal complexidade encontra-se assentada na história recente perpassada na análise regional, que se encontra enfraquecida diante o discurso ideológico de rompimento das barreiras regionais do *mundo globalizado*, associado à perspectiva *neopositivista* – que acusava a Geografia corológica de “sobrevalorizar o regional em detrimento do sistemático” (HAESBAERT, 2010, p. 43) –, e a perspectiva *marxista* – que de modo geral considera um poderoso conceito-obstáculo que “impediu a consideração de outras representações espaciais” (HAESBAERT, 2010, p. 50).

Dessa forma, percebemos a partir da década de 1970 o assentamento do debate regional sob a lógica do materialismo histórico-dialético, correspondendo como uma base de confronto da Geografia Crítica frente ao tradicionalismo do determinismo alemão, abordando a região associado ao desenvolvimento desigual do espaço. Nessa perspectiva, esse conceito rompe a barreira da análise geográfica e passa a despertar o interesse das demais

ciências ditas humanas, que de alguma forma tratam da dimensão espacial da sociedade, resultando no que Corrêa (2001) define como a construção de um pluralismo conceitual.

Conforme lembra Haesbaert (2010), em seu trabalho intitulado *Regional-Global*, apesar da expansão do debate da região entre as demais ciências, este conceito viu seu espaço afunilar cada vez mais no âmbito dos estudos da Geografia brasileira, ao ponto de ser levado o questionamento sobre sua manutenção no âmbito dos seus conceitos-base. Assim, notamos também que enquanto de um lado vislumbrava-se o reducionismo do debate regional no pensamento da ciência geográfica, de outro percebemos a ampliação dos usos desse conceito como uma das bases na construção política brasileira da segunda metade do século XX. Ora tendo como fundamentação o foco economicista e ora a seleção físico-natural, a região insere-se no plano das políticas públicas de planejamento nacional ignorando o arcabouço teórico adquirido na construção de sua formação como conceito científico, adquirindo um perfil que mais se assemelha a uma estruturação simbólica de imposição de limites, do que propriamente uma constituição regional.

Ao final do século passado, os usos desse conceito suplantam a mera política de divisão macro e messorregional, passando a servir também como ambiência para os mais diversos projetos de planejamento estatal. Assim temos, por exemplo, o plano turístico nacional, ao qual toma a estéril conceituação que se tornou a região no invólucro federalista para a construção do seu programa de *aparelhamento* do fenômeno turístico brasileiro. Nesse contexto é proposto o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte, que influenciado pelo Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007-2010 surge como o primeiro projeto regional interestadual *tematizado*, com finalidade turística.

Do esvaziamento de debates sobre o conceito de região, tanto no âmbito das políticas públicas, como pela seara científica, forma-se uma complexa barreira diante à temática regional, vindo resultar na materialização de uma complexa compreensão desta enquanto instrumento de ação estatal. Nesse sentido, o embasamento determinista pautado na vertente econômica e ambiental passa a proferir um novo leque de variáveis, resultando na promoção de regiões pautadas por enfoques dos mais variados interesses concebidos. Esse suposto esvaziamento de conteúdo no debate da região, o confere um aspecto de *guarda-chuva*, no qual tem seu escopo preenchido por uma gama de direcionamentos. No caso do PDSRT do Meio-Norte é proposto uma formação regional alicerçada sob uma pseudoestrutura

de espaços de *vocação turística*, apresentando a região gestada a partir da construção discursivo-imagética de paisagens homogêneas entre municípios envolvidos.

Presente ao longo do percurso histórico do planejamento regional, a imagética é proposta a partir do Plano Meio-Norte como instrumental (veículo) para o protagonismo estatal dessa nova (ou não tão nova) constituição regionalista. Dessa forma, a imagem da espacialidade retratada, que ao longo do processo histórico, sempre esteve como ferramenta de apoio para a proposição da identidade regional, ganha com a inserção da formação de regiões turísticas um papel essencial na efetivação da configuração da região.

Desse modo, ao tratar da relação da formação do PDSRT do Meio-Norte, algumas considerações preliminares devem ser observadas, a fim de trazer luz a conceitos básicos para sua compreensão. Com o objetivo de elencá-los de modo que surjam para contribuir com a compreensão desse estudo, nesse primeiro momento será realizado um breve debate acerca da apreensão de termos como *imagética, região e turismo*.

A análise da construção teórica desses conceitos emerge do interesse em compreender como tais termos se desenvolvem até o surgimento das políticas de desenvolvimento turístico regional no país. Será observado no transcurso dessa reflexão que o percurso histórico de construção teórica de tais termos é essencial para nos trazer ferramentas capazes de compreender na atualidade essa tríade que, aparentemente desconexa, fluem em torno de um campo comum.

Assim, os debates iniciais deste trabalho encontram-se estruturados conforme nos apresenta a Figura 4. Os assuntos tratados nesse primeiro momento funcionarão como aporte para uma análise dos componentes que permeiam o nosso objeto de pesquisa, tendo o debate travado nesta etapa inicial retornado ao longo dos capítulos a fim de contribuir para a compreensão da interligação dos assuntos abordados.

Um desses termos, a imagética, surge como norteadora para a compreensão da lógica estruturada da formação do PDSRT do Meio-Norte. Frequentemente presente em segundo plano nos estudos da ciência geográfica, esse conceito surge na atualidade com o papel de importância singular para trazer luz à compreensão da organização do espaço numa sociedade movida *com e para* imagens.

Figura 4 - Estrutura do Capítulo 2

2.1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A IMAGÉTICA

De modo geral, podemos considerar as representações sociais a partir do sentido atribuído a um dado objeto (ou espacialidade) pelo sujeito, “a partir das informações que, continuamente, lhe vêm de sua prática, de suas relações” (MADEIRA, 1998, p. 49). Nesse sentido, apresentam-se como saberes coletivos compartilhados que surgem com a função de estruturar a espacialidade ao ser redor, com o objetivo de descortinar aquilo que era até então desconhecido. Para Jodelet (2001, p. 27), “a representação social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito). As características do sujeito e do objeto nela se manifestam”. Desenvolvendo a noção de representação social, concordamos com Sêga (2000, p. 128) ao afirmar que:

A representação que um grupo elabora sobre o que deve fazer para criar uma rede de relações entre seus componentes faz com que defina os mesmos objetivos e procedimentos específicos. Descobre-se um primeiro processo de representação social: a elaboração, por uma coletividade, sob indução social, de uma concepção de uma tarefa que não leva em conta a "realidade" do comportamento social, mas a organização do funcionamento cognitivo de grupo.

Dessa forma, as representações sociais apresentam-se como uma forma de refletir sobre a realidade cotidiana a ser desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos na sua organização, possuindo um caráter dinâmico e sempre atuante a partir das relações

estabelecidas, dentro e fora do grupo social, em relação a “situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem” (SÊGA, 2000, p. 128).

Abric (1990) afirma que é certamente a representação que determina o significado do comportamento da interação, e não o inverso. Tal assertiva vem em consonância com a concepção de Moscovici (1978) ao afirmar que as representações sociais são a base para que os indivíduos, reunidos em grupos sociais, elaborem um conjunto de informações consensuais sobre a realidade com a qual se relacionam. Assim, a representação aqui tratada não corresponde a uma cópia da realidade, muito menos a parte subjetiva ou objetiva do sujeito, mas sim o processo pelo qual se estabelece a relação do espaço com a sociedade. Jodelet (1990) apresenta nos seus estudos quatro características básicas sobre as representações sociais:

- a) Tem sempre um caráter imagético e a propriedade de deixar intercambiáveis a sensação e a ideia, a percepção e o conceito;
- b) Possui uma característica simbólica e significante;
- c) É marcada pela noção de que se encontra sempre em construção;
- d) É essencialmente criativo e tem a autonomia como característica fundante.

Assim, as representações são elaboradas na relação dos indivíduos em seu grupo social, possuindo um caráter essencialmente dinâmico, fruto das ações empreendidas dentro e fora do grupo. Segundo Moscovici (1978), tal situação consiste como uma resposta do grupo às intervenções externas que põem em perigo sua identidade coletiva, ou seja, para o modo como o grupo se vê e é visto pelos outros. Ainda sobre a compreensão das representações sociais e o modo como ela é composta, temos a inserção da noção de imagem:

Toda representação é composta de figuras e de expressões socializadas. Conjuntamente, uma representação social é a organização de imagens e linguagem, porque ela realça e simboliza atos e situações que nos são e que nos tornam comuns. Encarada de modo passivo, ela é compreendida a título de reflexo, na consciência individual ou coletiva, de um projeto, de um feixe de ideias que lhe são exteriores. A analogia com uma fotografia captada e alojada no cérebro é fascinante; a delicadeza de uma representação é, por conseguinte, comparada ao grau de definição e nitidez ótica de uma imagem. É nesse sentido que nos referimos, frequentemente, à representação (imagem) do espaço, da cidade, da mulher, da criança, da ciência, do cientista, e assim por diante. (MOSCOVICI, 1978, p. 25).

A imagem como conjunto simbólico promove a partir de seu conteúdo (imagética) influência direta na tomada das representações sociais como elementos cognitivos para a

compreensão do contexto social vigente. Essa imagética surge a partir de um conjunto de hábitos, frases e compreensões tidas ao longo do cotidiano das comunicações interpessoais, ao qual resultam na concepção da representação social a reflexão dos indivíduos como seres ativos no processo de construção da sociedade.

A *teoria do núcleo central* surge a partir da sistematização dos estudos da representação social amplamente estudada por pesquisadores como Abric (2000) e Moscovici (1978), possuindo uma estruturação constituída por dois subsistemas, o central e o periférico. Assim, enquanto o periférico encontra-se associado às situações imediatas e individuais, o central encontra-se referenciado ao conjunto de valores e costumes da coletividade, perpetrados através do pensamento social coletivamente produzidas e historicamente determinadas, sendo base da “identidade e a permanência de um grupo social” (ABRIC, 2003, p. 39).

No curso da reflexão da representação social, a teoria do núcleo central surge como sendo o cerne mais estável da representatividade de determinada coletividade com sua espacialidade, organizando-se como um núcleo figurativo. Tal composição encontra-se formada por uma *estrutura imagética* em que se articulam de uma forma mais concreta ou visualizável “os elementos do objeto de representação que tenham sido selecionados pelos indivíduos ou grupos em função de critérios culturais e normativos” (SÁ, 1996, p. 65).

Apesar de aparentemente a *Teoria do Núcleo Central* e das *Representações Sociais*, bases da chamada Psicologia Social, figurarem no campo de conhecimento cognitivo, estas vêm apresentarem-se como ferramentas essenciais para a compreensão do espaço geográfico. Assim, elementos cognitivos como a imagem e imagética, trazem importante contribuição para a construção do pensamento em torno das relações socialmente elaboradas sobre o espaço. Espaço esse carregado de ideologias, relações e crenças, a todo o instante (re)produzindo signos que se inter-relacionam. Projetadas pelo pensamento, transpassam o campo cognitivo até tornar-se inteligível à organização social (BOMFIM, 2002).

Nesse sentido, a imagética surge como ponto central na construção da representação social e na materialização da relação da sociedade com o espaço. Desse modo, perceber o discurso imagético presente no Plano Meio-Norte é compreender a forma de como este (discurso) permeia a teia de relações na (re)construção imagética do espaço pretendo de ser regionalizado.

2.1.1 A subjetividade imagética

Em 1891, Stéphane Mallarmé afirmava numa frase que se tornou clássica no universo literário: “Tout, au monde, existe pour aboutir à un livre³” (MALLARMÉ, 1945, p. 378). Tal alegação partia do contexto do boom literário ocorrido na Europa ao longo do século XIX, resultando no período de maior publicação já vivenciado até então. Da experiência cotidiana, a história de guerras, amores e descobertas, a existência humana de modo geral ganha uma transcrição literária.

Nesse mesmo sentido, Susan Sontag, ao tratar acerca da compulsão da sociedade contemporânea pelo registro fotográfico, afirma em seu livro *Sobre Fotografia* que “hoje, tudo existe para terminar numa foto” (2004, p. 14). Assim como a imagética arquitetônica tornou-se uma das fundamentais formas de representação das sociedades clássicas, a imagética literária assentou-se como principal veículo da sociedade, sobretudo a partir da eclosão da produção escrita em larga escala. Tal situação confere a imagética o status de protagonista no trato da representação social, a partir da fluidez de acesso às informações apresentados na atualidade.

No entanto, tal afirmação não deve ser vista como uma incoerência histórica do conceito. É notório que a arte da representação, por meio de imagens, é tão antiga quanto à civilização humana; quer seja através de pinturas rupestres ou formas mais elaboradas da arte renascentista. No entanto, o atual contexto de fluidez da produção de imagens, propagado na velocidade de kilobytes por segundo, apresenta-se como ímpar no percurso da civilização, resultando num processo de relações sociais em que cada fragmento da vida é passível de ser registrada.

Devemos atentar que a análise da imagem a ser tratada neste trabalho não corresponde à superficialidade de uma mera descrição da representação visual. Ela carrega um conjunto de significados sob o enfoque de possibilitar a combinação de ideias e valores em torno do que se pretende captar, tornando seu estudo complexo e rico em contribuições para o objeto analisado. Sendo seu estudo largamente utilizado como ferramenta de análise das mais variadas ciências – destacando-se a Sociologia, Publicidade, História, Antropologia, Física,

³ “Tudo, no mundo, existe para acabar num livro”, em tradução livre.

dentre outros – a imagem apresenta múltiplas possibilidades para a compreensão da dinâmica das relações espaciais.

A Geografia, mesmo tendo sua origem intimamente ligada à análise e interpretação de imagens, somente nas duas últimas décadas vem apresentar trabalhos cujo enfoque destaque a relação do conteúdo (imagética) subjacente à construção dessas imagens na organização do espaço. Essa recente aproximação da ciência geográfica surge fruto das pesquisas da escola da *Geografia Cultural* e a formação da consciência de que “a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial [...] tornando-se necessária para a compreensão do mundo” (CORRÊA, 1999, p. 51).

No entanto, foi por meio dos trabalhos da *Geografia Humanista*, destacando a consciência humana – com seus comportamentos e valores – a imagética transformou-se em base essencial na compreensão das interações sociais no espaço. Esta corrente estrutura-se embasada nos estudos fenomenológicos e a possibilidade por meio deste método na apropriação das experiências da consciência – memórias, relações, imagens etc. – como uma forma de compreensão das relações do homem no/com o espaço. Dado a aproximação dessa escola geográfica com a análise da percepção dos fenômenos, esta ganha outra denominação, *Geografia da Percepção*, interligada com o papel do espaço como campo sógnico.

O Quadro 2 apresenta a oposição entre o espaço como campo conceitual (nas formas de percepção topológica, fenomenológica e histórica) e como campo sógnico (nas formas de encantamento e de antropologia da imagem), a partir dos estudos de Moreira (1993) e Rocha (2001). Esse quadro, além de ressaltar a diversidade existente na concepção de espaço nesses dois campos, destaca também o papel da imagética no trato do espaço, distanciando à simples associação da imagem como forma-objeto, e trazendo-a como protagonista na análise da subjetividade histórica na formação espacial.

Partindo da análise do espaço a partir da reflexão em torno da construção do discurso imagético, a hermenêutica surge como método de interpretação dos fenômenos, trazendo ao geógrafo o papel de observador das relações estabelecidas pela atividade humana no espaço. Assim, a imagética emerge como um meio de investigação para a compreensão da complexidade existente entre o espaço e àqueles que afeiçoam suas significações por meio de constructos representados na imagem. Nesse sentido, é possível trazer luz às experiências vividas e percebidas pelos sujeitos que formam as relações no/com o mundo.

- Quadro 2 - ESPAÇO COMO CAMPO CONCEITUAL X ESPAÇO COMO CAMPO SÍGNICO				
I – Espaço como campo conceitual		II – Espaço como campo sígnico		
1. Percepção espacial e topologia	É a teoria do processo senso-perceptivo como topologia. O mundo se arruma à nossa frente em pares de lugares do tipo perto-longe, alto-baixo, esquerda-direita.		1. Percepção espacial e encantamento	O homem é o sujeito construtor de um mundo ordenado de acordo com sua cultura. Assentando-o a partir dos símbolos de sua utopia, o homem faz dele mais o modo da construção que a imposição de uma objetividade externalizada à ação histórica. O mundo é ordenado dessa ou daquela forma, mas poderia ser de outra maneira.
2. Percepção espacial e fenomenologia	Fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty.	O espaço é o mundo da experiência levada a efeito pelo corpo. É o mundo da corporeidade.	2. Percepção espacial e antropologia da imagem.	Por este conceito, a imagem não nega o racional, mas não precisa da razão para se impor como realidade. A imagem deixa de ser o puro reflexo das formas do mundo objetivo e passa a ser subjetividade histórica que culturalmente se basta e se explica.
	Fenomenologia analítica existencial de M. Heidegger.	O espaço é a intersubjetividade, a relação sujeito-objeto.		
	Fenomenologia do espírito de Hegel.	O espaço é o mundo da autoconsciência, Representado pelo movimento da consciência lutando para superar sua alienação material na direção de seu reencontro com o sujeito-objeto idêntico.		
3. Percepção espacial e história	Neste conceito está incluído o marxismo. O espaço é o historicamente construído pelo próprio homem. É o espaço da relação do homem organizado em sociedade com a natureza.			

Fonte: Adaptado de Rocha (2001).

Observando a história recente do pensamento geográfico, percebemos a condição secundária dada à reflexão imagética na tomada da organização do espaço. Apesar de encontrar-se de modo pontual nos estudos de cunho cultural e humanista, ainda são incipientes no âmbito da ciência geográfica nacional as possibilidades que a análise da imagética perpassa no aporte à dialética das relações sociais na organização do espaço.

Num primeiro olhar, o uso da imagem como meio para o estudo da ciência geográfica encontra-se esbarrado na esfera da superficialidade, conferindo à análise dessa ferramenta embasada apenas no nível do visível. A associação auferida à imagem enquanto reflexão pautada sobre sua *forma* aparente neutraliza as possibilidades em torno do seu conteúdo. Nesse sentido, categorias de análise da Geografia, como *função*, *estrutura* e *processo* (SANTOS, 1985), tornam-se essenciais no trato da reflexão da imagem, possibilitando uma maior abrangência na investigação da dinâmica social.

Dado o conteúdo polissêmico empregado no termo *imagético* é importante compreendermos a dinâmica existente em sua compreensão. Partindo de uma captação geral é possível apreender em alguns dos poucos dicionários portugueses que tratam do termo, como o Aurélio (2010, p. 39), como sendo o conjunto de tudo “que se exprime por meio de imagens”. Um dos mais clássicos dicionários estadunidense, o *Merriam-Webster* (2000), apresenta a amplitude dada ao conceito imagético (em inglês, *Imagery*):

1a. *Technical: pictures or photographs.* [Técnica: imagens ou fotografias] (sinônimo).

1b. *Pictures of people or things in a work of art.* [Imagens de pessoas ou coisas numa obra de arte].

2a. *The formation of mental images, figures, or likenesses of things, or of such images collectively.* [A formação de imagens mentais, figuras ou semelhanças de coisas ou de imagens, tais coletivamente] (associada como resultado da internalização da imagem).

2b. *Use of words or pictures in books, films, paintings, etc. to describe ideas or situations* [Uso de palavras ou imagens em livros, filmes, pinturas, etc, para descrever as ideias ou situações] (uso figurado).

2c. *Rhetorical images collectively.* [Coletivo de imagens retóricas].

A partir dessas definições percebemos a compreensão da imagética dividida em dois grandes conjuntos, àquelas relacionadas à sinonímia de fotografia e demais meios de representação pictórica (1a e 1b), e àquelas direcionadas ao resultado da relação dialética entre a produção da imagem, sua internalização e a construção de sua compreensão em quanto meio (2a e 2b). Dessa forma o processo da linguagem da imagem, como modo da afirmação de algo (2c), constitui-se como um resultado da observação analítica da elaboração do processo da imagem.

Sobre o termo imagem, podemos considerar que sob o ponto de vista etimológico, esta palavra origina-se do latim *imago*, cujo significado relaciona-se à forma, aspecto, retrato, representação, interligada à associativa da comunicação, obtendo também a significância de sombra (de um morto), fantasma, cópia (FARIA, 1962). A reflexão acerca das origens desse termo permite traçarmos um paralelo a respeito do papel, por vezes sobre-humano, conferido à imagem; remontando, por exemplo, na estreita relação existente entre o real e o campo da representação, ao período das primeiras sociedades humanas (SILVA, 2007).

Os primitivos são, por vezes, ainda mais vagos a respeito do que é real e do que é imagem. [...] A explicação mais provável para essas pinturas rupestres ainda é a de que se trata das mais antigas relíquias da crença universal no poder produzido pelas imagens; dito em outras palavras, parece que esses caçadores primitivos imaginavam que, se fizessem uma imagem da sua presa – e até a espicaçassem com suas lanças e machados de pedra –, os animais verdadeiros também sucumbiriam ao seu poder. (GOMBRICH, 1999, p. 40-42).

O *Dicionário de Filosofia*, de Didier Julia, apresenta a conceptualização de imagem como oposta à noção de representação, estabelecendo quatro características fundamentais, a saber:

I - A imagem é uma "consciência" e não o conteúdo de uma representação, isto é, a imaginação é uma atitude do homem;

II - A imagem caracteriza-se pelo fenômeno de "quase observação". Assim, a imagem não nos traz, então, nada de novo: não é uma observação real;

III - "A consciência imaginante coloca seu objeto como um puro nada"; o homem que imagina sabe que o objeto de sua representação não existe;

IV - A espontaneidade e a independência em relação à vontade são marcas da imagem. Comparando com a construção do sonho enquanto exemplo de "consciência imaginante", o sujeito é tratado enquanto ser passivo (JULIA, 1969).

De forma oposta, o Dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano (2003) adota uma reflexão que aproxima o termo com a ideia de *representação*. Assim, o autor define imagem como sendo o ato de representar algo de modo concreto ou abstrato, à “semelhança ou sinal das coisas que pode conservar-se independentemente da coisa; ideia significa um objeto qualquer do pensamento humano, isto é, como representação em geral” (ABBAGNANO, 2003, p. 536). Ainda segundo o autor,

Aristóteles dizia que as imagens são como as coisas sensíveis, só que não têm matéria (De An., III, 8, 432 a 9). Neste sentido a imagem é: 1A) produto da imaginação ; 2B) sensação ou percepção, vista por quem a recebe. Neste segundo significado, esse termo é usado constantemente tanto pelos antigos quanto pelos modernos.

(...)

A imagem propriamente dita é "aquilo que é impresso, formado e distinto do objeto existente, que se conforma à sua existência e por isso é o que não seria se o objeto não existisse" (Dióg. L., VII, 50). Desse ponto de vista, as imagens podem ser sensíveis e não sensíveis (como as das coisas incorpóreas); racionais ou irracionais (como as dos animais) e artificiais ou não artificiais (Dióg. L., VII, 51). Conceito igualmente geral da imagem era o dos epicuristas, que admitiam a verdade de todas as imagens porquanto produzidas pelas coisas: pois o que não existe não pode produzir nada. (ABBAGNANO, 2003, p. 537).

Nesse sentido, é importante notar que a imagem, longe de propor a reprodução fidedigna do real, vem apresentar um conjunto simbólico que busca apresentar ao espectador uma lógica do espaço enquanto objeto a ser reivindicado. É a construção subjetiva da apropriação de uma síntese espacial, possibilitando a articulação de ideias, valores e padrões estéticos. Tal subjetividade atribuída à imagem pode ser exemplificada a partir das figuras elaboradas por Ernest Meissoner, intitulada *Friedland, 1807* (1875) e o quadro *O grito do Ipiranga* (1888), de Pedro Américo (Figuras 5 e 6).

Sobre essas figuras, é possível observa-se claramente um efeito *cópia* do momento da independência brasileira com a reprodução da vitória do exército francês na Guerra da Quarta Coalisão. Apesar da ideia de *cópia*, de modo isolado, provocar um juízo de valor precipitado, que barra a riqueza dos detalhes, sem dúvida existente, é importante nos atentarmos para a mensagem de triunfo intrínseca no discurso veiculado. Sem qualquer exigência de autenticidade original, é possível considerar que a vitória possui padrões a serem imageticamente seguidos.

Figuras 5 e 6 - *Friedland, 1807*, de Ernest Meissoner (1875) (acima) e *Grito do Ipiranga*, de Pedro Américo (1888) (abaixo).



Fontes: Figura 5- Schlichta (2006, p. 223); Figura 6 – Schlichta (2006, p. 236).

Dessa forma, mas do que apenas a identificação do plágio, cabe observarmos as justificativas entrementes em tais reproduções, quer seja para evidenciar o poder de Napoleão (representado sem qualquer armamento em punho, um nível acima dos demais combatentes) ou a austeridade de um Dom Pedro I em plena crise monárquica (empunhando uma espada frente a uns exércitos ordenados e populares, também em níveis inferiores). É o uso da imagem com a finalidade de perpetrar o discurso do vitorioso.

No entanto, é importante asseverar que essa subjetividade imagética não é exclusividade das reproduções à tinta. Não há dúvidas quanto ao fato de que o surgimento da fotografia veio promover mudanças intensas na visualidade do homem contemporâneo. Originado na Europa do século XIX, a partir do uso de câmeras obscuras e lúcidas a fim de *copiar* o que viam (ANDRADE, 2004), o percurso do desenvolvimento dessa técnica perpassa pela invenção da daguerreotipia na década de 1830, por Louis Jacques Mandé Daguerre, sendo disseminada com certa rapidez pelo mundo. Ao longo desse processo, a imagem fotográfica vem a ser tratada como “a secretária e o bloco de notas de quem quer que necessite de uma absoluta exatidão em sua profissão” (BAUDELAIRE, 1988, p. 73). Desse modo, a fotografia vem resultar da combinação de arte e ciência, como afirma Ivins Junior (*sd*, p. 116):

[...] it is through photography that art and Science have had their most striking effect upon the thought of the average man of today. From many points of view the histories of techniques, of art, of science, and of thought, can be quite properly and cogently divided into their pre – and post – photographic periods⁴.

A eclosão da fotografia no final do século XIX surge sob a justificativa de reprodução fidedigna da realidade. Tal situação resulta, por exemplo, na inserção das fotografias nos documentos oficiais de identidade, como prova incontestável da veracidade da pessoa retratada. Tal alocação é possível de ser percebida a partir da seguinte passagem de Susan Sontag (2004, p.14-16):

[...] imagens fotografadas não parecem manifestações a respeito do mundo, mas sim pedaços dele, miniaturas da realidade que qualquer um pode fazer ou adquirir. [...] Uma foto equivale a uma prova incontestável de que determinada coisa aconteceu. Enquanto uma pintura, ainda que conforme aos padrões fotográficos da semelhança, nunca é mais do que a afirmação de uma interpretação, uma fotografia nunca é menos do que o registro de uma emanção (ondas de luz refletidas pelos objetos) um vestígio material daquilo que foi fotografado e que é inacessível a qualquer pintura.

⁴ [...] É através da fotografia que a arte e a ciência tiveram seu efeito mais marcante sobre o pensamento do homem de hoje. Sob muitos pontos de vista, a história das técnicas, da arte, da ciência e do pensamento, pode ser bastante adequada e convincente, dividido em sua pré - e pós - eras fotográficas (em tradução livre).

Porém, apesar da *pseudorealidade* associada à fotografia, esta não foge à lógica de ser utilizada como produto de um discurso que se pretende prover. Sobre esse assunto, Ferrara (1997) convida a vislumbrarmos para além da imagem-figura, buscando distinguir imagens dentro das imagens. Gaston Bachelard, no livro *A Terra e os devaneios do repouso* (2003) afirma que a imagem deve ser encarada pelo pesquisador como um desafio, uma provocação, um convite que vai além da simples aparência captada pela visão.

Assim, é essencial compreendermos que a imagética transpassa a simples lógica da reprodução fotográfica ou pictórica. Ao tratarmos desse termo neste trabalho é importante correlacionarmos à dialética existente na intercalação da imagem projetada com o discurso inerente em sua produção. Frente à compreensão multilíngue do termo imagética, propomos neste trabalho o uso deste conceito como sendo o resultado da compreensão da elaboração pictórica intrínseca de um discurso.

Desse modo, temos a aproximação da imagem com a semiótica, de modo a buscar o conhecimento a partir de uma “explicação teórica sobre os signos e o que eles fazem” (DEELY, 1990, p. 124), possibilitando da compreensão da organização do ser social às imposições implícitas no objeto-imagem. Nesse sentido, a *imagética* estaria fundamentalmente associada à construção de produtos/meios capazes de traduzir o mundo em imagens, sendo que estas são capturáveis na consciência contemporânea como representação das relações sociais no espaço.

Nesse sentido temos, por exemplo, o caso das Figuras 5 e 6, no qual estas *imagens* não se findam por uma simples reprodução de escolas de pinturas clássicas, mas abrange a busca pela compreensão da lógica das motivações em torno de suas elaborações. Assim, romperíamos a mera discussão do plágio de Pedro Américo e traríamos a tona que ambas a reproduções trazem em seu discurso um momento histórico carregado sob um subtexto de redentorização que na prática nunca existiu, tratando-se de uma tentativa de promoção de uma pseudo-história martirizada.

A imagem, para além da representação física de algo, traz a tona um conjunto de representatividades que proporcionam a leitura das intencionalidades existentes na proposição do espaço enfocada pelo seu elaborador, enquanto ferramenta de representação. Sobre esse assunto, o filósofo Vilém Flusser trata da imagem enquanto produto da relação homem-mundo:

O caráter das imagens é essencial para a compreensão das mensagens. Imagens são códigos que traduzem eventos em situações, processos em cenas. Não que as imagens eternizem eventos; elas substituem eventos por cenas. [...] **Imagens são mediações entre homem e mundo.** O homem “existe”, isto é, o mundo não lhe é acessível imediatamente. Imagens têm o propósito de lhe representar o mundo. Mas, ao fazê-lo, entrepõem-se entre mundo e homem. Seu propósito é serem mapas do mundo, mas passam a ser biombos. O homem, ao invés de se servir das imagens em função do mundo, passa a viver em função das imagens. Não mais decifra as cenas da imagem como significados do mundo, mas o próprio mundo vai sendo vivenciado como conjunto de cenas. (FLUSSER, 1985, p. 14) [Grifo nosso]

Acerca dessa perspectiva, a produção imagética vem constituir-se como elemento essencial para a compreensão da realidade. É por meio da imagem que o homem reproduz determinada espacialidade e a modifica, dado a interpretação ocular empreendida pelo sujeito. Podemos afirmar que tal concepção pode definir-se como a imagem a serviço da (re)produção do espaço.

Sob o ponto de vista psicossocial, a imagem é tomada como inerente ao homem, concentrando o elemento fundamental da estrutura do imaginário. Podemos considerar como a base para a construção da relação homem-meio, resultando como interlocutora da elaboração de imaginários sociais. Nesse sentido, a imagem, quer seja física (fotográfica, pictórica) ou psíquica, resulta num modo de como a sociedade se dispõe em sua espacialidade.

No entanto, a imagem aponta também como propositora de um discurso. Sob o ponto de vista geohistórico, é possível perceber a idiosincrasia da imagética na constituição regional. Não obstante, o tratamento de seu conteúdo no trato das políticas de turismo resulta na promoção de uma seara de intencionalidades a serem associadas à espacialidade retratada. No caso do PDSRT do Meio-Norte, o discurso imagético surge como base na produção de uma *vocacionalização* à prática de um turismo ecológico e de aventura.

2.2. (RE)RECONSTRUÍDO O CONCEITO DE REGIÃO

De modo geral, o conceito de região tornou-se termo comum em trabalhos das mais variadas correntes do pensamento científico, sem haver, no entanto, o devido tratamento epistemológico. Ao trazer esse termo no entremeio de projetos de políticas públicas, a riqueza conceitual perde-se diante à fluidez do discurso. Nesse sentido, Morin (2003) ao tratar do paradigma da complexidade, afirma que ao se propor analisar os fenômenos que revestem a

humanidade, é necessário que, diferentemente do tratamento das políticas públicas, as ciências sociais possam compreender a dialética dos conceitos que norteiam o pensamento científico, sem nunca considerá-los acabados, articulando entre a base constituidora dos conceitos e o objeto que se pretende analisar.

Hissa (2001) considera que as categorias são pontes que contribuem para o conhecimento do objeto pelo sujeito, sendo mediações essenciais para a compreensão do mundo. Dessa forma, ao propor analisar a construção imagética no Plano Meio-Norte, é essencial trazermos à tona as bases de sua regionalização. Para tal reflexão, nos remetemos na busca por estabelecer um resgate da estruturação do conceito de região, a fim de trazer luz a sua complexidade na interação com a combinação imagético-turística.

Ao tratar sobre a importância da apreensão das conceitualizações existentes na base do objeto pesquisado, Breitbach (1988) afirma que um conceito é um instrumento metodológico do conhecimento, ao qual expressa a essência do objeto; essência esta que, no caso tratado, revela as leis de movimento de uma realidade regional: sua origem, desenvolvimento e, eventualmente, seu desaparecimento. Complementa Breitbach (1988, p. 22):

É preciso compreender, todavia, que o conceito não é somente um pensamento, de vez que, se o fosse, haveria uma radical subjetividade na formulação dos conceitos, de tal modo a inviabilizar a atividade científica. É importante lembrar que o conceito está conectado originalmente com a manifestação fenomênica, de vez que o movimento do pensamento para atingir a essência parte justamente dessa realidade. O conceito é, portanto, pensamento; mas um pensamento que expressa a essência do mundo real exatamente naquilo em que ele é mais real; por conseguinte, é concreto e objetivo.

Breitbach (1988) afirma, nesse contexto, que o uso indiscriminado desse conceito vem fazendo com que o termo região seja utilizado sem o devido tratamento epistemológico, tendo seu conteúdo utilizado genericamente a fim de delimitar uma infinidade de espacialidades. Dessa forma, apropria-se da palavra região tanto para designar uma área onde se localiza certa atividade produtiva ("região da soja", "região da pecuária", etc.) como para uma área com determinadas relações de produção ("região de minifúndio") ou uma área com características geográficas específicas ("região da serra"), sem contar o uso corrente que é feito do termo regional para designar um recorte estadual. Assim, a "região do turismo", presente no PDSRT do Meio-Norte encontra-se inserida nesse campo genérico apregoado a esse termo.

Sobre esse assunto, é interessante observarmos que ao tratar sobre as origens dessa categoria na ciência geográfica, a região encontra-se entremeadada à geopolítica, notadamente voltadas à organização política dos estados-nação que se fortaleceram a partir da segunda metade do século XIX. Assim, ao tratar a região do ponto de vista epistemológico, Gomes (1995) atenta que este conceito proporcionaria à Geografia mais do que um objeto próprio, seria, sobretudo, responsável por “uma interface particular entre a consideração dos fenômenos físicos e humanos combinados e considerados em suas diferenças locais” (GOMES, 1995, p. 59). Desse modo é interessante perceber os dois conceitos-bases da Geografia, *espaço* e *região*, de modo interacionado no âmbito das relações sociais.

A partir de leituras em torno da compreensão regional, torna-se evidente a associação desse conceito como uma realidade empírica. Tal concepção é possível de ser apreendida desde sua compreensão etimológica, ao qual apresenta sua origem no termo em latim *regere*. Na Roma antiga a palavra *regio* era utilizada para designar áreas, independentes ou não, que estavam subordinadas ao Império. Na sua etimologia, a palavra região indica extensão e poder sobre uma área e foi compreendida ao longo da história sobre diferentes enfoques: “como subdivisão de espaços, como espaços administrativos limitados e hierarquizados” (SUERTEGARAY, 2005, p. 55). Gomes (1995, p. 50-51) afirma que:

[...] alguns filósofos interpretam a emergência deste conceito como uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge de forma ampla, a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial.

Assim, ao se propor a elaboração de uma teorização sobre o conceito de região, deve-se partir da preocupação em tratar suas formulações teóricas com as formulações causais, havendo a necessidade premente de atualização requerida sob a ótica de cada momento histórico selecionado, buscando dessa forma a elaboração de um conceito presente. Como afirma Silveira (2003, p. 415):

[...] há necessidade de entender o significado do período em cada região, as transformações, o uso atual do território, para que as regiões possam ser de um lado, interlocutores, mas de outro lado, e, sobretudo, produtoras de condições aptas para o trabalho e a vida da população nos lugares.

Nesse sentido, concordamos com Gomes (1995) que trata o percurso histórico dessa conceitualização a partir de três conclusões: a) o conceito de região permitiu, em grande parte, o surgimento das discussões políticas sobre a dinâmica do Estado, a organização da cultura e o estatuto da diversidade espacial; b) o debate sobre esse conceito permitiu também a incorporação da dimensão espacial nas discussões relativas à política, cultura e economia, e

no que se refere às noções de autonomia, soberania, direitos, etc.; e, por último, c) foi na Geografia que as discussões atingiram maior importância, já que região é um conceito-chave desta ciência.

Ao longo da história da Geografia, percebemos o papel de destaque do conceito de região, em especial nas décadas de 1940 e 1950, quando o método regional foi foco dos principais estudos geográficos do período. A escola francesa foi a primeira a desenvolver estudos regionais que buscavam interpretar as regiões a partir da relação de seus habitantes com seu entorno; no mesmo período, no meio acadêmico norte-americano tornou-se cada vez mais presente o debate regional nas construções teóricas e epistemológicas da referida ciência (CLAVAL, 1998). Para o período, região e Geografia foram tomadas como sinônimos, e em consequência, nenhum fator social, político ou cultural poderia passar sem uma compreensão regional acerca do espaço (HENAIO & REYES, 2009).

Partindo da perspectiva histórica da formação desse conceito, percebemos que no interior da Geografia a apropriação de região apresenta-se sob inúmeras variantes, mantendo diálogo com os diferentes ramos do conhecimento e, também, “com as diferentes concepções dentro da tradição teórica e metodológica da própria Geografia” (BRITO, 2007, p.9). Tal assertiva torna-se imperativa ao observar a utilização do termo região desempenhando diferentes papéis na análise da ciência geográfica. A pluralidade conceitual é defendida por Martin (1996, p.53) ao afirmar que:

Em princípio, esta abordagem evita tanto as ciladas do grosseiro determinismo totalizante do tipo reducionista econômico como o pluralismo sem restrições do pós-modernismo: ela combina a busca de explicações de estruturas profundas com o reconhecimento de que essas explicações são, contudo, diferenciadas de lugar para lugar. Epistemologicamente falando, o relativismo deve ser adotado abertamente pelos teóricos realistas.

A partir dessas questões vale ressaltar que nenhuma construção conceitual sobre região proposto ao longo do tempo nas diversas escolas geográficas pode ser ignorado, ou dado como inválido, ao buscar compreender a própria constituição do que vem a ser tal conceito. Milton Santos, em *Por uma Geografia Nova* (2002), nos questiona sobre a necessidade de atualização desse conceito:

Os progressos realizados no domínio dos transportes e das comunicações, a expansão de uma economia internacional que se tornou *mundializada* etc. explicam a crise da clássica noção de região. se ainda quisemos conservar a denominação, somos obrigados a dar uma nova definição a palavra (SANTOS, 2002, p.40).

Assim, cabe observarmos *a priori* que o conceito é um pensamento; para formulá-lo é necessário superar o imediato, nas palavras de Lefebvre (1979, p. 223) é preciso sobrepujar a aparência “e descobrir já a unidade essencial dos fenômenos, sua conexão, que não ‘aparece’ imediatamente. (...) O conceito é um produto mais elevado da atividade pensante”, complexo e hermético. Nesse sentido, ao tratar da complexidade da construção conceitual de região, Lencioni (1999) afirma que sua abordagem tornou-se obscura devido a quatro fatores essenciais. O primeiro fator está relacionado ao discurso globalizante, que ao teorizar acerca da homogeneização espacial, traz em contraposição, a diluição da noção da região e suas consequentes divisões.

O segundo fator encontra-se associado à monotonia dos estudos regionais, repetitivos e enfadonhos, que se transformaram numa análise meramente descritiva da divisão regional estabelecida. Tal situação é debatida por Milton Santos no seu livro *Metamorfose do Espaço Habitado* (1994) que, ao criticar as posturas descritivas nos estudos regionais, destaca a necessária relação que o estudo sobre a região deve ter na análise da complexidade de relações, formas e funções, organizações, com seus mais distintos níveis de interação e contradição.

O terceiro fator é definido a partir de mudanças epistemológicas da própria ciência geográfica, ao fazer da natureza e da sociedade dois objetos independentes e distintos, desenvolvendo a segmentação entre geografia física e humana. Assim, a categoria região – na perspectiva da escola francesa, o lugar onde se encontram e interagem fenômenos físicos e sociais – perde sua importância analítica central para outras, como território e o lugar. De acordo com Andrade (1987, p. 42):

Observa-se (...) que o grande geógrafo brasileiro apega-se a dois tipos diversos de regiões, as naturais e as humanas, não procurando fazer a síntese do que seria a região verdadeiramente geográfica, daí afirmar que nas regiões geográficas propriamente ditas, em que levam-se em conta simultaneamente fatos físicos e humanos, as relações entre uns e outros tornam-se demasiado frouxas, visto que não mais se admite o determinismo geográfico.

O quarto fator encontra-se diretamente associado ao foco de nossa pesquisa, pois se refere à relação intrínseca entre região e planejamento. Associa-se o insucesso dos planos de desenvolvimento regional no país ao descrédito do próprio conceito de região. Do conjunto de planos regionais elaborados pelo Estado a partir da segunda metade do século XX, e o consequente descrédito da opinião pública, a abordagem teórica regional que sustentava tais projetos passou a ser também contestada.

Tal situação encontra-se inserida no fato de que o conceito de região passou, com a instrumentalização política a ser usada indiscriminadamente, sem o aporte de uma reflexão teórica sobre o referido. Significa dizer, portanto, que a conceituação de fato tem de negociar com as intencionalidades políticas contemporâneas. Assim, projetos de planejamento regional emergiam no contexto político brasileiro sem a necessária construção teórica acerca da compreensão das pretensões regionais almejadas pelos planos propostos. Como afirma Oliveira (1993, p. 30), “talvez a elaboração mais cuidadosa do conceito de região que se queira introduzir seja a da dimensão política dominadora. Isto é, de como o conceito de certas classes ‘fecham’ a região”.

De modo geral podemos definir que grande parte da construção da noção de região perpassa por três critérios intercalados. Uma, bastante difundida, corresponde associar o conceito de região à noção de homogeneidade, baseada na integração do território a partir de características uniformes, sejam elas geográficas, econômicas ou sociais. Para Andrade (1987, p.45) a homogeneidade regional corresponde ao espaço contínuo em que cada uma das partes que o constituem apresentem características que as aproximam umas das outras.

Contudo, existem críticas à noção de região homogênea. Damo (2007) enumera, por exemplo, que a homogeneidade sozinha não é condutiva à identidade coletiva por que: i) a menor diferenciação entre grupos pode realçar suas diferenças calcadas em fronteiras cognitivas; e, ii) a homogeneidade reduz o potencial para divisão de trabalho, contribuindo negativamente para o senso de comunidade.

Uma segunda vertente baseia-se na formação da noção de região com o conceito de polarização, resultante da ação recíproca das atividades sociais e econômicas de uma cidade central (polo) sobre outras, correspondendo à heterogeneidade como um fator de definição regional.

Um terceiro critério encontra-se associado à ideia de planejamento, correspondendo à elaboração de critérios político-administrativos empregados como mecanismo de controle ou de ação do estado na formação de “regiões administrativas institucionais” (LOCH, 2000, p. 102). Porém, como tratado anteriormente, a partir da análise do planejamento regional é possível observar as consequências de uma utilização indiscriminada e subjetiva do conceito de região. Breitbach (1988) nos lembra de que frequentemente, o conceito de região, subjacente a planos e programas normalmente

disponíveis, não ultrapassa em muito as abordagens administrativas no sentido estrito, quer dizer, a mera delimitação territorial do espaço.

Ora, tal noção não contempla a realidade social em seu conjunto, nem as relações dessa com o espaço, prejudicando a percepção da realidade e comprometendo a qualidade dos diagnósticos a partir daí elaborados. Os planejadores deparam-se, então, com a necessidade de "controlar" as desigualdades regionais num contexto capitalista, o qual, devido à sua própria natureza, as produz e reproduz sistematicamente, como condição essencial de sua sobrevivência. Frente a uma realidade que se impõe com firmeza, a percepção dos planejadores perde profundidade na medida em que eles não dispõem sequer de instrumentos teóricos adequados para a compreensão da realidade com a qual se deparam e na qual visam interferir (BREITBACH, 1988, p. 19).

Sobre essa temática, o Quadro 3 apresenta uma síntese dos fatores de complexidade e critérios na construção conceitual de Região. A partir dessa síntese refletiva, é possível observarmos que o vetor político encontra-se presente ao longo do processo de construção regional, seja como função de planejadora de novas regiões ou mesmo como organizadora das regiões – pensadas enquanto unidades administrativas –, resultando, por exemplo, em forças vetoriais para a compreensão dos campos imagéticos do lugar simbólico. Assim, a região é inserida, paulatinamente, por meio de práticas e discursos, imagens e textos que podem ter, ou não, relação entre si. Complementa Albuquerque Júnior (2009, p. 46):

A verdade sobre a região é constituída a partir dessa batalha entre o visível e o dizível. (...) Nem sempre o enunciável se torna prática e nem toda prática é transformada em discurso. Os discursos fazem ver, embora possam fazer ver algo diferente do que dizem (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p.46).

- Quadro 3 -		
FATORES DE COMPLEXIDADE E CRITÉRIOS NA CONSTRUÇÃO CONCEITUAL DE REGIÃO		
Fatores de Complexidade	Discurso Globalizante	Diluição da Região frente ao discurso da homogeneização espacial.
	Análise descritiva	Direcionamento de parte dos estudos regionais a descrições da divisão estabelecida, deixando em segundo plano as interações e contradições existentes.
	Fragmentação do pensamento geográfico	Consequente diluição do pensamento regional em física e humana
Crítérios	Região e Planejamento	Fracasso dos planos de desenvolvimento regional, pondo em xeque a confiabilidade do conceito regional.
	Região Homogênea	Integração espacial por bases uniformes (geográfica, econômica ou social) aproximando-as sob a proposição de uma unidade coletiva.
	Região Polarizada	Aposta interdependência existente numa área a partir do poder de atração de uma cidade (polo), e a consequente heterogeneidade desta com as demais.
	Região Planejada	Resultado do conjunto de ações político-administrativas como forma de intervenção na organização do espaço.

O trato da construção regional em prol da organização, enquanto base para a definição e exercício do controle na administração dos Estados e de suas subunidades não é prática recente. É possível observar tal configuração desde o fim da Idade Média, por exemplo, quando as divisões administrativas foram as primeiras formas de divisão territorial presentes no desenho dos mapas (GOMES, 1995).

Haesbaert, em seu livro *Regional-Global* (2010), apresenta um quadro síntese dos princípios de regionalização, nomeado como *princípios tradicionais*, que delinea as características das funções homogêneas e de polarização que dominaram o debate regional. Longe de apresentar uma visão dicotômica, esses dois princípios regionais, conforme é possível observar a partir do Quadro 4, apresentam um caráter de complementação ao método regional.

- Quadro 4 - PRINCÍPIOS TRADICIONAIS DE REGIONALIZAÇÃO		
	Princípio Regional da Homogeneidade ou Uniformidade	Princípio Regional da Coesão Funcional ou da Polarização
Propriedades básicas	Uniformidade ou semelhança de características (fisionômicas ou paisagísticas numa perspectiva mais empirista, “formais” ou quantitativas numa perspectiva mais racionalista).	Fluxos e relações de organização/conexão (de complementaridade numa abordagem mais conservadora, de dominação numa perspectiva mais crítica).
Configuração espacial típica	Áreas ou zonas (superfícies e limites) justapostas. Fronteiras/limites relativamente claros, não admite sobreposição.	Nós ou polos e fluxos – redes (pontos e linhas). Fronteiras/limites pouco definidos, admite sobreposições (campos de forças, hierarquia e centralidade).
Fenômenos privilegiados	Zonais ou em área. Ex.: atividades rurais, uso do solo.	Reticulares. Ex.: rede urbana, circulação econômica.
Exemplos indicadores	Região homogênea complexa: área de domínio de um tipo de paisagem. Simples: tipo de produção, composição social, étnica, linguística.	Fluxos de transporte (passageiros/migrantes, carga), prestação de serviços (atendimentos em educação e saúde), comunicações/informações (chamadas telefônicas) e capitais.
Método de regionalização/ análise regional predominante	Descrição e/ou classificação de lugares ou de áreas.	Medição e análise da direção e intensidade dos fluxos a partir das conexões urbanas.
Limitações	Prioriza a homogeneidade e a estabilidade, a extensão (uniforme) dos fenômenos, subvalorizando a mobilidade e a fluidez.	Sobrevaloriza fenômenos dotados de maior mobilidade ou organização em rede, funcionais, menosprezando aqueles mais bem expressos em termos de área ou extensão e os de ordem simbólica.

Fonte: Adaptado de Haesbaert (2010, p. 134).

Em conjunto com o desenvolvimento do planejamento regional, sobretudo a partir dos anos 1970, a região passa a abranger novas funcionalidades no âmbito das políticas públicas, enquanto a ciência geográfica passa consideravelmente a ignorá-la enquanto conceito-base do pensamento científico. Desse modo cria-se uma complexidade de via dupla, pois enquanto cresce o uso do conceito regional no final do século XX, reduz-se a reflexão em torno de compreendê-la.

Essa multidimensionalidade da noção de região promove uma complexa série de construções de definições e conceitos, a fim de justificar o seu emprego. Cabe observar, no entanto, que ao tratar sobre o debate (ou a falta dele) do conceito de região no PDSRT do Meio-Norte nosso enfoque nos próximos capítulos encontra-se norteado sobre duas questões: a) a atividade turística e sua veiculação imagética possibilita a (re)formação regional do Meio-Norte? b) a região atende às necessidades propostas no objetivo proposto do PDSRT?

2.2.1 Gênese do Planejamento Regional

No sentido *lato*, o termo planejamento proporciona uma gama de significações que permitem sua utilização em uma grande diversidade de aplicações. No intuito de tratar esse termo voltado para o ambiente das políticas públicas, recorreremos ao termo planejamento tratado enquanto “processo ordenado e sistemático de decisão que antecipa o futuro e define ações que viabilizam objetivos que se pretende alcançar” (MIRANDA, 1996, p.73).

A expressão planejamento regional aparece pela primeira vez por meio de um conjunto de estudos realizados pelo biólogo e filósofo escocês Patrick Geddes. Para este pesquisador a região era mais do que um objeto de levantamento; deveria ser base da reconstrução total da vida social e política (MELLER, 1990). Influenciado pelos estudos regionais de Vidal de La Blache, Geddes propunha a influência das novas tecnologias e seus produtos, como a luz elétrica, o motor de combustão etc.

Tal configuração, provocaria “ao mesmo tempo o espalhamento horizontal e a fusão de centros urbanos como Londres, Manchester, Nova York e Boston” (MORENO, 2002, p.47), formando novos complexos regionais. Tal observação realizada por Geddes,

quase meio século antes do surgimento do conceito de megalópole, influenciou um novo conjunto de pesquisadores em torno da temática regional.

Na Europa, a noção de planejamento regional surge no início do século XX a partir da percepção das desigualdades regionais existentes em alguns países como França, Alemanha e Itália, como entrave ao fortalecimento dos Estados-nações. Nesse sentido, as *regiões deprimidas*, caracterizadas pelo elevado índice de pobreza, miséria, desnutrição, mortalidade, analfabetismo, desemprego e infraestrutura socioeconômica, apresentam-se como foco de projetos de inclusão socioeconômica dessas áreas nos países que se encontravam em estruturação.

Assim, os primeiros planejamentos regionais surgiam objetivando integrar as regiões deprimidas existentes no território europeu a fim de integrá-las nos projetos de Estados-nações. A ideia da necessidade de uma abordagem holística e evolucionária da concepção regional foi partilhada com Lewis Mumford, que juntamente com Henry Wright, Clarence Stein, Stuart Chase e Benton MacKaye fundaram a *Regional Planning Association of America*, tendo importante papel na elaboração dos primeiros planos regionais norte-americanos, notadamente o de Nova York e Chicago.

A perspectiva do planejamento regional proposto por Geddes toma escopo nos Estados Unidos, a partir de um conjunto de políticas econômicas e sociais organizadas pelo então presidente Franklin Roosevelt, denominada de *New Deal*. Consistindo de uma série de projetos a fim de reestruturar a economia norte-americana após a crise de 1929, o *New Deal* representou também a afirmação do Estado como agente de controle socioeconômico.

Tal corrente teórica ficou conhecido como o Keynesianismo – em homenagem ao economista inglês John Maynard Keynes –, que a partir do livro *General theory of employment, interest and money* (1997) fundou o princípio da intervenção estatal no ciclo econômico capitalista. As ideias de Keynes tiveram influência na elaboração de projetos de intervenção do poder estatal com o objetivo em corrigir a desigualdade regional norte-americana com a inserção da atividade industrial.

O *Tennessee Valley Authority*, ou simplesmente TVA, foi a primeira experiência efetiva de planejamento regional norte-americana. Implementada em 1933, o programa de desenvolvimento regional do vale do Tennessee, área que correspondente os Estados do Mississippi, Kentucky, Virgínia, Carolina do Norte, Geórgia e Tennessee, correspondeu a uma

série de planos com o objetivo de recuperar a economia da região, como a construção de hidrelétricas, pontes e rodovias.

A perspectiva de intervenção estatal por meio do aparelhamento industrial é corroborada por François Perroux (1967), a partir do conceito de *polo de crescimento*. Para este autor, polo de crescimento é o local onde se encontra situada uma indústria-chave, ou *indústria motriz*, capaz de atrair um conjunto maior de atividades e serviços. Assim o planejamento regional emerge enquanto *região motriz*, ou seja, a área de influência estabelecida pelo alcance da atividade industrial.

É interessante observar nas considerações de Perroux – ao tratar da tríade região-indústria-recursos naturais – que igualmente como os recursos são estabelecidos de modo desigual no espaço, assim também é a atividade industrial apropriadora desses recursos, resultando na capacidade de *crescimento heterogêneo* do planejamento regional. Tal situação tem em conta que cada “região possui um recurso natural potencial e cada época contém em si a inovação que transforma o recurso potencial em recurso efetivo, cada região é sucessivamente impulsionada pela inovação que lhe diz respeito” (PERROUX, 1967, p.232).

Cabe observar na análise de Perroux que o termo região ultrapassa a simples noção econômica. Percebemos o interesse do autor em associar esse conceito como um fenômeno concreto, constituído de passado e de fluxos de ações. Como afirma Rolim (1982, p. 582): “Fica-se com a impressão que o autor não tinha preocupações maiores com os rebatimentos no espaço geográfico (ou vulgar) de seus conceitos. O conceito de região econômica nunca foi relevante para ele, que as encarava como um fato”.

Mesmo com o interesse em dinamizar a noção de região, os conceitos de Perroux sobre a noção de polos de crescimento e região motriz são redarguidas na atualidade. Autores como Santos (2003) contestam essa teoria, afirmando que tal concepção regional é seletiva, não levando em consideração a realidade existente. Assim, a inserção de equipamentos industriais não é capaz de eliminar a pobreza, já que as indústrias motrizes não conseguem suprimir a busca de empregos ao ponto que possibilite o desenvolvimento sócio econômico da região.

Frente à perspectiva histórica do planejamento regional, podemos definir, portanto, que este possui uma estrutura fundamental: a ação do Estado, articulado a partir de um conjunto de mecanismos voltados para transformação de dada porção do espaço segundo

seus interesses. O próprio conceito de região vem trazer sob essa concepção o fator político, como afirma Castro (1994, p.73):

De qualquer forma, se a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesses identificadas a uma certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia face a um poder central, parece que estes elementos devem fazer parte desta nova definição em lugar de assumirmos de imediato uma solidariedade total com o senso comum que, neste caso da região, pode obscurecer um dado essencial: o fundamento político, de controle e gestão de um território.

O ato de planejar direciona-se dessa forma ao processo de distribuição, por sobre o território, dos elementos e fatores de produção, bem como a administração dos recursos e dos meios em função de determinados objetivos, previamente estipulados (CARDOSO, 1973). Num quadro geral, é possível compreender a prática do planejamento a partir da necessidade de reestruturação das relações, a partir de uma complexa estrutura de intervenção estatal.

[...] as duas faces conexas do planejamento são a estrutura econômica e a estrutura de poder. Mas os planejadores não tratam, em geral, senão das relações e processos relativos à estrutura econômica. Aliás, pode-se dizer que, em última instância, o planejamento é um processo que começa e termina no âmbito das relações e estruturas de poder (IANNI, 1986, p.309).

Ao ponderar o Estado como principal ator na tomada do planejamento regional, coloca-se em xeque a capacidade da ampla participação na tomada de decisões entorno da constituição do processo regional. Nesse sentido, amplia-se o debate acerca do tratamento da região sobre o ponto de vista do seu *desenvolvimento*, incorporando nessa perspectiva os diversos agentes moldadores da gênese regional.

2.2.2 Região e Desenvolvimento

O parcial fracasso dos planejamentos regionais do início do século XX é corroborado ao se verificar a participação unilateral do Estado na elaboração dos programas de investimentos e organização dos projetos regionais. Sob o contexto de alavancar essa lógica de se estabelecer o modo de se conceber a política de planejamento, passa-se a inserir o discurso do desenvolvimento aplicado à regionalização: o *desenvolvimento regional*.

Esteva (2000) atenta que o conceito de desenvolvimento surge indissociável das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução, maturação. Sob o ponto de vista

histórico, a associativa desenvolvimento-região encontra-se marcada, por exemplo, na filosofia do protetorado colonial britânico, ao qual sustentava que seria necessário assegurar níveis mínimos de saúde, nutrição e educação aos nativos. Tal situação possuía um *duplo mandato*: “o conquistador deveria ser capaz de desenvolver a região conquistada economicamente e, ao mesmo tempo, aceitar a responsabilidade de cuidar do bem-estar dos nativos” (ESTEVA, 2000, p. 64).

Trazendo para a realidade brasileira, a ideia de planejamento regional traz a ideia de a sociedade local – a ser pensado agora de modo contínuo –, a partir do conjunto de aspectos sociais, econômicos e culturais. A visão de desenvolvimento passa a reclamar maior atenção às “forças endógenas do sistema regional” (GOMES, 2005, p.9), bem como o tecido sociocultural existentes nas regiões.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. (OLIVEIRA, 2002, p.40)

Ao inserir o termo desenvolvimento na perspectiva regional pressupõe-se de um paralelo com crescimento econômico. Ao diferenciar tais conceitos, podemos definir de modo geral que enquanto o crescimento refere-se ao quantitativo, o desenvolvimento encontra-se sob o ponto de vista teórico integrado a qualidade de vida da sociedade, como esclarece Theis (2001, p. 214):

Se utilizarmos o conceito de desenvolvimento, então queremos nos referir a um processo que, compreendendo uma eficiente alocação de recursos, conduz a um crescimento sustentável do produto agregado, no longo prazo, promovido pelo emprego de mecanismos econômicos, sociais e institucionais, com vistas a um rápido incremento dos níveis de vida, sobretudo das populações mais pobres, em particular das localizadas em regiões periféricas.

Dessa forma, o conceito de desenvolvimento regional é edificado sob a lógica da materialização da ótica econômica, cultural e social, referindo-se ao processo político que impulsiona o crescimento, com objetivos locais.

Assim, empregamos o conceito de desenvolvimento regional querendo nos referir ao processo de acumulação que tem lugar no espaço de uma dada região. Essa compreensão do conceito envolve dimensões que as teorias tradicionais sobre desenvolvimento regional desconsideram. Atualmente, aponta-se para certa flexibilidade, que se opõe à rigidez das formas clássicas de concepção da organização de um dado território. Tomam-se em conta os fenômenos mais recentes de diversificação e enriquecimento das atividades sobre o território com base na mobilização de seus próprios recursos (naturais, humanos e econômicos) e energias. (THEIS, 2001, p. 215-216).

A prática de elaboração de planos de desenvolvimento regional começou a ser implantada no continente europeu, com destaque para as experiências britânica e espanhola. Porém, é possível notar que tais projetos encontram-se alinhados à perspectiva do crescimento econômico, já que sob o ponto de vista prático-operacional pouco se diferenciava da política tradicional de planejamento exercido no início do século passado.

Assim, Sachs (1997) afirma que o planejamento na perspectiva do crescimento econômico, apesar de uma condição necessária, de forma alguma é suficiente, tendo o papel do desenvolvimento incluir a dimensão ética, política, social, ecológica, econômica, cultural e territorial de modo inter-relacionada, formando um todo.

O desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, cumpre esse requisito, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objeto em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos. (SACHS, 2004, p.32).

As considerações de Sachs sobre desenvolvimento aparecem associadas ao campo do *desenvolvimento sustentável*, que será analisado mais adiante neste trabalho. No entanto, é interessante notar a clara diferenciação de compreensão entorno do método regional enquanto locus de melhoria da qualidade de vida. Nesse modelo, o papel do Estado enquanto principal gestor da região é modificado, incluindo-o nos projetos de desenvolvimento regional “programas de informação, formação e educação” (CARRIÈRE & CAZELLA, 2006, p.37), além de reestruturação de necessidades básicas da população, porém limitando seu poder na gestão das iniciativas locais.

Diante da *onda desenvolvimentista*, esse termo vem aparecer a partir da década de 1980 com destaque em diversas ações de planejamento mundo afora, sendo sinônimo de “uma mudança favorável, preocupada com o social” (ESTEVA, 2000, p. 64). Um dos principais *produtos* desse período é o projeto de planejamento catalão, ao qual passa a se tornar referência a ser alcançada.

Com sua capital eleita sede dos Jogos Olímpicos de 1992, a Catalunha insere um amplo campo de (re)construção de sua identidade, bem como materializa no próprio turismo globalizado a noção de revitalização arquitetônica e patrimonial. Por meio da espetacularização das Olimpíadas, os Jogos de Barcelona tomaram o megaevento esportivo num espaço de promoção imagética da região catalã, a partir do mecanismo de *tramutação simbólica*, ao qual:

Figura 7 - Pôster oficial dos Jogos Olímpicos de 1992.



Fonte: <http://migre.me/dhcV7>

La realización de los Juegos Olímpicos de Barcelona en 1992 representó un hito significativo ese sentido, tanto por su impacto para la ciudad organizadora como por su repercusión a escala mundial (...). La competencia por conseguir la sede de estos eventos es grande. Las ciudades luchan por promocionar su imagen en el mundo, y por las consecuencias que ello tiene para el turismo y la actividad económica. Las inversiones que se realizan permiten ampliar las infraestructuras, aumentan la visibilidad internacional, mejoran algunos sectores de la ciudad, incrementan el equipamiento hotelero y la calificación de los agentes turísticos. Se considera también que un gran acontecimiento deportivo activa el consumo y permite luchar contra los procesos de desmantelamiento industrial (CAPEL, 2010).⁵

⁵ A realização dos Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992, representou um marco significativo nesse sentido, tanto pelo seu impacto sobre a cidade-sede e seu impacto global (...). A concorrência para a sede destes eventos é grande. Cidades lutam para promover a sua imagem no mundo, e as consequências que isso tem para o turismo e a atividade econômica. Os investimentos feitos para expandir infraestrutura permitir, aumentar a visibilidade internacional, melhorar algumas partes da cidade, aumentar hotel equipamentos e qualificação dos agentes turísticos. Também é considerado um grande evento esportivo que desencadeia o consumidor e ajuda a combater processos industriais de desmantelamento. (Em tradução livre).

(...) seria preciso tomar por objeto o conjunto do campo de produção dos Jogos Olímpicos como espetáculo televisivo, ou melhor, na linguagem do marketing como “instrumento de comunicação”, isto é, o conjunto das relações objetivas entre os agentes e as instituições comprometidas na concorrência pela produção e comercialização das imagens e do discurso sobre os Jogos: O Comitê Olímpico Internacional, progressivamente convertido em uma grande empresa comercial com orçamento anual de 20 milhões de dólares, dominado por uma camarilha de dirigentes esportivos e de representantes de grandes marcas industriais (Adidas, Coca Cola, etc.), que controla a venda dos direitos de transmissão (avaliados, para Barcelona, em 633 bilhões de dólares) e dos direitos de patrocínio, assim como a escolha das cidades olímpicas; as grandes companhias de televisão (sobretudo as americanas) em concorrência (na escala da nação ou da área linguística) pela retransmissão; as grandes multinacionais (Coca Cola, Kodak, Ricoh, Philips, etc.) em concorrência pelos direitos mundiais sobre a associação com exclusividade de seus produtos com os Jogos Olímpicos (enquanto fornecedores oficiais); e enfim os produtores de imagens e comentários destinados à televisão, rádio ou aos jornais (em número de 10.000 em Barcelona) que estão comprometidos em relações de concorrência (BOURDIEU, 1997, p. 125-126).

Ao longo do século XX, governos buscaram estratégias que vislumbrassem o desenvolvimento regional. Nesse sentido, o caso catalão mostrou que o invólucro imagético da atividade turística – para além dos benefícios financeiros – consegue possibilitar o poder de conciliar o interesse da promoção regionalista com o desenvolvimento de sua identidade.

2.3 TURISMO

Num primeiro olhar é interessante constatar que recorreremos inevitavelmente para o passado a fim de buscar compreender uma das mais recentes políticas de regionalização brasileira. Não apenas num passado da localidade, como foi possível observar no início deste trabalho, mas também da própria ideia de regionalização e, sobretudo do turismo. Nesse sentido, a partir da análise da formação do PDSRT do Meio-Norte é possível traçarmos um paralelo entre a situação na atualidade da concepção de turismo por aqueles que buscam *organizá-la* com as origens no trato deste fenômeno no país no final da primeira metade do século passado.

Tal situação é permitida ao analisarmos a proximidade dos anseios das políticas de turismo empreendidos nessas duas épocas, ao qual confluem em nível mundial com o próprio surgimento da análise do fenômeno turístico no meio acadêmico no início do século XX. Dado principalmente pelo avanço dessa atividade em alguns países europeus, sobretudo França e Itália, temos como marco da análise científica sobre o turismo a publicação *Turismo*

e *Economia Nacional*, de 1911, de autoria de Hermann von Schullern Zu Schrattenhofen. Com clara influência das ciências econômicas, os primeiros debates sobre o turismo, definiam-na como sendo um conceito que “compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado” (BARRETTO, 1995, p. 9).

Nesse traço histórico, percebemos que o trato do turismo pautado no viés econômico não é exclusivo da política brasileira, e muito menos recente. Desde os trabalhos de Schrattenhofen, perpassando pela criação de um dos primeiros núcleos de estudo sobre esse fenômeno - o Centro de Pesquisas Turísticas da Universidade de Berlim, criado em 1929 - a economia é o ponto de partida para a análise do turismo.

Assim, enquanto o sentido do ato de viajar encontra-se, num sentido restrito, desassociado de fim lucrativo, mediada pela busca de repouso ou satisfação da curiosidade de conhecer outros locais e pessoas, o turismo encontra no pensamento econômico sua estruturação para o planejamento. Essa constatação nos traz luz para a observação de que o aspecto econômico do PDSRT do Meio Norte encontra base na própria construção teórica do turismo. Tal ressalva, no entanto, não procura justificar essa forma de concebê-lo, mas sim possibilitar o entendimento da heterogeneidade pelo qual passa o pensamento sobre o turismo.

Se o pensamento economicista empregado ao turismo limita a compreensão desse fenômeno, ao menos contribuiu para a instalação nos meios acadêmicos de uma seara de debate sobre a temática turística. Notamos que o turismo é um fenômeno que busca por uma teoria que a explique. Sua complexidade em compreendê-la reside no fato de que esta é uma atividade dinâmica, em constante mutação tal qual é a própria dinâmica da sociedade. Assim, emerge no âmbito das ciências ditas sociais o rompimento da compreensão reducionista do turismo como uma atividade econômica, passando a tratá-la como um fenômeno social, conforme nos conta Panosso Netto:

O turismo é um fenômeno e não uma indústria. Uma indústria pressupõe transformação de bens e nesse caso não se aplica ao turismo. A melhor forma de definir turismo é utilizando o termo fenômeno, que significa a ação objetiva e intersubjetiva que se manifesta em si mesma, que pode ser apreendida pela consciência e que possui uma essência em si.

A pergunta que se faz é: Que tipo de fenômeno é o turismo? [...] Podemos dizer que o turismo é um fenômeno de experiências vividas de maneiras e desejos diferentes por parte dos seres envolvidos, tanto pelos ditos turistas quanto pelos empreendedores do setor.

Falar do fenômeno turístico significa dizer de uma ação que está acontecendo, que pode ser apreendida pela consciência e que tem uma essência em si [...] Falar do fenômeno turístico é falar de algo que se mostra a si mesmo, tal como é, do modo que é (PANOSSO NETTO, 2005, p. 30-144).

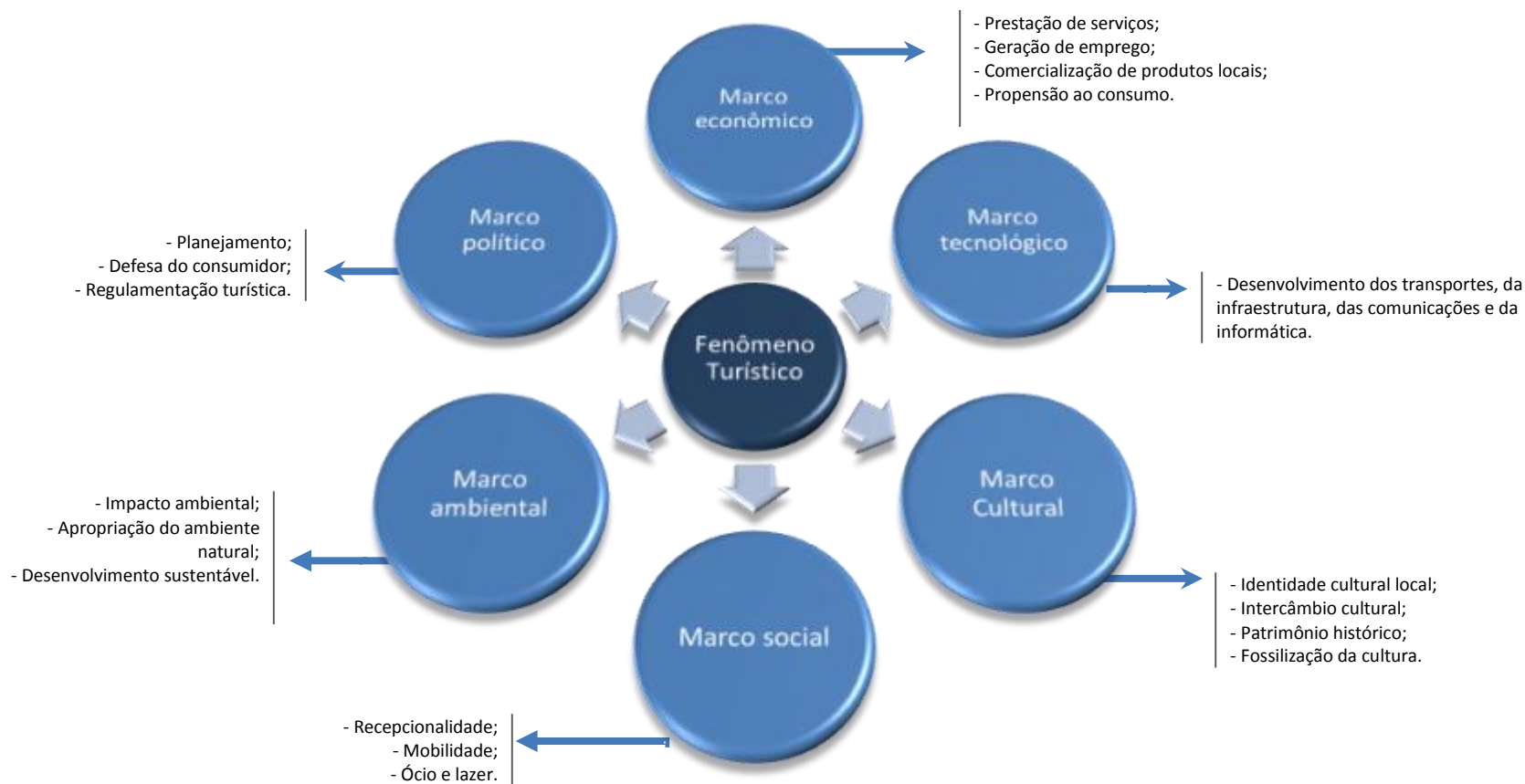
O turismo passa a ser tomado não somente como de domínio de apenas uma área específica, mas que necessita através de diferentes campos do conhecimento sua compreensão. A complexidade em definir o que vem a ser o turismo na atualidade transcorre pela gama de concepções pelo qual essa atividade perpassa. Tal contraponto, que pode ser visto como um típico entrave metodológico moderno transcorre pela situação fluida que o turismo ora se apresenta, enquanto associado a uma prática da experiência humana contemporânea, que em sua natureza também passa por rápidas e significativas mudanças.

A fim de apresentar a amplitude da complexidade do turismo, a Figura 8 apresenta um compêndio esquemático sobre o alcance desse fenômeno social, sobretudo no que tange a interligação com outros marcos sociais como a política, tecnologia, cultura e economia, ressaltando os aspectos específicos de participação destes na construção turística na atualidade.

No Brasil, estudos com a temática do turismo se fazem presentes na Geografia desde a eclosão do período teórico-quantitativo dessa ciência. Inicialmente, a Geografia limitou o estudo dessa atividade no campo da Geografia Política e Econômica, no qual longe de associá-la como um fenômeno social, inseria sua análise como parte constituinte de um conjunto de atividades potencializadoras de crescimento do país. Com o surgimento da Escola Crítica na década de 1970, o turismo passa a ser percebido fruto de uma prática humana, onde o homem, por diferentes motivações, se desterritorializa temporariamente para outros pontos do espaço, compreendendo-o como uma atividade que funde na (re)organização espacial como forma de reprodução do capital.

Nos trabalhos da Geografia Cultural, o fenômeno turístico é tratado como uma prática que influi diretamente nas diversas feições para o sentido de identidade de cada indivíduo. Dessa forma, o turismo surge como uma possibilidade de representação social contemporânea, carregado de símbolos e representações no qual invenção de tradições e simulação de realidades passa a fazer parte da práxis cultural moderna.

Figura 8 - Turismo e marcos sociais.



Por essa diversidade de percepções, a Geografia passa a desempenhar um papel ímpar na compreensão do turismo enquanto prática socioespacial na atualidade. Buscar compreendê-lo perpassa, portanto, em perceber a dialética existente nos fatores definidores de desse fenômeno no espaço. Desse modo, ao analisar o debate da proposição da política de turismo no PDSRT, tratamos em compreender a série de relações e interações entre os diversos atores sociais que se encontram inseridos na complexa rede socioespacial do turismo que se encontra nos municípios constituintes desse projeto regional.

Assim como delineado no debate acerca do conceito de região, no turismo o vetor político também se encontra permeado ao longo das diversas vertentes de estudo realizados sobre essa temática, tendo o Estado um papel que vem redefinir essa atividade. O despertar desse interesse pode ser definido como o impulsionador da inclusão desse fenômeno no campo das ciências sociais.

Essa prerrogativa vem de encontro com a linha de pensamento tratada no PDSRT do Meio-Norte. Como citado anteriormente, o referido plano ao trazer o turismo sob a ótica de atividade econômica, deixa em segundo plano a dinâmica social local, contrariando a lógica desenvolvimentista proposta em seu enunciado. Essa obviedade encontra uma particular atenção ao notarmos a seleção pelo veraneio marítimo como principal *produto* do turismo no referido plano. Sendo a zona costeira uma área sensível do ponto de vista ambiental, lócus de interseção das forças da gravidade, do vento, das chuvas, do sol, das marés, das ondas e das correntes marinhas (VASCONCELOS, 2005), tal sensibilidade é colocada em xeque.

Se de um lado a zona costeira possui grande relevância ecológica, de outro é espaço de grande interesse social. Assim, o litoral concentra lugar de virtude paisagística (dunas, falésias, ambientes lacustres...) e econômica (pesca, atividades portuárias e hoteleiras...), concentrador demográfico e também fonte de recursos naturais utilizados pelas populações humanas (VASCONCELOS, 2005). Tal pressão promove o debate em busca da proteção dos ambientes costeiros, como alerta Antunes:

A costa brasileira, por força de expressa disposição constitucional (art. 225, §4º), é um espaço territorial submetido a regime especial de proteção. Justifica-se esta determinação constitucional, pois desde os primórdios da colonização portuguesa tem sido muito intensa a pressão exercida sobre os ecossistemas costeiros. Relembre-se que a maior parte da população brasileira está assentada ao longo do litoral; dos dezessete estados que são banhados pelo mar, quatorze possuem suas capitais no litoral. A enorme extensão do litoral brasileiro faz com que ali se encontre toda uma grande variedade de ecossistemas (ANTUNES, 1999, p. 136).

Em virtude da construção de uma imagem atrativa ao longo do século XX, a zona costeira torna-se o lugar de preferência do homem como lugar de moradia e lazer, o qual impõe à configuração territorial um desenho voltado para o exterior que privilegia as localidades próximas ao mar. Nesse sentido, asseverar que a atividade turística proposta no plano Meio-Norte encontra-se em confronto direto com a estabilidade do ecossistema litorâneo é antes de tudo uma prerrogativa em nossa pesquisa, tendo em vista o poder modificador da dinâmica litorânea decorrente dos equipamentos projetados para sua prática, ao qual será tratado mais adiante.

2.3.1. Planejamento e Turismo

No início do século XX a prática do turismo encontrava-se em franca expansão no mundo. Enquanto o ato de viajar com vistas ao lazer expandia-se no velho continente, no Brasil, a prática do turismo encontrava-se presente numa segmentação social da população, na qual o ato da viagem com fins turísticos se dava por apenas uma pequena fração da sociedade. Esse período de expansão da atividade turística coincidia com a ampliação do interesse no ato de planejar perpetrado pelo Estado. Assim, a noção de planejamento difundia-se ao redor do globo, decorrente, sobretudo, da urgente reestruturação socioeconômica pós-guerra e pós- crise econômica (quebra da Bolsa de Valores de Nova York). Dessa forma, o fenômeno turístico – que timidamente já apresentava desempenho no contexto econômico local – passa a despertar o interesse do Estado.

Partindo desse breve apanhado histórico, o Estado vem atuar no turismo com objetivos múltiplos; seja para orientar a geração de empregos ou como fiscalizadora dos impactos socioambientais dos empreendimentos frutos dessa atividade. No entanto, um dos mais complexos entraves em torno do seu planejamento perpetrado pelo Estado decorre da definição superficial do turismo. Pensado estritamente pelo viés econômico, tal concepção limita a complexa dinâmica premente nessa atividade, relegando sua prática social a uma subcategoria na análise do planejamento turístico.

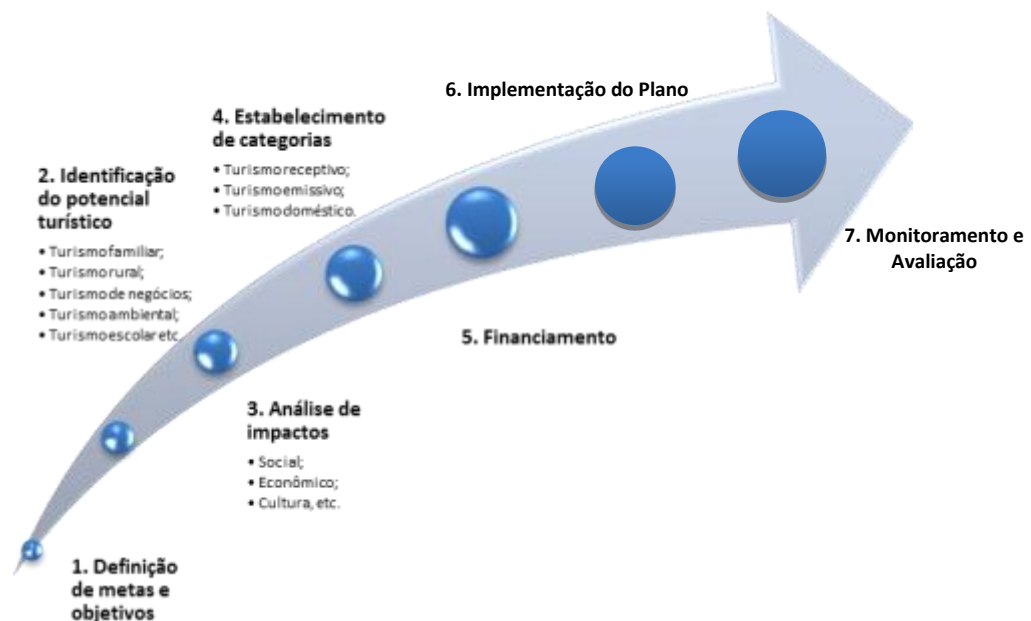
A compreensão do turismo enquanto prática social desempenha papel fundamental na construção de seu planejamento, pois é a partir do desenvolvimento de atividades da sociedade que reproduz essa prática turística, com a recreação, transporte,

alimentação, hospedagem e outras. A partir dessa situação, a atividade turística vem exercer uma série de influências nos diversos marcos de abrangências, desenvolvendo papel econômico, social e cultural, sendo indissociável pensar o vetor do turismo enquanto fenômeno social.

A deficiência na associativa do turismo enquanto prática social é perceptível no seu próprio processo histórico de desenvolvimento. No aspecto formal, o surgimento do planejamento do turismo pelo Estado é recente, sendo um dos primeiros projetos originando-se na década de 1940, na França – com a elaboração do *Primeiro Plano Quinquenal do Equipamento Turístico Francês* –, ao qual objetivava regulamentar essa atividade diante o boom turístico demonstrado naquele período em Paris. Tendo o apoio financeiro norte-americano, por meio do Plano Marshal – projeto de contribuição na reestruturação europeia no período pós 2ª Guerra Mundial – a França viu sua capital se tornar um *Parc de l'Amérique*.

Tendo-se como referência a experiência francesa, o ato de planejar o turismo passa a ser difundido entre as grandes cidades ao redor do mundo. Assim, temos a concepção do planejamento perpassado, de modo geral, a partir de uma série de etapas (ver Figura 9) que, a grosso modo, vem definir o modo de planejamento vigente na atualidade. Nesse interim, o planejamento do turismo por parte do Estado passa a ser efetivamente tratado a partir da década de 1960, com o surgimento dos primeiros planos nacionais de desenvolvimento do turismo.

Figura 9 - Etapas do planejamento turístico



De modo geral, os primeiros modelos de planejamento do turismo adotados apresentam uma hierarquia no qual o Estado encontra-se como agente centralizador, cabendo a ele o papel de gestor dessa atividade. Tal concepção tem como suporte a própria noção de planejamento adotado nos planos de desenvolvimento turísticos, onde seu conceito “implica a certeza de que mudanças sociais podem ser dirigidas, ou até produzidas quando desejadas” (ESCOBAR, 2000, p. 21), no qual o ato de planejar seria capaz de redefinir a vida social segundo critérios que visem a racionalidade e eficiência da atividade proposta.

Esse modo de se planejar o turismo – de cima para baixo – confere num perfil ao qual a mobilização popular é deixada à margem das decisões estratégicas fundamentais para a construção dos equipamentos turísticos. Tal modelo passa a ser difundido nos países sul-americanos a partir da década de 1970, período em que predominava o domínio das ditaduras militares no continente. Pregava-se a busca do crescimento econômico, potencializando as possibilidades de cada região, excluindo a sociedade dos debates acerca dos projetos de políticas públicas.

É possível notar também que os planos nacionais passam a buscar mecanismos visando compensar a ampliação das desigualdades sociais, bem como minorar os conflitos internos. Esse modo de se pensar o turismo vem de encontro com o papel que essa atividade passa a exercer na atualidade, desempenhando papel estratégico no campo social, político e econômico. O crescimento dessa atividade passa a servir como palco de discussão sobre uma gama de temáticas que a envolvem, como o *ambientalismo* e o *desenvolvimento sustentável*, por exemplo.

Frente a essa dinâmica, a própria concepção de planejamento também passa a absorver a característica de mutabilidade da atividade turística. Assim, a ação de planejá-lo vem configurar-se sob um contexto de construção de um discurso associado a uma vivacidade, ao qual busca atrelar a dinâmica do turismo como modo de justificar a dinâmica generalizante do seu planejamento.

Desse modo, ao analisar os modos de concepção do planejamento do turismo nas últimas décadas, percebemos o delineamento de inserção dessa atividade como coadjuvante do processo de expansão das políticas públicas de *crescimento* econômico. Tal crescimento, pautado basicamente na ordem de investimentos em infraestrutura, motiva formação de uma estrutura de espacialização do planejamento a ser orquestrado. Assim, temos o momento de

encontro da organização política do planejamento do turismo com o conceito de região, servindo como base para a estruturação das proposições dessa atividade.

Com a apropriação do turismo pelo Estado, emerge a opção pela divisão regional como modo de reger a organização desse fenômeno. Desde o primeiro plano de desenvolvimento do turismo elaborado - o francês da década de 1940 – a opção pelo conceito de região já se fazia presente. Apesar de tal divisão encontrar-se embasado pela própria história do país, já que a França encontra-se dividida por regiões desde sua formação enquanto Estado-Nação – fruto da influência dos estudos de Paul Vidal de La Blache sobre elaboração das regiões naturais – a relação entre região e turismo torna-se prática comum nos projetos de planejamentos turísticos. Assim, o planejamento regional do turismo pode ser caracterizado a partir de um conjunto de polos de desenvolvimento turístico hierarquizados, que – segundo Beni (2006a) – possui conexão por meio de uma infraestrutura comum que, em sua totalidade, contribuem para dinamizar o crescimento do fenômeno turístico ao longo do espaço delimitado.

Numa análise superficial da dialética existente no *planejamento regional do turismo* tornar-se-ia incompreensível a adoção do conceito de região para um fenômeno social historicamente recente. Tendo como ferramenta o percurso de formação desses conceitos, retratados anteriormente, percebemos o *vetor político* perpassar na compreensão da formação da complexidade conceitual da construção do turismo planejado regionalmente.

Desse modo, pontuar região e turismo sob o ponto de vista do planejamento, nos traz a possibilidade de visualizar um panorama geral de como se apresentou a gênese de organização do espaço turístico, no qual possibilita tratar os pilares da formação da estruturação do turismo na atualidade.

Apesar da opção pela divisão regional no planejamento do turismo ser relativamente recente, o termo *tourism region* – região turística, numa tradução direta – possui uma origem bem mais antiga. Associado com a eclosão do turismo a partir dos *Grand Tours*, as regiões turísticas sem suas origens relacionadas ao modo de destacar as áreas visitadas naquele período. Essas “regiões” eram definidas a partir de um conjunto de características que as particularizem, geralmente tomando o aspecto físico ou cultural das localidades, remetendo a compreensão da região natural. Um clássico exemplo é a formação das *rivieras* francesa e italiana, correspondendo na delimitação de áreas litorâneas dos referidos países que concentravam grande parte do fluxo turístico europeu.

Segundo Storm (2003) a opção pelo termo região é reforçada com a busca em associar a atividade do turismo com a noção de nação. Tal interesse surgia fruto das críticas feitas acerca dessa atividade, no qual afirmava que as viagens para outros países colocava em xeque o nacionalismo. Assim, como boa parte dos países que passavam a ter o turismo como uma atividade comum tinha em sua estrutura a divisão do país em regiões, o Estado, a partir do momento que se aproximava desse fenômeno passou a utilizar-se desse modelo de segmentação para a organização do turismo.

Os promotores dessa atividade emergente passavam a equilibrar a promoção da formação das identidades múltiplas – regional, estadual, nacional etc. – inserindo a organização política, social e econômica das regiões ligadas intrinsecamente com suas paisagens. Assim, o turista – geralmente provindo do próprio país – passa a desempenhar papel essencial na legitimação da delimitação dessas áreas, inserindo essa atividade na lógica de energização dos pactos federativos nacionais.

O recorte regional da atividade turística passa a desempenhar papel estratégico de crescimento de algumas áreas adjacentes a grandes centros receptores. Com a regionalização do turismo, até mesmo fronteiras nacionais são suplantadas em prol da formação de áreas de interesse de desenvolvimento dessa atividade emergente. As Euro-regiões são exemplos de como as regiões turísticas passam a assumir também uma característica transnacional, recortando a Europa em áreas onde, além de apresentar propostas de colaboração nos setores de infraestrutura e serviços, tem como a organização para a criação de um fluxo turístico seu principal foco na atualidade.

A Euroregião *Tyrol-South Tyrol-Trentino*, formada por partes da Áustria e Itália no ano de 1996 é um retrato dessas regiões que passam a emergir no velho continente, no qual as características físicas – toda a região localiza-se na zona dos alpes – e culturais passam a definir as novas *fronteiras*. O rompimento de barreiras de tradicionais divisões políticas passa a ser o forte da organização regional do turismo. Nesse mesmo sentido parte a proposta de formação do PDSRT do Meio-Norte, subjugando as fronteiras estaduais do Piauí, Ceará e Maranhão, sob a lógica de formação de outra, pautada sob a dinâmica turística.

Apesar de distante fisicamente, percebe-se a partir dessas reflexões iniciais a intrínseca relação existente entre a origem da tomada da região, enquanto ferramenta de arranjo de um dos maiores fenômenos sociais da atualidade ao redor do planeta, e sua relação de como esse modelo de organização passa a ser adotado no Brasil a partir do final do último

século. E como tais modelos passam a serem considerados na projeção da formação da Região Turística do Meio-Norte brasileiro.

3

Bases da formação regional: do Nordeste ao Meio-Norte



O processo de divisão regional, como observado no capítulo anterior, apresenta em sua gênese um conjunto de especificidades com conteúdos que visam a integração de uma determinada área com fins específicos. Nesse sentido, a instituição de regiões estabelece um parâmetro do processo de interação entre o conteúdo de um determinado espaço com as formas inseridas no processo integralizador.

Santos (1994) apresenta uma importante contribuição à construção da noção do conceito de região ao inserir a importância da compreensão do processo de internalização dos métodos exógenos da construção regional. Nesse sentido, esse conceito parte, portanto, da análise dialética dos fatores internos e externos de sua formação.

Estando esse processo numa construção constante, a região pensada no sentido de planejamento, desenvolvimento e ação estatal vem apresentar perspectivas distintas, dado o momento histórico. Concordamos com Albuquerque Júnior (2009) ao afirmar que em nenhum momento, as fronteiras e territórios regionais podem se situar num plano a-histórico, porque suas elaborações são essencialmente históricas, sob a lógica da perspectiva do foco do espaço, quer seja econômico, político, jurídico ou cultural.

Assim, o espaço regional surge como resultado de uma “rede de relações entre agentes que se produzem e agem com dimensões espaciais diferentes” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 35). Da mesma forma, a espacialidade regional também não se encontra estacionada, apresentando-se sempre com novas releituras do processo de expansão/redução dos seus limites. Tais avanços no modo de conceber a região aproximam-na com a noção de lugar, pois a busca pela compreensão da dinâmica interna da região perpassa pela essencial reflexão acerca do modo como a vida dos atores – através do cotidiano de suas cooperações e conflitos – no interior do limite regional.

A noção de região no Brasil surge associada ao próprio desenvolvimento do país, sendo esse conceito historicamente administrativo e interno à macro região: o Estado Nacional. Nesses termos uma epistemologia do regional só se torna pertinente no reconhecimento de que sub-região se trata: a região de desenvolvimento. Sob essa lógica, é possível notar que o processo de divisão regional apresenta uma gama de concepções estabelecidas na formação desse conceito, assim como o estabelecimento de um parâmetro da tomada da formação da sociedade brasileira.

Dessa forma, é inaceitável tratarmos acerca da formação da região Meio-Norte como fato isolado do contexto das práticas do planejamento regional do país. Esta, encontra-se intimamente inserida num processo histórico de construção da política regional que, apesar de não auto-explicar a formação do plano Meio-Norte, nos dá base para compreendermos as interconexões existentes.

É desse modo que dedicaremos a partir da terceira parte deste trabalho a compreensão da base da construção do planejamento regional até o processo de formação da região Meio-Norte, abordando dois focos: de um lado, analisaremos o percurso das políticas que trouxeram a proposição da seleção regional, bem como a construção do conceito de região, seguindo da reflexão acerca da ambiência espacial escalar onde o Meio-Norte se assenta, na projeção de Nordeste. Em seguida faremos a reflexão acerca da ambiência espacial em diferentes escalas, assentando o Meio-Norte como projeção específica do Nordeste brasileiro – na busca em retratar o Nordeste para além do Nordeste – posto, por exemplo, na situação de hibridismo regional do estado do Maranhão e Piauí.

3.1. REGIÃO E FEDERAÇÃO

Ao longo da história, o processo de organização geopolítica no Brasil apresenta íntima ligação com a lógica da divisão regional, trazendo a perspectiva da indissociabilidade da análise da organização espacial com as diversas formas concebidas sobre a segmentação das regiões, concebidas por um modelo centralizado de país. Nesse relicário de processos de divisões regionais, perpassamos à dedução do todo (Região ↔ Estado Nação) para a parte (Região Administrativa), consoante com a busca de sua identidade nacional e regional. Assim, notamos no tocante à construção da dialética de dispositivos nacional-regionalistas, a confluência das regiões nas bases da formação do Estado Nacional brasileiro.

Dado o momento de construção da região, devemos atentar pelo fato de que suas fronteiras e territórios encontram-se diretamente interligadas por uma ampla seara histórica, encontrando-se diretamente relacionados com os agentes internos e externos que os (re)produzem. Assim, ao aprofundarmos na reflexão de uma dada região, essa nos remete a uma teia de relações com outras concepções regionais, bem como a própria formação de nação.

Sobre esse assunto, é válido atentarmos que as bases históricas da formação regional brasileira não remetem para uma possível corroboração de uma unidade nacional – no qual a região desempenharia uma pretensa distribuição por setores locacionais –, mas no produto de uma operação de homogeneização, a partir da luta com as forças que dominam outros espaços regionalizados. Por isso ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder. Suas fronteiras apresentavam-se móveis e o Estado poderia (ou não) fazer parte na sua sedimentação (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009).

A segunda metade do século XIX pode ser considerada como o período no qual o discurso regionalista no Brasil toma forma. Tal concepção estrutura-se inicialmente como resposta à política centralizadora imposta pelo Império, reforçada sob a ótica de contraposição ao movimento de dispersão que se estruturava naquele período. Perpassado o período do Brasil Imperial, movimentos separatistas ganham intensidade. No entanto, a reorganização socioespacial desenvolvida nos anos iniciais da Primeira República buscou aproveitar-se da lógica de organismos descentralizados como intermeio de reafirmar a unidade nacional (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009).

Para isso, as oligarquias regionais ganham uma tônica pautada na dualidade, passando a desempenhar importante papel no perfil político do período inicial da República. Se de um lado as oligarquias buscavam legitimar a autonomia regional através da construção de discursos ligados a singularidades de cunho cultural, econômico e/ou ambiental, a descentralização resultante permitia a constituição de um Estado-nação marcado por uma organização relacionada à dissipação das relações de poder entre os entes federativos, cabendo ao Presidente da República um papel de representante responsável pela interligação desse conjunto de lideranças regionais. Assim, a proposta federativa sobrepujava-se sob os pontuais movimentos separatistas, sob a égide da observância republicana das peculiaridades regionais e a imposição das noções de pátria e nação.

Desse modo, não é exagero afirmar que a federação brasileira nasce como o inverso das aspirações republicanas locais. Abrucio (1999) nos conta que as elites regionais queriam se autogovernar da mesma forma patrimonial que faziam anteriormente a 1889, mas agora sem a interferência do Imperador. Assim, cria-se um paralelo onde a fundação do federalismo do país assenta-se sob a prática antirrepublicana, obtendo o apoio do poder central como modo de possibilitar a sobrevivência da constituição nacionalista.

Sobre a política da Primeira República, no campo regional, Bessa & Diniz Filho (1995) lembram o lema adotado pelos partidos republicanos que, desde 1870, sintetizavam esse momento – “Centralização-Desmembramento. Descentralização-Unidade” – eram tomadas pela organização federativa como base para a firmação do país nos anos iniciais do período republicano.

Assim, tomava forma uma república federativa de cunho regionalista, no qual os líderes regionais, por meio de abertas fraudes eleitorais ordenavam o direcionamento do país. Sobre a relação dialética entre regionalismo e nacionalismo, Candido (1985) apresenta a mudança de perfil que a concepção regional vem perpassar a partir de sua (re)concepção com fins de promover a tomada do discurso nacionalista brasileiro, afirmando que:

(...) o nosso nacionalismo foi antes forjado em posições regionalistas. Mas o regionalismo pré-modernistas se mostrava, com seu ‘conto sertanejo’, artificial, pretencioso, criando um sentimento subalterno e fácil de condescendência em relação ao próprio país, encarando com olhos europeus nossas realidades mais típicas (CANDIDO, 1985, p. 113).

Na esfera financeira, a fragmentação econômica regional apresentada no país naquele período marcava o que se convencionou denominar de arquipélago econômico, tendo em vista que historicamente não havia condições técnicas de integração nesse período. Assim, o país encontrava-se distribuído por ilhas açucareiras, cafeeiras e extrativistas, por exemplo. Com a frágil integração dessas economias disposto pelo ente federativo, a percepção regionalista da economia brasileira sobrepujava-se à própria lógica de firmação de um mercado nacional.

No entanto, esse período de amplo domínio das oligarquias regionais sofre um forte abalo no contexto nacional. Tendo como marco o rompimento de alianças entre seus dois maiores representantes – Minas Gerais e São Paulo – em 1930, tal momento proporciona a tomada de uma organização política, que apesar de continuar a conviver com as centralidades regionais, passa a apresentar um perfil mais centralizador, intensificado após o golpe estadonovista de Getúlio Vargas em 1937.

Figura 10 - Propaganda do Estado Novo



Texto da figura:

*"Crianças!
Aprendendo, no lar e nas escolas, oculto da Pátria, trareis para a vida prática todas as probabilidades de êxito.
Só o amor constrói e, amando o Brasil, forçosamente o conduzireis aos mais altos destinos entre as Nações,
realizando os desejos de engrandecimento aninhados em cada coração brasileiro."*

Fonte: <http://migre.me/didaE>

Influenciado indiretamente pela política reservadora castilhistas⁶, o regime político do Estado Novo busca a partir da construção midiática da identidade nacional, difundir diante da população brasileira o sistema político instituído no país. Fruto dessa época temos, por exemplo, a obrigatoriedade do recém-criado *Programa Nacional* (atual *Voz do Brasil*), que consistia essencialmente em vincular matérias radiofônicas que exaltavam as realizações de Vargas. A política de industrialização e de integração econômica brasileira desestrutura a organização de arquipélago e traz o surgimento de uma economia nacional, marcada por algumas iniciativas federativas:

- i) Transferência do direito das oligarquias regionais de legislar sobre o comércio local para a esfera federal;
- ii) Implementação de obras de infra-estrutura e serviços de escala nacional, sobretudo em transporte e comunicação; e
- iii) Extinção de taxas no comércio inter-regional.

A partir dessa nova política nacionalista, uma série de instituições surge a fim de construir um perfil de cunho nacional para o país. Como exemplo, temos a fusão do Conselho Nacional de Geografia e o Conselho Nacional de Estatística, ao qual resultou na criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – em 1938. Além de traçar o perfil brasileiro, através de levantamentos demográficos, econômicos e sociais, tal fusão marcava a busca pelo distanciamento administrativo do país com a estrutura oligárquica regional dominante do início do século passado. Tal dissociação, não resulta porém, na exclusão do tratamento regional nos estudos do IBGE, sendo tratada no discurso dominante associada ao debate da unidade nacional.

Essa complexidade da formação regional no país, segundo Smith (1993), apresenta-se como um fenômeno histórico que obedece a um roteiro incompleto da própria trajetória da formação nacional. A partir dessa perspectiva, a noção de região passa por significativa mudança ao longo da afirmação republicana no Brasil, deixando de lado a concepção regional associada aos aspectos de interligações social, econômica e cultural, passando a estabelecer novos parâmetros de segmentação regional.

⁶ Correspondente a política de cunho conservador de Júlio Prates de Castilhos. Embasado no positivismo de Auguste Comte, os ideais do oligarca gaúcho apresenta-se como referência nas políticas desenvolvidas ao longo do período estado-novista e militar, empregando a lógica da centralização do poder do Estado na tomada da modernização da sociedade, bem como na escolha de governantes baseado na pureza moral e não na sua representatividade popular.

Como parte da política nacional, o governo varguista passa a inserir a divisão regional no conjunto de medidas visando a reafirmação da identidade nacional. A permanência da concepção regional nesse período surge influenciada pela política de planejamento regional norte-americano de Roosevelt e seu *New Deal*, conforme já delineado no capítulo anterior. Dessa forma, a busca por um novo perfil regional para o país surge como tônica do discurso da lógica da organização socioespacial brasileira.

Nesse sentido, o conceito de região se renova associado à noção da formação de *entidades subnacionais*, tendo sua primeira estruturação oficial elaborada em 1940, pelo então recém-criado IBGE. Tendo como base a divisão por Estados, a proposta elaborada por Fábio Macedo Soares Guimarães apresenta uma síntese das grandes divisões regionais constituídas ao longo do domínio oligárquico. A Figura 11 representa a implantação de políticas de divisão político-administrativa brasileira a partir de 1940.

3.1.1 Geografia-histórica⁷ dos modelos de regionalização brasileiro

A partir das primeiras propostas regionais para o Brasil, até o momento da retomada de novos projetos após a década de 1990, cabe observarmos primeiramente sobre a mudança de conceptualização dada ao conceito de Região e as implicações dessas variações no resultado da diversidade de secção perpetrado no país.

Partindo do período republicano, o primeiro documento oficial a tratar da divisão administrativa, elaborado pela *Directoria do Serviço de Estatística do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio*, não menciona o termo região, estando direcionado basicamente a divisão do Brasil em Estados, Municípios e Distritos com vistas à organização político-administrativa. Como o próprio deixava claro em suas páginas iniciais, este era “um trabalho inicial que ainda não foi feito sob a República, aproximando, em sua feitura, do modelo de outro trabalho semelhante que foi produzido nos últimos tempos do regimen (*sic*) antecedente” (BRASIL, 1913, p. 4).

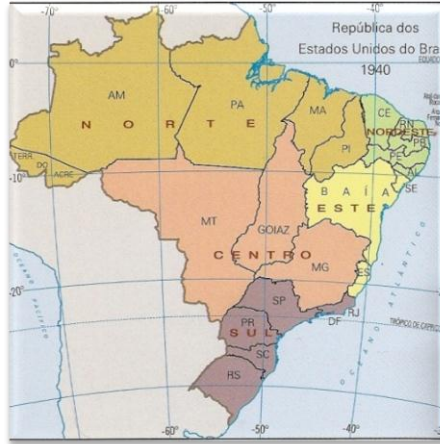
⁷ Longe de se estabelecer um objeto rígido e delimitado, o objeto de estudo da Geografia-Histórica vem a ser a própria geografia do passado, como forma de oferecer subsídios para compreender a geografia do presente. Como diria Moraes (2005, p. 24) “Pode-se, portanto, dizer que em qualquer período da história e em qualquer agrupamento humano existe uma geografia (material e discursiva) que compõe parte da cultura de cada grupo social e de cada civilização”.

Figura 11 - Evolução da divisão Político-administrativa brasileira.

Origem da Divisão Político-Administrativa



República dos Estados Unidos do Brasil - 1940



República dos Estados Unidos do Brasil - 1945



República dos Estados Unidos do Brasil - 1950



República dos Estados Unidos do Brasil - 1960



República Federativa do Brasil - 1970



República Federativa do Brasil - 1980



República Federativa do Brasil - 1990



Fonte: IBGE, 2004.

Nesse entremeio, no processo histórico de formação regional até a tomada da primeira divisão elaborada pelo IBGE em 1940, temos a elaboração de um conjunto de divisões regionais proposta por diversos autores. Variando de acordo com o objetivo do estudo em foco, tais propostas apresentavam-se sob os mais diversos critérios, quer sejam orográficas, botânicas, climáticas ou econômicas (ver Figura 12).

Figura 12 - Modelos regionais brasileiro.



Fonte: Guimarães (1942)

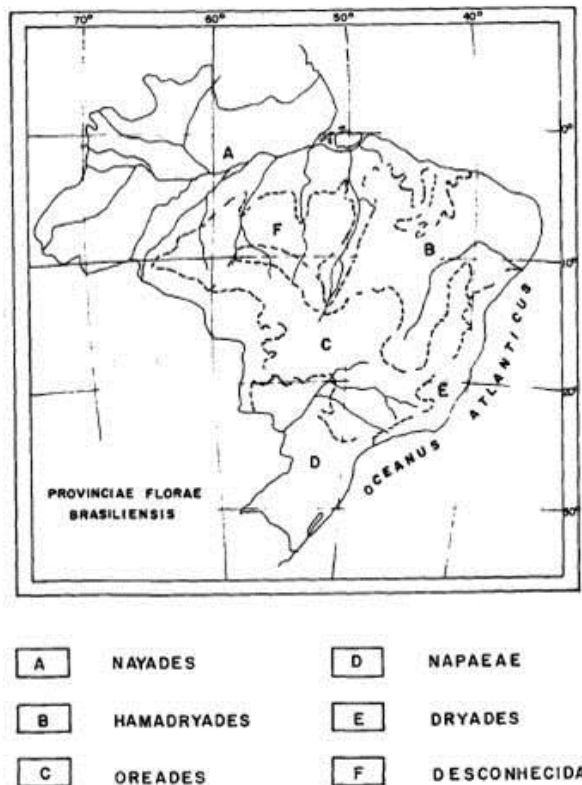
Dentre essas divisões, podemos destacar o empreendido em 1889 por André Rebouças, que explorou sua divisão regional sob o ponto de vista econômico. Tal trabalho resultou em segmentações no mínimo curiosas como, por exemplo, no isolamento dos Estados do Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Essas regiões formadas por apenas um ente federado, encontravam-se justificadas pelas *peculiaridades econômicas* desses três Estados, notadamente o algodão, o café e a charque. Anos antes a proposição de Rebouças, Carl Friedrich Philipp von Martius, já suscitava a importância da formação de organismos regionais a partir de uma outra perspectiva, de cunho histórico. Tal proposta visava, sobretudo, integralizar a história dessas regiões a fim de buscar a unidade da história nacional, como é possível observar no trecho a seguir:

Para evitar este conflicto, parece necessario que em primeiro logar seja em epocas, judiciosamente determinadas, representando o estado do paiz em geral (...), passando logo para aquellas partes do paiz que essencialmente differem, seja realçado em cada uma d'ellas o que houver de verdadeiramente importante significativo para a historia. (...) Assim, por exemplo, converge a historia das Provincias de S. Paulo, Minas, Goyas e Mato Grosso; a do Maranhão se liga a do Pará, e a roda dos acontecimentos de Pernambuco formam um grupo natural os de Ceará, Rio Grande do Norte e Parahyba. Enfim, a historia de Sergipe, Alagôas e Porto Seguro, não senão a da Bahia (MARTIUS, 1845, p. 400).

No entanto, o século XX traz consigo a difusão do pensamento determinista ambiental no país, no qual apresenta a noção de *região natural*. Pensamento dominante nos processos de divisão regional no início do século passado, o conceito de região natural surge a partir da proposição de que o ambiente tem certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade (GOMES, 1995).

Partindo da lógica que a condição natural-ambiental determinava o comportamento do homem, surgem os projetos de divisão regional interligados com a noção de características naturais. Tal proposição torna-se a base da primeira proposta oficial de divisão regional elaborada pelo IBGE em 1940. Porém, é importante observar que tal proposição não era nova no país. Anos antes, Martius, influenciado pela sua formação naturalista, já havia elaborado uma divisão regional embasada a partir de suas coletas botânicas, resultando na divisão florística de 1858, reproduzido na Figura 13. Atribuindo as divisões a nomes da mitologia grega, Martius organizou o mapa dividindo-o em cinco regiões: *Naiades*, referindo-se a flora amazônica; *Hamadryades*, correspondendo a caatinga; *Oreades*, aos cerrados; *Dryades*, para a mata atlântica; e *Napaeae* referindo-se a mata das araucárias e os campos sul-rio-grandenses (MOTOYAMA, 2004).

Figura 13 - Divisão Florística de Martius.



Fonte: Veloso et al (1991)

Além de Martius, os professores Eliseé Réclus (1893), Delgado de Carvalho (1913), Honório Silvestre (1922) também já haviam recorrido às bases da Escola Determinista Ambiental para a realização de divisões regionais, para fins de uso didático. Dentre essas, a proposta de Delgado de Carvalho serviu de base para a primeira composição regional do IBGE, sendo reformulada anos depois por Fábio Guimarães.

As primeiras propostas de divisão regional no país justifica a utilização do vetor fisiográfico para a divisão regional do Brasil sob a seguinte assertiva:

Uma divisão baseada nas “regiões naturais” tem a grande vantagem da estabilidade, permitindo um melhor estudo da evolução dum país através do tempo, pela comparação dos dados estatísticos referentes à diversas épocas. Uma divisão baseada nas “regiões humanas”, e, em particular referente aos fatos econômicos, permite um melhor estudo da situação dum país, num dado momento, quando for dada maior importância à comparação no espaço, de umas partes com outras (GUIMARÃES, 1942, p. 11).

No campo prático, as primeiras propostas regionais buscaram atender um conjunto de finalidades, como estatístico, didático e/ou administrativo. Galvão e Faissol (1969, p. 181) delineiam quatro premissas básicas que moldaram essa concepção regional:

I – No âmbito nacional havia a ideia de que naturalmente havia em território nacional uma consciência de diferenciações regionais no país;

II – A oficialização de uma divisão regional deveria perpassar por uma segmentação que fosse permanente e estável, a fim de permitir que os dados estatísticos pudessem ser analisados em épocas distintas, sem percorrer pela problemática de alterações dos limites regionais;

III – As regiões naturais (ou cardeais, dado os termos referido às regiões) – Norte, Nordeste, Este, Centro e Sul – seriam a opção mais lógica para atender a necessária estabilidade, onde as mutações físico-ambientais forneceriam uma base conveniente para comparação no tempo;

IV – As Zonas Fisiográficas, setores menores das Grandes Regiões, seriam definidas pelas características socioeconômicas. No entanto, estas subunidades pela imediatamente superior, marcada pelas condições naturais.

Sobre a questão da *unidade* proposta a partir da região natural-cardeal, Guimarães (1942) alerta que este termo apresenta algumas peculiaridades, tendo em vista que a heterogeneidade encontra-se inserido nesse processo em busca de uma homogeneidade local. Como exemplo, o pesquisador nos apresenta o caso de uma região montanhosa, que apesar de apresentar uma variedade marcada por vales, planaltos e cristas, podem ser marcadas pela elevada altitude. Assim, a lógica da unidade procura uma homogeneidade dominante no entremeio da heterogeneidade regional.

No entanto, a divisão brasileira em regiões naturais se finda pelas dificuldades encontradas de materializar uma secção sob a perspectiva climática, botânica e de relevo. A falta de estudos mais completos sobre o ambiente físico brasileiro, associada à exigência de apresentar uma divisão regional que não apresenta desmembramentos dos entes federados, acaba por apresentar uma proposta regional fundada nos limites e agrupamentos estaduais.

Sob essa perspectiva, é possível notar que a proposição da divisão física permeava também a busca pela ausência de contrariedades federativas. À exemplo disso, podemos observar que os três Estados no qual se encontram, em parte, inseridos na atual proposição do Plano Meio-Norte – Ceará, Piauí e Maranhão – apresentavam-se de modo fragmentado nas zonas limítrofes de duas regiões, distribuídos uma parcela no Norte (Piauí e Maranhão) e outra no Nordeste (Ceará).

A precariedade de informações já citadas anteriormente, bem como a dificuldade em encontrar uma homogeneidade dos aspectos físico-ambientais resultou no direcionamento pela opção em empregar a ideia de *fatores dominantes* ambientais para a consolidação das regiões naturais. Dessa forma, a proposição brasileira gera uma contradição com o campo do próprio determinismo ambiental, ao qual prega a divisão por regiões naturais sob o mesmo ponto de vista físico delimitado.

Apesar de possuir Estados como Amazonas e Piauí com composições florísticas marcadamente distintas entre si, o Norte é selecionando a partir do ponto de vista botânico. Na mesma medida o Nordeste é nomeado pelo fator climático – notadamente a escassez de chuva –, apesar de possuir uma configuração hipsométrica marcada pela diversidade. Assim, essa região encontra zonas de extrema aridez no interior de Estados como Ceará e Paraíba, contrastando com as chuvas regulares que irrigam os vastos campos canavieiros de Pernambuco, ressaltando a fragilidade dessa proposta de divisão regional.

Frente aos questionamentos levantados acerca dos critérios selecionados para a divisão, o destacado estudioso sobre regionalização do IBGE, Fábio Macedo Soares Guimarães, é elencado no ano de 1942 para conduzir a elaboração de uma nova proposta (ver Figura 14). Justificado novamente a partir da unidade dos aspectos ambientais, percebemos a partir do referido plano a procura em corrigir falhas pontuais no concernente a distribuição das fronteiras macrorregionais, sobretudo entre o Norte e Nordeste.

A busca em empreender uma divisão de cunho ambiental resultou num complexo embate ao estabelecer os limites do que corresponde ao atual Nordeste. Fruto dessa situação, temos a saída tentada por Fábio Guimarães em apresentar essa região subdividida em duas – Ocidental e Oriental – além da criação da Região do Leste, alocando Bahia e Sergipe para a subdivisão do Leste-Setentrional, formado pela Bahia e Sergipe. Assim, temos a construção de subdivisões como meio de encontrar uma melhor aceitação dos entes federados em conceberem-se enquanto *nordestinos*.

A justificativa para a inclusão dos Estados do Piauí e Maranhão no Nordeste encontrava-se assentada nas características do relevo, considerando que a maior parte desses Estados era “constituída de extensos planaltos, os tabuleiros, de aspecto muito semelhante às chapadas do Nordeste” (GUIMARÃES, 1942, p. 38). Fábio Guimarães reconhecia que do ponto de vista ambiental esses dois Estados configuravam-se como uma zona de transição entre climas superúmido e semiárido, chegando a considerar o oeste maranhense como sendo

tipicamente amazônico e o sudeste piauiense francamente nordestino. Guimarães elenca outras características físicas a fim de propor uma associação desses Estados ao Nordeste:

O Maranhão e o Piauí diferem das regiões vizinhas, mas diferem muito menos do Nordeste do que da Amazônia. (...) No Piauí há ainda uma grande área sujeita as secas (*sic*), e mesmo em zonas onde chove suficientemente há rios que “cortam” devido às especiais condições de permeabilidade dos arenitos permianos. Quanto a flora, é muito maior a área ocupada pela caatinga e pelo agreste, do que pela floresta equatorial, que só ocorre no oeste maranhense. A carnaubeira, típica da região nordestina é largamente ocorrente no Piauí (GUIMARÃES, 1942, p.38).

Ainda sobre as peculiaridades florísticas desses dois Estados, Guimarães reconhece que a árvore típica, o babaçu, não é encontrada nem nos Estados do Norte, e muito menos do Nordeste. Apesar de que sob a ótica determinista ambiental esses dois Estados deveriam apresentar-se sob uma região específica, dado a característica dos cocais, Guimarães ignora essa possibilidade sob a justificativa de cair numa inconveniente subdivisão excessiva.

Figura 14 - Cartograma da divisão regional do Brasil.



Fonte: Guimarães (1942).

A partir da análise desse trecho do território brasileiro, é possível perceber as contrariedades presentes sob a justificativa físico-ambiental nessa divisão regional. Tornava-se notório a busca de formar um conjunto regional disposto de modo a dividir as zonas de

maior desenvolvimento industrial no período— sobretudo o Leste de Minas Gerais e Rio de Janeiro – do âmbito da mesma região dos Estados da Bahia e Sergipe.

Apesar de oficialmente o projeto permanecer sob a justificativa da importância do ambiente físico, é possível perceber uma construção regional ao qual o determinismo lablachiano era apresentado como foco central, mas que buscava distribuir as proposições regionais a partir do desenvolvimento econômico tido no período, sobretudo no que tange ao crescimento industrial brasileiro.

A redução do critério a uma única variável (florística) nessa constituição regional – presente tanto no projeto de 1940 como na sua reformulação em 1942 – é reforçada pelo uso de critérios diferenciados no estabelecimento das *grandes regiões* e as *zonas fisiográficas*. Assim, buscava-se fluir sob uma mesma perspectiva a unidade física e econômica. Sobre esse assunto, Andrade (1987) afirma que a partir das zonas fisiográficas, houve a redução da importância do vetor físico-ambiental na compartimentação do espaço brasileiro, e, concomitantemente, a adoção de alguns dos princípios da região geográfica de Vidal de La Blache.

Se as décadas de 1930 e 1940 a Geografia brasileira foi norteada a partir da escola lablachiana, ao qual dominou as propostas de regionalização, os anos finais de 1950 depara-se com a construção metodológica da Geografia Quantitativa. Conceitos como de planejamento estratigráfico, polos de crescimento e região motriz – vistos no capítulo anterior – passam a influenciar as propostas de regionalização do país.

Num ponto de vista mais amplo, a influência da Geografia Quantitativista não promoveu maiores mudanças no processo das grandes divisões regionais, tendo como destaque no plano elaborado em 1950 apenas a inclusão do Maranhão e Piauí pela primeira vez na região Nordeste, dessa vez sem subdivisões. Porém o positivismo lógico – marca do domínio quantitativo – vem exercer forte influência no planejamento das zonas fisiográficas. Nesse contexto, é oportuno lembrar que o processo quantitativista não fica nucleado nos anos 1950; avançando nas décadas seguintes como meio de subsidiar critérios de avaliações do desenvolvimento regional no IBGE.

Planejada de modo distante do que seu próprio nome sugere, as zonas fisiográficas passam a constituir-se como meios de empreender a formalização da integração econômica entre municípios de um mesmo Estado. A Figura 15 apresenta o modo como as

zonas fisiográficas encontravam-se distribuídas na proposta regional de 1960, dando ênfase para a área do atual Plano Meio-Norte.

Figura 15 - Distribuição das zonas fisiográficas de 1960, com ênfase para os Estados do Maranhão, Piauí e Ceará.



Fonte: Adaptado de Lima (2002).

A imagem revela que a distribuição dessas zonas se encontrava sob um combinado de influências metodológicas, resultando numa estruturação particularmente confusa. De um lado, essas zonas eram nomeadas a partir da influência dos domínios físico-ambientais predominantes, como no caso das zonas do litoral do Ceará e Piauí, bem como a parte nordeste da zona costeira maranhense, delineadas sob a mesma titulação de *litoral*.

Por outro lado, percebemos que essas zonas apresentavam uma distribuição que visava setorizar centros econômicos locais. Tal situação é possível de ser observada, por exemplo, na formação da zona fisiográfica da Ibiapaba, no Ceará, que longe de abranger os municípios constituintes da Serra Grande, buscava abarcar as localidades próximas à cidade da Ibiapaba. Tais configurações resultavam na formação de micro-zonas que não atendiam à

premissa básica do surgimento das zonas fisiográficas, que era a formação de grupos de municípios interacionais, independente da fronteira estadual.

No entanto, a base teórico-metodológica de elaboração dessas zonas passa a influenciar o modo de constituição do pensamento regional. Fruto dessa configuração, temos a tomada do processo de reformulação das divisões regionais a partir da segunda metade da década de 1960, tendo como um primeiro resultado a substituição do termo zona fisiográfica para *microrregião homogênea*. Segundo Lima (2002, p.4), essa mudança deveu-se, sobretudo, ao estado obsoleto das zonas fisiográficas frente ao “desenvolvimento do país nas últimas décadas, expresso no forte crescimento da população, na expansão urbana e industrial, e na ampliação da rede rodoviária”. Esse novo modelo de divisão focava a importância econômica, minimizando a relevância dos aspectos naturais. Assim, apresentava-se como dimensão para sua delimitação os seguintes aspectos: quadro natural, potencial humano, produção agrícola e industrial, infraestrutura dos transportes e as atividades terciárias não polarizadas.

Tal pensamento fundamentava-se sob a lógica da teorização de espaço homogêneo, que trata a organização e distribuição dos limites regionais a partir da combinação de fatos físicos, sociais e econômicos ao qual permite a individualização de áreas. Para tanto, recorreu-se a cartas geológicas, pedológicas, climáticas, documentos da estrutura fundiária e produção agrícola, bem como cartogramas de distribuição de centros industriais (LIMA, 2002, p.4). No campo de vista teórico, observamos que basicamente houve apenas uma transposição das bases de análise, pois as regiões pensadas a partir da estruturação físico-ambiental também recorriam à lógica da homogeneidade regional. Assim, as microrregiões homogêneas foram distribuídas da seguinte maneira: 28 na região Norte, 128 no Nordeste, 111 no Sudeste, 64 na região Sul e 30 no Centro-oeste (BRASIL, 1970).

Do ponto de vista macrorregional, é possível perceber que a inserção do discurso econômico promove mudanças de posição de alguns Estados, ressaltando o conteúdo prático dessa operação. O Nordeste pela primeira vez é elaborado sob os atuais nove Estados, dado a inserção da Bahia e Sergipe, oriundas da extinta região Leste, agora reformulada como Sudeste, ao qual promove a alocação dos três maiores centros financeiros do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

No âmbito desse novo debate acerca da regionalização brasileira, o IBGE lança a obra *Panorama Regional do Brasil* que, além de apresentar o debate acerca da nova divisão do país, reforça a permanência da influência determinista em sua constituição, ao ponto de

afirmar que a tardia efetivação do povoamento no Brasil deveu-se a um fator de ordem natural (subtropicalidade) (MONTEIRO, 1967).

A contextualização com a ditadura militar torna-se essencial para compreendermos a aproximação do Estado com os estudos acerca da questão regional no país, promovendo a noção de desenvolvimento interligada com a ação direta do Governo Federal. No âmbito do planejamento regional é ampliado o debate acerca de outros temas, sobretudo os de *polos de crescimento* e *centro-periferia*, estruturando a atividade industrial como foco principal da construção regional. O trabalho de Milton Santos, intitulado *A cidade como centro da região: definições e métodos de avaliação da centralidade* (1959) é marco da construção científica nacional acerca dessa temática.

Novamente, apesar dessa construção teórica, a mesma não encontra espaço no debate de elaboração das macro e microrregiões, estabelecendo basicamente a formação de estruturas que não necessariamente possuíssem qualquer tipo de interligação com um eixo central. No campo operacional, as microrregiões homogêneas surgem com o objetivo de utilização para fins estatísticos, enquanto as macrorregiões aparecem como referência territorial para a administração pública, bem como também para a área do ensino.

Nesse contexto, a região passa a ser concebida como o “conjunto de lugares onde as diferenças internas (...) são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares” (CORRÊA, 1986, p.32), passando a ser definida como simples, complexa, homogênea e polarizada. É interessante observar que a partir da emergência da Geografia Quantitativa, e a aproximação dessa ciência com a lógica estatística, a região deixa de ser um produto finalizado – como apregoava a corrente determinista ambiental – e passa a ser um meio, possibilitando a regionalização de um mesmo território infinitas vezes, a partir do foco de análise.

Assim, a região passa a ser tomada como um ponto de chegada, e não de partida, como no pensamento das regiões naturais. Dessa forma, a região perde a alcunha de representar uma síntese ambiental, como em Vidal de la Blache, consolidando-se pela singularidade estatística de cada área, como em Hartshorne.

Marco dessa tomada regional nos anos 1960 é a formação do Grupo de Trabalho e Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Esse grupo resulta na criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a inauguração da fase do planejamento

regional no país, com as posteriores implantações da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-oeste (Sudeco) e a Superintendência de Desenvolvimento do Sul (Sudesul).

Tratando especificamente da SUDENE, esta surge sob a justificativa de promover a industrialização como peça central da intervenção planejada do Estado no enfrentamento à desigualdade econômica na dinâmica regional nordestina. Celso Furtado, idealizador dessa superintendência, apresentava dentre os motivos da desigualdade do Nordeste com o Centro-sul os seguintes aspectos:

I – Apesar da renda do Nordeste ser inferior, esta se encontrava bem mais concentrada que no Centro Sul;

II – O ritmo de crescimento do Nordeste era inferior ao Centro-sul, devido o boom industrial vivenciado por esse último;

III – Caráter assistencialista dos investimentos governamentais para o Nordeste, enquanto os investimentos no Centro-sul, por vezes realizado até mesmo com capital privado nordestino, geravam o desenvolvimento econômico (FURTADO, 1967).

Francisco de Oliveira e sua obra *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes* (1993) apresenta uma análise profunda sobre essa modalidade de planejamento regional adotado no país, destacando o papel de instauração das macrorregiões e suas superintendências na divisão regional do trabalho. A partir da reflexão de Oliveira sobre a relação do capitalismo com o processo de divisão regional, é interessante asseverar que a característica desigual ora apresentada nas macrorregiões do país não é fruto exclusivo das condições econômicas do país, mas da repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais. Tal situação é responsável pela instituição de um “processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda” (SILVA, 2010).

A incorporação massiva da questão regional na tomada do planejamento nacional promove a partir da década de 1970 uma série de projetos de cunho regionalista. Um dos mais destacáveis é o início da divisão do Brasil em *regiões funcionais urbanas*, constando de um sistema hierarquizado de divisões territoriais por níveis de relacionamento, a partir da análise dos fluxos agrícolas, distribuição de bens e serviços, economia e perfil populacional. Esse

método de análise do processo da rede urbana será analisado mais adiante no trato específico dos municípios membros do Plano Meio-Norte, no entanto cabe observar nesse primeiro momento que a tomada da estruturação, apesar de fortemente associado ao método quantitativista, possibilita a retomada da análise do processo do fluxo urbano, que havia sido deixado de lado desde os rascunhos de Fábio Guimarães no primeiro projeto regional.

Em 1976 temos também a formação das *mesorregiões homogêneas* que, embasada na Teoria Geral dos Sistemas, define um conjunto regional que aparece como ponto intermediário das macro e microrregiões geográficas. Assim como a maioria das divisões regionais elaboradas até então, esta surge com o foco de possibilitar uma maior abrangência e distribuição das políticas públicas, bem como possibilitar outra forma de apresentação dos dados estatísticos.

O modelo de divisão geográfica a partir dessas três escalas – micro, meso e macro regiões homogêneas – perdura até os anos finais de 1980, como é possível observarmos no exemplo da divisão microrregional de 1980 (Figura 16). Com o suporte da análise das redes urbanas a partir da projeção das regiões funcionais, assenta-se o papel da categoria regional no desmembramento do processo político nacional. Assim, a análise regional alcança também a escala estadual e municipal, como a criação dos primeiros projetos regionais de administração nessas escalas.

Figura 16 - Divisão regional do Brasil em microrregiões homogêneas (1980).



Fonte: IBGE, 1980.

O quadro regional brasileiro passa por transformações no final da década de 1980, sob a justificativa das transformações no quadro das mutações ocorridas na economia nacional. Magnago (1995) apresenta o discurso de elaboração de uma nova divisão regional afirmando que tais mudanças teriam ocorrido de modo diferenciado no território nacional, com algumas áreas sofrendo grandes mudanças institucionais e avanços socioeconômicos, enquanto outras áreas não acompanhavam tais transformações, estagnando-se.

Desse modo, o termo homogeneidade é deixado de lado, dando lugar à região geográfica. No entanto, na prática esse conceito permanece inserido na lógica do planejamento regional. Como exemplo, temos o Maranhão que até então não se encontrava no enfoque das políticas adotadas pela SUDENE, mas que influenciado pela pretensa homogeneidade econômica e agrária manteve-se definitivamente como Nordeste. Assim, as macrorregiões sofrem apenas pequenas alterações, devido à oficialização dos estados do Tocantins, Roraima, Rondônia e Amapá, vindo a meso e microrregiões geográficas (ver Figura 17) a marcar um novo modelo de distribuição regional no país, seguido até a atualidade. São assim definidas: a) Messorregiões geográficas, definidas pelo processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial; e b) Microrregiões geográficas, marcada pela vida de relações ao nível local, constituindo-se pela produção propriamente dita, incluindo atividades urbanas e rurais (IBGE, 1990).

Tal reformulação encontra-se em confluência com o período de redemocratização perpassado no país, no qual passa a servir de base para elaboração de planos e programas para o planejamento regional, afirmado por meio do Artigo 21 da Constituição Federal que direciona a responsabilidade à União a “elaboração e execução de planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social” (BRASIL, 1989, p. 33). No campo da construção teórica, esta nova concepção de planejamento regional é proposta como uma tentativa de resposta frente à crítica marxista desenvolvida ao longo da década de 1980, que questionava os critérios estatísticos e naturais de secção regional, empregados até então.

A partir dos anos 1990 temos, portanto, a construção de planos regionais como forma de atender a organização administrativa em alguns segmentos específicos. No Ceará, Piauí e Maranhão, por exemplo, temos a criação dos *Conselhos Regionais de Educação*; e em nível municipal, temos o surgimento de *Secretarias Regionais*, como é o exemplo de

Fortaleza, ao qual foi dividida em SER's (Secretarias Executivas Regionais) a partir do ano de 1997.

Figura 17: Meso e microrregiões geográficas – 1990.



Fonte: IBGE, 1990.

De modo geral, podemos afirmar que o Nordeste passa a ser o foco das principais políticas de regionalização perpetradas no país, embasado sobre motivações diversas. O termo *desenvolvimento regional*, encontra-se no conjunto dos planejamentos desenvolvidos a partir de então, influenciado pelos grandes projetos desenvolvidos na Europa, como visto no capítulo anterior. A partir do (re)surgimento do conceito de região conectado à ideia de desenvolvimento, vem a tona uma gama de projetos regionais, como é o caso do PDSRT, ao qual incorpora a ideia do desenvolvimento sustentável à lógica da regionalização turística. Partindo da concepção da tomada de políticas de regionalização, e centralizando para a área foco da pesquisa, cabe observar a dialética existente entre o Nordeste e a construção na noção de Meio-Norte.

Analisar o momento de formação de constituição do Nordeste nos serve de parâmetro para buscarmos compreender como o processo de formação do Meio-Norte e os impactos do plano regional na dinâmica local se procedem na atualidade. Podemos tomar a

região nordestina como base da dinâmica processada no âmbito da lógica da instauração dessa nova onda regionalista, como será possível observar a seguir.

Assim, falar sobre o modo como o espaço estabelecido pelo atual Nordeste Brasileiro encontra-se constituído, bem como analisar o modo de tomada da criação de novas sub-divisões regionais inseridas no âmbito da macrorregião nordestina, como é o caso do Meio-Norte, perpassa sobre como o planejamento regional vem inferir no processo de constituição da diversidade espacial brasileira.

3.2 NORDESTE E A FORMAÇÃO REGIONAL

O Plano Regional do Meio-Norte encontra-se sob a alcunha de promover o desenvolvimento de uma das regiões mais pobres do Nordeste brasileiro. Sob essa perspectiva, a área de abrangência do referido plano recobre 3,6% da área territorial do Nordeste, e a apenas 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB) dessa macrorregião. Tendo o Nordeste como base na formação dessa região turística, a constituição socioeconômica na atualidade da macrorregião nordestina encontra-se como vetor capital para o estabelecimento de políticas públicas para sua reestruturação.

Sobre sua gênese, concordamos com Smith (1993) ao afirmar que a origem da formação regional nordestina é derivada da forma como se deu a relação de controle mercantil e territorial entre metrópole e colônia até a segunda metade do século XVIII. Ao contrário do que se apresenta na elaboração da região Meio-Norte, a formação regional nordestina não obedece a um conjunto ordenado de componentes sociais, políticos e econômicos, “sem qualquer inter-relação que se pretenda de ordem determinística, que corroboram para estabelecer um processo de construção de uma identidade protonacional, historicamente datada e periodizada” (SMITH, 1993, p. 109).

Nesse sentido, os *arquipélagos econômicos* referidos anteriormente, com suas relações econômicas direcionadas mais para o mercado externo do que necessariamente no âmbito interno do país, proporciona a aproximação dos produtores do açúcar e algodão na busca pelo mercado estrangeiro, consolidação econômica que molda a formação dessas duas grandes oligarquias que viriam a dominar a região.

A formação dessas oligarquias passa a gerir grande parte da atividade econômica do que viria a ser o Nordeste. No entanto, a formação dessa região não se limita ao fato desse aspecto econômico, pois não existe um momento periodizado para essa concretude, como afirma Smith (1993) no trecho anteriormente citado. Destarte, as oligarquias passam a inserir o discurso regionalista, que apresenta o espaço de modo subjetivo – como um produto do sujeito – representado por um conjunto imagético de paisagens e culturas integralizantes apresentadas no âmbito social.

Complementando essa ideia, Albuquerque Júnior (2009) afirma que a formação do Nordeste envolve uma produção imagético-discursiva, formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. É justamente a fragilidade desta formulação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de *verdades* sobre este espaço, no qual multiplica representações e mantém justificativas de dependência e políticas de compensação.

O interesse em compreender a formação do que se convencionou por Nordeste extrapola o fato da questão do tratamento geográfico com a região estabelecida no Plano Meio-Norte, também pela semelhança no processo de *invenção identitária* empreendido em ambos os momentos de construção ideológica da formação nordestina e meio-nortista, respeitando as diferenças dos objetivos específicos na constituição desses dois processos regionalistas.

No caso da concepção da região Nordeste, este se encontra concebido a partir da apresentação de um conjunto de discursos representados no modo de imagens e falas que passam a construir o quadro imagético-discursivo da região. Nos estudos de Albuquerque Júnior (2009) a região é tratada como herdeira da modernidade, gestada para conter o processo de desterritorialização pelo qual passavam os grupos sociais desta área. Tal situação encontra-se provocada pela subordinação a outras áreas do país que se modernizavam mais rapidamente, notadamente o Centro-sul.

Tendo essa premissa, cabe aprofundarmos a análise travada no capítulo anterior sobre o conceito de região, a partir do contexto da configuração das políticas de regionalização apresentadas no país a partir do século XX. Percebemos que a noção de região passa a ser desenvolvida tendo como base a lógica da desigualdade – as *desigualdades regionais* – do qual parte de uma falsa premissa de que em algum momento da história do país houve uma suposta homogeneização socioeconômica nacional. Essa proposição

encontra-se muito próxima àquela promovida sobre a construção da segmentação entre *desenvolvimento* e *subdesenvolvimento*, no qual ao dividir o mundo em torno dessa dualidade estagna a possibilidade de uma reflexão dialética em torno das particularidades em prol do discurso estratificado desenvolvimentista.

Destarte, ao observarmos novamente as imagens constituintes da Figura 11, é possível notarmos as diferentes formas como o atual Nordeste foi seccionado nas últimas décadas até chegarmos à estrutura que conhecemos na atualidade. Tal inconsistência, longe de apresentar-se como resultado de perspectivas de desenvolvimento e integração de setores específicos do país – como o discurso do período apregoava – resulta no processo político de remodelagem das estruturas excludentes existentes no Brasil.

Dessa forma, a pseudo-unidade ambiental, social e cultural promovida na construção do Nordeste, assentam-se sob a sombra da lógica da formação de uma unidade territorial fragmentada e estereotipada, colocando à sombra da complexidade polimorfa existente na formação dessa organização regional.

Sob o ponto de vista histórico, alheio a concepção atual que apregoa a interligação sociocultural do Nordeste brasileiro, podemos afirmar que tal concepção não encontra base na análise do processo de interligação das redes socioeconômicas assentadas ao longo da formação nacional. No exame do retrato histórico do que consideramos atualmente como Nordeste não se verifica um critério prático que justifique sua existência. Tal situação não busca afirmar que seja necessária a existência legal de uma justificativa para a sua criação, mas que possibilite a análise em profundidade do processo de formação regional.

Antes da tomada do processo de divisão regional apregoadado após a criação do IBGE, o Brasil encontrava-se dividido basicamente entre Norte e Sul. Tais divisões na prática nunca foram estabelecidas de modo oficial no país, destinando-se ao longo da história nacional as segmentações por Capitâneas, extintas em 1821, e por Províncias, transformadas em Estados após a primeira constituição da República em 1889. Tais observações tornam-se vitais para notarmos primeiramente que a divisão por regiões não aparece oficialmente nos registros das divisões propostas ao longo do domínio imperial, bem como também não é presente o termo Nordeste, enquanto região brasileira, ao longo do processo histórico de ordenamento nacional até o início do século XX.

Nesse sentido, a noção da diferenciação de áreas, debatido no capítulo anterior, ganha escopo no projeto de divisão regional no Brasil, com uso desse modelo metodológico com fins de promover a separação das áreas onde o processo de avanço industrial encontrava-se mais adiantado, notadamente o centro-sul brasileiro. Era a construção do discurso regionalista moderno, onde se apregoava a busca pelo desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas, mas que na prática resultava na ampliação do distanciamento socioeconômico do Nordeste com o crescimento industrial tido mais ao sul do país.

A *atividade industrial* torna-se o vetor basilar das primeiras divisões regionais estabelecidas no século passado. A homogeneização tida nesse momento seria, portanto, o direcionado a um só mercado econômico, dado que o modelo agrário-exportador encontrava-se em declínio após a crise de 1930. Formava-se assim uma estrutura regional, extremamente heterogênea, mas que vinha a servir os interesses da classe dominante, com a edificação de uma interdependência estrutural que favorecia a região mais industrializada: o Sudeste.

É curioso observar que até mesmo o discurso antirregionalista perpetrado pela classe intelectual brasileira, sobretudo a partir dos anos de 1970 – onde buscava negar as características deterministas da pobreza e atraso econômico ao se referenciar ao Nordeste –, também resultava por reforçar a dicotomia regional. Assim, dava-se notoriedade a uma fronteira social, cultural e econômica na prática inexistente, resultando no que podemos definir como *preconismo regionalista colidente*. Buscar inverter a lógica da imagem negativa da seca, por exemplo, não coloca em xeque o mais vital, que é a existência da região.

Esse é um dos riscos tomados ao constituir-se uma estrutura regional-regionalista, ou seja, quando a divisão regional, seja por qual imperativo for, torna-se por apresentar uma estruturação fragmentada pelo discurso segregador, emoldurando a criação de uma identidade exógena. Dessa forma, a concepção do que se delimita por Nordeste não corresponde necessariamente ao Nordeste tal qual como ele é, como afirma Albuquerque Júnior (2009), mas sim ao Nordeste como foi *nordestinizado*.

É um erro histórico afirmar que o vetor econômico possibilitou, em algum momento, a integração na construção do Nordeste. A atividade canavieira, por exemplo, apesar de representar em termos percentuais um significativo valor econômico, encontra-se concentrado em Estados determinados (Pernambuco e Alagoas). A perspectiva da mercantilização de uma cultura regional também não se mantém enquanto justificativa na sustentação da formação da unidade do Nordeste. Tal situação encontra-se assentada a partir

de uma ideologização de *unidade cultural* restrita sob uma delimitação espacial edificada de fora pra dentro, confrontando-se com a dialética da subjetividade do fenômeno cultural.

Do conjunto de políticas públicas empreendidas na busca de *corrigir o atraso* nordestino, sobretudo no âmbito da disparidade de renda com o centro-sul brasileiro, ao fomento do discurso das peculiaridades naturais da região – fomentada com a ampliação do discurso da seca – transcorre no Brasil a edificação de um discurso ideológico ao qual Oliveira (1993) vem definir como *Operação Nordeste*, referenciando o livro de título homônimo de Celso Furtado.

A Operação Nordeste vem perpassar a seara dos projetos das políticas regionais do país, sob a justificativa de elevação do seu potencial socioeconômico. As diferenciações existentes na internalidade regional, definida por Araújo (1995) como *Nordestes*, são subtraídas nos modelos dos planos desenvolvidos, relegando a heterogeneidade e complexidade da dinâmica nordestina como coadjuvantes dos projetos de desenvolvimento nacional.

3.2.1 Imagem e Região

Partindo do percurso geohistórico da constituição regional brasileira, podemos afirmar que esta – seguindo a diversidade política associada em sua gênese – termina por resultar na montagem de uma imagem agregada ao discurso regional que, por vezes torna-se vital para a formação de uma suposta constituição homogênea. A elaboração constitutiva do discurso imagético na formação regional traz à proposição da identificação por meio de recortes da paisagem como forma de construção de uma identidade que impulse a consolidação da região.

Desse modo, a imagem emerge como ferramenta implícita na constituição da montagem da região, objetivando a elaboração de uma *identidade de base regional*. A partir da construção identitária, busca-se a associação da configuração regional ao discurso de *reprodutora da verdade* implícita na verificação imagética, como lembra Lucrécia Ferrara (2000, p. 118):

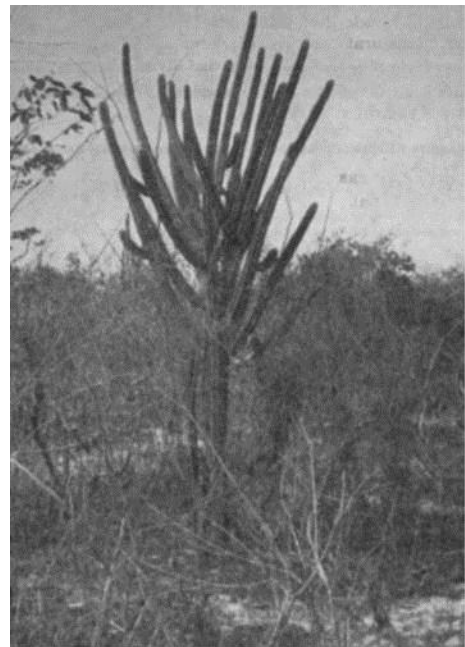
A imagem corresponde à informação solidamente relacionada a um significado que se constrói numa síntese de contornos claros que a faz única e intransferível. A

imagem tem um e apenas um significado, corresponde a um dado solidamente codificado no modo de ser daquela sintaxe.

A associação da construção imagética na formação do planejamento regional não é recente na historiografia nacional, encontrando-se presente desde a tomada da formação da primeira divisão regional brasileira elaborada pelo IBGE. Fábio Guimarães, no documento de 1942 traz em sua constituição o apoio do discurso imagético a fim de corroborar sua seleção regional (rever Figura 14).

Para além da justificação da divisão regional, a *produção* de imagens no planejamento de Fábio Guimarães traz consigo a tomada dos usos dessas com a construção de uma identidade regionalista. Desse modo, temos a seleção de parcelas da paisagem natural adotada como característica dominante da região tratada, como é possível observar na utilização das araucárias como representação da região Sul (Figura 18), ou das cactáceas (Figura 19) como “característica típica do nordeste brasileiro” (GUIMARÃES, 1942, p. 31).

Figura 18 (à esquerda) e Figura 19 (à direita): Representações da região Sul e Nordeste no Plano de Divisão regional de Fábio Guimarães



Fonte: Guimarães (1942, p. 31 e 37).

Analisando o discurso inerente na produção imagética do plano de Guimarães, percebemos que mesmo ao apoiar-se na divisão regional com base na análise físico-ambiental, a intensão em diferenciar o Leste, a fim de ressaltar o Leste Meridional (atual Sudeste)

encontra-se associada na busca pela construção de um discurso imagético que agregasse o aspecto natural com o desenvolvimento econômico. Desse modo, é curioso notar a modulação de uma paisagem *natural* formada essencialmente pela produção agrícola nos Estados do Rio de Janeiro (Figura 20) e São Paulo (Figura 21), a fim de fomentar a projeção progressista desta região em detrimento ao restante do país.

Figura 20 (à esquerda): Plantação de laranjas em Nova Iguaçu (Rio de Janeiro); e **Figura 21 (à direita):** Canavial em Cravinhos (São Paulo).



Fonte: Guimarães (1942, p. 41-42).

Tendo este documento histórico da organização regional brasileira, percebemos que por meio das imagens fotográficas é possível notar a busca pela moldagem de um discurso de diferenciação entre as macrorregiões, pautado pelas condições da natureza. Contrariando uma possível maior aproximação do ponto de vista ambiental de parte da Bahia com o Sudeste, este projeto regional reforça o papel dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro como centro econômico nacional, configurando o aspecto do avanço da produção agrícola perpetrado nesses três Estados como uma ferramenta de seleção físico-natural.

Frente à formação do discurso regionalista e sua construção imagética é essencial destacarmos que este conjunto ideológico não se restringe apenas à construção de um discurso com a pretensão de diluir uma possível essência regional sob a mimetização da imagem. Como afirma Albuquerque Júnior (2009), o discurso imagético-regional não busca apenas um mero mascaramento da verdade da região, mas procura *instituí-la*. A formação do discurso imagético, quer seja por meio de fotografias, símbolos ou signos, apresenta-se como modo de

injunção de pseudoverdades sobre a região, “o que lhes dá consistência interna e faz com que tal arquivo de imagens e textos possa ser agenciado e vir a compor discursos que partem de paradigmas teóricos os mais diferenciados” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 62). Assim, é importante notar que do ponto de vista histórico, a produção imagética da região rompe os planos políticos, vindo encontrar sua reprodução no campo científico, quer seja de cunho culturalista, marxista, estruturalista, naturalista ou fenomenológico. Partindo desse interim, é possível notarmos que a imagem torna-se ferramenta essencial na busca pela efetivação do discurso regionalista, ao qual rompe com o papel de mera produção figurativa, inserindo-a de modo efetivo no discurso de implementação das políticas públicas regionais.

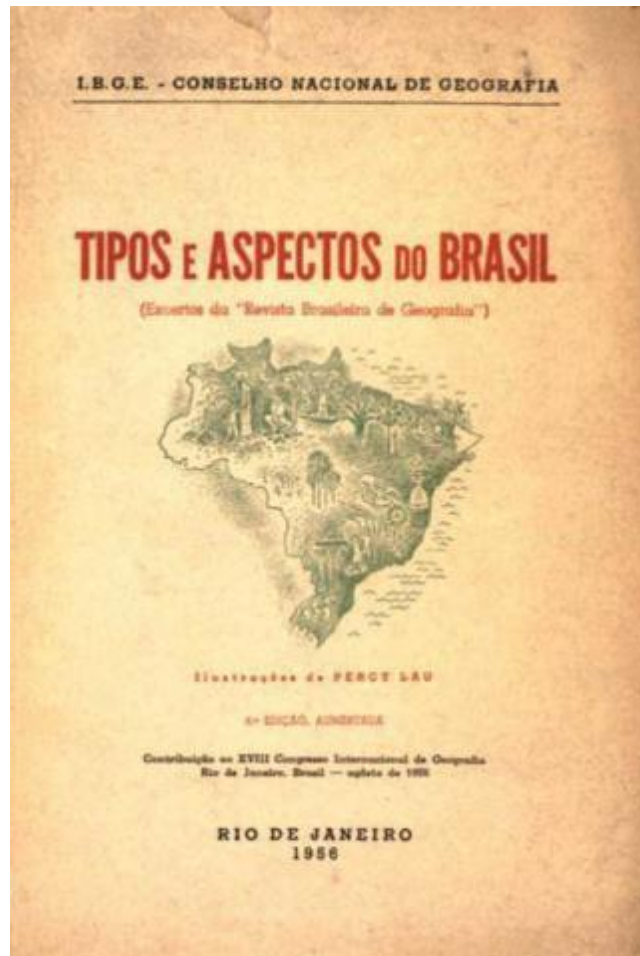
Nesse contexto temos o papel das gravuras apresentadas nas edições da Revista Brasileira de Geografia (RBG), editorada pelo IBGE, que vem reforçar a busca pela consolidação do discurso regionalista a partir da formação imagética das regiões brasileiras. Tendo suas atividades iniciadas em Janeiro de 1939, a RBC inicia ainda em Outubro daquele mesmo ano um espaço fixo no periódico para a apresentação de imagens que venham a apresentar a diversidade da paisagem brasileira. Intitulado de “Tipos e Aspectos do Brasil”, este setor da revista consistia na apresentação de pequenos textos acompanhados por gravuras do artista Percy Lau.

Criado no período entre guerras, a RBG surge com o objetivo de internacionalizar os conhecimentos acerca do território brasileiro, tendo como principal marco a descrição de viagens exploratórias com fins de registro fotográfico. As chamadas “viagens modernas” ganham espaço no referido periódico, ao ponto que as figuras paisagísticas, longe de resultarem de “puro reflexo ideológico do Estado Novo, seria mais fecundo vê-la como um sistema de ideias, de cultura, cujo sentido está tanto no olhar dos que representam os tipos – desenhistas e fotógrafos – quanto neles mesmo” (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005, p. 6).

Assim, “Tipos e Aspectos do Brasil” vem trazer uma interligação com as pesquisas designadas pelo instituto na tomada da regionalização brasileira, trazendo a formação de emblemas autorizados da *imagerie* regionalista nacional. Tal proposição, apesar de num primeiro momento não apresentar-se de modo objetivo, encontrava-se claro ao longo das edições, por meio da segmentação da apresentação das imagens ao longo das edições da revista. Iniciando com a apresentação de um rio da Amazônia, e, por conseguinte a representação da caatinga e os campos de criação gaúcho, Lau vem reforçar a ideia da

homogeneidade da paisagem regionalizada, consolidando a proposição idealizada por Guimarães no mesmo período.

Figura 22: Capa da coletânea de “Tipos e Aspectos do Brasil”. Aqui as linhas divisórias estaduais são substituídas por um conjunto de grupos de imagens que denotam a regionalização do país.

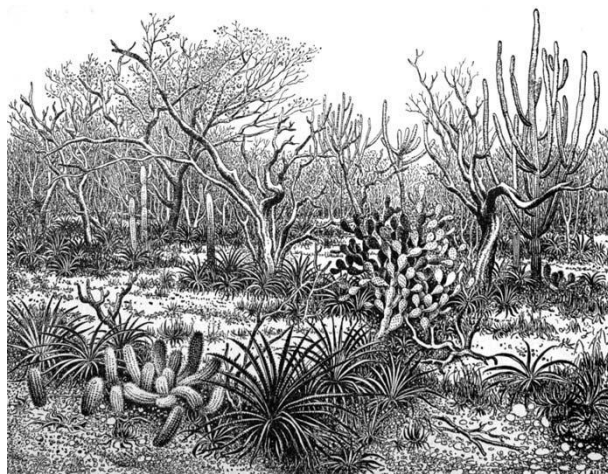
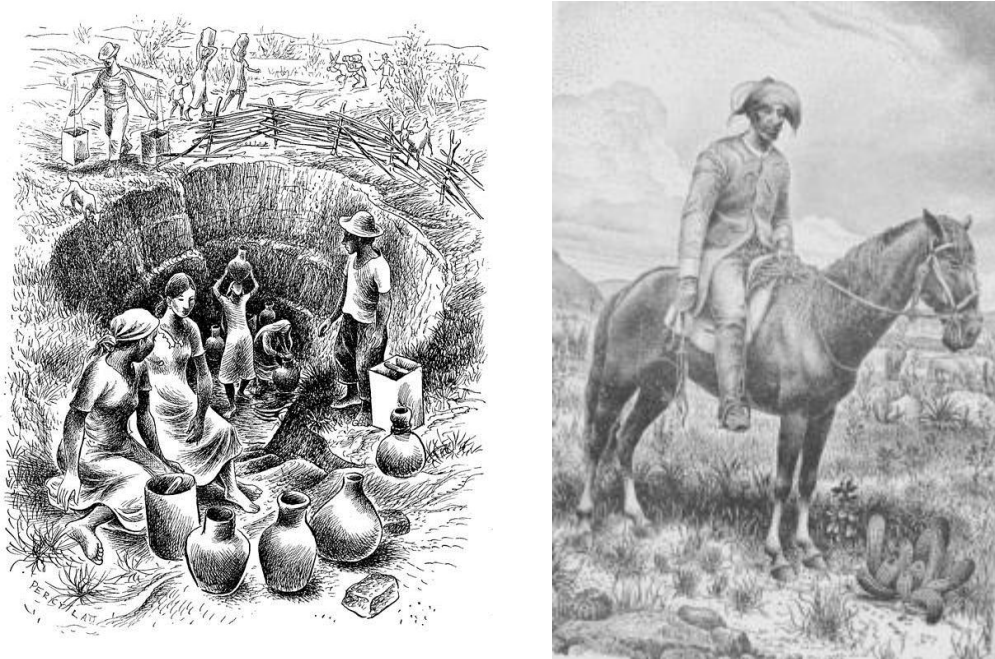


Fonte: Acervo da biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de Fortaleza.

Assim como Guimarães, Percy Lau utiliza-se das variáveis ambientais e econômicas para a construção da imagética regional (ver Figura 23), contribuindo para a reprodução no banco iconográfico dos livros didáticos de Geografia e em outros veículos de comunicação, e a conseguinte consolidação da imagética regional no país. Desse modo, percebemos o percurso da gestão histórica da formação da imagem do Nordeste brasileiro, quer seja associado a paradigmas interligados à miséria e o atraso econômico, típico da estrutura regional dominante da segunda metade do século XX, quer seja como seara do lazer

marítimo, pregada nas últimas duas décadas como *redentora* da região. A importância imagética torna-se nas políticas regionalistas presença marcante, tornando a própria configuração regional imbricada no modelo imagético, como é possível notarmos no PDSRT do Meio-Norte.

Figura 23 - Representações da seca, do vaqueiro do Nordeste e da Caatinga, por Percy Lau nas páginas da RBG.



Fonte: Tipos... (1956).

3.3 MEIO(S)-NORTE

A partir da leitura realizada anteriormente correspondente ao processo de divisão regional brasileira, foi possível observar que objetivamente o termo *Meio-Norte* até então não havia sido incorporado oficialmente na conjuntura das elaborações das macrorregiões do país. Assim, no conjunto histórico das divisões regionais brasileiras, aquela que mais se aproximava com a atual perspectiva meio-nortista existente na atualidade emergiu a partir da divisão brasileira de André Rebouças, que em 1889 propôs a zona do Parnaíba, correspondendo a junção dos Estados do Piauí e Maranhão. Essa primeira proposta de divisão do período republicano, aparece justificada sob a ótica econômica, no qual vem interligar esses dois estados, dado as trocas comerciais perpetradas ao longo do rio Parnaíba.

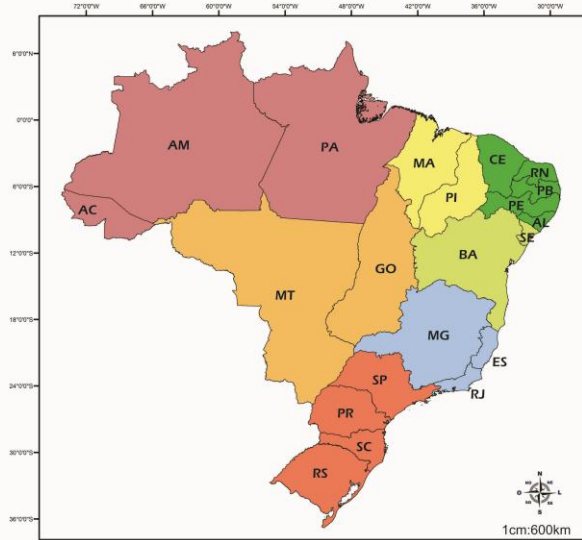
Em 1937, Betim Paes Leme apresenta em sua divisão regional os estados do Piauí e Maranhão como uma *Zona Intermediária*, inserida entre a *Zona de Sedimentação* (Acre, Amazonas e Pará) e a *Zona Estabilizada por Pediplanação* (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), dando claras características da influência geológica no processo de divisão do território brasileiro (Mapa 2). Apesar de encontrar-se direcionado para a especificidade das pesquisas de Paes Leme, essa configuração regional encontra importância em propor a busca de uma divisão que levasse em conta a necessidade de atentar para a ruptura existente entre as macrorregiões, com a proposição das zonas de intermediação. A característica transicional é corroborada na divisão regional de Moacir Silva, que em 1939 apresenta os estados do Piauí e Maranhão como uma *Zona de Transição* entre o *Brasil Setentrional ou Amazônico* e o *Brasil Norte Oriental*, resultando num aprofundamento das propostas de Delgado de Carvalho e suas regiões naturais e econômicas (Mapa 3).

Mesmo após a elaboração da divisão regional brasileira por Fábio Macêdo Soares Guimarães nos anos 1940, a junção de Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco na região *Nordeste* gerou certa complexidade. Tendo em vista a opção pela percepção ambiental, a inserção numa mesma unidade regional os Estados da bacia do Parnaíba com os demais, resultou na proposição de uma subdivisão, o Nordeste Ocidental e Nordeste Oriental.

Mapa 2 - Divisão Regional de Betim Paes Leme (1937), tendo como princípio adotado a Estrutura Geológica.

BRASIL - Divisão Regional
Betim Paes Leme - 1937

- ZONA DE SEDIMENTAÇÃO
(Acre, Amazonas e Pará)
- ZONA INTERMEDIÁRIA
(Maranhão e Piauí)
- ZONA ESTABILIZADA POR PEDIPLANAÇÃO
(Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba,
Pernambuco e Alagoas)
- ZONA INTERMEDIÁRIA
(Sergipe e Baía)
- ZONA DE REAJUSTAMENTO ISOSTÁTICO
ATUAL - SERRAS CRISTALINAS (Minas Gerais,
Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal)
- ZONA ESTABILIZADA (São Paulo Paraná,
Santa Catarina e Rio Grande do Sul)
- ZONA DE EROSIÃO - PLANALTO CENTRAL
(Goias e Mato Grosso)



Mapa 3 - Divisão Regional de Moacir Silva (1939), tendo como princípio adotado as regiões naturais e econômicas..

BRASIL - Divisão Regional
Moacir Silva - 1939

- BRASIL SETENTRIONAL OU AMAZÔNICO
(Acre, Amazonas e Pará)
- ZONA DE TRANSIÇÃO
(Maranhão e Piauí)
- BRASIL NORTE ORIENTAL
(Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba,
Pernambuco e Alagoas)
- ZONA DE TRANSIÇÃO
(Sergipe e Baía)
- BRASIL ORIENTAL (Minas Gerais, Espírito
Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal)
- ZONA DE TRANSIÇÃO
(São Paulo)
- BRASIL MERIDIONAL
(Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul)
- BRASIL CENTRAL OU OCIDENTAL
(Goias e Mato Grosso)



Acerca da complexidade na inserção do Maranhão e Piauí dentre as macrorregiões pensadas até então, quer seja Norte e Nordeste, cabe observarmos a influência da perspectiva histórica na formação destes Estados. Para isso, nos remetemos à proposição de Marquês de Pombal na elaboração de subdivisões da colônia brasileira, fruto do processo de reordenamento administrativo no qual passava a coroa portuguesa ao longo do reinado de D. José I.

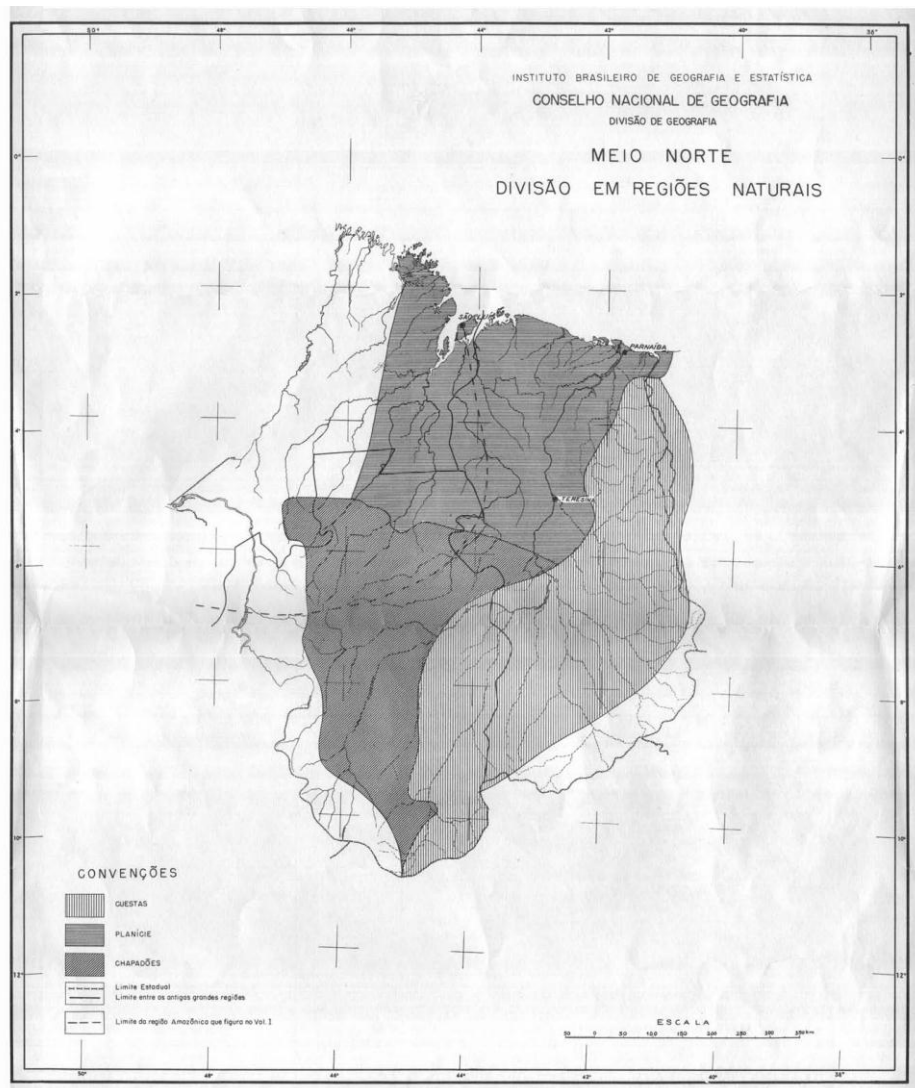
Nesse contexto, emerge em 1751 o *Estado do Grão-Pará e Maranhão*, fruto da administração pombalina no país, que incluía além das capitanias do Maranhão e Piauí, também São José do Rio Negro e Grão Pará, configurando-se como um novo momento da gestão metropolitana no Brasil. Raymundo (2006, p. 125) ao analisar o momento de formação desse Estado, lembra que este vem a ser marcado principalmente aos embates entre colonos e jesuítas pelo controle da população indígena, base da mão-de-obra local.

Mesmo com o desmonte da administração pombalina – a partir da ascensão ao trono de D. Maria I, e o conseqüente desmembramento do *Estado do Grão Pará e Maranhão* em 1772 – a capitania do Piauí continuava subordinada ao Maranhão, vindo encontrar sua independência apenas em 1811. A opção pela ampliação da migração portuguesa para a região, bem como a constituição da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1756 (para a gerência das novas diretrizes econômicas), marcam a interligação entre esses dois Estados.

Com a criação dessa companhia comercial, destaca-se no Maranhão ao longo do século XIX a cultura do algodão e arroz. Com o aumento do consumo desses insumos na Europa, era estimulado o crescimento do cultivo, tornando a Capitania uma das mais ricas do país. Como no processo de agricultura da região priorizava-se a queimada como forma de preparar a terra para a plantação, tal modo forçava os agricultores a buscarem novas terras para dar continuidade a produção. Assim estendia-se o processo de ocupação do Maranhão, definindo a agricultura como uma das principais marcas de sua economia. Com a abolição da escravatura no Brasil “os engenhos e as plantações ressentiram-se da falta de mão-de-obra e regrediram” (ANDRADE, 1963, p. 234). Enquanto isso, o Piauí desenvolvia a criação de gado, que apesar de não ter sofrido o mesmo impacto que a agricultura após a abolição – dado a pouca mão-de-obra necessária para o cuidado com os rebanhos – não suportou a concorrência gaúcha, provocando a decadência do charque piauiense.

Influenciado pelo seu histórico transicional, emerge de modo não oficial o termo Meio-Norte, ressaltando a complexidade de inserção desses dois Estados tanto no Norte como no Nordeste quer seja pelos aspectos naturais ou econômicos. Em 1957 é editado o primeiro grande trabalho a tratar da relação entre Piauí e Maranhão na esfera federativa. Fruto da clássica coletânea intitulada *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, organizada pelo IBGE, esta coleção destina um tomo exclusivamente para tratar do Meio-Norte. Reconhecendo a dificuldade em se trabalhar com essa delimitação regional, em “razão das deficiências existentes em estudos realizados até então” (IBGE, 1957, p. 3) esta investida trabalhou tendo como recorte espacial a totalidade dos Estados do Piauí e Maranhão (ver Figura 24).

Figura 24 - Meio-Norte: divisão em regiões naturais

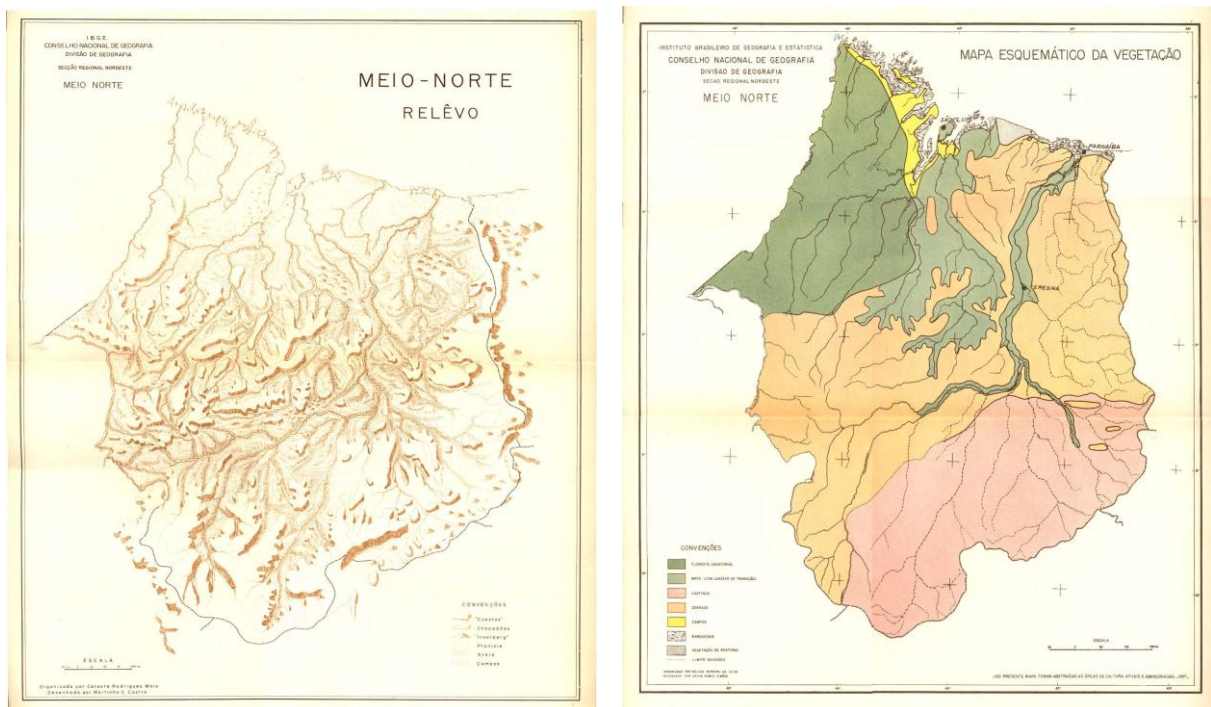


Fonte: IBGE (1957, p. 33)

Definidos como sendo os Estados mais pobres da Federação, dado às condições "climatéricas e da própria formação do quadro econômico brasileiro", (IBGE, 1957, p. 3) a Enciclopédia teve como escopo trazer resposta à série de questionamentos acerca da imprecisão de caracterização geográfica dessa *região geográfica natural* tratada nos estudos de Fábio Guimarães nos anos 1940.

Sendo uma das primeiras publicações do IBGE a constar imagens a cores, era notória a preocupação em formar um rico banco de fotografias e ilustrações a fim de dar uma face para o ainda pouco conhecido Meio-Norte. Cercado por figuras que buscava cobrir as mais diversas perspectivas dos territórios do Piauí e Maranhão, este trabalho possibilitou o delineamento imagético do país em torno daquela espacialidade. Evitando estabelecer um maior debate sobre a situação retratada nas imagens apresentadas, o documento serviu como uma espécie de relicário ilustrativo e descritivo dos aspectos ditos como *naturais* dessa construção regional (ver Figuras 25 e 26).

Figura 25 e 26 - Meio-Norte (a esquerda relevo e a direita vegetação)

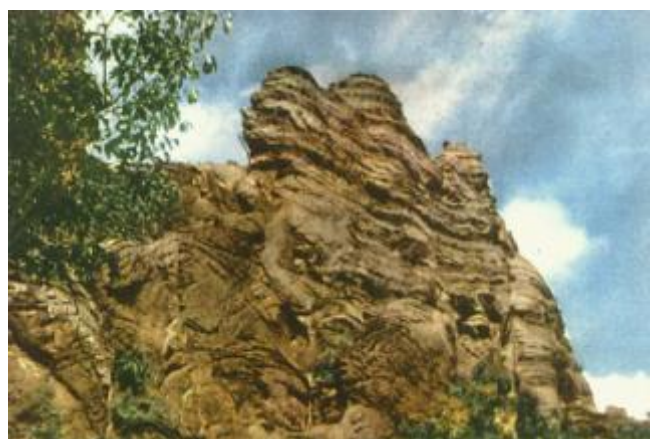


Fonte: IBGE (1957, p. 35-37).

A fim de reafirmar a situação naturalista dessa segmentação regional, a *Enciclopédia* adota uma subdivisão para o Meio-Norte – Planície, Cuesta e Chapada – (ver Figura 27), realçando-o enquanto zona de transição entre o Nordeste, Amazônia e Centro-

oeste, bem como servindo de resposta a uma tentativa de compreender sua constituição ambiental heterogênea, frente a considerável influência da circunvizinhança.

Figura 27 - Representação dos aspectos naturais do Meio-Norte



Fonte: IBGE (1957).

Apesar do desenho em buscar firmar o Meio-Norte enquanto macrorregião por parte do IBGE, temos a consolidação do Maranhão e Piauí no Nordeste, dado a negativa do Governo Federal em ampliar o leque de divisões regionais. Apesar dessa situação, o IBGE

reforçar o discurso em encontrar dificuldade em inserir esses dois Estados quer seja enquanto parte do Norte ou Nordeste, reconhecendo a complexidade da questão:

Ao se cuidar do espaço geográfico interposto entre o Ceará e o Pará, não foi possível, face ao seu forte caráter de área de contato, de mesclamento ou de transição [...] não se poderia filiar todo o território piauiense ao grupo nordestino nem tampouco integrá-lo no conjunto do Planalto Central. Do mesmo modo, o Maranhão como que se fraciona entre a Amazônia e o Brasil Central e se articula com o Piauí, parcialmente nordestino. [...] Daí a tendência e a justificação para o reconhecimento de uma área intermédia, à guisa de transição, entre o Nordeste, a Amazônia e o Brasil Central. Essa área constituiria, então, o **Meio-Norte**, título que deixa entrever seu caráter intermédio e transicional. E ficaria, assim, excluído do âmbito do Nordeste [grifo nosso]. (IBGE, 1962, p. 4)

Nesse mesmo período Manuel Correia de Andrade apresenta uma das maiores contribuições de análise para a região Nordeste, com o livro *A terra e o homem no Nordeste*, de 1963. Definindo o clima como o principal elemento que “marca mais sensivelmente a paisagem e mais preocupa o homem” (ANDRADE, 1963, p. 25), o autor subdivide o Nordeste em:

- i) Região da Mata e do Litoral Oriental: estendendo-se do Rio Grande do Norte até o Sul da Bahia;
- ii) Agreste: região de transição entre a Mata e o Sertão;
- iii) Sertão e Litoral Setentrional: área mais extensa, com aproximadamente 49% da região nordestina;
- iv) Meio-Norte: compreendendo extensa área do Piauí e Maranhão (ver Figura 28).

Sobre esse último, Andrade o caracteriza como sendo dominado por cerrados, chapadas e interflúvios, além das florestas de cocais nas baixadas e nas várzeas. Estendendo-se por certa de 422.911km², o Meio-Norte apresentado em *A terra e o homem no Nordeste* configurava-se como essencialmente rural, sendo a de menor população dentre as quatro sub-regiões nordestinas (ver tabela 2) e pela atração de pecuaristas de vários pontos do Brasil, dado à maior facilidade de acesso da carne ao mercado consumidor de Belém e do Sudeste do país. Dado a características de ordem social, econômica e ambiental, Andrade (1963, p. 54) define o Meio-Norte como sendo uma “área de transição entre o Nordeste, o Norte e o Centro Oeste do país”.

Figura 28 - Divisão do Nordeste, segundo Manuel Correia de Andrade.



Fonte: Andrade (1963, p.34).

**- Tabela 2 -
POPULAÇÃO NORDESTINA EM 1963 POR SUB-REGIÃO**

Sub-região	Rural	População (% sobre o total)	Urbana	% sobre o total
Meio-Norte	3.220.813	71,8	1.162.510	28,2
Sertão e Litoral Setentrional	6.422.775	63,8	3.635.096	36,2
Agreste	3.422.775	62,9	1.943.298	37,1
Mata e Litoral Oriental	3.321.654	39,4	5.117.440	60,6

Fonte: Andrade (1963, p. 56).

Com a apresentação desse trabalho, Manuel Correia de Andrade também recorre à produção de um campo de imagens a fim de ressaltar a diversidade existente no âmbito do Nordeste brasileiro. Assim, temos por exemplo a caracterização da disparidade existente nas condições agrárias entre a *Zona da Mata* (com extensas criações de gado e indústria de cana-de-açúcar) (Figura 29) e o *Meio-Norte e Sertão* (com o rebanho bovino escasso e desnutrido), (Figura 30) buscando reforçar a característica da escassez de água na zona que Andrade

(1963, p. 40) define como *Polígono das Secas* (Figura 31), no qual encontra-se grande parte do Piauí e praticamente toda a sub-região sertaneja.

Figura 29 - Rebanho de gado em Pernambuco (acima); Usina Canavieira de Serra Grande, em Alagoas (à esquerda) e Instalação de canalização para irrigação de canaviais nos tabuleiros litorâneos da Zona da Mata nordestina (à direita).



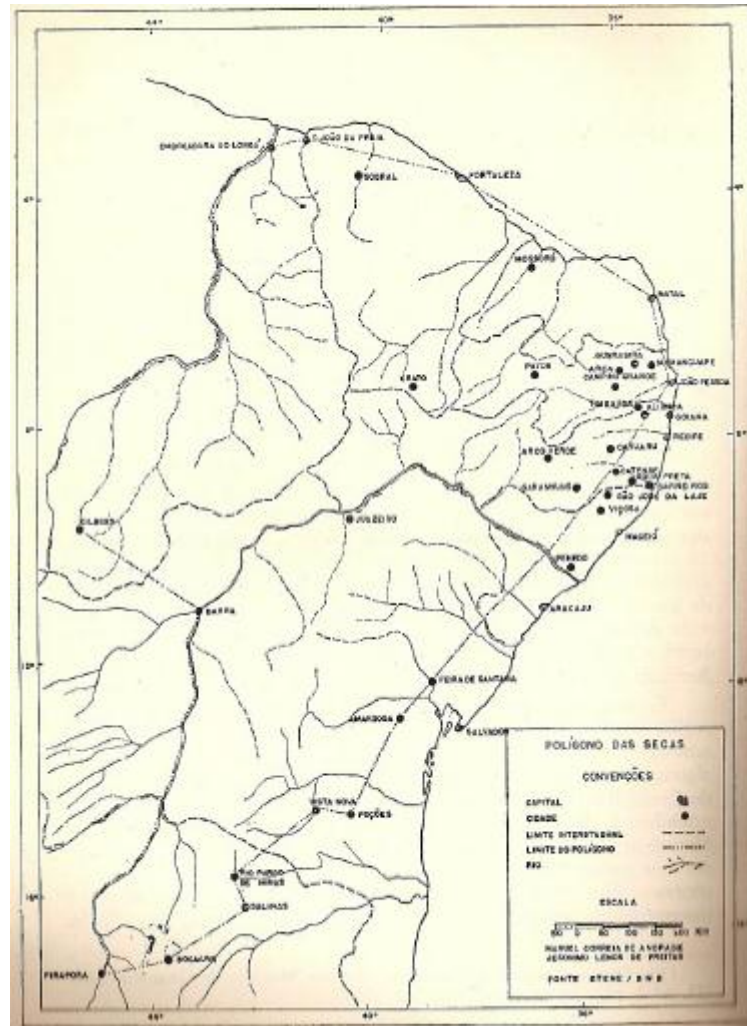
Fonte: Andrade (1963, p. 29 e 31).

Figura 30 - Animais sem raça definida em meio a paisagem “dominante” do Maranhão (à esquerda) e Mandacaru sendo usado como alimento para gado em Aracati/CE (à direita)



Fonte: Andrade (1963, p. 52 e 229).

Figura 31 - Polígono das Secas.



Fonte: Andrade (1963, p. 22).

Assim como já havia ocorrido nos primeiros trabalhos do IBGE, Andrade também recorre ao babaçal como principal marca do Meio-Norte (ver Figuras 32 e 33). Abundante nos territórios do Piauí e Maranhão esta, que vem tornar-se símbolo dessa sub-região nordestina, insere-se na paisagem da pobreza a fim de corroborar o “drama do Nordeste” (ALVARGONZALEZ, 1981, p. 15), corroborado pela Sudene e Dnocs anos depois. A Figura 32 representa a busca em apresentar a tentativa de expansão agrícola incentivada pelas instituições federais como contraste ao atraso social presenciado naquele período, com submoradias envoltas ao babaçal.

Figuras 32 (à esquerda) e 33 (à direita) - Inserção de três características do Meio-Norte: a expansão agrícola (frente pioneira apresentada na imagem à esquerda), o babaçual dominante na vegetação do Piauí e Maranhão e as moradias precárias.



Fonte: Andrade (1963, p. 235 e 239)

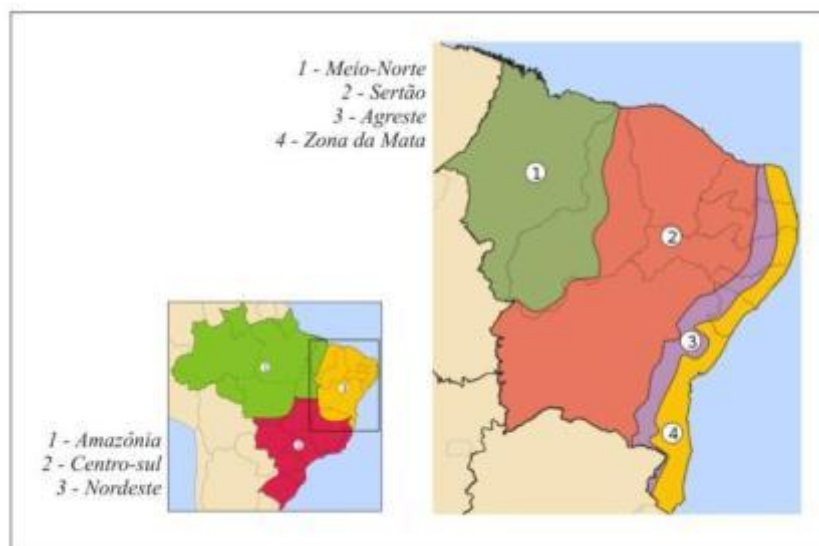
Influenciado pelos trabalhos de Andrade, o geógrafo Pedro Pinchas Geiger elabora em 1967 uma nova divisão do IBGE, definida como *Divisão Geoeconômica*. Conhecida também como *Complexo Regional*, tal configuração encontra-se influenciada por critérios geográficos e econômicos, no qual Geiger apresenta uma proposta regional que ignora os limites estaduais, considerando o Brasil dividido em três partes: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste.

A importância dessa divisão para contribuir na compreensão da formação do termo Meio-Norte se dá pelo fato de que devido à diversidade existente na Região Nordeste, Geiger remonta os estudos das divisões naturais de Delgado de Carvalho, Betim Paes Leme e Moacir Silva ao apresentar a estruturação de quatro sub-regiões:

- a) Zona da Mata, formada pela zona litorânea de parte do Rio Grande do Norte à Bahia;
- b) Agreste, marcado pela zona de transição entre a zona litorânea e a sub-região consequente;
- c) Sertão, maior sub-região nordestina, sendo ocupada em sua maior parte pelo polígono das secas; e
- d) Meio-Norte, composto pelo estado do Maranhão e parte do Piauí (ver Figura 34).

Novamente inserida enquanto subdivisão regional, o espaço compreendido pelo Meio-Norte vem definir-se como uma zona transicional, marcada pela peculiaridade tanto florística – notadamente o domínio morfoclimático da *Mata dos Cocais* – quanto pelas relações socioeconômicas empreendidas nos municípios próximos do rio Parnaíba. De modo geral, percebemos na formação de uma divisão intrarregional a busca pela correção da diversidade existente na proposição nordestina, buscando conferir a ela o reconhecimento de sua heterogeneidade ao mesmo ponto que confere a imposição da associação desses pseudogrupos numa mesma seara geopolítica.

Figura 34 - Apresentação da proposta regional elaborada por Pedro Pinchas Geiger (1967), com destaque para as sub-regiões nordestinas.



Fonte: Adaptado de <http://migre.me/dv1Vs>.

Com a instituição da subdivisão nordestina, esta passa a integrar a lógica da estrutura econômica regional, agregando os grupos políticos locais sob as quatro composições propostas nos final da década de 1970. A idealização proposta passa a ser incorporado por parcelas da sociedade que visualiza a partir dessa proposição subregional a oportunidade de indiretamente alocar a imagem negativa associada ao Nordeste a uma nova alçada regional.

A influência exercida pela proposta de Geiger no ordenamento regional vem agradar em certa medida os grupos que se encontravam insatisfeitos pela inserção de seus Estados num Nordeste que já nascia marginalizado. Dessa forma, Meio-Norte, Sertão, Agreste e Zona da Mata, apesar de não oficializarem-se na configuração regional brasileira, passam a

contribuir para a estabilização do Nordeste no cenário nacional. Justificava-se assim a formação de uma região acentuadamente dispare que ao reconhecer sua heterogeneidade passa a propor um discurso de integração com base na lógica da diversidade cultural. Da vegetação do babaçu no Meio-Norte, à seca no Sertão, a cana-de-açúcar no Agreste e a paisagem litorânea na Zona da Mata, a elaboração dessa nova seara imagética amplia o leque da visualidade do Nordeste, ao mesmo ponto que propõe a acentuação da paisagem natural como ferramenta de divisão da espacialidade social.

A imagem da seca, que marcara a gênese da formação do Nordeste, passa a conviver com uma diversidade de novas concepções. No entanto, é interessante observar que este arcabouço imagético, difundido a partir dos anos 1970 obteve ênfase muito mais no interior da região nordestina do que propriamente numa reconfiguração em nível nacional, que permanece após o trabalho de Geiger essencialmente caracterizado pelo impacto da seca e da miséria. É sob essa fragilidade que o Meio-Norte vem se estabelecer ao longo da segunda metade do século XX. E num século reconhecido como o período da massificação da imagem, ou “Era Imagética” segundo Lynch (2000, p. 78), esta vem acompanhar intimamente o processo de formação da *identidade meio-nortista*.

Partindo do conteúdo político dos usos da imagem para a formação de novas regionalidades, cabe observar que o processo de formação imagética tanto do Nordeste quanto nessa concepção de Meio-Norte tida então, não se restringe apenas no campo dos agentes legalizadores da formação regional. Em certa medida, esse processo alcança à formação identitária local, conferindo o papel estratégico da imagética debatido por Bachelard (2003, p. 72) ao afirma que as imagens são acontecimentos objetivos, provocando a imaginação, não sendo vista, portanto, como uma simples faculdade de representação. As imagens projetadas nas concepções regionais são postas como um convite ao receptor, indo além da simples aparência captada pela visão. O discurso imagético produzido busca promover, tanto sob o ponto de vista interno quanto externo, o estabelecimento de uma seara de reestruturações no modo dos atores envolvidos (con)viverem na espacialidade retratada. A ideologização da unidade pelo aspecto físico (seca) e social (pobreza) como propulsora de reivindicações político-econômicas toma novas proporções ao peculiarizar as realidades sob o retrato sub-regionalizado.

A formação ideológica das sub-regiões nordestinas não influencia apenas a composição identitária na internalidade dos Estados membros, pois resulta também na

proposição de uma nova leitura externalizada acerca das interações entre Estados que historicamente possuíam relações socioeconômicas. Desse modo, Piauí e Maranhão, que até a década de 1970 (período do trabalho de Geiger) não se encontravam em confluência no prospecto nordestino, e muito menos demonstravam interligações político-econômicas como no passado, passam a (re)descobrir sob a bandeira transicional do Meio-Norte uma forma de se reestabelecerem na lógica regional brasileira.

Em concomitância aos trabalhos sobre a regionalização do país de Geiger, os estudos do IBGE apontavam para a necessidade em desenvolver as relações existentes entre Piauí e Maranhão na construção de redes regionais. A partir da análise do trabalho intitulado *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas* (1972), elaborado pelo referido instituto, é possível observar a inserção do Piauí e Maranhão intercalados com os estados vizinhos. Desse modo, formavam-se nos Estados do Meio-Norte dois *centros regionais*, notadamente as capitais Teresina e São Luís, sendo ambas associadas ao *centro macrorregional* de Fortaleza. No âmbito urbano, tal aproximação com o Ceará não se confirma, pois a *Região Urbana de Fortaleza* compreendia apenas uma pequena parcela ao norte dos Estados do Piauí e Maranhão. Além de Fortaleza, Piauí e Maranhão também é retratado associado à Pernambuco, por meio da sub-região de Floriano (PI) subjugado à macrorregião de Recife. Para além dos Estados Nordeste, o Meio-Norte também vem apresentar um conjunto significativo de municípios interligados à *região urbana de Belém*, ressaltando o caráter transicional da sub-região.

Na década de 1980 o termo Meio-Norte passa a constar nos trabalhos da Sudene, vindo a ganhar destaque no estudo intitulado *Regionalização Agrária do Nordeste*, fruto de uma associação da Superintendência com o Departamento de Ciências Geográficas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Visando estabelecer o “aprofundamento e à ampliação dos conhecimentos existentes sobre as diferentes regiões em que se diversifica o espaço territorial nordestino” (MELO, 1983, p. 23), a referida publicação busca identificar a variedade dos espaços agrários no Nordeste.

Diferentemente do trabalho de Geiger, que havia selecionado como Meio-Norte os Estados do Piauí e Maranhão em sua totalidade, o estudo da SUDENE propõe uma outra divisão sub-regional, ao qual prioriza a porção setentrional desses Estados (ver Figura 35). Sendo uma divisão empreendida com fins de estudos voltados para o uso da terra rural, o Meio-Norte projetado pela SUDENE compreende a *região agrária* designada como *área*

agropastoril extrativista, tendo como principal característica diferenciadora “à densidade e o sistema de ocupação do solo” (MELO, 1983, p. 23).

Figura 35 - Meio-Norte (1983)



Fonte: Melo (1983, p. 31).

Sendo definido como o *Quarto Nordeste* (MELO, 1983, p. 29), esse Meio-Norte é trabalhado como uma alternativa intermediária diante à dualidade de Nordeste (Nordeste úmido e Nordeste seco) oriundo dos trabalhos de Gilberto Freyre (1967) e Djacir Menezes (1937), além do Nordeste Subúmido, fruto do trabalho de Geiger (1967). Assim, o Meio-Norte proposto por Melo apresenta-se caracterizado por 94,3% da população ocupada com as atividades do setor agrícola, frente ao 0,9% do setor industrial e 4,7% do comércio e serviços (MELO, 1983, p. 263). Desse modo, o referido autor propõe uma subdivisão do Meio-Norte a fim de trazer luz a gama de diversidade ambiental, sob o ponto de vista dos usos agropastoris e extrativistas (ver Figura 36).

Sendo o objetivo central estabelecer encaminhamentos para o combate à miséria, o estudo sobre o Meio-Norte estabeleceu como encaminhamento a organização de recursos para a atividade agrícola. Porém, tendo em vista a falta de destinação de fomento para as

políticas propostas pela Sudene, sua proposição sub-regional não obteve sucesso, sendo esse projeto esquecido tal como a própria instituição criadora.

Figura 36 - Sub-regionalização do Meio-Norte (1983)



Fonte: Melo (1983, p. 308).

No contexto que se encontra concebido as bases dos usos do termo Meio-Norte, é possível perceber que, de modo geral, tal segmentação encontra-se intrinsecamente relacionada por justificativas que buscam a partir da diferenciação ante a base macrorregional, uma forma de integração. É o que podemos definir como uma ideia calcada na linha do separar para não desintegrar, onde se divide a extensão macrorregional sob o pretexto de focar as políticas públicas a serem aplicadas. Essa situação vem encontrar suporte por meio de uma utópica ideologização de pretensa homogeneidade histórica, social, cultural, econômica e política entre Piauí e Maranhão.

Nesse ínterim, é possível notar que situação semelhante ainda é observada na atualidade. Por meio do contexto de formulação da política de integração nacional, temos o seu redirecionamento dado por meio de proposições embasadas a partir do recorte regional. Desse modo, o Meio-Norte ressurge a partir da conjectura de construção de um conjunto de

proposições que visam o confronto das desigualdades regionais, dado o “quadro de atraso e estagnação econômica” (ADRS, 2009, p.4).

Assim, o Ceará é inserido juntamente com Piauí e Maranhão na formação do PDSRT do Meio-Norte, marcado pela justificativa de construção de uma região com pretensão potencial turístico, conferindo a alcunha de uma das paisagens “mais belas do país e um enorme patrimônio natural e cultural” (ADRS, 2009, p. 4). Destarte, a construção imagética de uma paisagem a ser explorada pela atividade turística vem encontrar-se inserida por meio de uma lógica de homogeneização dos espaços, ao ponto que a referida atividade vem a ser tratada como norteadora no campo das políticas públicas de combate à pobreza.

4

Considerações sobre as proposições de regionalização do turismo



A noção de planejamento estatal, no país, surge de modo mais efetivo a partir dos anos de 1950. A incorporação regional na lógica do planejamento nacional emerge no corpo do debate estratégico das ações de reordenamento socioespacial, de modo a ocupar o papel de vetor organizacional do território brasileiro.

A partir desse período, região passa a ser tomada como o conceito base no conjunto das políticas públicas perpetradas em escala nacional. Tal situação confere à lógica da estruturação macrorregional projetada pelo IBGE de Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul, que perduram ao longo do período da ditadura militar como recortes norteadores da política estatal. Tanto no decorrer dos vinte e um anos de regime militar, quanto nos primeiros anos de redemocratização, a proposição da região como elemento norteador permanece, atentando para a necessidade de elaboração de novas divisões e análises regionais.

Ao propor o modo de recorte regional como vetor de articulação das políticas públicas a serem desenvolvidas a partir de então, é mantida a lógica das macrorregiões⁸, enquanto as meso e microrregiões homogêneas dão lugar a uma nova série de proposições regionais fundadas a partir dos mais diversos embasamentos. Assim, quer seja por meio de uma segmentação físico-ambiental, econômica ou até mesmo *áreas de saúde*, busca-se consolidação de uma escala regional que se aproximasse dos interesses políticos numa escala que não perpassasse as fronteiras estaduais.

A partir dos anos 1990, o plano do Governo Federal também toma a lógica regional como base para a organização espacial do turismo convencional. Sendo tratada enquanto recorte espacial para o ordenamento de políticas públicas de promoção dessa atividade, a região é acertada como protagonista no trato da elaboração de planos e programas de turismo. Fruto desse contexto surge no âmbito do Ministério da Integração Nacional o *Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte*.

A partir da fundamentação do PDSRT, percebemos a estruturação do turismo de gestão como vetor de novas regionalidades, bem como a importância dada ao papel do discurso imagético enquanto intermediador da instituição desse *novo* Meio-Norte. Presente ao longo da história da formação regional brasileira – como foi possível notar, por exemplo, no tratamento da concepção de Nordeste – a imagética é tratada como protagonista no referido

⁸ Apesar das modificações das fronteiras macrorregionais como, por exemplo, a inserção em 1988 do recém-criado Estado de Tocantins na Região Norte.

plano. Sob tal perspectiva, nos direcionamos para o debate acerca de como a lógica imagética encontra-se no campo da prática da formação regional do Meio-Norte sob a justificativa da atividade do turismo, no entremeio da concepção dessa atividade na proposição de planejamento.

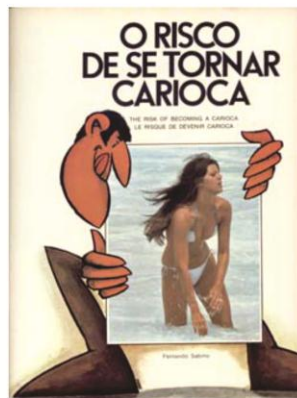
4.1 TURISMO E A VEICULAÇÃO IMAGÉTICA

De modo geral, podemos afirmar que o Estado brasileiro insere o turismo, na lógica de planejamento das atividades econômicas, a partir da criação em 1966 da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Renomeada na atualidade como Instituto Brasileiro de Turismo, ao qual desempenha o papel de autarquia especial do Ministério do Turismo, sua criação esteve ligada numa seara de políticas desenvolvidas pelo governo militar com o objetivo de emoldurar a imagem de um país multirracial e livre.

Tal característica desempenhada pela EMBRATUR, nesse período, marca as raízes em que as políticas públicas de turismo no país vêm se assentar, associando-se intensamente com a prática de construção e reconstrução imagética do espaço brasileiro. Nascido sob o regime militar, esse órgão encontrava-se interligado com o desempenho de veiculações da imagem de um Brasil pacífico e exótico. A representação iconográfica da alegria e da hospitalidade encontrava-se marcada no centro da imagem promovida, partindo do discurso de uma nova ordem que vincularia a lógica da tríade *mulher – carnaval – praia* na estrutura do seu material publicitário (ver Figura 37).

Concordamos com Pérez-Nebra e Torres (2010) ao afirmarem que o turismo convencional é caracterizado, enquanto bem de consumo predominantemente abstrato, e constituído por um universo de símbolos e representações. Sendo um conjunto de preconceções, o turismo apresenta-se aos consumidores potenciais por meio de descrições, narrações, mídia e fotos. Assim, a imagem do lugar-destino delineia algumas características determinantes ao processo de decisão de compra do consumidor. Entre elas: a promessa de satisfação pelo isolamento dos fatores positivos e a “garantia” de uma hospitalidade que coloque tal visitante em condição mais especial e protegida que os demais cidadãos.

Figura 37- Peças publicitárias da Embratur*



Rio, Samba e Carnaval, 1975.



Capas de Guias Turísticos



Rio, Samba e Carnaval, 1975.

Fonte: Alfonso, 2006.

* A revista Rio, Samba e Carnaval era distribuída em vários idiomas no Brasil e no exterior com o apoio da Embratur

Nesse sentido, Alfonso (2006) lembra que o turismo constituiu-se como esfera privilegiada do regime autoritário, enquanto forma de *construir* e *vender* imagens daquilo que o poder oficial pretendia vincular a uma pedagogia do ufanismo *nacional*. Assim, a gênese da EMBRATUR pode ser compreendida no contexto de estruturas promotoras de um complexo sistema de formação de uma imagem *hegemônica* do Brasil.

Ao lado de outros tantos agentes produtores de saberes autorizados sobre o país (as universidades, por exemplo), bem como da mídia, da literatura, do cinema, da música, da dança, das artes plásticas em geral, uma instituição da natureza da EMBRATUR, cuja vocação e pretensão é traduzir “a” imagem do país a ser veiculada, tanto para os estrangeiros quanto para os próprios brasileiros, acaba por desempenhar um papel protagonista no processo de construção hegemônica. Ainda assim, trata-se de uma entidade que deve, por força, dialogar com aqueles outros atores produtores de “imagens da nação” (ALFONSO, 2006, p. 4).

O debate em torno da inserção do turismo, na pauta da ação estatal, ganha reforço a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), elaborado em 1970. Bonald (1978) afirma que o referido plano encontra dentre seus objetivos a busca pela melhoria da renda pessoal e regional, sem que esta progressão afete a qualidade de vida ou o patrimônio de recursos naturais do país.

Ainda tratando acerca do discurso existente neste plano, é possível notar que o turismo herda o mesmo papel monopolista (ou monocultor) que a tradição agropecuária também forneceu a indústria. Subsídios em troca de um rápido incremento de capitais concentrados e fomentadores de desigualdade social extremada.

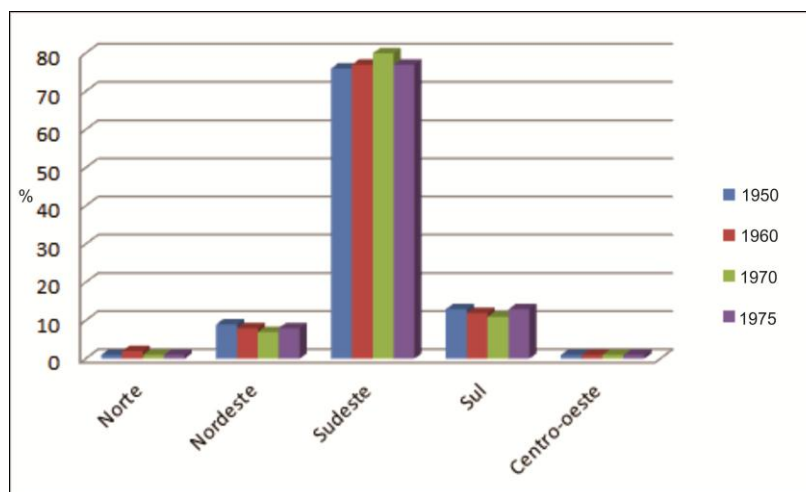
Nesse sentido, o papel da EMBRATUR torna-se mais claro mediante a análise das atividades desempenhadas por essa organização em seus anos iniciais. Longe da implantação efetiva de um programa estratégico para o setor turístico, seu “planejamento” acaba por findar-se na preocupação exclusiva da construção imagética do país. Apesar de essa instituição ser de nível federal, não existe em sua história inicial um levantamento acerca da prática turística pensando o país como um todo, de modo articulado. Assim como o próprio II PND já apresentava, os primeiros projetos de planejamento do turismo foram tomados ora sob a escala municipal, ora estadual, dependendo dos interesses de programas específicos elaborados no âmbito de delimitações espaciais pré-determinadas.

Um dos primeiros trabalhos a correlacionar turismo com o enfoque regional foi o *Manifesto Regionalista*, de Gilberto Freyre. O referido autor defendia o turismo como fator de valorização da diversidade regional no país, capaz de evidenciar os traços culturais e naturais

típicos das regiões. Assim, Nordeste e Norte, por exemplo, teriam na gestão do turismo meios para o estabelecimento do desenvolvimento econômico com o fomento de empregos e distribuição de renda.

O pensamento de Freyre sobre a configuração regionalista do turismo não se conformaria necessariamente numa lógica separatista, mas em um caminho para ressaltar o movimento “genuinamente brasileiro e nacionalista” (FREYRE, 1967, p. 23), na busca da redução da desigualdade macrorregional (ver Gráfico 1). Sob esse direcionamento, a EMBRATUR vem se utilizar das diferenças regionais como pretexto de, ao reconhecer as diferenças, promover a hegemonia estatal no tratamento da *integração nacional*, buscando a “divulgação do hábito da viagem e da conscientização do turismo como fator de desenvolvimento regional da economia brasileira” (EMBRATUR, 1970, p. 24). No entanto, os dados do Gráfico 1 evidenciam a mais completa impossibilidade de remodelar a distribuição da riqueza em termos regionais, enquanto o Sudeste concentrasse as atividades industrial, comercial e de serviços (inclusive turísticos) determinante, até 1975. Coisa que não se alterou substancialmente nas décadas seguintes.

Gráfico 1 – Participação das macrorregiões no Produto Interno Total (1950-1975)



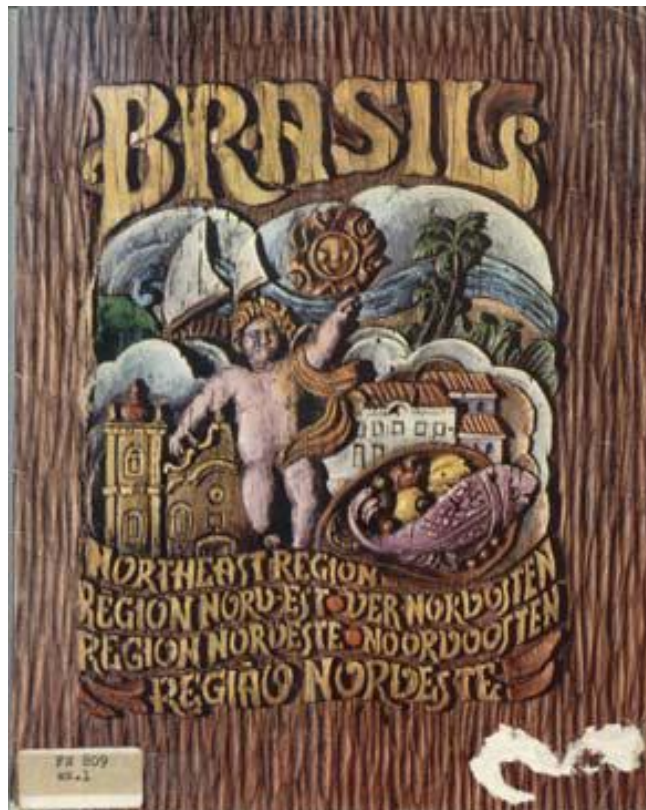
Fonte: Adaptado de Guimarães Neto, 1997.

É possível perceber a partir das documentações elaboradas pela Embratur a influência exercida pelas ideias de Freyre em regionalizar a fim de contribuir para a manutenção da unidade nacional. Fruto dessa política decorre em 1978, no Rio de Janeiro, o I Encontro de Promoção Turística do Nordeste, no qual propunha uma região “tão rica em tradições culturais quanto na beleza de suas paisagens, na generosidade hospitaleira de sua

gente, [...] se apresenta como uma opção *natural* no quadro da Política Nacional de Turismo” (FARHAT, 1978, p. 3).

Para além do conteúdo vocacional, essa política de turismo para o Nordeste era pensado como um meio para a promoção do desenvolvimento econômico e social, bem como conter o fluxo migratório dos seus habitantes para as outras regiões do país, a partir da veiculação de imagens destacando a paisagem exótica de suas praias, o artesanato e alimentos típicos (ALFONSO, 2006, p. 91). Nesse sentido, é importante asseverar que o turismo convencional expressa de fato uma máscara para o deslocamento da fronteira dos investimentos imobiliários, financeiros, urbanísticos e eco-paisagísticos. Neste sentido é um turismo sem (ou com poucos) turistas de fato.

Figura 38 - Encarte do Nordeste no relatório de atividades da Embratur de 1975-1978.



Fonte: Alfonso, 2006, p. 91.

Essa preocupação da EMBRATUR com a promoção do turismo encontrava-se assentada sob três *setores*, definidos como fomento, propaganda e publicidade. O *fomento* encontra-se relacionado com “toda atividade, ação ou manifestação que se desenvolve com o fim de criar condições adequadas para a recepção temporária ou permanente de correntes turísticas” (EMBRATUR, 1970, p. 3). A *propaganda*, segundo a Empresa, estaria relacionada com a utilização de “todos os meios imagináveis, inclusive valores culturais, fatos históricos, vantagens climatológicas e similares, com o firme propósito de captar o interesse dos indivíduos ou grupos de pessoas, para incitá-las a visitar ou passar suas férias no sítio propagado” (EMBRATUR, 1970, p. 3). Enquanto isso a *publicidade* serviria, sobretudo, para:

(...) oferecer mercadorias, no caso, bens e serviços turísticos, como hotéis confortáveis, lugares de diversão, comunicações, jardins, bosques e montanhas, lagos e praias, cultura, folclore e vantagens climatológicas ou de preços, mediante campanhas dirigidas e bem preparadas (EMBRATUR, 1970, p. 4).

No I Seminário de Urbanização Turística⁹ é tratada a busca pela (re)construção da imagem do país vinculada ao turismo. Segundo o documento elaborado para esse evento, a Organização Mundial do Turismo (OMT) esclarece a importância de se ater a um estudo dos públicos-alvo potenciais, a fim de que a formação da imagem turística promova a modificação de uma imagem pré-existente do país.

Assim, concordamos com Alfonso (2006) ao afirmar que tal situação promove a apropriação da arte, literatura e mídia pela publicidade, tomando-os como signos e os recontextualizando para a situação pretendida. Assim, a diversidade racial e cultural do Brasil tratada por Freyre, bem como os jangadeiros do Nordeste ou a garota de Ipanema de Tom Jobim, passam a ser tratadas como elementos representativos do Brasil para o mercado turístico.

Fruto desse processo é possível notar o estabelecimento de algumas peculiaridades específicas das regiões brasileiras como forma de estabelecer uma representação do país na estratégia de promoção do turismo. Apesar de a publicidade turística permanecer na cidade do Rio de Janeiro, a EMBRATUR passa a adotar ações contemplando o Pantanal, as praias do Nordeste, os aspectos históricos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, como forma de dar ênfase às regiões do país, e consequentemente ampliar o leque de atrativos. Na gestão de Sarney na presidência da república (1985-1990), o publicitário João Doria Júnior assume em 1986 o comando do Instituto, e toma o futebol como mais um vetor

⁹ Evento organizado no Rio de Janeiro em 1970 pela EMBRATUR, com o apoio do Instituto Superior de Estudos Turísticos Internacionais de Tenerife (Espanha).

de promoção do turismo no país, intitulado o jogador Édson Arantes do Nascimento, o Pelé, como *Embaixador do Turismo no Brasil*.

Figura 39 - Jornal da EMBRATUR, veículo voltado para a imprensa internacional estampando em 1987 a manchete da nomeação de Pelé como Embaixador do Turismo no país.



Fonte: Oliveira e Salviato-Silva (2011, p. 7).

Sob o contexto de contribuir com o Governo Federal na construção de um *Novo Brasil* é possível perceber ao final dos anos 1980 a busca por reconfigurar a imagem do país para além da tríade mulher – carnaval – praia, apresentando uma nova seara de representações no marketing turístico brasileiro. Assim, personalidades como Tom Jobim¹⁰ e o já citado Pelé são usados como forma de possibilitar uma interlocução na mudança da imagem tupiniquim¹¹ (ver Figura 40).

¹⁰ O compositor e cantor Tom Jobim desempenhou o papel de *garoto* propaganda na segunda fase do projeto *Passaporte Brasil*. De modo geral, era programa propunha um conjunto de pacotes de viagens para o país. O “Passaporte” consistia num um documento de bolso onde constam, além de seu nome, período de duração do programa e de validade, destinação e uma série de informações úteis (EMBRATUR, 1988, p. 8).

¹¹ É importante notar que tal assertiva não implicou necessariamente na exclusão da *fetichização* feminina, mas na inclusão da figura da mulher-corpo associada a promoção do artesanato ou das praias do Nordeste, por exemplo.

Desde a criação da EMBRATUR e os seus respectivos planos que se sucederam ao longo dos anos 1970 e 1980, centrados na escala estadual e regional, não há a implementação de políticas de planejamento do turismo em escala nacional, permanecendo no campo do discurso (CARVALHO, 2000; VIEIRA, 2011). Apesar disso, é possível notar seu êxito na construção de um campo imagético do país, marcando-o enquanto cenário de praia, futebol e mulher. Assim, as políticas de planejamento do turismo entre os anos de 1962 e 1985 tornaram-se conhecidas no tratamento histórico dessa atividade como *pseudopolíticas* nacionais (STEINBERGER, 1998), por conseguir conceber em certa medida a construção de uma identidade de Brasil a ser emitida, sobretudo, para o exterior.

Embora não ocorra uma efetiva implementação, é possível notar a partir da análise das políticas públicas de turismo pensadas até a década de 1980, que ao menos na ideologização ocorre a transferência do eixo prioritário “da organização do setor – do ponto de vista das agências de viagens e turismo – para a ampliação e modernização do parque hoteleiro do país” (CRUZ, 2000, p. 47). Desse modo, o interesse do planejamento dessa atividade passa a se concentrar em oferecer infraestrutura básica para a instalação dos equipamentos a serem instalados nas áreas tratadas pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur).

4.2 DO PRODETUR AO PLANO MEIO-NORTE

Fruto do período da redemocratização brasileira, temos a inserção do turismo pela primeira vez numa constituição federal. Presente no art. 180, título VII (da ordem econômica e financeira), da C.F. de 1988, o referido trata que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (BRASIL, 1989, p. 203). Propunha-se, portanto, a descentralização das políticas de turismo e a formação de uma organização pautada na corresponsabilidade entre as diferentes esferas de governo.

Nesse contexto de reestruturação das políticas de turismo, temos a promulgação da Lei Nº 8.181, de 28 de Março de 1991, no qual a partir de então, a EMBRATUR passava a vincular-se à Secretaria de Desenvolvimento Regional, sendo definida como Instituto Brasileiro de Turismo. Com tal reestruturação dá-se a proposição de um planejamento da

atividade turística, a nível nacional, definido pelo *Plano de Desenvolvimento do Turismo*, novo marco na condução de políticas públicas de turismo no Brasil. O referido plano propunha um “conjunto de diretrizes e normas integradas em um planejamento de todos os aspectos ligados ao desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional” (FERRAZ, 1992, p. 13).

Como forma de regulamentar os dispositivos da Lei 8.181, o governo do presidente Fernando Collor de Melo (1989-1992) aprova o texto do decreto nº 448, de 14 de fevereiro de 1992, ressaltando o papel do Poder Público em atuar, através de apoio técnico e financeiro, “no sentido de consolidar a posição do turismo como instrumento de desenvolvimento regional, de forma a reduzir o desequilíbrio existente entre as distintas regiões do País” (BRASIL, 1992, p. 1).

No texto dessa nova legislação para o turismo, observamos também uma interligação com a questão ambiental, fruto das pressões incididas pela vinda da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92) sobre o impacto dessa atividade na natureza. Assim, o Plano Nacional de Turismo (PNT) de 1992 apresentou em suas diretrizes:

I - a prática do turismo como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país;

II - a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico (BRASIL, 1992, p. 1).

No campo midiático, o instituto EMBRATUR passa a propor estratégias que visem promover um país jovem e promissor, lembrando a campanha eleitoral do então presidente da república, além de alvitrar a maciça inserção das paisagens naturais na seara publicitária voltada, sobretudo, para o público estrangeiro. Assim, é proposta a promoção do meio ambiente, de modo que “não comprometa o maior produto turístico nacional, que é a própria natureza” (EMBRATUR, 1990, p. 69). Desse modo, é delineado no PNT-1992 que:

a imagem do país à natureza e ao novo momento de desenvolvimento pelo qual passa o país, rompendo, assim, com o antigo estigma de praia, mulheres, carnaval e violência, que sempre foi a nós associado pelo imaginário internacional.

(...)

O fomento e o incentivo à atividade turística se dará através de programas e subprogramas voltados à ampliação e diversificação da capacidade instalada em áreas pré-selecionadas como **pólos** (*sic*) **turísticos**. (EMBRATUR, 1991, p. 13-27).

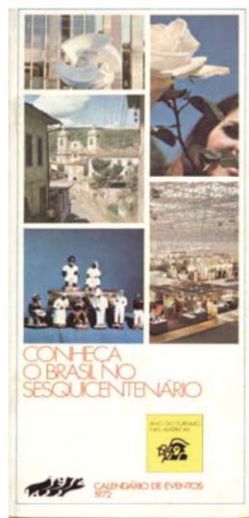
Apesar das remodelações desse PNT – fruto do *impeachment* do então presidente Fernando Collor, e início do governo de seu vice-presidente, Itamar Franco (1992-1994) – notamos o delineamento da promoção do turismo nacional ao longo dos anos 1990, pautado na exposição de ambientes como o Pantanal e a Amazônia. Fazendo parte da pasta do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, as políticas públicas pensadas para essa atividade passam a focar, além do turismo ecológico, o patrimônio histórico e a lógica do sol e praia (ver Figura 41), sendo esse último direcionado essencialmente para o litoral nordestino. Pensada com a proposição de reverter os desequilíbrios regionais, é possível observar ao longo do processo de formação dos planos de turismo no Brasil uma gama de problemáticas relacionadas à baixa produtividade de incentivos a atividade, malgrado o exagero dos discursos desenvolvimentistas.

Após as experiências de aplicações isoladas do PNT, os dois ciclos de governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) – por meio do programa *Brasil em Ação*¹² – propõe em 1995 a aplicação do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste¹³ (Prodetur/NE), pensada em 1991, mas que não havia recebido maior atenção até então. Desse modo, o referido programa surge com linha de crédito com o objetivo de expandir a atividade turística, consolidando sua gestão sob a ótica da descentralização. Sendo essa atividade correspondente nos anos iniciais da década de 1990 a quase 10% do Produto Interno Bruto Mundial, o Brasil apresentava ainda desempenho tímido (0,3% do total de viagens internacionais em 1993), mas apresentava um amplo campo para expansão (CRUZ, 1998, p. 340).

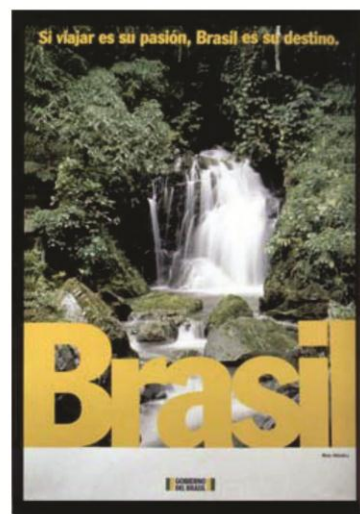
¹² Esse programa surgiu com o objetivo de gerenciar um conjunto de ações e obras do governo federal em parceria com estados, municípios e empresas privadas, voltado para a promoção do desenvolvimento sustentável do país e a redução das desigualdades regionais e sociais, induzindo novos investimentos produtivos em áreas como saúde, habitação, saneamento, agricultura e turismo.

¹³ O Prodetur/NE surge a partir da Portaria Conjunta nº 1, de 29 de novembro de 1991, fazendo parte do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo Regional. Fruto da parceria entre o Governo Federal, SUDENE, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Comissão do Turismo Integrado do Nordeste (CTI/NE), Governos de Estado e organismos internacionais, o Prodetur/NE teve como abrangência inicial os nove Estados Nordestinos e posteriormente foi acrescido a região norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Segundo Beni (2006c, p. 27) o referido programa “foi estruturado com recursos externos, provenientes em sua quase totalidade do BID e do Banco Mundial (BIRD), tornando-se o programa por meio do qual o governo interviu na região através de ações de ordenamento e impulsão ao processo de desenvolvimento turístico, no território notadamente, com a implantação de infraestrutura básica (transporte, saneamento, energia), instalação de equipamentos urbanos e oferta de serviços públicos em espaços considerados com vocação turística e definição para a expansão turística. Os recursos e investimentos destinados a esse programa foram concentradamente aplicados na construção e operacionalização dos aeroportos da região”.

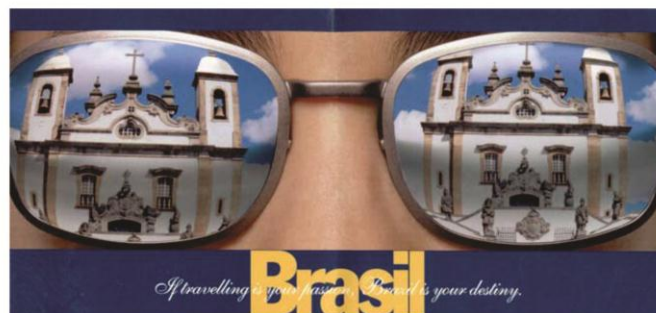
Figura 41 - Recortes publicitários da Embratur dos anos 1990.



Embratur, 1996.



Embratur, 1996.



Embratur, 1998.

Fonte: Alfonso, 2006.

Nesse período, reforça-se a característica da EMBRATUR no desempenho basicamente “normativo, disciplinador e coordenador das atividades turísticas no país, cabendo à iniciativa privada a função propriamente empresarial e executiva” (BANDUCCI JÚNIOR & BARETTO, 2001, p. 71). Assim, vincular-se-ia à participação da inserção da iniciativa privada enquanto gestora dos projetos de hotelaria e demais serviços, enquanto os investimentos do Prodetur/NE se destinariam essencialmente nas áreas de infraestrutura viária, abastecimento d’água e esgotamento sanitário.

Considerando os três estados de abrangência da atual proposição do PDSRT do Meio-Norte, a indicação do Prodetur/NE no ano 1992 pretendia envolver os seguintes municípios, em diferentes níveis de prioridade:

- Quadro 5 - PRIORIDADES DO PRODETUR/NE			
Estados	Prioridade I	Prioridade II	Prioridade III
MA	Alcântara, Barreirinhas, Curupuru, São Luiz, Tutóia.	Carolina, Humberto de Campos, Primeira Cruz, Poço do Lumiar, São José do Ribamar.	Araioses.
PI	Luiz Correia, Parnaíba, São Raimundo Nonato.	Amarante, Esperantina, Oeiras, Pedro II, Piri-piri.	Batalha, Campo Maior, Cristino Castro, Floriano, José de Freitas.
CE	Aracati, Fortaleza, Juazeiro do Norte, Quixadá, Ubajara.	Camocim, Itapipoca, Caucaia, Aquiraz, Mundaú.	Barbalha, Beberibe, Canindé, Cascavel, Crato, Cruz, Guararamiranga, Icapuí, Icó, Orós, Paraipaba, Santana do Cariri, Sobral, São Gonçalo do Amarante, Trairi, Tianguá.

Fonte: Cruz (1998, p. 349).

Ao observar os municípios listados acima, é possível perceber primeiramente que houve uma seleção pontual de localidades a terem investimento de política pública. Tal concentração aproveita-se da problemática da gestão financeira dos recursos, como no repasse das parcelas de investimentos a serem disponibilizados pela esfera federal. Assim, percebemos que os municípios efetivamente favorecidos corresponderam àqueles que desenvolviam a proposição do turismo de sol e praia, alvitado nos anos anteriores, em detrimento dos municípios do interior.

Para o incremento da atividade turística, essa distribuição pontual entra em conflito também com a lógica de planejamento em nível regional. Teoricamente a escala

referencial do Prodetur/NE, por sua capacidade integradora de distribuição e fluxo, de pessoas e serviços, a região é subjugada pela formação de nichos de sub-planos de turismo. O Mapa 4 apresenta um comparativo entre os municípios que foram projetados como alvo da primeira fase do Prodetur/NE e que atualmente encontram-se inseridas no Plano Meio-Norte.

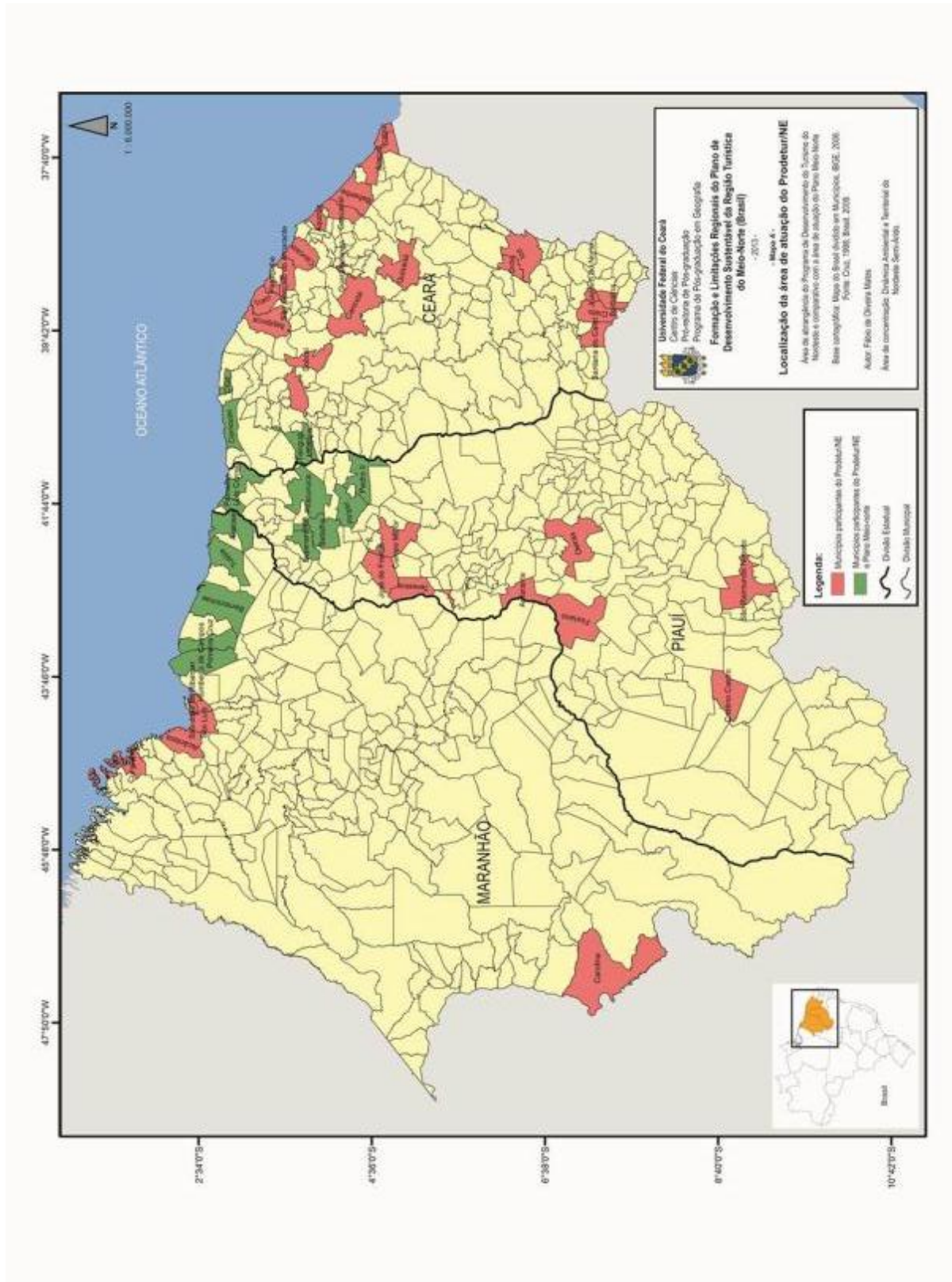
Assim, é possível verificar a priorização das parcelas do litoral do Piauí e Maranhão no referido programa de desenvolvimento Nordeste em detrimento da parcela oeste cearense, que se resumia a uma ação pontual nas proximidades de Camocim e Tianguá¹⁴. Para além desta constatação, é importante destacar a característica mais peculiar desenvolvida ao longo do processo de implantação do Prodetur/NE: a regionalização do litoral. Este corresponde, na produção discursivo-imagética do Nordeste brasileiro, a área a ser dada ênfase no programa.

Assim temos de um lado o parcial fracasso do Prodetur/NE, já que não teve seu foco basilar efetivamente instituído (o estabelecimento de infraestruturas básicas nos municípios selecionados para aplicação do programa). De outro, aferimos um potencial sucesso, sobretudo relacionado ao estabelecimento das fontes financiadoras. Apesar da característica altamente concentradora, os projetos investidos por meio dos financiamentos do BID/BNB deram prosseguimento à lógica de consolidação de um perfil turístico para o Nordeste brasileiro.

Outra proposta de planejamento do turismo surgida no mesmo período do Prodetur/NE corresponde ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)¹⁵. Resultante dos debates sobre a necessidade de estabelecer um processo de descentralização da gestão do setor, o PNMT é projetado com o objetivo de “fomentar o desenvolvimento turístico sustentável nos Municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política” (EMBRATUR, 1999, p. 11).

¹⁴ Segundo os estudos de Cruz (1998), apesar do número de municípios constantes no Prodetur/NE, percebemos a priorização cearense em concentrar os investimentos no desenvolvimento do turismo em Fortaleza, sob a justificativa de promover a estruturação de visitantes a partir da lógica de polo de irradiação de fluxo.

¹⁵ O PNMT surge seguindo orientações da Organização Mundial de Turismo (OMT), sendo estruturado no âmbito da Secretaria Nacional de Turismo e Serviços do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo do governo Itamar Franco (1992-1994), a partir da Portaria nº 130 do MICT, de 30 de março de 1994. Segundo Oliveira (2008, p. 189), o PNMT buscava “o envolvimento e a percepção dos agentes locais quanto ao importante papel do turismo como instrumento de crescimento e de geração de empregos nas localidades com potencial turístico, capacitando a comunidade envolvida no processo de municipalização para explorá-lo de modo planejado. Também constituíram metas do PNMT o fortalecimento das relações entre os órgãos públicos e a iniciativa privada local, e a expansão de infraestrutura nos municípios”.



De acordo com Trentin e Fratucci (2011), o discurso implícito no referido projeto consistia na inversão de sentidos no processo decisório da gestão do turismo brasileiro. O direcionamento *federal* → *municipal* passaria a vigorar no sentido *municipal* → *federal*. Este programa tinha como foco descentralizar a responsabilidade do planejamento e gestão da atividade turística da esfera federal para os municípios, a partir de cinco princípios norteadores: descentralização, parcerias, sustentabilidade, mobilização e capacitação. Nesse sentido o PNMT destinou basicamente apoio técnico intermediado a partir de capacitação em oficinas realizadas para lideranças locais. Tendo como meta final o estabelecimento de conselhos municipais de turismo e a autogestão local, por meio de planos municipais de desenvolvimento dessa atividade, o PNMT teve como principal percalço a definição metodológica do inventário turístico *in situ*. Segundo Fratucci (2008), um dos principais percalços enfrentados para a continuidade do PNMT foi sua escala de atuação, tendo em vista que o recorte municipal mostrou-se equivocado.

O turismo, pensado enquanto fenômeno socioespacial ou atividade econômica, nunca se restringiu às fronteiras municipais. “São poucos os municípios brasileiros com capacidade e autonomia de implantação de um processo de desenvolvimento turístico eminentemente local, desarticulado do seu entorno” (FRATUCCI, 2008, p. 167). É interessante observar que o PDSRT do Meio-Norte, apesar de teoricamente apresentar-se sob a escala regional, também se apresenta como um conjunto de delimitações municipais que, segundo o referido plano, aguardam uma articulação integradora da atividade turística.

O resultado do PNMT manifestou-se na inviabilidade do acompanhamento, na formação “limitada” de conselhos locais de turismo e, por desdobramento, no próprio enfraquecimento das expectativas sobre programa, quando se evidenciou que não haveria destinação de grandes verbas para infraestrutura. Assim, a falta de critérios mínimos como, por exemplo, o estabelecimento do que viria a ser um “espaço turístico”, assim como a ausência da formação de uma rede de articulação dos atores locais – objetivando o fomento ao turismo local – restringiu o PNMT a mais um projeto sem grandes resultados. Fruto do reordenamento interministerial no início do 1º governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), é criado o Ministério do Turismo (MTur)¹⁶. Sua principal justificativa é

¹⁶ Segundo Brasil (2003, p. 11) o Mtur surge como forma de atender “diretamente a uma antiga reivindicação do setor turístico. O Ministério, como órgão da administração direta, terá as condições necessárias para articular com os demais Ministérios, com os governos estaduais e municipais, com o poder legislativo, com o setor

intermediar, com outros setores ministeriais, a instalação de projetos de infraestrutura para a inserção e ampliação da oferta turística no país. Nesse sentido, o MTur também é cunhado com a proposta de apresentar um novo plano nacional de turismo.

Dessa forma, o Plano Nacional de Turismo de 2003 é proposto tendo como finalidade “explicitar o pensamento do governo e do setor produtivo e orientar as ações necessárias para consolidar o desenvolvimento do setor do Turismo” (BRASIL, 2003) por meio da diversidade cultural e regional do país. De modo geral, podemos considerar o destaque dado à região e o turismo no PNT-2003 como uma extensão da perspectiva vivenciada por meio do Prodetur/NE – tendo em vista a corrente ideológica bastante próxima de ambos os planos – ao qual destina ao turismo o poder redentor da economia local por meio da rentabilidade econômica através de um conjunto de serviços a serem disponibilizados ao visitante.

Esse turismo surge sob o discurso de amenizador das desigualdades regionais, visto que “destinos turísticos importantes no Brasil estão localizados em regiões mais pobres, e, pelas vias do Turismo, passam a ser visitadas por cidadãos que vêm dos centros mais ricos do país e do mundo” (BRASIL, 2003, p. 4). Assim, reforça-se a ideologização dessa atividade enquanto detentora do poder de alavancar a economia e reduzir a pobreza das zonas vocacionalmente selecionadas para a prática turística.

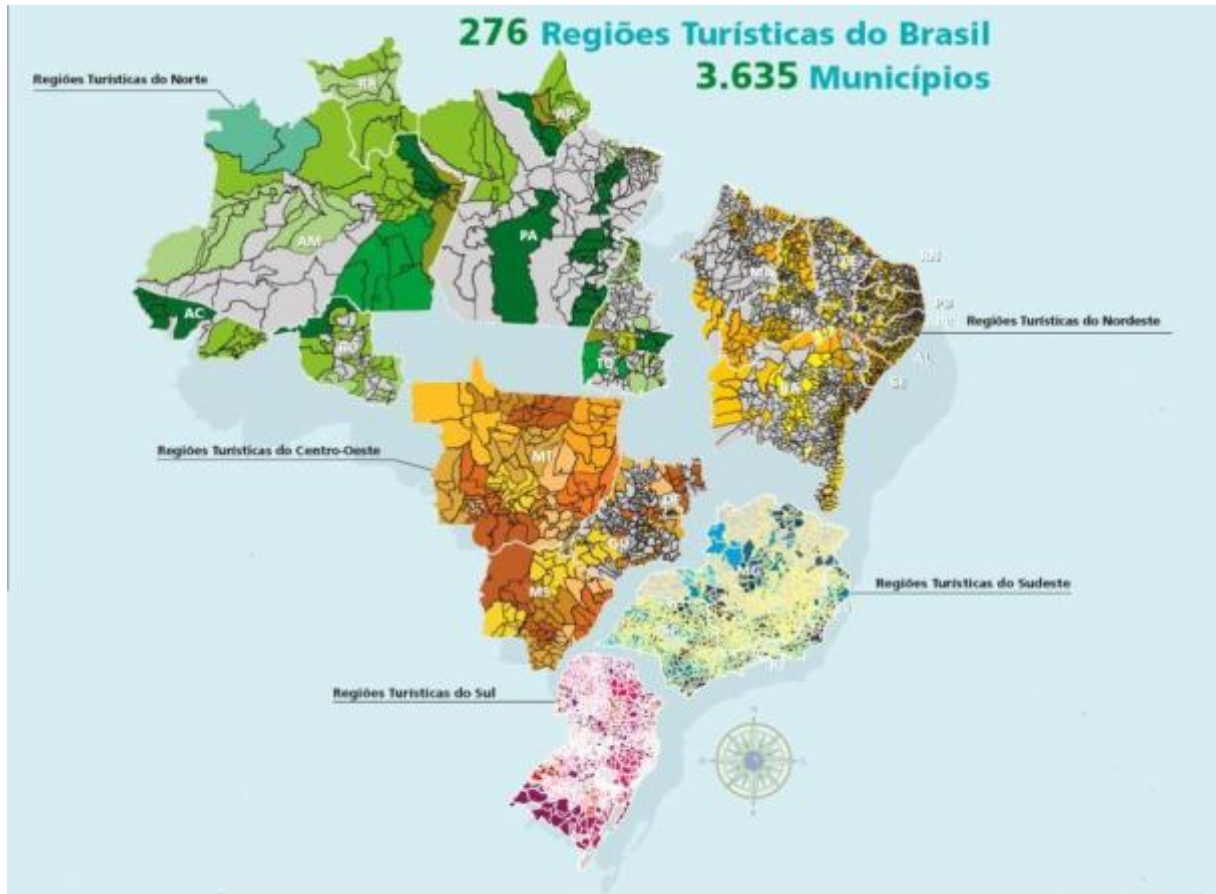
A partir dessa lógica, percebemos que semelhante ao que já havia sido delineado no Prodetur/NE, o PNT-2003 traz o conceito de região sob o pretexto de promover a segmentação da atividade turística por meio de uma gestão descentralizada, com a formação dos fóruns estaduais de turismo. Assentado sob essa lógica, a própria regionalidade passa a ser tratada como uma ferramenta de atrativo, carregada sob a construção de um arcabouço cultural, que por meio da estruturação do mercado dessa atividade é definido como mais um produto a ser ofertado para turista.

Por meio do PNT-2003 é dado início também a instalação do *Programa de Regionalização do Turismo*. Elaborada em 2004, a partir da formação de regiões a serem estabelecidas como referências espaciais para o direcionamento do planejamento turístico, esta projeção é claramente influenciada pelas micro e mesorregiões geográficas, propostas na década de 1990. A Figura 42, apesar de não possibilitar uma visualização mais

empresarial e a sociedade organizada, integrando as políticas públicas e o setor privado. Desta forma o Ministério cumprirá com determinação um papel aglutinador, maximizando resultados e racionalizando gastos”.

pormenorizada, nos permite visualizar a abrangência da distribuição das regiões propostas no referido programa ao longo do território brasileiro.

Figura 42 - Distribuição das regiões turísticas brasileiras em 2009.



Fonte: Adaptado de Brasil (2007).

Tais regiões surgem fruto da formação dos programas para o desenvolvimento do turismo macrorregional, ao qual foram segmentados da seguinte maneira:

- a) Prodetur Sul (Programa de Ação Para o Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil);
- b) Prodetur JK (Programa de Ação Para o Desenvolvimento do Turismo no Centro e Sudeste do país);
- c) Proecotur (Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal), primeiro a tratar sobre a atividade turística na região Norte;

d) Prodetur Norte (Programa de Ação Para o Desenvolvimento do Turismo no Norte do Brasil), segunda etapa do programa de turismo da região Norte;

e) Prodetur Nordeste, redefinido como Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil.

Apesar desses programas não terem surgidos juntamente com o PNT-2003, eles vem encontrar nesse plano espaço para inserirem-se na base do planejamento nacional, dado a opção pela escala regional adotado pelo MTur na estrutura da organização da projeção do turismo para os anos de 2003 à 2007. Assim como havia ocorrido com o Prodetur/NE, no fim do século passado, o Prodetur Nacional – denominação dada ao conjunto dos programas de desenvolvimento do turismo – teve como fonte de investimento o BID, sendo o Banco do Brasil o substituto do BNB como agência financeira distribuidora dos recursos a serem aplicados na área de infraestrutura básica. De modo geral, podemos afirmar que o Prodetur Nacional emerge no PNT-2003/2007 como um meio de institucionalizar as exigências do BID para o financiamento dos projetos. Nesse entremeio, cabe observar que tais projetos norteadores da política regional de turismo permanecem a fixar seus limites a partir do âmbito municipal e estadual.

A elaboração de tais programas encontra-se inserida na proposta de descentralização idealizada pelo MTur e reforçada com o lançamento do PNT 2003-2007. Sob a estrutura hierárquica desenvolvida no delineamento desses planos turísticos, os conselhos coordenadores de cada programa ficam sob a responsabilidade de gerir a organização das metas gerais dos investimentos a serem aplicados.

Desse modo, os estados e municípios responderiam pelo levantamento das necessidades a serem supridas na inserção da atividade turísticas no intermédio local/regional. Tal estrutura de organização reforça a ausência de uma base para planejamento nacional do turismo, proporcionando com a segmentação em macro, meso e micro regiões, sem uma diretriz de ordenamento territorial integrador a fragmentação da organização nos limites regionais.

No campo da estruturação de marketing do turismo brasileiro, temos a proposição do *Plano Aquarela*, que objetivou reposicionar a imagem do Brasil no exterior, estabelecendo a grade dos principais produtos turísticos brasileiros: sol e praia, ecoturismo, cultura, esportes, negócios e eventos (ver Figura 43). Sob o segmento de sol e praia afirma o referido plano:

Com predominância de sol durante todo o ano, a costa brasileira é banhada por águas quentes que ocupam grande parte das bordas tropicais e subtropicais do Atlântico Sul Ocidental e ventos brandos que garantem a tranquilidade (*sic*) de banhistas e adeptos de práticas esportivas como o mergulho, o surfe e a vela.

A diversidade da fauna e da flora litorânea, a preservação de extensas faixas da região costeira e a existência de praias isoladas e desertas permite a combinação do segmento de Sol & Praia com atividades próprias de Ecoturismo. (BRASIL, 2005a, p. 25).

Figura 43 - Grade de Produtos Turísticos Brasileiros.

SOL & PRAIA	ECOTURISMO	CULTURA	ESPORTE	NEGÓCIOS & EVENTOS
	CAMINHADAS	ARQUEOLOGIA	AVENTURA	FEIRAS
	ESPELEOLOGIA	PALEONTOLOGIA	TREKKING	CONGRESSOS
	FLUTUAÇÃO	ÉTNICO	SURF	INCENTIVOS
	OBS. DE FAUNA	FESTAS POPULARES	RAFTING	COMPRAS
	ORNITOLOGIA	CIDADES PATRIMÔNIO	VÔO LIVRE	MEGA-EVENTOS
		INTERCÂMBIO	CANYONING E PRÁTICAS VERTICIAS	VISITAS TÉCNICAS
			MERGULHO	
			CAVALGADAS	
			CONVENCIONAIS	
			PESCA ESPORTIVA	
			FUTEBOL	
			GOLFE	
			MOTOR	
			VELA	
			VOLÊI DE PRAIA	

Fonte: Brasil (2005a, p. 23).

A ideia de *ecoturismo* é inserida sob a lógica do uso do patrimônio natural e cultural no ponto de vista *sustentável*, consistindo em promover viagens para áreas preferencialmente não degradadas ou não poluídas, “com o objetivo específico de estudar e fruir a paisagem e sua fauna e flora, tanto quanto manifestações culturais (do passado e do presente) encontradas nessas áreas” (BRASIL, 2005a, p. 29). Tal proposição direciona para os

planos turísticos posteriores a busca pelo delineamento de regionalizações *ecoturísticamente* viáveis do ponto de vista da promoção desse segmento a nível internacional, encontrando-se intrinsecamente relacionada com às bases de proposição do PDSRT do Meio-Norte.

Pautado na proposição de distanciar o país de uma imagética erótica e apelativa sobre a mulher brasileira, o plano *Aquarela do Brasil* teve seu principal produto o estabelecimento de uma marca para o país que remete à ideia de modernidade (Figura 44). A *alegria*, uma das características da promoção do turismo nacional é sobreposta na busca de uma mensagem que permita “sintetizar a estadia do turista: sensacional” (BRASIL, 2005a, p. 116). Fruto dessa mudança é a divulgação do Carnaval, que deixa de ser o espaço da festa alegre e da mulher desnuda, vindo a se configurar como lócus do *espetáculo* (Figura 45).

Figura 44 - Marcas turísticas do Brasil no Exterior



Fonte: Adaptado de Brasil (2005a).

Figura 45 - Campanha publicitária da Embratur de 2008



Fonte: <http://migre.me/dl61f>

A lógica da espetacularização, quer seja da festa (Carnaval) ou da natureza (como é possível observar posteriormente no tratamento do plano Meio-Norte), é enfatizado no novo Plano Nacional de Turismo, proposto em 2007. Intitulado de *Uma viagem de inclusão* esse documento traz novamente o turismo como ferramenta motivadora de progresso, destacando-o em seu escopo como um “indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no País” (BRASIL, 2007, p. 11). Elaborado no segundo mandato do então presidente Lula (2007-2010), o novo PNT encontra-se modelado a partir do principal programa proposto para o quadriênio: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que visava um conjunto de metas de investimentos em infraestrutura básica, voltados para o combate à pobreza.

Ao apresentar os parâmetros do PNT-2007/2010, o governo federal referência a importância do planejamento turístico na proposta do PAC por meio da assertiva de que “o crescimento do turismo está intimamente relacionado ao crescimento econômico, sendo por este impactado e potencializado de forma intensa” (BRASIL, 2007, p. 13). Na análise das metas do PNT-2007/2010 é possível notar que os investimentos sugeridos até então para a área da infraestrutura interligada ao turismo, tornar-se-iam integrantes dessas duplas políticas (PNT e PAC), havendo a priorização de gestão conferida ao programa de aceleração do governo federal, conforme é possível observar no trecho abaixo:

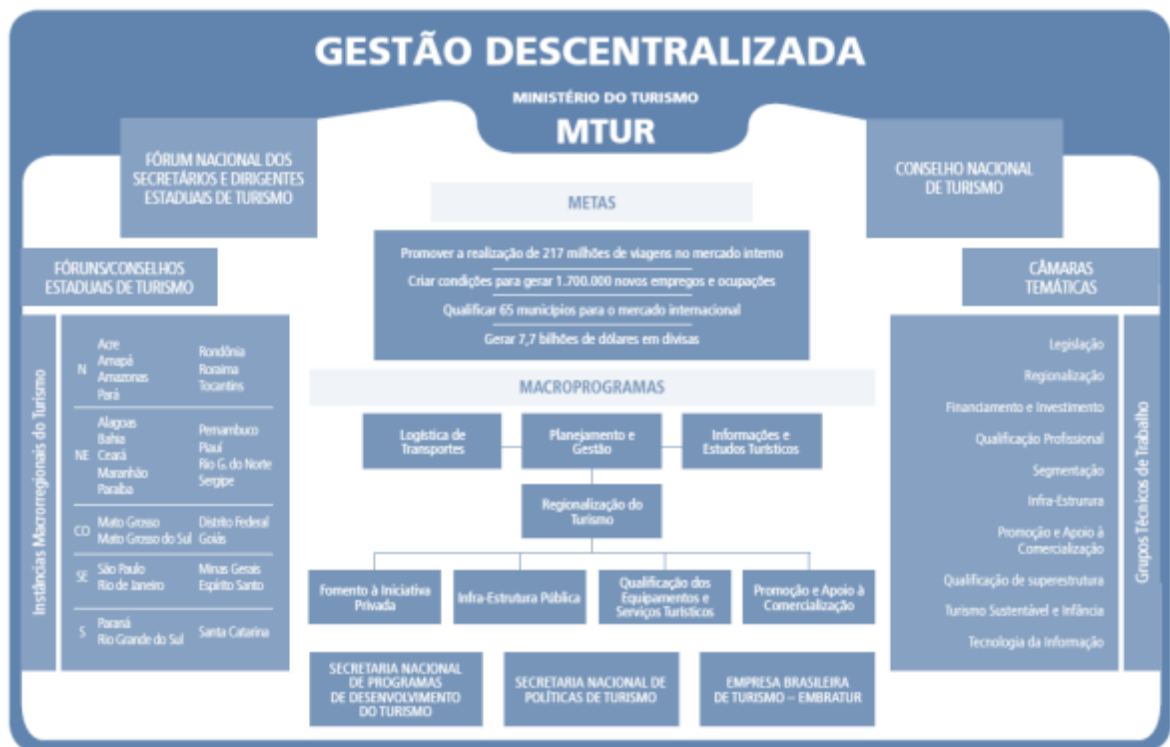
Com benefícios diretos sobre o desenvolvimento do turismo, os investimentos em infra-estrutura do PAC vão propiciar, em quatro anos, a construção, adequação, duplicação e recuperação de 42 mil quilômetros de estradas, 2.518 quilômetros de ferrovias; a ampliação e melhoria de 12 portos e 20 aeroportos; o abastecimento d’água e coleta de esgoto para 22,5 milhões de domicílios; a infra-estrutura hídrica para 23,8 milhões de pessoas e; a ampliação e construção de metrô em quatro cidades turísticas; além de outros benefícios indiretos relacionados à infraestrutura energética e às melhores condições de moradias para quatro milhões de famílias. O PAC prevê um total de R\$ 503,9 bilhões em investimentos para o quadriênio. (BRASIL, 2007, p. 13-14).

Objeto central do segundo mandato do governo Lula, a interligação com o PAC passa a estar presente não apenas no plano do turismo, mas em todas as demais pastas do governo federal. Sob o foco do discurso da *inserção social*, é apresentado nos projetos governamentais desse período o incremento do discurso da necessidade de redução das desigualdades macrorregionais na pauta de prioridades das políticas públicas estatal. Partindo da temática da inserção social, o PNT-2007 intitulado de *Uma viagem de inclusão* vem apresentar o turístico como um meio de motivar a geração de emprego e ocupação, a geração e distribuição de renda, bem como a redução das desigualdades sociais e regionais.

Tal alocação não é nova sob o ponto de vista da história regional no país, conforme delineada no capítulo anterior, no qual partindo do discurso da redução da *desigualdade* existente entre as macrorregiões brasileiras, se finda em intensificar a própria lógica fragmentadora, sem aferir propriamente um interesse no desenvolvimento local. Sob essa perspectiva, o PNT-2007 vem apresentar a região como foco principal das políticas públicas de investimento em infraestrutura básica, mantendo aspecto bastante semelhante ao plano anterior no que tange ao delineamento das áreas a serem exploradas pela inserção do turismo.

Assim, projetos como o PDSRT encontram espaço no referido plano, dando ênfase a busca pela gestão descentralizada do planejamento turístico, como é possível observar no organograma presente na Figura 46, que apresenta por meio da regionalização do turismo a estruturação das ações a serem aplicadas no planejamento e gestão elaborada pelo MTur.

Figura 46 - Organograma da Gestão do Plano Nacional de Turismo de 2007-2010.



Fonte: Adaptado de BRASIL (2007, p. 45).

O Prodetur Nacional aparece novamente, no PNT-2007, como principal ferramenta de regionalização do turismo, dando continuidade à segmentação balizada por

meio das macrorregiões brasileiras, via Prodetur Sul, Prodetur Norte (ou Proecotur) e Prodetur JK. Acerca do Prodetur Nordeste, este se encontra marcado pela busca de efetivação de sua segunda etapa, basicamente uma continuação da lógica descentralizadora presente no Prodetur Nordeste I, mas que passa a abranger a partir de então, além dos nove estados da região, o norte de Minas Gerais e Espírito Santo, perfazendo um total de 113 municípios concentrados em 14 polos.

- Quadro 6 - MUNICÍPIOS DO PLANO MEIO-NORTE NO PRODETUR NACIONAL			
Estado	Polo	Nº de municípios-membros(*)	Municípios do PDSRT do Meio-Norte inseridos no Prodetur Nacional
CE	Polo Ceará Costa do Sol	18	Acaraú, Barroquinha, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Itarema, Jijoca de Jericoacoara e Viçosa do Ceará,
MA	Polo São Luís e Entorno	5	Nenhum
PI	Polo Costa do Delta	5	Ilha Grande, Parnaíba, Cajueiro da Praia e Luís Correia

Fonte: BNB, 2013.

Seguindo a lógica da descentralização proposto no PNT-2007, ações de integração ministerial também surgem como meta a ser delineada, promovendo o uso da temática turística a ser usada de modo transversal entre as diversas esferas e pastas de governo. Nesse sentido, temos por meio de uma ação interministerial, o uso do termo regional na delimitação de políticas públicas a serem desempenhadas sob o enfoque da organização da infraestrutura básica a ser pensada para o turismo.

Sob essa ótica, emerge a tomada do processo de interligação dos trabalhos entre os Ministérios do Turismo (Mtur) e da Integração Nacional (MiN). Criado em 2003, o MiN apresenta em seu escopo o foco destinado ao desenvolvimento de programas regionais de desenvolvimento. Agindo com o retorno de antigas autarquias, como a Sudam e Sudene, o Ministério da Integração Nacional vem ter na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) sua principal diretriz de atuação.

Assim como os diversos outros projetos já destacados neste trabalho, o PNDR também surge sob a égide de promover a redução das desigualdades regionais, buscando sob o avivamento das possíveis potencialidades de desenvolvimento de cada macrorregião específica, promover uma melhoria na qualidade de vida no país.

Apesar de desempenhar papel de avanço no debate regional brasileiro, na medida em que propõe a reflexão sobre o desenvolvimento desigual do país, além da criação de um

Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), o PNDR apresenta uma série de problemáticas referentes ao seu embasamento norteador. Assim, concordamos com Ribeiro (2005) ao asseverar que se valer de dados referentes a variação de renda e PIB empobrece os determinantes para esta concepção de escala regional. Dessa forma, pontos como *identidade* e a relação de *redes de ação* pré-existentes – essenciais para possibilitar a compreensão de um projeto de cunho regional – deixam de ser o ponto de partida e tornam-se objetivos a serem alcançados pelo referido projeto. Tendo em vista essas observações, é proposta a partir do PNDR a elaboração de uma série de projetos regionais com uma diversidade de escopo temático específico, a saber:

- a) Plano de Desenvolvimento Sustentável da Área de Influência da Rodovia BR-163 – Cuiabá-Santarém;
- b) Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago de Marajó;
- c) Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu.

Nesse contexto é proposto também o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio Norte, em 2009, tendo como base, para sua gênese, as metas gerais pré-estabelecidas pelo PNDR. Elegendo o turismo como a potencialidade a ser desenvolvida nessa pretensa região, esta é a meta a ser alcançada no conjunto de trabalhos a serem elaborados por meio da articulação com os Estados do Ceará, Piauí e Maranhão. Assim, fruto da articulação entre os Ministérios da Integração Nacional e o Ministério do Turismo, a partir da interligação do PNDR e o PNT-2007, o Plano Meio-Norte surge como primeiro projeto nacional a estabelecer a formação regional turística, tendo um eixo temático específico, aqui no caso retratado pelo estabelecimento da *Rota das Emoções*.

Araújo (2007), ao tratar sobre a tomada da Política Nacional de Desenvolvimento Regional destaca sua importância da retomada desse tipo de modalidade de política pública no país, sobretudo ao privilegiar escalas menores do que os modelos criados na época da criação das superintendências regionais, cujo enfoque dava-se no campo macrorregional. Porém o tratamento dado à formação de *sub-regiões* (ARAÚJO, 2007, p. 2) traz consigo um campo complexo e contraditório que não se distancia da realidade perpetuada pelas macrorregiões brasileiras.

Fruto da política regional do PNDR é formado as bases de estruturação do Plano Meio-Norte, ao qual vêm incorporar um conjunto de noventa municípios da zona norte dos

estados do Ceará, Piauí e Maranhão (CEPIMA) Tendo como enfoque a temática do despertar de *potencialidades turísticas* nos municípios-membros, o plano regional emerge sob a justificativa de trazer dinamismo socioeconômico à uma área que apresenta um quadro de intenso atraso e estagnação econômica. Nesta:

[O PDSRT do Meio-Norte] deve ter como ponto de partida a atual situação da região, sua débil estrutura produtiva, e uma total falta de dinamismo de sua economia, frutos de um processo histórico de relativo isolamento em relação aos centros políticos dos três estados, o que resultou inclusive em precárias condições de acessibilidade até hoje a grande número de municípios. [...] Em face da débil base econômica local, essas estratégias estão em consonância com a necessidade imperiosa de se ampliar o nível de atividade econômica da região, em bases sustentáveis, elevando os níveis de emprego, renda e produtividade (BRASIL, 2009a, p. 89).

Incluindo cinco dentre os dez municípios com piores índices de IDH do Nordeste – Araióses (MA), Caraúbas do Piauí (PI), Santana do Maranhão (MA), Milton Brandão (PI), Murici dos Portelas (PI) – esse *novo* Meio-Norte apresenta um IDH médio de 0,567, distante da meta do Ministério da Integração de 0,699 (referente a média nacional) (verificar Mapa 5, com o IDH dos municípios do Plano Meio-Norte).

Para sua implementação, o PDSRT tem em seu escopo basilar o desenvolvimento de uma rota turística forjada a partir de um roteiro conhecido pelo meio turístico desde os anos 1990. O referido integra três importantes destinos turísticos da região: o Parque Nacional de Jericoacoara, o Delta do Parnaíba e o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Num primeiro olhar, o plano visa como ponto de partida a atual situação da região, sua débil estrutura produtiva e a falta de dinamismo da economia local. Tal situação parte de uma justificativa histórica, na qual o relativo isolamento – notadamente referente a distância das três capitais estaduais (Fortaleza, Teresina e São Luís) – não permite alteração efetiva no quadro sociopolítico de grande parte dos noventa municípios membros do novo plano regional. Quadro marcado por dependência e atraso econômico de toda ordem.

Sendo a proposta para o PDSRT do Meio-Norte definida como *participativa*, dado a série de reuniões realizadas no período de sua elaboração, é importante observar que essas ações não resultaram necessariamente num conjunto de proposições que vislumbrassem o desenvolvimento turismo a partir da gerência de uma base apoiada pelos atores locais. Os seis encontros ocorridos com a comunidade (ver Figura 47 e Tabela 3), longe de propor uma consulta, desempenharam o papel midiático de apresentar um projeto já pré-acordado.

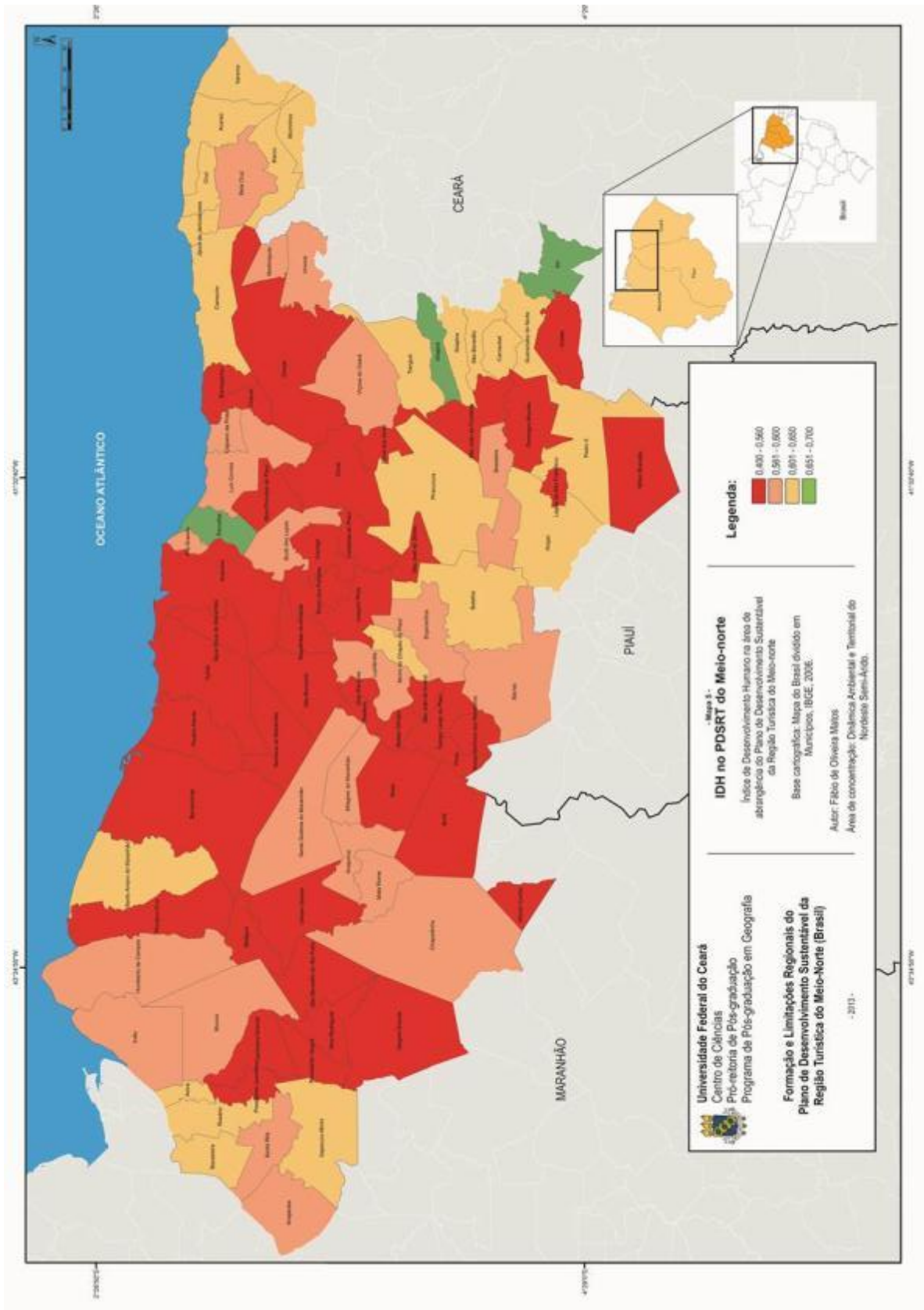


Figura 47 - Consultas públicas a respeito do PDSRT do Meio-Norte realizadas no mês de Agosto de 2009, realizadas em Chapadinha-MA, Esperantina-PI e Tianguá-CE.



Fonte: ADRS, 2009.

**- Tabela 3 -
CONSULTAS PÚBLICAS DO PDSRT DO MEIO-NORTE**

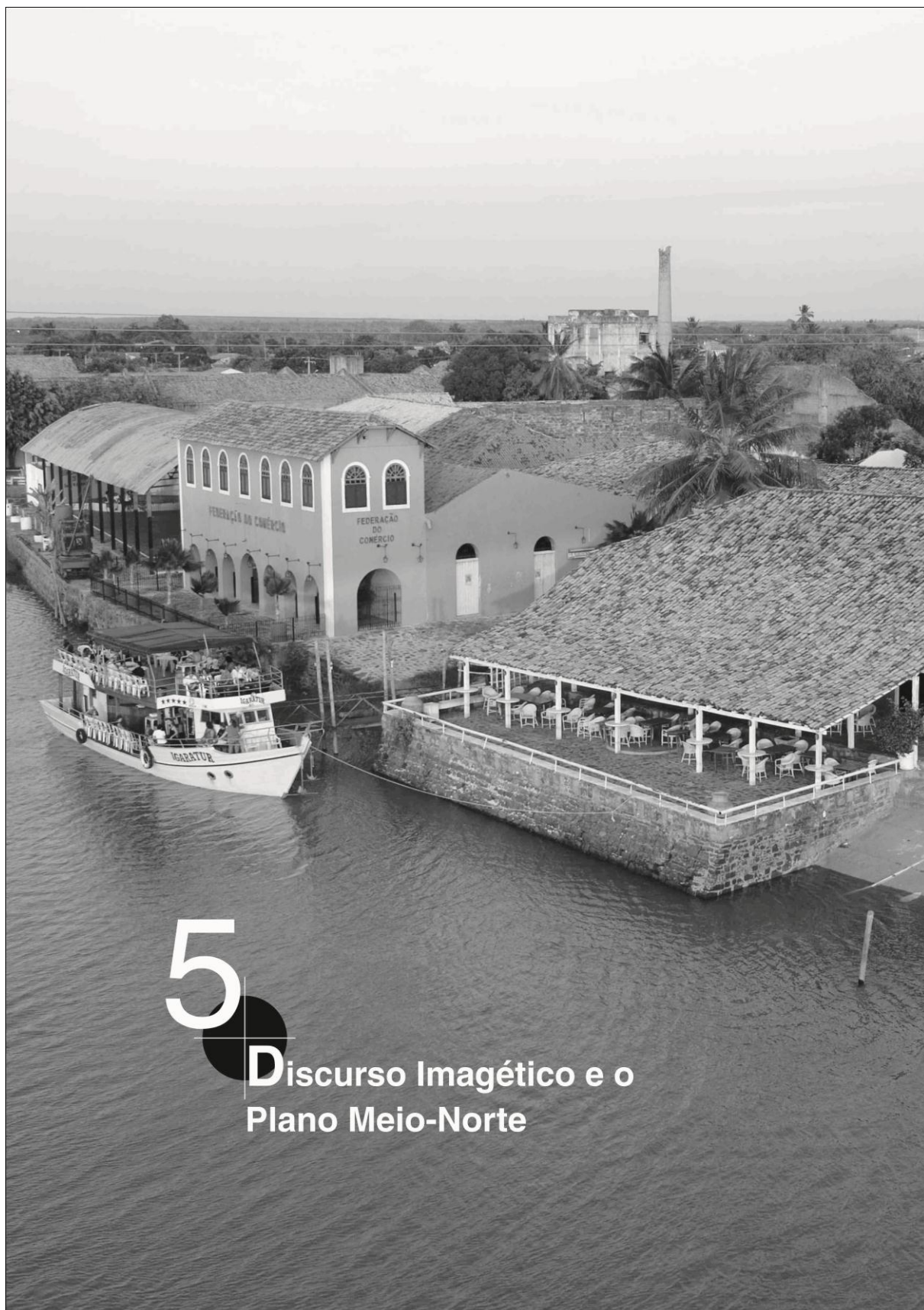
Região	Polo	Data	Nº de Participantes	Órgãos Federais	Órgãos Estaduais
Lençóis Maranhenses	Barreirinhas	04/08/2009	350	14	22
Alto Munim/Delta do Parnaíba	Chapadinha	06/08/2009	400	16	22
Território dos Cocais	Esperantina	08/08/2009	550	13	15
Planície Litorânea	Parnaíba	10/08/2009	350	17	15
Litoral Oeste	Camocim	12/08/2009	250	10	4
Chapada da Ibiapaba	Tianguá	14/08/2009	350	12	5
Total			2250	24	42

Fonte: ADRS, 2009.

Nesse sentido é possível notar, em linhas gerais, que a proposição do PDSRT avança na seara de construção de uma política pública pautada na integração regionalizada. No entanto, recua na ausência de um debate que evoque a necessidade de considerar o turismo como bem social generalizado. Desse modo, a turistificação dos lugares pode resultar, segundo Oliveira (2008, p. 22):

(...) numa insubordinação generalizada à lógica territorial, representar um atentado ou uma revelação diante dessa trama. Atentado quando entra em choque com a perspectiva de desenvolver mantendo as estruturas de poder local/regional. E revelação, mediante o fato de que esse desenvolvimento conservado, amiúde, não é sustentável.

Percebemos no espoco desse turismo regionalizado a minimização do debate sobre demandas, acessos e ofertas para demarcar as áreas do plano em favor de um acentuado estímulo de atração de fluxo turístico, em prol da promoção de uma reconfiguração ideológica referida à área de estudo. Assim, é possível notar o uso da ferramenta imagética como veículo na tomada do processo de reformulação daquela espacialidade enquanto região a ser apropriada pela atividade turística. Para tanto, a fim de compreendermos a lógica de elaboração do PDSRT do Meio-Norte, se faz necessário embarcamos no contexto das relações entre *imagética* e *turismo* inerentes no referido projeto regional.



5

Discurso Imagético e o Plano Meio-Norte

Conforme delineamos no capítulo anterior, os municípios membros do PDSRT constituem-se, de modo geral, por uma economia precária, assentada em atividade agrícola de subsistência e de baixa produtividade. Possuindo três dos dez municípios com menor PIB per capita (ver detalhamento na Tabela 4) do país, a área de abrangência do referido plano corresponde a apenas 0,2% do PIB nacional (BRASIL, 2009a).

- Tabela 4 - PIB TOTAL E PER CAPITA NA ÁREA DO PLANO (2006)		
REGIÃO	PIB EM 2006 (R\$ MIL)	PIB PER CAPITA EM 2006 (R\$)
Maranhão	1.111.529	2.354
Lençóis Maranhenses	309.301	2.091
Delta do Parnaíba	317.632	1.902
Alto Munim	484.596	3.080
Piauí	1.713.225	2.752
Planície Litorânea	867.685	3.405
Cocais	845.540	2.299
Ceará	2.120.962	3.094
Litoral Oeste	1.029.934	2.863
Ibiapaba	1.091.028	3.348
Total Geral	4.945.716	2.778

Fonte: Brasil (2009a, p. 29).

Por estarem marcados pelo retrato da pobreza extrema, estes municípios passam a ser inseridos ao longo dos últimos anos numa gama de projetos das mais variadas temáticas, sob a justificativa do desenvolvimento socioeconômico. Assim, percebemos na última década o incremento de uma série de proposições cujo enfoque perpassam pelo combate a pobreza. Na seara federal, temos a elaboração dos programas *Fome Zero*¹⁷ e *Bolsa Família*¹⁸, no qual

¹⁷ Foi criado em 2003, como marco inicial da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, configurando-se como um dos mais importantes itens da agenda social do governo federal a partir de então, alinhando “uma proposta ambiciosa destinada a combater a fome e seus determinantes estruturais, visando à segurança alimentar da população brasileira” (PAES-SOUSA et al, 2003, p. 21). Segundo Yasbek (2004) o referido programa surge no país num contexto de profundas transformações societárias e de alterações na proteção social destinada particularmente aos segmentos populacionais em situação de maior risco e vulnerabilidade social.

¹⁸ Implementado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na segunda metade de seu primeiro mandato (2003-2006), o programa é fruto da junção dos programas de transferência de renda do governo federal: Bolsa Alimentação (Ministério da Saúde), Auxílio Gás (Ministério das Minas e Energias), Bolsa Escola (Ministério da Educação) e o Cartão Alimentação (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome) (ZIMMERMANN, 2006). Segundo Kerstenetzky (2009, p. 55) em sua criação, “esse programa explicitou dois objetivos: reduzir a pobreza e interromper seu ciclo intergeracional. Enquanto o primeiro objetivo seria atendido pelas transferências, o segundo seria alcançado por meio das condicionalidades de educação e saúde: frequência regular das crianças à escola e participação em programas de orientação nutricional e de assistência preventiva à saúde, especialmente de crianças pequenas e mulheres grávidas”.

apoiadas pelo apelo humanitarismo voltado à cidadania e segurança alimentar, encontram-se sob a dialética entre a política como espaço de criação e generalização de direitos.

Essa matriz conservadora, baseada na reciprocidade e em reações de caráter personalizado, permeou o conjunto da vida nacional e, para os segmentos populacionais inclusos nas faixas de renda mais baixas, vem gerando uma condição de prisioneiros de relações de dependência pessoal, da deferência e da lealdade (...) sendo a identidade do trabalhador pobre tratada como algo inferior. No campo da assistência social, esta matriz reforça as figuras do pobre beneficiário, do desamparado e do necessitado, com suas demandas atomizadas e uma posição de subordinação e de culpabilização do pobre pela sua condição de pobreza. (YASBEK, 2003, p. 50).

Nos anos iniciais da gestão da Presidente Dilma Rousseff (2011 e 2012) é possível notar o interesse em reduzir a escala de atuação dos programas assistencialistas, passando a incentivar a formação de proposições estaduais de combate à pobreza. Tal idealização é posta por meio do plano federal *Brasil sem Miséria*, no qual procura enfrentar “uma pobreza tão pobre que dificilmente é alcançada pela ação do Estado” (É O ESTADO..., 2012, p. 1).

Desse modo, percebemos a inserção dos municípios que compõe o plano Meio-Norte numa gama de outros projetos de enfrentamento da pobreza em nível estadual. No Ceará, é apresentado em 2011 o *Plano de Combate à Extrema Pobreza*, considerado o primeiro plano estadual de combate à miséria extrema no país (FURTADO, 2011). Também em 2011 temos no Piauí o programa *Mais Viver*¹⁹ (ver Figura 48); e em 2012 no Maranhão o *Viva Oportunidades*²⁰.

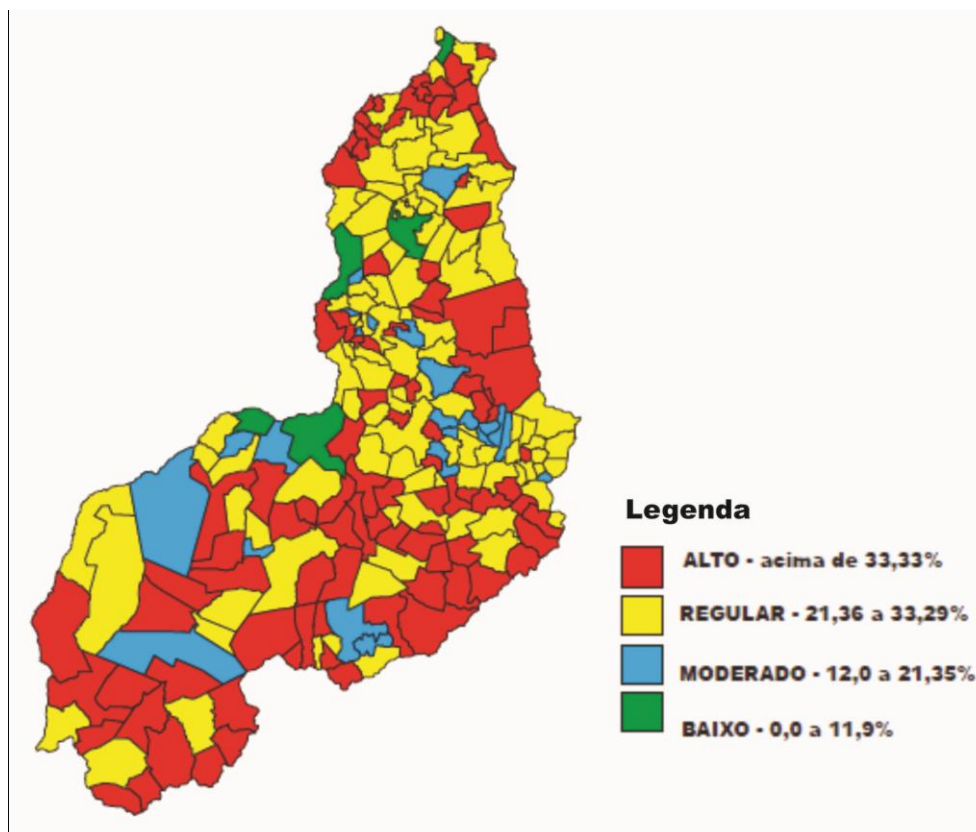
De modo geral, torna-se notório o volume de projetos que agrega municípios de baixa renda *per capita*, sob a mais variada gama de ferramentas e metodologias, inserindo no meio acadêmico o debate em torno da proteção social proposta para o país. Críticas incidem sobre as intervenções específicas, pontuais e de curto prazo, “visando alívio imediato da

¹⁹ Segundo Piauí (2011) o *Programa Mais Viver* foi criado pelo Governo do Estado do Piauí, em sintonia com o Brasil Sem Miséria, que é um Programa do Governo Federal. O Mais Viver vai atuar de forma integrada para combater a extrema pobreza. Esta iniciativa se propõe a romper as barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais que segregam pessoas e regiões. Entre outras coisas, vai identificar os que precisam e ainda não recebem o Bolsa Família e ajudar quem já recebe a buscar outras fontes de renda, melhorando assim, suas condições de vida. O Programa tem como objetivos, promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, minimizando o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza, elevar a renda per capita, ampliar o acesso aos serviços públicos e promover ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural.

²⁰ Semelhante ao *Mais Viver*, o *Viva Oportunidades* é inspirado no *Brasil Sem Miséria*, plano de erradicação da extrema pobreza do governo federal, e contará com R\$ 15,9 bilhões. Do total de recursos, 90,7% serão repassados ao estado pela União. A estimativa é que o *Viva Oportunidades* retire da extrema pobreza 1 milhão de famílias. O programa maranhense tem como meta promover a inclusão social e produtiva com oportunidades de capacitação, acesso ao crédito, trabalho e renda para as famílias que vivem em situação de extrema pobreza, incluindo 38,9 mil famílias no *Cadastro Único* para programas sociais do governo federal (IMIGRANTE, 2013).

pobreza em detrimento de um sistema de defesa e garantia de direitos universais ou de políticas que conjugam ações focais e universais de médio e longo prazo” (AZEVEDO & BURLANDY, 2010, p. 202).

Figura 48 - Grau de pobreza²¹ por município (Piauí), a partir do Programa Mais Viver



Fonte: Piauí (2011)

Assim, temos projetos federais como os *Territórios da Cidadania*²² (ver Figura 49), que visa a “superação da pobreza no meio rural por meio do desenvolvimento regional e

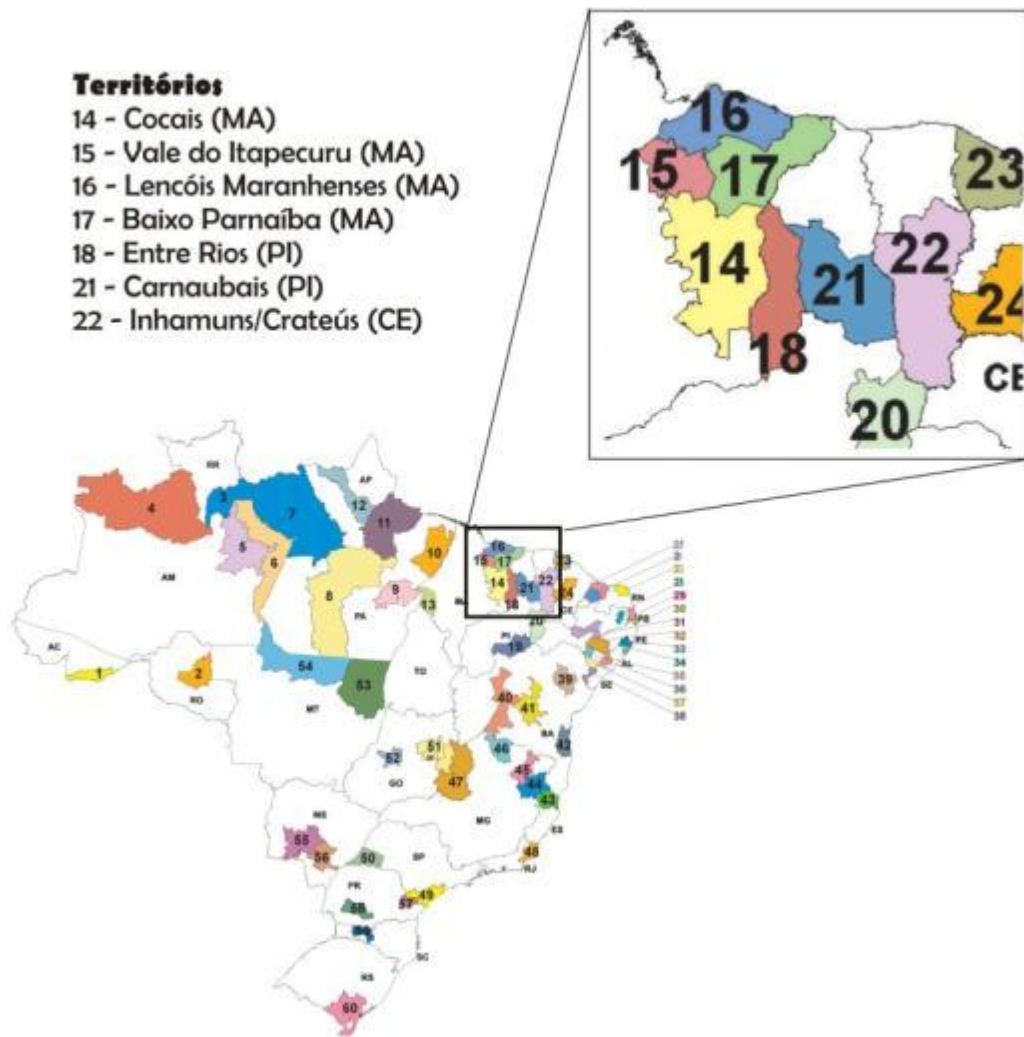
²¹ O plano definiu pobreza como sendo as famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 70 mensais.

²² Proposta da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) lançada oficialmente em 25 de fevereiro de 2008 pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Deckert et al (2012, p. 95) os Territórios da Cidadania são “espaços socioterritoriais que atuam com eixos estratégicos visando à organização e ao fortalecimento dos atores sociais, à adoção de princípios e práticas da gestão social e à promoção da instituição e integração de políticas públicas. Como forma de avaliação da efetividade das ações do programa, optou-se nesta pesquisa pela criação de uma nova categoria que tem como intuito verificar a efetividade das políticas públicas fundamentadas em processos que visam à participação dos atores envolvidos”.

O conceito de *território* adotado oficialmente se refere a “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”.

melhoria da qualidade de vida” (BRASIL, 2008, p. 5). Essa proposta de integração por territorialidades tinha, como resultado final, a meta de somar políticas públicas coordenadas e investimentos financeiros, a fim de promover a melhoria do IDH das localidades, evitando o êxodo rural e superando as desigualdades regionais.

Figura 49 - Territórios da Cidadania (em destaque, parcela do norte dos municípios do Ceará, Piauí e Maranhão, correspondendo os municípios abrangidos pelo PDSRT do Meio-Norte).



Fonte: Brasil (2008).

Sob essa ótica, a ideia de elaboração do PDSRT não é a primeira demarcação espacial com vistas a erradicar a pobreza nesses municípios, pois quarenta e seis (41% do total de 90) dos que foram incluídos nesse plano regional turístico, já compunham

(BRASIL, 2005b, p. 32). Sobre a aplicação dos Territórios da Cidadania temos os estudos de Zimmermann e Delgado (2009), Bonnal e Kato (2011) e Delgado & Leite (2011).

anteriormente o projeto dos *Territórios da Cidadania* (ver Tabela 5). Porém, o modelo dos *Territórios da Cidadania*, com sua extensão de comando distribuída em diversos órgãos da esfera pública, apesar de promover o diálogo interministerial, acabou por não ser tomada como foco central por nenhum deles.

- Tabela 5 -
MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM OS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA E O PDSRT DO MEIO-NORTE

Territórios da Cidadania	Municípios participantes dos Territórios da Cidadania	Municípios participantes dos Territórios da Cidadania e do PDSRT
Lençóis Maranhenses/Munim (MA)	12	5
Baixo Parnaíba (MA)	16	16
Cocais (MA)	17	1
Vale do Itapecuru	10	3
Carnaubais (PI)	22	12
Entre Rios (PI)	17	8
Inhamuns/Crateús (CE)	20	1
Total	114	46

Fontes: Brasil (2008; 2009a).

Mesmo com o aumento de investimentos nos primeiros anos de aplicação do projeto – com cifras advindas do financiamento de outros planos já existentes (ver Quadro 7) – o trabalho dos *Territórios da Cidadania* enfraqueceu-se com o passar dos anos. Segundo Carvalho (2012), quer seja territorial, sustentável ou local, o desenvolvimento não logrou estratégias de superação do modelo econômico existentes nessas localidades. “Nesta acepção, essas alternativas não foram capazes de promover transformações macro estruturais no que se refere às condições de vida e de trabalho” (CARVALHO, 2012, p. 232).

Os Conselhos Municipais formados no projeto dos *Territórios*, semelhante em sua constituição aos Conselhos Regionais criados para a formação do PDSRT do Meio-Norte, não obtiveram sucesso. Tal fracasso deu-se, entre outros fatores, o fato de que as relações estabelecidas para a gestão dos Territórios permaneceram verticalizadas, vinculadas diretamente ao Governo Federal. A busca pela melhoria de renda dos municípios do CEPIMA (Ceará, Piauí e Maranhão) aproximam PDSRT e Territórios da Cidadania, no contexto de buscar firmar um posicionamento do Governo Federal em estabelecer metas na busca por reverter tal situação, como nos diz a fala da Coordenação Geral do PDSRT do Meio-Norte, na Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal:

Por que um plano de desenvolvimento regional sustentável nessa região? O ministério da Integração Nacional, ele tem uma política, que é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que faz uma... Tem uma tipologia e caracteriza o conjunto das regiões brasileiras a partir da dimensão da sua renda e do dinamismo dessa renda.

E, infelizmente, nessa região que a gente está analisando agora, ela aparece como o pior quadro, ou seja, uma renda *per capita*, um PIB *per capita* dos mais baixos do país e de uma total falta de dinamismo, uma estagnação econômica. Então, é aquela situação que demanda uma atuação firme do Poder Público, não só Federal, como também Estadual, no sentido de reverter esse quadro (DIÁRIO DO SENADO FEDERAL, 2009, p. 2).

- Quadro 7 -	
AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA EM 2008 E 2009	
AÇÕES	ABRANGÊNCIAS
Bolsa Família	4,4 milhões de famílias
Saúde da Família	9.653 equipes implantadas
Farmácia Popular	665 implantadas
Expansão de Escolas Técnicas	10,5 mil vagas criadas
Garantia-safra	180,7 mil agricultores segurados
Programa Luz Para Todos	223,1 mil ligações
Programa Nacional de Documentação do Trabalhador	456 mil documentos emitidos
Recuperação de infraestrutura de assentamentos	70,4 mil famílias atendidas
Cisternas	25.257 cisternas construídas
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	55,5 alunos atendidos
Casas Digitais	88 instaladas
Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	1,3 milhão de hectares
Crédito Pronaf	448,2 mil contratos

Fonte: Publicação Especial do MDA/INCRA, 2010.

Assim, a atividade turística é tratada como *o foco central* dessa política de desenvolvimento regional, sendo justificada pelo fato de promover uma área dotada de atrativos relevantes, “permitindo o desenvolvimento de diversos segmentos de turismo: sol e praia, ecoturismo, aventura, cultural, desportivo, etc.” (DIÁRIO DO SENADO FEDERAL, 2009, p. 2). Desse modo, se por um lado as metas apresentadas no PDSRT convergem para a proposição de um turismo capaz de promover grande oportunidade para o “desenvolvimento econômico” (BRASIL, 2009a, p. 43), por outro o próprio documento reconhece que perde em possibilitar uma nova dinâmica para a região caso este “esteja pautado somente por critérios econômicos” (BRASIL, 2009a, p. 45).

Tratando o fenômeno turístico como uma *vocação*, o plano propõe a viabilização da integração dos três principais destinos (Lençóis Maranhenses, Delta do Parnaíba e Jericoacoara) a partir de roteiros integrados, bem como ações de organização, estruturação e comercialização dessas rotas turísticas. Como forma de destacar a importância que esta rota

possui para o turismo regionalizado, o referido plano destaca a vitória da Rota das Emoções e do município de Jijoca de Jericoacoara em dois prêmios no IV Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, realizado em São Paulo em 2009, nas modalidades *Roteiros Turísticos* e *Sustentabilidade sócio-cultural em Município*. Assim, a referida rota é descrita no Plano:

- O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, que combina dunas de areia com lagoas de águas transparentes e deslumbrantes;
- O Delta do Parnaíba – terceiro maior delta oceânico do mundo;
- Parque Nacional de Jericoacoara, com dunas, mangues e lagoas (BRASIL, 2009a, p. 40).

Sob um panorama geral, a proposição de um projeto regional na temática do turismo não é algo relativamente novo, como foi possível observar na reflexão anterior sobre planejamento regional. O uso de eixos centrais também não é inédito no trato da formação regional, tendo sua ascensão nos anos 1960-1970 com os trabalhos sobre polos de crescimento de Perroux (1978), no qual já há a experiência de sua proposição na própria formação regional brasileira.

Porém, sob o ponto de vista reflexivo percebemos a complexidade existente na composição da estrutura e objetivos desse projeto regional. Sobre a opção por polos de crescimento, temos a questão da relativa diferenciação de infraestrutura existente entre os três parques elencados. Se de um lado temos um polo turístico relativamente consolidado, como é o caso de Jericoacoara, com sua infraestrutura hoteleira e serviços atraindo um público estrangeiro e de poder aquisitivo relativamente elevado, temos no outro lado polos com uma base turística ainda incipiente, como é o caso de Parnaíba e Lençóis.

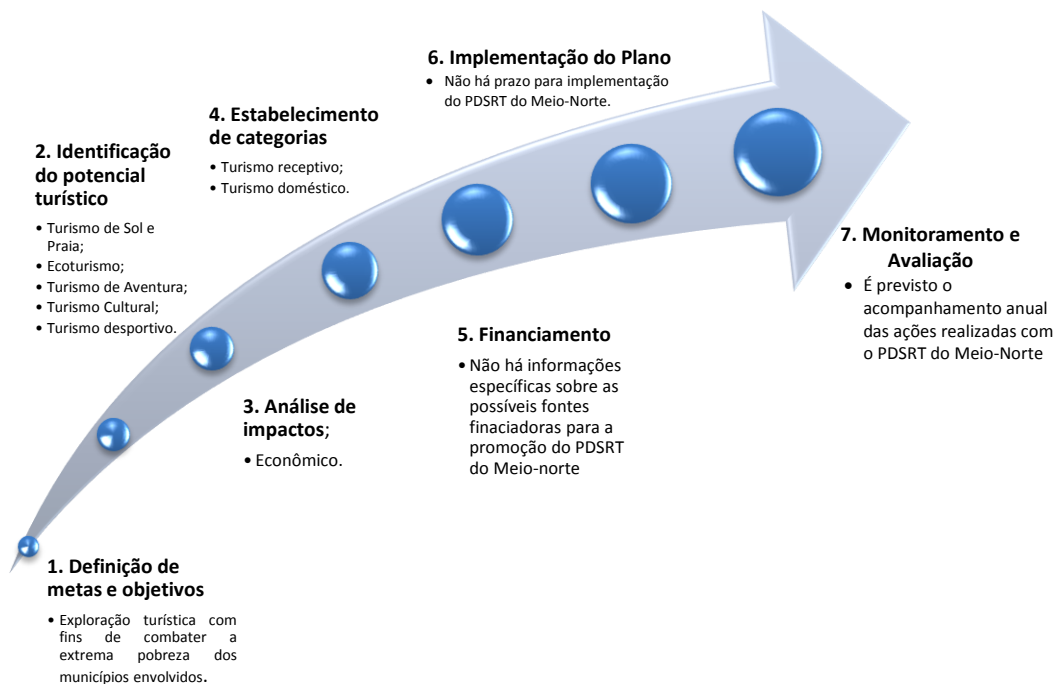
Trazendo essa realidade para a lógica dos polos de crescimento-desenvolvimento trabalhado por Perroux, é possível notar *a priori* que a não equivalência dos seus respectivos centros gera uma deficiência na expansão dos raios de alcance da formação regional. A carência de estradas, meios de transporte e comunicação também inibem a formação de canais que estabeleçam a interligação da região influenciada, conforme corrobora Andrade (1987, p.65): “o polo de desenvolvimento não existe como unidade isolada, mas ligada à sua região pelos canais por onde se propagam os preços, os fluxos e as antecipações de demanda”.

No caso da questão do PDSRT do Meio-Norte, essa percepção confirmada ao ponto de que os municípios indutores dos Parques Naturais – Barreirinhas (MA), Jijoca de Jericoacoara (CE) e Parnaíba (PI) – não possuem infraestrutura viária de interligação. O que contraria a própria lógica proposta no projeto, ao qual trata da potencialização da Rota das

Emoções enquanto centro radial da região Meio-Norte, conferindo para os noventa municípios participantes à irradiação de um desenvolvimento regionalizado com fins à promoção da erradicação da pobreza.

A partir de um panorama geral sobre os estágios de elaboração do projeto político do PDSRT, e comparando com as etapas que ao longo dos anos definiram o modo de se esboçar o turismo (debatida no Capítulo 2 deste trabalho), é possível traçarmos uma análise sobre a contextualização de proposição do Plano. A partir da observação da Figura 50 é possível compreendermos a síntese dos principais critérios estabelecidos na organização de seu planejamento turístico. Por meio desse desenho esquemático, é possível perceber a carência de informações sobre as demandas, acessos e ofertas, bem como a falta de informações sobre prazos e a origem do financiamento a ser aplicado.

Figura 50 - Etapas do planejamento turístico do PDSRT do Meio-Norte



Fonte: Adaptado de Brasil (2009a).

A região, selecionada enquanto conceito norteador do PDSRT do Meio-Norte, encontra-se distante de propor uma mudança de sensibilidade em relação ao espaço, ou mesmo enquanto produto de uma operação de construção de áreas homogêneas, estabelecidas

a partir de relações de poder. Assim, fazendo lembrança ao processo de regionalização brasileira da primeira metade do século XX, presenciamos o regresso do discurso regionalista com o objetivo de *instituir uma verdade* que se pretende construir.

Se, de fato, os noventa municípios encontram-se caracterizados pela condição da carência de renda, torna-se notório a importância conferida ao papel do discurso ideológico, que longe de pretender tratar das vias trabalho sobre como alcançar o objetivo estimado no projeto regional, resulta num relicário de construções empreendidas a fim de justificar a atividade turística como redentora da comunidade local.

Assim como na época da instituição do Nordeste, onde determinadas práticas diferenciadoras da espacialidade retratada vinham à tona para dar materialidade à região – como a seca, o coronelismo e o cangaço –, na formação do Plano regional do Meio-Norte temos o turismo como meio para a superação da pobreza a principal ferramenta de distinção do discurso regionalista. Assim, o interesse em conferir uma peculiaridade homogeneizante (pobreza e a contrapartida de vocação para o turismo), acaba por suplantando a própria objetividade apresentada no texto do referido plano.

No entanto, tal seleção não ocorre de forma fortuita, mas dirigida a uma dupla vicissitude: o empreendimento de um discurso gestado na internalidade da região de *integrar para crescer*, resultando na construção exógena de um campo imagético, ao qual busca forjar o produto turístico a ser ofertado, composto a partir das paisagens do Delta do Parnaíba, Lençóis Maranhenses e Jericoacoara. Percebendo o turismo de gestão como a base desse plano, é possível notar a lógica inserida em estabelecer essa atividade como norteadora de um discurso a ser construído, buscando associar desenvolvimento econômico-social à turistificação dos espaços.

Sob este circunspecto, a interligação à atividade turística nos conduz a um possível erro em perceber, num primeiro olhar, a proposição regional existente no PDSRT distante dos projetos de Meios-nortes de Geiger (1967) ou o Melo (1983). Salvo a coincidência na localização de alguns municípios do Piauí e Maranhão, existente em ambos os projetos, as possíveis proximidades metodológicas entre os trabalhos limitam-se no circunspecto de delimitação espacial, distanciando-se enquanto à lógica de compreensão da funcionalidade da seleção regional. No entanto, apesar dos critérios de seleção regional diferenciado, sendo a opção pela região geoeconômica na atual proposta – frente à região

natural abordada nas idealizações de Meio-Norte de outrora – é possível perceber algumas proximidades entre as diversas facetas surgidas em torno da seleção regional do Meio-Norte.

Observando comparativamente a elaboração dos projetos referentes à formação dos Meio-Nortes, percebemos um conjunto de peculiaridades similares nessas proposições regionais. Num olhar mais pormenorizado é possível notar a priori que a afirmação de que o PDSRT é constituído por uma seleção geoeconômica é parcialmente falha, pois a questão da natureza – notadamente referenciada à temática vocacional das paisagens exóticas – confere também uma busca pela homogeneidade ambiental. Também é possível observar que apesar das diferenças espaciais na seleção regional, o papel imagético encontra-se intrinsecamente interligado entre as proposições de Meio-Norte.

Nesse sentido, tal como as conjecturas de Geiger e Melo surgiram em meio à construção de uma justificativa para a inserção da condição de inserir o Piauí e Maranhão na macrorregião nordestina, por meio de proeminente campo discursivo-imagético de suas peculiaridades sub-regionais, o Meio-Norte do PDSRT é idealizado no entremeio do debate existente nas políticas públicas atuais que visam justificar uma pró-atividade do Governo Federal no do combate à pobreza.

Assim, podemos observar que o tratamento imagético tido na busca dessa constituição regional, sobretudo ao longo da segunda metade do século XX, é retomado neste novo projeto. Não que o PDSRT busque seguir a mesma fórmula para efetivar uma *integração*, tendo como base a *exclusão* da paisagem natural frente aos blocos macrorregionais brasileiros. Mas seu conteúdo na busca pela construção do discurso voltado para a vocação turística acaba por sobrepor a essência geopolítica da constituição regional.

5.1. FORMAÇÕES DE UMA REGIÃO “DE PAPEL”

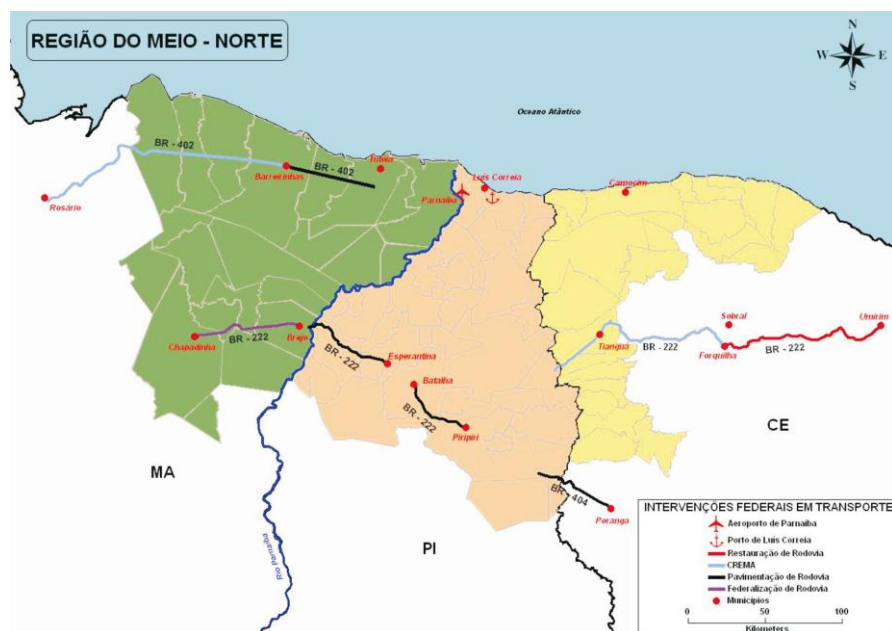
Como foi delineado, no início deste trabalho, o Plano Meio-Norte surge com o objetivo de promover de forma integrada o *desenvolvimento sustentável*, valorizando o patrimônio cultural e viabilizando atividades econômicas inclusivas, dinâmicas e inovadoras. Tal sensibilização é proposta sob a justificativa de promover a elevação da qualidade de vida

da população dos noventa municípios envolvidos, tendo em vista se tratar de uma parcela do território brasileiro com os mais baixos índices de IDH do país.

Frente a essa objetivação, é essencial no voltarmos às bases espaciais delimitadas no referido projeto, a fim de buscar compreender a lógica existente no seu entremeio. Desse modo, a preferência do mesmo em assentar o referido projeto sob três eixos (Delta do Parnaíba, Lençóis Maranhenses e Jericoacoara) traz a tona algumas questões basilares para sua gestão, como por exemplo, a situação viária existente e a projetada.

Apesar de tratar-se de um projeto norteado a partir de um *roteiro* já existente, o referido não apresenta uma infraestrutura de estradas que possibilite uma maior integração entre seus polos. Diante dessa situação, o PDSRT apresenta em seu escopo a proposição de reestruturação viária entre os três polos (ver Figura 51), mas que encontra a sua aplicação embatida por um conjunto de condicionantes relacionados ao direcionamento dos agenciadores financeiros. Para além dessa situação, é interessante aventar que a lógica de construção de uma nova malha viária encontra complexidade em sua efetivação, tanto pelo aspecto jurídico-ambiental dos parques ambientais, como pela opção do turismo de aventura-ecológico – que tem na dificuldade de acesso, um dos elementos de atração.

Figura 51 - Proposta de intervenções federais em transportes do PDSRT do Meio-Norte



Fonte: Brasil (2009a).

Estando a concepção de turismo trabalhada como estratégia econômica integradora, a região vem assentar-se sob um roteiro que concentra um reduzido número de localidades. Assim, apesar de o PDSRT compor um universo de noventa municipalidades, a rota turística – traçada como a coluna cervical do referido projeto – é projetada a partir de pontos limitados de chegada e partida. Sob o ponto de vista teórico, Barreirinhas e Jericoacoara são as localidades selecionadas para a recepção e emissão do fluxo turístico, mas a situação aeroportuária (essencial, para o perfil de turista pretendido pelo plano) desses municípios coloca em xeque tal viabilização. De um lado, Jericoacoara convive com os atrasos na sua obra de construção de um aeroporto internacional, enquanto o de Barreirinhas encontra-se em estado de abandono:

[Em Barreirinhas] A pista de 1,5 mil metros está abandonada e até mesmo a proteção do aeródromo foi depredada ou furtada. Atualmente, o aeródromo se encontra interditado e a pista antiga recebe aeronaves de pequeno porte de forma clandestina (PREFEITO QUER ATIVAR..., 2013, p. 1).

Por meio dessa situação, é interessante notar que apesar da rota já se apresentar parcialmente consolidada enquanto produto turístico, seus principais pontos emissário e receptivo não se encontram inseridos no limite do PDSRT (notadamente, São Luís e Fortaleza).

Figura 52 - Recorte de Panfleto sobre a Rota das emoções, elaborado pelo Ministério do Turismo.



Fonte: <http://www.barreirinhas.tur.br/rotadasemocoes>

Apesar de uma série de questionamentos inerentes a essa rota turística, a inserção desse roteiro no plano regional tem sua lógica fundamentada no atrelamento da construção do conjunto imagético de um turismo de sol e praia que tenha o papel de justificar a *redentorização* dos municípios participantes. Assim, temos dessa forma a proposição de uma política de turismo de veraneio sendo transposto da escala da Rota das Emoções para um status regional. Turismo esse pautado pela conexão com o pressuposto “potencial” da área

com esportes de aventura que justifica, por exemplo, a falta de projetos que atendam à infraestrutura viária, dado ao fato de a dificuldade de acesso corresponder como mais uma “atração para despertar o sentido de emoção do turista²³”.

A transformação da precariedade em um *especial atrativo* encontra-se inserida na complexidade a respeito dos desafios das políticas públicas de turismo; o que amplia sua incompatibilidade com outras políticas sociais. Tal idealização vem de encontro com a “aposta na produção de políticas públicas com turismo (e não de turismo)” (OLIVEIRA, 2008, p. 21), fundamentado por um processo de inversão estratégica de prioridades resultante da frágil problemática federativa.

A visão de que grande parte dos litorais brasileiros e seus “quase infinitos” sertões são formados de distantes cidades-povoados, marcadas pela simplicidade bucólica faz-se ostensiva nas representações artísticas e acadêmicas. É uma visão solidificada pelo histórico papel da conquista colonial e, paradoxalmente, pela manutenção do equilíbrio com a dadivosa natureza tropical de entorno.

(...)

A turistificação dos lugares pode, numa insubordinação generalizada à lógica territorial, representar um atentado ou uma revelação diante dessa trama. **Atentado quando entra em choque com a perspectiva de desenvolver mantendo as estruturas de poder local/regional** (OLIVEIRA, 2008, p. 22) [grifo nosso].

Assim, percebemos uma congruência na lógica das formações regionais. Se na gênese da formação regional do Nordeste, tivemos a construção de um campo imagético associado à semiáridade e a seca, e no projeto do Meio-Norte de Geiger uma tentativa de edificação do ideário da paisagem natural diferenciadora, como forma de justificar sua inserção na macrorregião nordestina, na atualidade esse recurso é voltado à tona. Temos no caso do PDSRT a construção de um conjunto imagético voltado à formação do turismo como uma atividade redentora no combate a pobreza.

Partindo dessa perspectiva, temos o símbolo do Plano Meio-Norte (Figura 53). Constituído essencialmente por uma representação cartográfica da área atendida pelo projeto, com os recortes espaciais correspondendo basicamente a apenas os limites estaduais, é possível notar de forma sintética o conteúdo do PDSRT. Assim, os noventa municípios membros apresentam-se caracterizados a partir de três texturizações que denotam as características ambientais a serem ressaltadas nos respectivos Estados. Dessa forma, temos a reprodução dos parques das dunas no Maranhão – correspondendo aos lençóis – o verde no Piauí direcionado à vegetação do Delta do Parnaíba e as ondas do mar cearense, referente à

²³ Entrevista com o Secretário de Turismo do Município A.

zona costeira. Ainda sob o referido símbolo, temos sua *coroação* sob o desenho do sol, que de modo sinóptico propõe o domínio da imagem turística numa paisagem litorânea de verão, promovendo uma retórica no qual os municípios sem zona costeira não possuem *vocação* para o turismo pretendido.

Figura 53 - Logo do PDSRT do Meio-Norte



Fonte: Brasil, 2009a.

Apesar dos seminários temáticos, realizados antes da consolidação da redação final do PDSRT, é interessante atentar que, do ponto de vista prático, não são assinaladas no plano as metas estabelecidas a partir desses debates precedentes. Nesse sentido, as conjecturas presentes no referido projeto, acabam por conferir características de um *balaio misto* de municípios sob um escopo voltado por uma pretensa atração turística. Assim, a região vem a ser apontada como uma proposição de *causas*, e não como uma consequência da organização social local.

Desse modo, notamos na análise do PDSRT do Meio-Norte a busca pela consolidação de uma imagem paradisíaca, a fim de agregar a proposição de um turismo de aventura que congregue os noventa municípios a partir da construção de um arcabouço preocupado numa homogeneidade integrada da paisagem litorânea. Nesse sentido, é possível

confirmar as limitações do turismo no PDSRT, posta a compreensão dessa atividade em sua parcialidade e romantismo.

Ao deparar com a vertente de cunho histórico, por exemplo, notamos um interesse mais preocupado em justificar a inserção do Ceará sob uma delimitação regional com Piauí e Maranhão do necessariamente buscar um arcabouço do processo das relações sociais entre os municípios envolvidos. Dessa forma, para dar sustentação a essa pseudointegração entre os trechos desses três Estados, o projeto apresenta uma proto-história em torno de um processo integralizado da ocupação do território, como é possível observar no trecho:

Dessa forma, em 1612, os portugueses construíram o Forte de São Sebastião, na foz do rio Ceará (atual Fortaleza), consolidando a ocupação do litoral desde Nossa Senhora da Filipeia (atual João Pessoa), fundada em 1585, e de Natal, fundada em 1599. Mais para o oeste, promoveram o combate aos holandeses, os quais, a partir do litoral de Camocim e Jericoacoara, iniciaram, em 1614, incursões ao litoral do Maranhão. Foi no Maranhão, mais precisamente na ilha de São Luís, que os franceses haviam fundado em 1612 a colônia da França Equinocial, destruída pelos portugueses comandados por Jerônimo de Albuquerque em 1615. Em 1616, ao fundar o Forte do Presépio, na baía do Guarujá (atual Belém), Portugal estende seu controle sobre todo o litoral setentrional, desde Pernambuco até a foz do rio Amazonas.

(...)

Para consolidar a ocupação deste imenso território, Portugal, em 1621, dividiu a colônia em duas, separando do Brasil o intitulado Estado do Maranhão e do Grão Pará, com capital em São Luís, e que se estendia desde a foz do rio Jaguaribe (Ceará) até a bacia Amazônica, que começava a ser explorada pelos portugueses (BRASIL, 2009a, p. 22).

Priorizando a seleção regional sob o ponto de vista do *Princípio Regional da Homogeneidade ou Uniformidade* (rever Quadro 4) é interessante notar que o delineamento de uma correspondência entre os três Estados, ao qual resultou uma tentativa de (re)construção histórica, é abandonado ao longo da redação do projeto. Assim passa a direcionar-se justamente a partir da construção da imagética do sol e praia numa busca pela edificação da *regionalidade* meio-nortista.

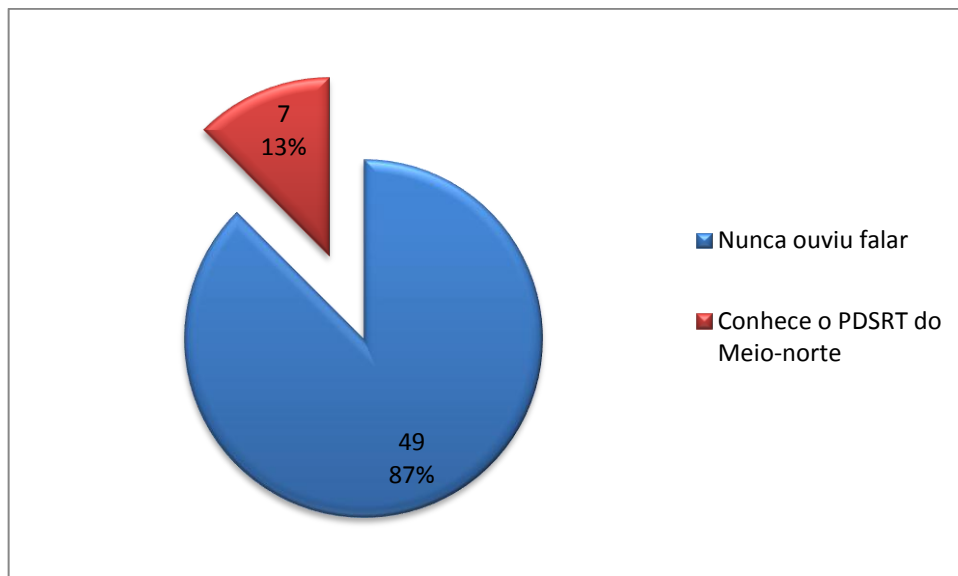
Sendo que a participação popular na gestão de um planejamento regional permite “um grau mais elevado de correspondência entre as políticas públicas e as demandas sociais [...] e atribui legitimidade substancial às decisões estatais” (MARTINS JÚNIOR, 2004, p. 296), percebemos no caso do PDSRT que as *consultas* públicas tiveram um cunho mais expositivo do que propriamente consultivo. Ao ponderar o Estado como o principal agente na construção das necessidades do planejamento regional, a complexidade de sua fundamentação

e posta em evidência, tendo em vista que o referido não difere dos demais planos projetados no âmbito das políticas públicas atuais, pois não questiona (*sine qua non*).

No interesse em verificar a percepção dos atores sociais com relação ao processo de criação do PDSRT, realizamos entrevistas junto a moradores dos municípios onde foram realizadas as consultas públicas. Na oportunidade, foi questionado sobre a participação dos munícipes nos encontros, bem como o conhecimento a respeito da existência do plano. No universo de sessenta entrevistados constatou-se que 87% deles não tinham ciência da existência do referido projeto (ver Gráfico 2). Dentre aqueles que demonstravam saber do que se tratava, temos o relato abaixo:

Fiquei sabendo da reunião que ia haver sobre o Plano do Meio-Norte por causa de um carro de som que passou aqui pela rua. Fui lá e assisti a apresentação de um pessoal que mostrou uns números sobre o município e falaram sobre como aqui tem beleza pra atrair para o turismo. E que chegaria muita gente pra conhecer (Entrevista com F. V. F., realizada no município de Barreirinhas em 23 de Maio de 2012).

Gráfico 2 - População local: conhece/já ouviu falar sobre o PDSRT do Meio-Norte



Fonte: Pesquisa de campo

Se esse dado isoladamente não permite asseverar o distanciamento da população na seleção de metas do *desenvolvimento regional* proposto no plano, a leitura dos direcionamentos estabelecidos no documento – caracterizadores das necessidades locais de forma genérica e exageradamente positiva – nos ajuda a perceber o nível de *irrelevância* atribuído à comunidade dos municípios polos (bases locais) do PDSRT: Jijoca de Jericoacoara, Parnaíba e Barreirinhas. De modo geral, a preponderância do desconhecimento

da comunidade local sobre o plano encontra-se inserida na lógica de planejamento hierarquizado e traçado apenas de cima para baixo, ainda dominante nas estruturas regionais existente no país. A fala de um dos entrevistados sintetiza aqui esse desconhecimento.

Ouvi falar que havia a Rota das Emoções, que tinham a ideia de fazer com que os turistas chegassem aqui em Jijoca e fossem até os Lençóis lá no Maranhão. Mas só sei que teve uns ônibus aí de turismo que dizem que tão tentando fazer esse caminho. Nem sei como eles fazem pra chegar até lá, porque é difícil. Deve ser muita emoção mesmo. Eu mesmo nunca fui até os Lençóis, ouvi dizer que é muito bonito (Entrevista com A.R. V., realizada no município de Jijoca de Jericoacoara em 20 de Maio de 2012).

Gugliano (2004, p. 54) lembra que situações como essa acabam fragilizando a proposição de uma gestão democrática participativa que, “desde os seus pressupostos, deveria ser concebida enquanto um modelo para o conjunto dos cidadãos e não para um único espectro político”. Tal situação confere complexidade na compreensão do porquê de os detentores de poder do Estado escolheriam diminuir sua influência na tomada de decisões em prol de uma parcela da população marginalizada. Tal enredamento se dá pelo fato de que essa população é excluída justamente por disporem de pouco poder econômico ou político, nos levando a acreditar que os atores estatais encontram-se interessados em promover essa *participação* por fatores ligados à busca em conferir uma maior legitimidade às suas decisões (ABERS, 2003, p. 260).

Arnstein (1969) nos ajuda a compreender tal situação através de sua *escala de participação social*, ao qual propõe uma hierarquia que vai do nível zero (menor participação) a oito (maior participação). Nessa escala, temos o nível 1 (*Manipulation*) e o nível 2 (*Therapy*). Escalas correspondentes a situações que envolvem expectativas superestimadas e um falseamento da participação da população, projetado a fim de legitimar uma ação, cuja prática de fato emergiu da decisão de poucos. Assim, a população envolvida “é induzida a aceitar uma intervenção, mediante, por exemplo, o uso maciço da propaganda ou de outros mecanismos” (DUARTE, 2009, p. 20).

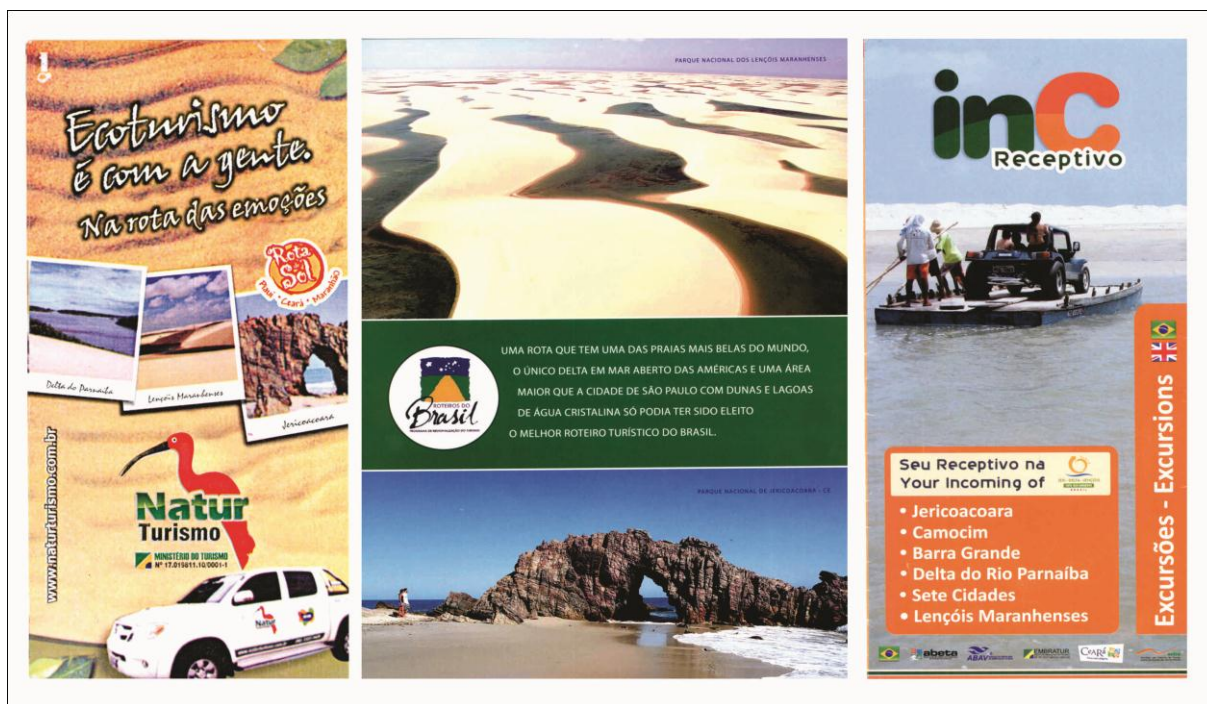
Nesse sentido, temos no turismo uma ampla seara de oportunidades para a publicidade. Sendo uma atividade que suscita desejos sob um consumo, em parte, padronizado, o campo turístico apresenta um discurso imagético possuidor de um maior valor que a própria imagem em si, sendo em torno destes que atraem boa parte dos consumidores (BARBOSA, 2001, p. 30).

Podemos observar no trato do PDSRT que o discurso imagético acaba por se tornar mais importante que o próprio objeto de consumo em si. Ele transforma a idealização do combate à pobreza em visibilidade turística, atualizando a construção de uma região interestadual, que transforma as necessidades locais em objetos a serem consumidos pelo visitante. Tal concepção nos remete aos estudos de Miossec (1977) no trato da *imagem nova*, que corresponde ao espaço elaborado pela mídia da sociedade contemporânea. Compreendendo três componentes (o turista, o receptor e os organismos de viagem) temos o turista na busca por lugares para sair da rotina, ao qual encontra uma gama de variedades de propaganda de destinações turísticas a sua disposição. Enquanto isso, os *organizadores* tem o papel de motivar e direcionar os desejos dos turistas, por meio de folhetos, cartazes e guias de viagens, trazendo informações sugestivas dos lugares a serem vivenciados. Nesse contexto, o PDSRT incorpora ares de campanha publicitária ao intercalar a caracterização do Meio-Norte com representações das paisagens da natureza existente. Assim, o discurso imagético – envolto sob símbolos, ícones e signos – busca produzir imagens exageradamente romanceadas que suscitam a construção da região enquanto atrativo a ser experimentado antes mesmo da visita realizada.

Dentre os cinquenta entrevistados que se autodenominaram como turistas, vinte e um deles afirmavam conhecer/ouviam falar sobre a rota das Emoções, mas nenhum sabia afirmar do que se tratava o Plano Turístico do Meio-Norte. O conhecimento sobre a rota se deu, sobretudo, a partir da promoção desenvolvida pelos empreendimentos turísticos por meio de panfletagem e demais meios de propaganda locais (ver Figura 54).

O número expressivo de turistas, que demonstraram conhecer a Rota das Emoções encontra-se em consonância à motivação dos mesmos pela visita: 50% dos entrevistados afirmaram que buscavam usufruir um turismo ecológico e/ou de aventura. A promoção de um turismo de aventura-ecológico, ao ser pensado muito mais como opção econômica, buscando a atração turística estrangeira – principalmente os oriundos de países europeus – gerando assim divisas em moeda estrangeira, encontra-se sob a lógica delineada pelo PDSRT a fim de promover uma pretensa política “de desenvolvimento do turismo e de proteção do meio ambiente” (BRASIL, 2009a, p. 41). Dessa forma, a pobreza talhada como o principal alvo a ser combatido pelo PDSRT, torna-se um dos principais protagonistas do pacote vendido para o turista. Em meio às paisagens inóspitas, encontra-se na figura daqueles habitantes que vivem à margem do bem-estar social (almejado nas diretrizes do plano regional), um componente essencial da paisagem buscada pelos visitantes.

Figura 54 – Panfletos de Divulgação da Rota das Emoções



Nesse sentido é possível traçar um paralelo com os estudos de Barthes (1971) sobre semiologia, tomando a compreensão de que a prática da produção do imagético turístico vem alimentar a formação de novos mitos, produtos de uma ideologia que busca oferecer um novo significado ao lugar turístico. Tal invenção imagética aponta determinadas características da espacialidade a ser retratado a partir da experiência das vivências turísticas, possibilitadas pelos equipamentos e natureza existentes, com é possível observar na fala a seguir:

É muito bonito ver que aqui no Brasil a gente ainda tem um lugar assim, longe de tudo e de todos. Está sendo incrível conhecer lugares tão interessantes. O povo é humilde, mas são um exemplo de garra e resistência pra todos. Essa viagem me faz ver como a gente reclama tanto tendo de tudo, enquanto tem gente que vive com tão pouco... pouco entre aspas, porque quem tem essa paisagem como quintal tem tudo. (Entrevista com turista A, que percorria o roteiro da Rota das Emoções, empreendida por meio de uma empresa de pacotes turísticos).

Tal percepção do discurso imagético proposto no plano regional nos remete às bases que da construção do sertanejo nordestino – “antes de tudo, um forte” (CUNHA, 1985, p. 170), e que apesar de “rude (...), incompreendida e olvidada, era o cerne vigoroso da nossa nacionalidade” (CUNHA, 1985, p. 168). Assim como o flagelo da seca e o atraso econômico encontram-se na base do discurso da construção da “nordestinidade” – ora como determinante, ora como consequência de um pragmatismo político desenvolvido ao longo da constituição do Nordeste brasileiro – percebemos na construção desse Meio-Norte a continuidade da lógica empregada à pobreza: um atributo que simultaneamente é alvo de combate e justificativa de fatalismo. Essa dualidade, teoricamente excludente, se une sob a justificativa de um turismo calcado no discurso de sol e praia, que parcialmente ignora a existência de um horizonte que vai além da paisagem litorânea.

A construção mítica de um Meio-Norte marcado por um litoral esquecido e, por isso mesmo, onde a brasilidade conseguiu se forjar protegida da degradação do restante da zona costeira do país, confunde-se com a mitologia sertaneja. Nesse comparativo, o sertão surge enquanto representação possível do "sonho rural, a arcádia, a terra, fonte redescoberta de toda verdade e de todo renascimento" (OLIVEIRA, 2002, p. 525), cultivando a preservação das bases de uma cultura cada vez mais massificada. Tal relação, no entanto, ao se inserir na construção de uma imagética marcada pelo sol, mar e poeira – esse último, retratado pelo esporte automobilístico de aventura – confere a submissão do sertão ao poder de atração turística do litoral. Mesmo não correspondendo a ¼ de municípios participantes do PDSRT banhados pelo Oceano Atlântico, a priorização da paisagem litorânea confere mais

uma contrariedade à base do referido plano regional, dado o papel incisivo da imagética praiana na formação de uma *litoralização* de municípios que até então não possuíam qualquer relação mais aproximada com o mar e o marítimo.

Os elementos do produto turístico são direcionados por duas características básicas: os aspectos físicos – ou visíveis – do espaço, e os abstratos, correspondente à experiência vivida ao longo do processo do seu *consumo*. Tais características incidem diretamente na produção de singularidades para a promoção do espaço. Podemos associar as características abstratas, com os elementos que Sarmiento (2002) tratou como imaterial e intangível. São capturadas no processo de promoção em elaborada harmonia – ainda que para ocultar as contradições – com as características físicas do lugar. O que é apresentado por meio de um conjunto imagético, “sugerindo uma promessa de satisfação, desde que se desloquem até o local que não é transportável, é estático, e só pode ser consumido no momento da sua utilização” (SARMENTO, 2002, p. 60).

A formação imagética surge nesse entremeio como ponte de intermédio na promoção do discurso da regionalidade turística, buscando materializar a subjetividade da alocação do conjunto do produto gerado para essa atividade. É justamente a interlocução da produção imagética existente na promoção do turismo um dos principais veículos motores na proposição de exaltação da região enquanto palco de uma pretensa *vocação turística*.

A publicidade, definida por Lefebvre (1991) como sendo a poesia da modernidade, promove o consumo dos espaços, tendo a função de torná-la *apaixonante*, dando assim propulsão à construção do desejo inerente ao consumo. Dessa forma, cria-se um conjunto imagético que publicita o conteúdo concreto e abstrato dessa região emergente para o leque do mercado externo, ao mesmo ponto que se busca dar início à construção de um novo imaginário em torno da espacialidade para a comunidade local. Nesse sentido, convém atentarmos que, para além de buscar promover o consumo do espaço, a força midiática imposta no contexto de formação do Meio-Norte encontra-se norteadada pelo consumo da imagética do desenvolvimentismo “pós-neoliberalismo” dos anos 2000.

Como foi possível observar no capítulo anterior, a relação entre a publicidade e turismo é intrínseca, por se tratar de duas estratégias comunicacionais da própria modernidade. A título de ressaltar tal interligação temos, por exemplo, um dos primeiros estudos sobre o turismo no país, solicitado pela Prefeitura Municipal de Salvador em 1955, no qual foi encomendado a uma empresa de propaganda. A construção histórica da política de

turismo no Brasil ressalta a estreita relação existente entre o planejamento dessa atividade e o marketing, sendo impulsionado a partir da concepção do turismo enquanto produto a ser oferecido ao mercado para satisfazer um conforto material ou espiritual em forma individual ou numa gama ampla de necessidades de um consumidor-turista.

Tal situação nos possibilita refletir a aproximação do marketing na tentativa de concepção de uma sistematização do turismo, resultando em modelos que, limitados, sobrepujam a complexidade existente. Nesse sentido, a seara imagética não surge apenas como forma de promover o turismo para fora dos limites da construção regional, mas também para justificar no interior da neorregião a promoção das políticas assistencialistas existentes na esfera federativa. O turismo vem encontrar a partir do vetor midiático um das principais forças para veiculação de sua prática, vindo a ser espaço indutor da organização de um discurso com fins à (re)construção da identidade local, regional e nacional voltado para o enfoque turístico, perfazendo que a comunidade se perceba enquanto parte do produto turístico (FALCO, 2008).

É muito bom o turismo aqui pra nossa comunidade, tão com uma promessa de que quando começar a vir (sic) turista vai melhorar muito, dando emprego pra nossa juventude.

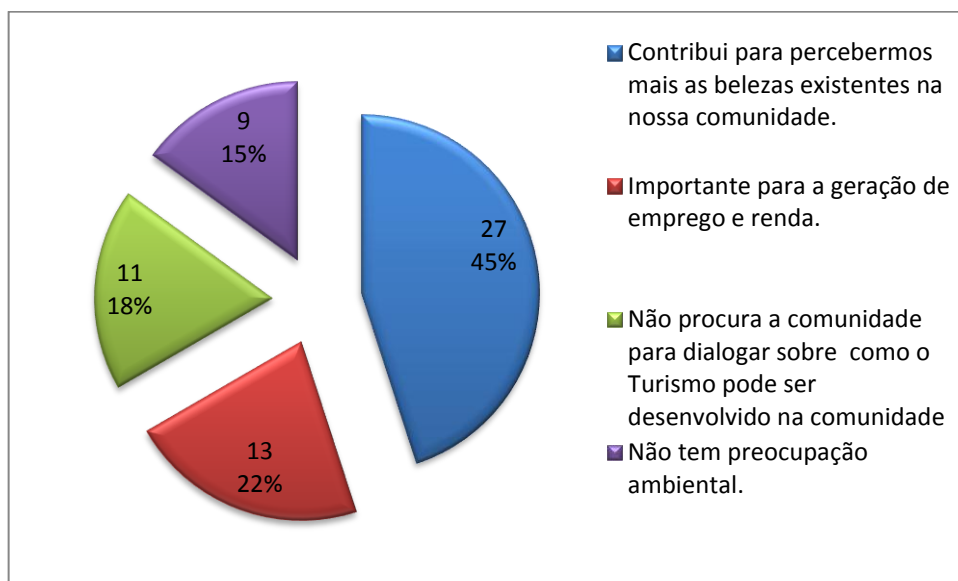
[Ao ser perguntado sobre o que de fato houve de investimento relacionados ao turismo:]

Olha, até agora não mudou nada não. Falaram que iam fazer uns cursos pro pessoal, mas ainda não veio nada. Mas acho que vai vir (sic) sim. Vem uns 4x4 [somente os veículos com tração nas quatro rodas, tem acesso à localidade do Preá – situado no município de Jijoca de Jericoacoara] por aqui, mas acho que vai aumentar mais o pessoal que vem visitar nossa lagoa. É engraçado que quando a gente vê gente de tudo que é canto do mundo vindo ver o lugar que a gente mora dá até orgulho. Chegam aqui com umas reportagens em inglês mostrando como aqui é bonito! O pessoal vive se mal dizendo que aqui não tem um monte de coisa... como o nosso posto de saúde que falam que não é bom, mas só quando vê esse pessoal vindo pra cá que se toca (sic) como aqui é bom. (Entrevista com J.H. S., realizada no município de Jijoca de Jericoacoara em 21 de Maio de 2012).

Da relação da imagética do turismo na (re)construção das relações existentes entre a população local e suas necessidades, resultando na conversão da carência em assistência básica enquanto produto a ser *oferecido* ao visitante, temos a formação de “imagens-síntese” (SARMENTO, 2002, p. 60) da pretensa espacialidade turística. Essa construção imagética comprime necessidades, valores, crenças e culturas como elementos que fusionam a diversidade das características existentes como modo de distinção para o produto turístico. Na exaltação e afirmação de um processo restritivo de *vocação turística*, o PDSRT aposta num turismo regional centrado pela lógica da parcialidade e das promoções essencialmente superficiais.

Assim, convém notar a relação da construção imagética dos municípios envolvidos no Plano Meio-Norte com a tentativa de modificação das representações sociais locais e conseqüentemente o modo como estes se relacionam com o espaço. Nas entrevistas realizadas com a população local foi empreendida uma questão subjetiva que levantava a seguinte pergunta: *Como você compreende a política de Turismo desenvolvida na sua comunidade?* As respostas ao serem tabuladas apresentaram a seguinte estrutura:

Gráfico 3 - População local: como você compreende a política de Turismo desenvolvida na sua comunidade?



Fonte: Pesquisa de campo

A partir das informações levantadas, percebemos que a construção do discurso imagético sobre uma espacialidade pretensamente turistificada possui dupla destinação. Constitui-se tanto como vetor de motivação para visitação da pessoa que se encontra externa ao destino turístico, como também a ressignifica o da própria espacialidade entre a comunidade e suas rela oes sociais.   a inser o da lógica do *paraíso natural* como modo de promo o da ideia de um turismo intrínseco a um ambiente marcado pela rusticidade. Desse modo, percebemos a busca da inser o da paisagem exótica do litoral de Jericoacoara, Delta e Len ois, na imagética de um pretense Meio-Norte turistificado, onde *naturalmente* a popula o local seria detentora do controle das a oes dessa atividade. Tal situa o vem sob o circunspecto das condi oes identitárias da comunidade na compreensão única da dinâmica

ambiental existente, acordando com a proposta elencada pelo Ministério da Integração a ser desenvolvida na área de abrangência do PDSRT:

[...] apostamos no desenvolvimento **do ecoturismo de base comunitária** para essa região. Ecoturismo de base comunitária são desenvolvimentos de ações de ecoturismo ou de turismos, onde a gestão comunitária é que estabelece o processo de empoderamento de atividade. (BRASIL, 2009a, p. 7) [grifo nosso].

Sobre esse debate, concordamos com o pensamento de Bauman (2005) ao afirmar que o processo globalizante, em voga nas políticas sociais, vem atuar diretamente nas reformulações identitárias. Tal assertiva não se encontra associada a uma possível força homogeneadora de culturas e identidades, mas nas *contra*-forças oriundas desse processo, no qual buscam a partir da diversidade cultural – e porque não, ambiental – capturá-las por meio de um vetor, como o turismo, no caso do PDSRT. Assim, percebemos a proposição de um turismo marcado pela *indústria da diferença* (WAINBERG, 2003), ao qual é justificada com a própria lógica da formação regional. De tal modo, sua *fronteira* imaginária suscita a *diferença* entre seus lados exógenos e endógenos, resultando no *movimento* de um lado da fronteira ao outro.

Desse modo, é justamente na “fascinação pela diferença” e a “mercadonização” da etnia e da alteridade definida por Hall (2004, p. 77) que esse plano regional de turismo se assenta, mediatizando, por intermédio do discurso imagético, o desejo pela busca existente na sociedade pela percepção da vivência do outro. Assim o tradicional e o exótico, palavras antônimas no sentido léxico, passam a configurar-se como posicionamentos de destaque na “divisão global do turismo” (URRY, 1996, p. 149).

Na leitura do documento de criação do PDSRT, é possível notar que o centraliza sua estrutura pautada na formação de um discurso condicionado sob os três pontos do litoral nordestino fruto da Rota das Emoções. As imagens-figuras dominantes no referido plano, longe de pretender servir como elementos meramente ilustrativos da paisagem, vêm assemelhar-se a um portfólio delineador das campanhas publicitárias a ser desenvolvida para a promoção da região, propondo uma forma-caminho à viagem a fim de dar sentido para a visitação (ver Figura 55). A relação entre a produção do discurso imagético e o turismo resulta na busca em promover entre os pretensos visitantes a captação das imagens e culturas expostas na divulgação do PDSRT, resultando numa interposição simbólica como base na reconfiguração da espacialidade local.

Figura 55 - Lençóis Maranhenses, Jericoacoara e Delta do Parnaíba em imagens do PDSRT do Meio-Norte



Fonte: (BRASIL, 2009a).

Conforme nos lembra Corrêa (1999, p. 1) os seres humanos agem em relação à *realidade* com base no significado que lhe atribuem, provindo “em primeira instância dos processos de interação social e de mediação simbólica”. Por meio da reflexão do autor, é notório compreender que a produção imagética do PDSRT surge como uma forma de empreender um constructo distante da tentativa de reprodução do que a comunidade local considera como sendo real. Assim, seu discurso surge como fruto de um conjunto de representações esquemáticas com vistas a oferecer ferramentas a fim de mediatizar a *interação* do turista na busca pelo desbravamento desse espaço.

Cabe observar que o tratamento do conceito da imagem, no plano regional, pode, porventura, ser confundido num primeiro olhar com a *imagem da mídia*, definida por Joly (2005) como sendo uma imagem invasora e onipresente, aquela que se critica e que, ao mesmo tempo, faz parte da vida cotidiana de todos, “anunciada, comentada, adulada ou vilipendiada pela própria mídia” (JOLY, 2005, p. 14).

Nesse interim, ao propormos tratar a imagem a partir de uma visão indutiva do discurso imagético, sua possível sinonímia com a imagem da mídia nos direciona a uma superficialidade conceitual. Além de negar a complexidade existente no constructo imagético da dialética entre a sociedade e o espaço, enquanto promotores da imagem retratada, gera o que Joly (2005) define como uma amnésia e cegueira, tão prejudiciais quanto inúteis, para a compreensão da imagem.

Nesse sentido, a investigação do papel da produção imagética na construção da região turística do Meio-Norte nos direciona a refletir não apenas sobre a busca em inserir nessa porção do espaço um conjunto de imagens que visem à valorização dos espaços paradisíacos. Tal empreendimento nos embarca na compreensão da intertextualidade existente entre a objetividade dos signos fotográficos, literários e cartográficos com as implicações na lógica da superficialidade do turismo tratado nesta espacialidade. Assim, a construção imagética existente nesse plano regional toma destaque nas novas concepções atribuídas em torno de sua área de abrangência. Mais do que possuir um cunho de preocupação com as problemáticas locais, o plano Meio-Norte vem apresentar essencialmente a busca por promover um conjunto de representações sociais que desvinculem a imagem da pobreza a partir de um novo constructo representativo vinculado ao turismo.

5.2. O MEIO-NORTE E O *COMBATE À POBREZA*

Tendo em consideração que o enfrentamento da pobreza é, ao menos em princípio, o cerne da construção do PDSRT do Meio-Norte, é oportuno levantarmos o questionamento a respeito da compreensão de que noção de pobreza trata esse projeto. Milton Santos, em seu livro titulado *Pobreza Urbana* (2009) nos alerta que abordagem dessa temática é repleta de dificuldades e ciladas, devido os deficientes instrumentos de pesquisa e classificações de estrutura duvidosa, além das formulações teóricas consideradas falsas ou incompletas.

São inúmeras as concepções de pobreza na literatura, que se redefine a cada contextualização histórica, e de acordo com os mais diversos interesses. É interessante atentar *a priori* que nem sempre o conceito de pobreza encontrou-se na oposição da ideia de riqueza. Majid Rahnema, em seu artigo no livro *Dicionário do Desenvolvimento*, apresenta a diversidade de concepções tidas sob esse conceito ao redor do planeta. No percurso histórico dos usos desse termo, o referido autor aventa que a privação de instrumentos de trabalho, perda de status ou marcas do ofício (como a perda de livros para um clérigo), dentre outros exemplos, já foram consideradas como marcas de pobreza.

Dentre as caracterizações sobre esse conceito, Rahnema (2000) afirma que até mesmo o modo de reação de componentes de uma tribo africana diante o surgimento de gafanhotos, são considerados na definição do que vem a ser pobre. Nessa situação, os definidos como ricos correspondiam àqueles que ficavam transtornados com o aparecimento dos insetos que devoravam a relva destinada ao gado, enquanto os pobres (aqueles que não tinham gado), ficavam alegres com o aparecimento dos gafanhotos.

Diante da diversidade de aplicações referidas ao termo pobreza, é possível delinear que ao longo do século XX, sua compreensão passou a se direcionar em parâmetros essencialmente materialistas. De modo geral, os pobres passam a ser considerados como aqueles que possuem um poder de compra reduzido, perante o estimado como normal no ambiente em que vivem. Assim, “os miseráveis estariam privados da satisfação de algumas das necessidades vitais, de maneira que a saúde e a força física e a força mental tornar-se-iam precárias a ponto de fazer perigar a própria vida” (SANTOS, 2009, p. 17). Seguindo essa

lógica, a compreensão de pobreza predominante nos planos de políticas públicas na atualidade remonta:

[...] da expansão da economia mercantil, dos processos de urbanização levando ao empobrecimento massivo e, por certo, da monetização da sociedade, que os pobres passaram a ser definidos como carentes daquilo que os ricos podiam ter em termos de dinheiro e posses (RAHNEMA, 2000, p. 230).

Destarte, com o surgimento do capitalismo como sistema econômico predominante e a conseqüente diferenciação de acesso aos bens e serviços, consolida-se a diferenciação entre pobres e ricos, bem como um campo de proposições ideológicas que passou a se denominar como de *combate a pobreza*.

Tal compreensão de pobreza restringe, no entanto, a uma definição parcial e carente de profundidade, pois como lembra Santos (2009, p. 18) a “pobreza existe em toda parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade”, sendo essa temática ligada por uma noção que é historicamente determinada.

De que adianta afirmar que um indivíduo é menos pobre agora, em comparação à situação de dez anos atrás, ou que é menos pobre na cidade em comparação à sua situação no campo, se esse indivíduo não tem mais o mesmo padrão de valores, inclusive no que se refere aos bens materiais? (SANTOS, 2009, p. 18).

Rocha (2003, p. 9) afirma que “pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. Tal compreensão nos direciona a refletir sobre a complexidade do fenômeno, na medida em que é composto por dimensões subjetivas, “econômicas, sociológicas e políticas que variam conforme as especificidades locais, em razão das heterogeneidades sociais e culturais” (AZEVEDO & BURLANDY, 2010, p. 202).

Nesse sentido, a lógica de formação das políticas públicas de combate à pobreza insere-se no intuito de responder à ideologização de uma pretensa insatisfação com a condição de desigualdade existente, em prol de um enfrentamento das condições da parcela da população que se encontram à margem do bem-estar social. Assim, ao ser estabelecido o PDSRT do Meio-Norte como um conjunto de políticas públicas de combate a pobreza numa das áreas mais miseráveis do país, é interessante nos atentarmos que a avaliação das necessidades estabelecida pela proposta de intervenção regional não necessariamente corresponde com as necessidades almejadas por aqueles definidos pela proposição como pobres.

Nesse sentido, a medição estatística, a partir de indicadores como a renda, coloca em xeque a questão sobre se um indivíduo pode ser considerado mais ou menos pobre dado seu consumo ou empregabilidade. Rocha (2003, p. 12) atenta que a renda como critério para a pobreza é o estabelecimento de “um valor monetário associado ao custo do atendimento das necessidades médias de uma determinada população”, estabelecendo duas linhas de incidência da pobreza: a) às necessidades nutricionais e b) necessidades cotidianas ligadas à habitação, transporte, vestuário etc. Sobre a questão alimentar, Atkinson informa que:

Nutritional needs depend on where people live and on what they are doing. They vary from person to person, so that any statement can only be probabilistic: at a certain level of consumption there is a certain probability that the person is inadequately fed.²⁴ (ATKISON, 1989, p. 208).

Sobre esse assunto, Santos (2009, p. 18) alerta que a definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem “na sociedade global à qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo”, afinal trata-se de um fenômeno social.

Por se tratar de um fenômeno, antes da busca de qualquer lógica de medição estatística, é essencial compreender a sua significação de forma contextualizada. No livro *Pobreza Urbana*, Santos lembra ser inútil buscar uma definição numérica, pois um fenômeno tão complexo como a pobreza não pode ser compreendido através de um estudo isolado de fragmentos e informações. É justamente por se tratar de um fenômeno que é essencial compreendê-lo, não medi-lo (BACHELARD, 1972).

Na atual *civilização da imagem*, a pobreza encontra-se subordinada a um modelo estanque, destinado a um conjunto imagético de confinamento, produto de forças materiais e simbólicas que possuem o ardil de uniformizar em negativo todas as dimensões da vida daqueles que são considerados pobres (CERQUEIRA, 2009). Destarte,

(...) a realidade que corresponde a essa imaginária moderna é aquilo que desde o século XVIII, veio a ser chamado de questão social e que poderíamos, melhor e mais simplesmente, denominar de aguda miséria, cuja ignomínia consiste em sua força desumanizadora; a pobreza é abjeta, porque submete os homens ao império absoluto de seus corpos, isto é, ao império absoluto da necessidade, como todos os homens a conhecem a partir de sua experiência mais íntima independente de todas as especulações (ARENDDT, 1995, p. 48).

²⁴ Necessidades nutricionais dependem de onde as pessoas habitam e do que elas fazem. Elas variam de pessoa para pessoa, de modo que qualquer resultado será apenas probabilístico: para certo nível de consumo há certa probabilidade de que a pessoa esteja inadequadamente alimentada (em tradução livre).

Frente a essa situação é importante atentar que a pobreza possui uma diversidade de facetas que vai além da baixa renda, como nos alerta o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) intitulado de *Políticas Sociais Para o Desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão*. Esse relatório apresenta a dificuldade no acesso à comunicação, as más condições de saúde e educação, bem como aponta limites ou impossibilidade para o exercício pleno dos direitos políticos da dignidade humana. A análise pautada exclusivamente na renda tende a desconsiderar “dimensões fundamentais para a compreensão dos mecanismos de reprodução da pobreza e da desigualdade e para definir os estados desejáveis de bem-estar a serem buscados” (PNUD, 2010, p. 18).

Apesar de estender o indicador renda para a vinculação com o Índice de Desenvolvimento Humano, o PDSRT do Meio-Norte desenha a ideia da pobreza de modo mais abrangente; mas preserva a leitura descritiva do fenômeno. Conforme afirma que tais indicadores estão “voltados a propor e construir medidas-resumo – indicadores sintéticos – da realidade social vivenciada pela população” (GUIMARÃES & JANNUZZI, 2005, p. 74).

Assim, a chamada *luta contra a pobreza*, existente no plano Meio-Norte vem reafirmar a busca por um projeto de unidade, ocultando as diversidades das populações locais e configurando um panorama brasileiro regional facilitador da ação imagética do turismo. Nesse sentido, ao ignorar a realidade vivenciada localmente, o PDSRT se utiliza da massificação da imagética da pobreza nas comunidades envolvidas a fim de promover a emergência dos interesses dos idealizadores desse projeto regional, encontrando-se distante das expectativas dos que ali vivem.

O PDSRT busca com essa releitura destacar à pobreza e promover a captação por recursos a fim de agenciar investimento para outra ordem de visibilidade e integração regional. A reelaboração do discurso da pobreza torna-se indispensável também na projeção do Meio-Norte diante dos lugares e regiões que potencializariam fluxo de visitantes e alternativas de ocupação para os seus habitantes. Não havendo uma imersão sobre a complexidade da pobreza nas bases locais, percebemos não haver objetivamente a busca pela retirada daquela porção da população da pobreza estabelecida pelo próprio plano, mas traça-se a inserção desse discurso na formação de uma estrutura política que evoca a falta de renda passível de ser revertida por meio da política do turismo.

A intenção de converter renda em bem-estar oculta as dimensões não econômicas na análise da condição de vida das pessoas, uma vez que a renda, por si só, “não se converte necessariamente em outras realizações ou na expansão da liberdade de escolha dos indivíduos, visto que os recursos monetários não compram todos os elementos necessários a uma vida com qualidade” (SANTOS, 2007, p. 21-22). Apesar de numa primeira vista a concepção de pobreza adotada no Plano Meio-Norte suscitar uma fragilidade em sua construção, é interessante notar que seu uso encontra-se assentado sob a lógica de reforçar a urgência da atividade turística na região.

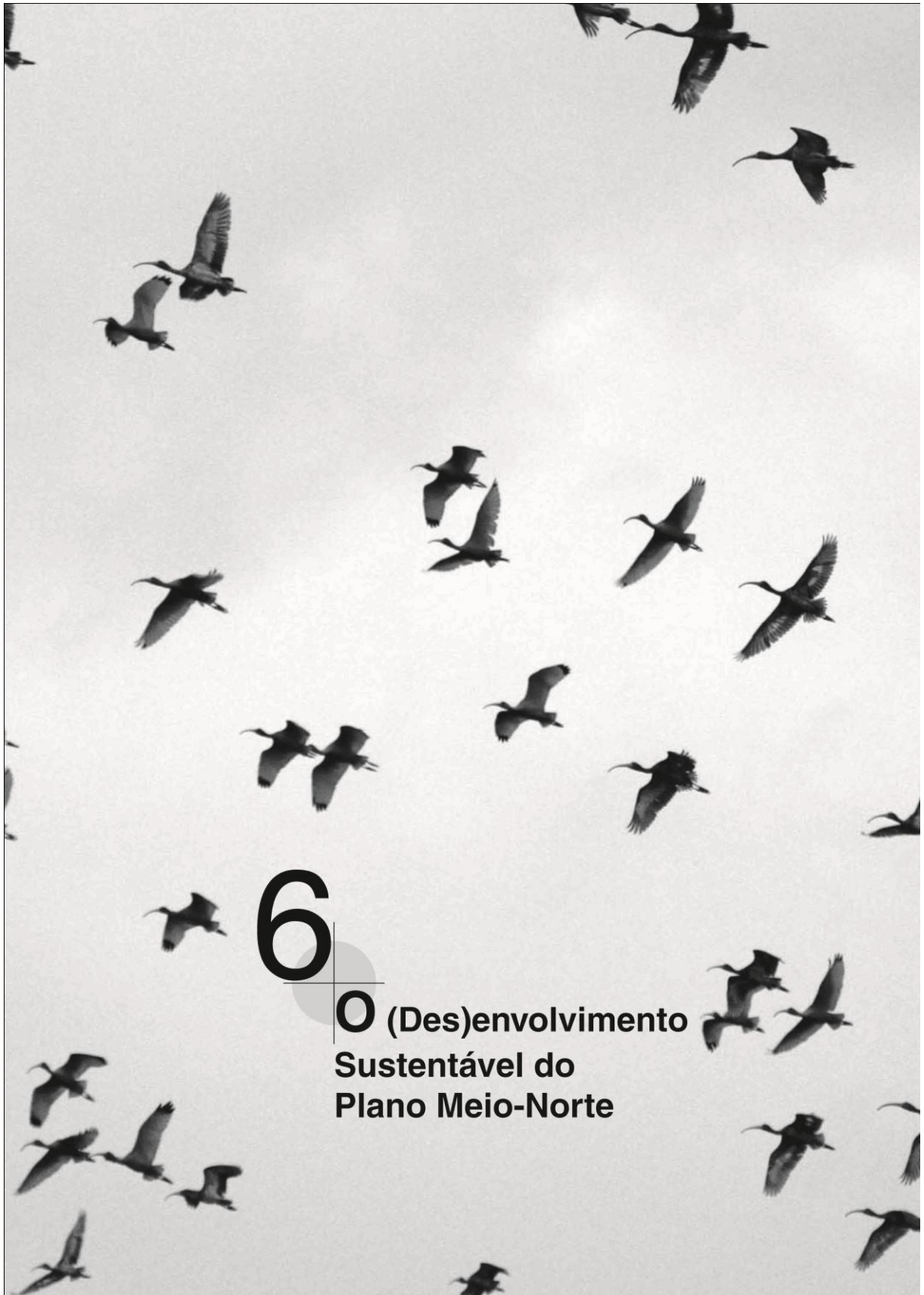
Dessa forma, se um habitante possui sua principal forma de subsistência relacionada à atividade da pesca, diante à lógica proposta no plano busca-se subjugar esse morador na teia de novas necessidades socioeconômicas. Tal situação confere complexidade à abordagem dada às relações estabelecidas por meio das metas do referido plano, tendo em vista se tratar, segundo a fala de Tadeu Plácido (Secretário de Turismo do Governo do Estado do Piauí) de um “plano sustentável com condições para geração de emprego e renda” (MAIS TREZE..., 2010, p. 1). Nesse sentido, a sustentabilidade empregada encontra proximidade com o discurso de imposição de um status a ser considerado como o ideal a ser almejado, sem se ater necessariamente com a realidade local.

Assim, é possível notar também que a inserção do trecho da área litorânea atendida pelo Meio-Norte encontra-se envolto sob a neoestrutura mercadológica pretendida para o turismo na macrorregião nordestina. Tal situação se apresenta tendo em vista que essa parcela litorânea do Piauí, Maranhão e Ceará haviam ficado à margem do projeto de turismo previsto no PNT, limitada de Fortaleza a Porto Seguro. Dessa forma, a elaboração de um projeto com vias de retirar a população local da pobreza encontra-se situado no contexto de busca pela inserção dessa faixa costeira na extensão da estrutura da política de Turismo pautada sob a lógica do sol e praia. Sob o pretexto de promoção da integração de roteiros turísticos ao longo do litoral nordestino, a proposta do PDSRT subverte as necessidades locais em prol de um contexto de homogeneização dos espaços no qual trata o litoral brasileiro como um “destino tropical, com cultura única, cotidiano místico e cheio de calor humano” (CRONEMBERGER, 2011, p. 1).

Nesse sentido, temos o pretexto vocacional da Rota das Emoções e seu poder irradiador de um ideário imagético-discursivo na busca em direcionar a promoção da zona costeira como palco de um progresso voltado para a receptividade turística. Tal assertiva, nos

leva a perceber a inserção dessa atividade na proposta do Plano Meio-Norte conexo a uma lógica parcial e devaneadora.

Aliado ao ideário desenvolvimentista que promove o turismo vinculado sob um contexto de proteção ambiental e social (via a lógica do *desenvolvimento sustentável*), o PDSRT vem buscar construir por meio de um discurso homogeneizante, a proposição de uma contextualidade econômico-ambiental una, resultando na inferência de uma emersão da população em condição de pobreza diante à turistificação dos espaços litorâneos.



A noção de *desenvolvimento* que presenciamos na atualidade, existente massivamente na maioria dos debates e projetos ao qual versam sobre essa temática, encontra-se intimamente relacionada com um conjunto de discursos emergentes ao longo do século XX, que o configura como um modelo evolutivo a ser seguido pelos países categorizados como subdesenvolvidos. Desse modo, concordamos com Esteva (2000) ao afirmar que não há nenhum outro conceito de alcance comparável sobre a maneira de pensar no comportamento humano. Na mesma medida, poucos termos são tão frágeis de dar substância e significado ao pensamento e ao comportamento, dependendo do ponto de vista tratado.

A ideia lançada pelo discurso do presidente estadunidense Harry Truman (1945-1953), no qual apresenta o termo *subdesenvolvimento* como o estágio dos países que se encontravam à margem do progresso econômico e técnico-científico, confere uma oposição desenvolvimento-subdesenvolvimento a ser incorporado, sobretudo, nos países denominados enquanto desenvolvidos, como modo de diferenciação. Dessa forma, apresentava a terminologia *desenvolvimento* sob a simbologia da hegemonia estadunidense que viria marcar o planeta no período pós-2ª Guerra Mundial,

The United States is pre-eminent among nations in the development of industrial and scientific techniques. The material resources which we can afford to use for the assistance of other peoples are limited. But our imponderable resources in technical knowledge are constantly growing and are inexhaustible.

(...)

Such new economic developments must be devised and controlled to benefit the peoples of the areas in which they are established. Guarantees to the investor must be balanced by guarantees in the interest of the people whose resources and whose labor go into these developments.

The old imperialism—exploitation for foreign profit—has no place in our plans. What we envisage is a program of development based on the concepts of democratic fair-dealing. (TRUMAN, 1949, p. 2).²⁵

Com essa dualidade, mais de dois bilhões de pessoas tornam-se qualificadas como subdesenvolvidas, deixando de lado toda a diversidade existente entre esses povos, dando lugar para a construção da díade desenvolvimento-subdesenvolvimento. Era a formação da imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os “diminui” ainda mais e os

²⁵ Os Estados Unidos é preeminente entre as nações no desenvolvimento de técnicas industriais e científicas. Os recursos materiais que podem pagar para usar a assistência de outros povos são limitados. Mas os nossos recursos imponderáveis dos conhecimentos técnicos estão em constante crescimento e são inesgotáveis.

(...)

Esses novos desenvolvimentos econômicos devem ser planejadas e controladas para beneficiar os povos das áreas em que estão estabelecidos. Garantias para o investidor devem ser equilibradas pelas garantias no interesse das pessoas, cujos recursos e cujo trabalho se destinam para estes desenvolvimentos. O velho imperialismo – destinado ao lucro da exploração estrangeira - não tem lugar em nossos planos. O que prevemos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de democracia justa. (Em tradução livre).

determinam ao fim da fila. Uma imagem que simplesmente define sua identidade, uma identidade que é, na realidade, a de uma maioria heterogênea e diferente, nos termos de uma minoria homogeneizante e limitada” (ESTEVA, 2000, p. 60).

Sob essa perspectiva, a passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento dependeria de uma série de critérios estabelecidos externamente que, caso não estivessem presentes, necessitavam ser incorporadas para que a passagem para o desenvolvimento fosse possível de ser realizada. A compreensão desse conceito no discurso de Henry Truman conseguiu articular com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) a possibilidade de agregar uma lógica desenvolvimentista junto aos países membros como principal política global a ser desenvolvida por essa instituição. Assim,

(...) hoje, para dois-terços dos povos do mundo, o subdesenvolvimento é uma ameaça que já foi executada; uma experiência de vida de subordinação, de discriminação e de subjugação, e de ter sido enganado. Dada essa precondição, a mera associação de nossos projetos de vida com o desenvolvimento tende a anulá-los, contradizê-los, escravizá-los. Ela impede que pensemos sobre nossos próprios objetivos (...); ela corrói a autoconfiança e a confiança em nossa própria cultura (...); ela clama por aquele tipo de gerenciamento de cima para baixo (...); ela converte a participação em um truque manipulativo para envolver indivíduos em conflitos para obter algo que os poderosos querem lhes impor (...) (ESTEVA, 2000, p. 61).

A partir dessa nova lógica de desenvolvimento, as denominadas *políticas sociais* passam a assumir papel de destaque na busca perpetrada pelo Estado em apresentar um conjunto de projetos que, direcionados à *seguridade social*, tem como destinação a formação de políticas públicas pontuais a fim de responder um conjunto de necessidades gerais a toda população. Condiciona-se assim, o êxito ou fracasso na realização dessas políticas ao condicionamento da legitimação do *Estado Social* (PISÓN, 1998).

Temos nesse interim a associação do termo de desenvolvimento com a própria noção de progresso. Promovia desde o século XVIII, a noção progressista pressupõe a interligação entre a evolução tecnológica junto ao crescimento econômico, em prol do avanço do país. Essa associação do desenvolvimento ⇔ progresso (econômico e tecnológico) agencia, segundo Furtado (1983), o *mito do desenvolvimento*, ao qual promove uma teorização pautada na necessidade de concentrar os esforços no alcance do modelo das sociedades industriais.

Gómez (2005) atenta para o fato de que desde a instituição da ideia de desenvolvimento no Brasil nos anos 1950, os discursos e práticas associadas a esse conceito sofreram uma série de ajustes. Foram ampliados, por exemplo, os indicadores do nível de

desenvolvimento (do PIB para o IDH), os setores focos (da indústria para o setor informal), as áreas de atenção prioritária (essencialmente pobreza e meio ambiente), o público alvo (mulheres, comunidades de base, camponeses), além da escala em que se projetavam as políticas desenvolvimentistas, passando da escala nacional à escala regional e local.

Ao compreender desenvolvimento como um processo social localizado, a lógica teórica regionalista propõe a capacidade de conjugar esse conceito com o crescimento econômico e melhoria das condições de vida da população. Segundo Rotta e Reis (2007) a linha teórica regionalista destaca a perspectiva da territorialização do crescimento, dando ênfase na especificação dos espaços junto a definição das dinâmicas globais a serem desenvolvidas. Percebemos, dessa forma, a busca pela associação de duas compreensões – crescimento e desenvolvimento – sob um mesmo aporte conceitual.

A partir dessa verificação, notamos também que o termo desenvolvimento torna-se cada vez mais genérico e impreciso. Plein & Filippi (2012) lembra que a amplitude desse conceito e sua vinculação com a natureza do progresso social promove a imprecisão no delineamento de sua compreensão. A partir dessa estrutura, é possível notar a elaboração de adjetivações (humano, social, sustentável), pois somente a terminologia *desenvolvimento* passa a gerar uma compreensão mais reducionista (RIST, 2007).

O “desenvolvimento”, fracassado como instrumento de melhora social consolida-se como instrumento de controle, num momento em que esse controle caracteriza-se por seu domínio de técnicas sutis, pela modulação de intensidades, pela economia de meios, pela construção de um discurso opaco e freqüentemente [sic] tergiversador, que utiliza uma idéia [sic] como a de “desenvolvimento”, relacionada com melhora e progresso, para promover a reprodução da ordem social capitalista, que restringe esses efeitos positivos para uma minoria (GOMÉZ, 2005, p. 57).

Ao trazer a noção de desenvolvimento em conjunto com tais complementos, promove-se uma ambiguidade ideológica dentro da própria formação conceitual. Numa interpretação sobre conceito, Rist (2007) atenta que a construção de sua essência encontra-se relacionada à transformação do ambiente natural, bem como das relações sociais, a fim de ampliar a produção de mercadorias e serviços orientados pela demanda efetiva do mercado.

O modo de produção capitalista exige permanentemente a renovação das técnicas para operar o seu conceito motor schumpeteriano de destruição criativa: ou seja, produtos novos a serem promovidos como objeto de desejo, sucateando cada vez mais rapidamente o produto anterior e mantendo a lógica de acumulação em curso (DUPAS, 2006, p. 84).

Com a inserção da compreensão ambiental na formação da noção de desenvolvimento, percebemos a gênese de uma concepção que insere a sociedade à margem

da questão ambientalista (PLEIN & FILIPPI, 2012), promovendo uma “visão dualista do fenômeno: material-imaterial; físico-humano; social-natural” (SANTOS, 2006, p. 32). Sob o mesmo argumento, o termo desenvolvimento sustentável, segundo Montibeller-Filho (2004) surge inicialmente na União Internacional pela Conservação da Natureza (IUCN), sendo propagada a partir da década de 1980 como articuladora de uma contraditória relação entre *desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente*.

Com essa nova seara de debates sobre o Meio ambiente, percebemos que essa temática passa a se distanciar cada vez mais do aspecto conteudista da ecologia. Enrique Leff, no seu famoso livro *Epistemologia Ambiental* (2006) nos lembra que o ambiente não é ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação da natureza, através das relações de poder que têm sido inscritas nas formas dominantes do conhecimento.

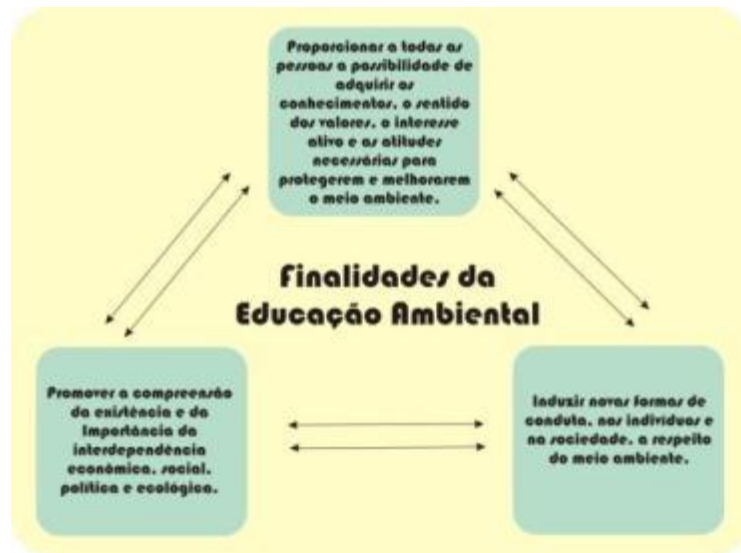
Frente ao contexto ambiental emergente, é possível notar o avanço democrático, que absorveu pela lógica dos movimentos sociais, ecológicos, políticos e sindicais, novas noções de convívio com o desenvolvimento humano. Castells (2000, p. 143) afirma que o termo ambientalismo surge nos movimentos sociais como forma de comportamento coletivo, que tanto em seu discurso, como em sua prática, “visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante”. Esse processo justifica a convergência mundial para a ideia de investimento educacional como indispensável para o “desenvolvimento” das nações. Nesse sentido, a Educação Ambiental surge sob três finalidades, frutos da Primeira Conferência sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, Geórgia (ver Figura 56).

6.1 “NOVAS” PERSPECTIVAS SOBRE DESENVOLVIMENTO

Nesse sentido, a sustentabilidade emerge sob o ponto de vista teórico com o objetivo de garantir, até onde possível, a segurança econômica e ecológica no qual a vida e a produção dependem (VIEDERMANN, 1995). Assim, conferem-se múltiplas dimensionalidades – política, econômica e ambiental – estendendo a necessidade de assumir responsabilidade “pelos gerações futuras para prover-lhes de meios para sua realização,

esperando que elas tenham a prudência e a inteligência de usar o que lhes é provido de maneira apropriada” (VIEDERMANN, 1995, p. 147).

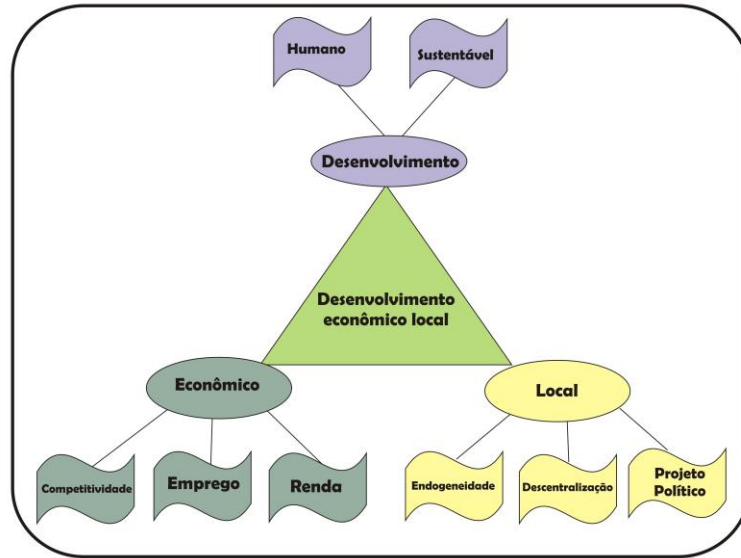
Figura 56 - Finalidades da Educação Ambiental



Sob esse ponto de vista, é possível traçar um paralelo com o conceito de *desenvolvimento regional* proposto no Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (do qual surge a ideia do PDSRT do Meio-Norte), onde apresenta a noção de desenvolvimento caracterizado duplamente como sustentável e humano (ver Figura 57). Do ponto de vista teórico, a noção de *desenvolvimento* vinculada nos projetos do PDSRT encontra-se associado sob uma estrutura de políticas públicas que visam à dinamização das economias regionais. Tal proposição trata de uma lógica que perpassa duas correntes:

a) *visão de cima pra baixo*, que consiste no estabelecimento de uma percepção nacional dos processos de ordenamento territorial e de correção das disparidades regionais, sob a alcunha de “Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional” (LIRA, 2010, p. 26);

b) *visão de baixo pra cima*, correspondendo à concepção de processos de desenvolvimento local que se expressam como a articulação de atores que se solidarizam com seu território. Tal visão elenca a articulação público-privada como essencial, tratando o econômico como “a geração de emprego e renda em um ambiente de melhoria das capacidades competitivas territoriais” (LIRA, 2010, p. 26).

Figura 57 - Estrutura da lógica de desenvolvimento a partir do PNDR

Fonte: Lira, 2010.

É interessante notar que a noção de *desenvolvimento* que serve como referência para o PDSRT, apesar de expor em sua formação essa lógica de duplicidade (iniciando ora por baixo, ora por cima), o referido apresenta como foco basicamente a busca pela superação de brechas produtivas para o desenvolvimento de capacidades competitivas. Assim, a construção imagética do Plano Meio-Norte perpassa também na correlação da construção de um ideário da promoção de um progresso que, se não é perceptível no cotidiano da comunidade local, vem como mote de busca por condições psicossociais de aceitação a outra forma de se perceber a ambiência da neorregião, a fim de *exploração* para o turismo.

Trazendo a reflexão apresentada no PNDR para o caso do Plano Meio-Norte, percebemos a construção da idealização do *desenvolvimento* associado à adaptação da infraestrutura já existente para a exploração econômica. Tal compreensão é tratada sob a justificativa do uso para o turismo, vindo confluír com uma proposição regional mais interligada a lógica imagética do que propriamente qualquer transformação, seja física ou social, na área.

Foi dito pra gente que ia ser feito um monte de coisa (sic) pra receber os turistas. Aí colocaram umas placas mostrando as coisas que já tinha por aqui, que depois o pessoal até arrancou. Mas até agora foi só isso mesmo. (Entrevista com R. F. N., comerciante de Barreirinhas).

Nesse sentido, percebemos que o discurso construído em torno do *desenvolvimento sustentável* no PDSRT, à semelhança do tratamento do turismo, encontra-se vinculado à lógica do crescimento econômico, trazendo essa atividade como “âncora da economia local, estimulando o desenvolvimento de outros setores econômicos” (BRASIL, 2009a, p.11). Complementa o documento do Plano Meio-Norte:

Assim, a elaboração do Plano partiu da percepção de que o pleno desenvolvimento sustentável da área deve contemplar todo o conjunto de atividades econômicas existentes, como a agropecuária, o extrativismo, a pesca e o artesanato, **com ações voltadas ao aumento de sua produtividade e ao processamento industrial**, ou seja, a agregação de valor à produção primária (BRASIL, 2009a, p. 11). [grifo nosso]

A literatura científica possui um amplo leque de debates em torno da construção do conceito de desenvolvimento sustentável. Para exemplificar nosso debate Montibeller-Filho (2004, p. 54) define o desenvolvimento sustentável como o “processo contínuo de melhoria das condições de vida (de todos os povos), enquanto minimize o uso de recursos naturais, causando um mínimo de distúrbios ou desequilíbrios ao ecossistema”. Tal conceituação vincula à busca por novo “equilíbrio” entre a economia e meio ambiente, como base nos investimentos em tecnologia e reformas sociais.

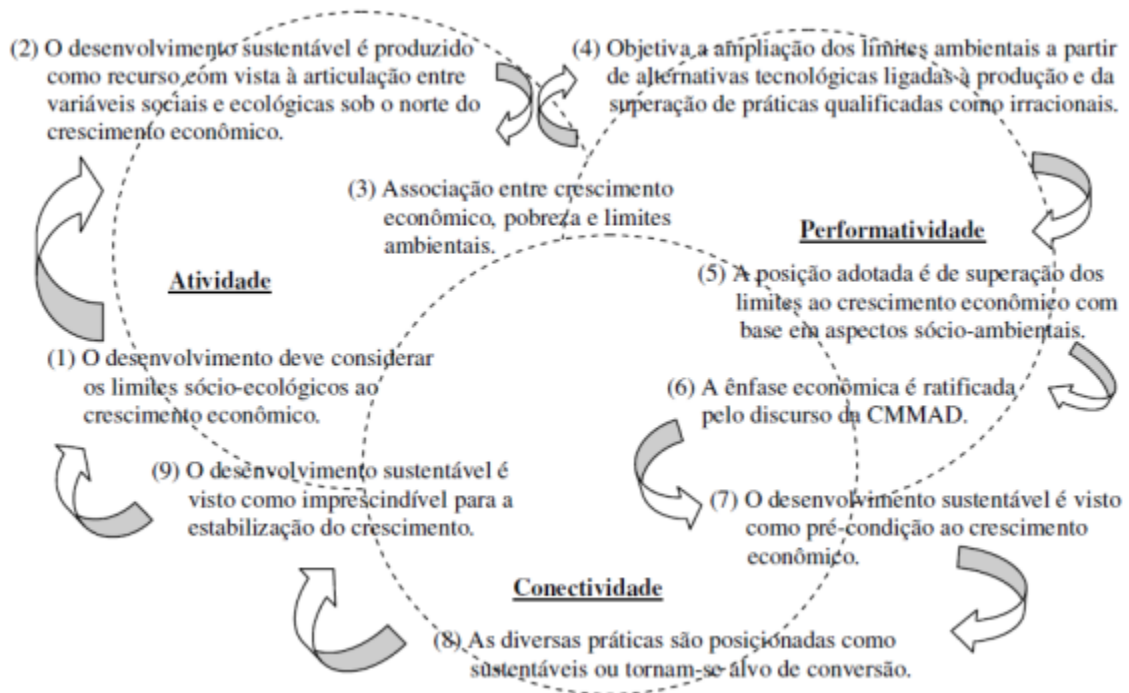
Segundo a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) o Desenvolvimento Sustentável surge como a possibilidade de unir a exploração dos recursos, as inovações tecnológicas e os investimentos, satisfazendo as “necessidades presentes, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p. 46).

É interessante notar que a linha de construção conceitual da noção de desenvolvimento sustentável apresenta-se em sua concretude de modo vago, trazendo a tona o questionamento sobre como é possível, de modo aplicável, promover a sustentabilidade do ambiente com a interferência econômica. Tal imprecisão atrelada ao debate traz a marca da generalização associada às políticas públicas, que tem esse conceito como norteador, como é possível observar no PDSRT do Meio-Norte.

A proposição do desenvolvimento sustentável numa política de turismo promove na prática uma amarração que coloca em xeque a viabilidade prática de articulação do dessa temática com a lógica em voga para a atividade turística. Assim, a partir do momento que a natureza apresenta-se como base econômica dessa atividade, a proposição do desenvolvimento sustentável, se dissipa perante um discurso que propõe “conhecer e

satisfazer as necessidades presentes dos turistas e das regiões receptoras, protegendo e garantindo as oportunidades futuras” (INSKEEP, 1991, p. 461).

Figura 58 - O discurso do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Faé, 2009, p. 159.

É interessante notar, no entanto, que as bases de construção do discurso do desenvolvimento sustentável encontram-se diretamente interligados com outro conceito tratado no capítulo anterior, a pobreza, constante como princípios norteadores do PDSRT. Assim, pela estruturação do desenvolvimento sustentável, a condição de pobreza deixa de ser consequência dos modelos desenvolvimentistas excludentes e passa a ser o principal obstáculo para a conquista do crescimento econômico. Tal pensamento surge sob a justificativa de que a pobreza passa a ser tratada como uma das principais *causas* de destruição do meio ambiente, como destaca a passagem do Relatório de Brundtland (CMMAD, 1988, p. 30- 34):

[...] a própria pobreza polui o meio ambiente, criando outro tipo de desgaste ambiental. Para sobreviver os pobres e os famintos muitas vezes destroem seu próprio meio ambiente: derrubam florestas, permitem o pastoreio excessivo, exaurem as terras marginais e acorrem em número cada vez maior para as cidades já congestionadas. [...] Se as pessoas destroem a vegetação para ter terra, alimento, forragem, combustível ou madeira, o solo perde sua proteção. [...] então as pessoas [os pobres] buscam novas terras e recomeçam todo o processo.

O tratamento no Plano Meio-Norte a cerca da pobreza enquanto problemática a ser tratada pela ótica do desenvolvimento sustentável promove, com as vicissitudes desse conceito, a proposição da lógica da atividade turística como redentora socioeconômica dos municípios envolvidos. Tal consideração gera a associação de um conjunto de ideologismos na base de sua proposição regional:

Em municípios definidos por elevados níveis de pobreza e fortemente dependentes de transferências da União, espera-se que o turismo promova a oferta de empregos e o crescimento da renda local. A situação atual mostra fluxos de migração de população para centros urbanos mais importantes, em busca de melhores oportunidades e emprego. Espera-se, também, que o turismo possa promover a valorização da cultura local e dos recursos naturais da região (BRASIL, 2009a, p. 43).

Dessa forma, a compreensão do uso do termo desenvolvimento sustentável no PDSRT encontra-se intercalado com a lógica imagética proposta para a configuração regional. Destarte, um grupo de municípios detectados como *pobres*, a partir de um conjunto de dados (PIB, IDH etc.), promove o turismo enquanto atividade de redentorismo socioeconômico e ambiental.

6.2 LIMITAÇÕES DE UMA “HOMOGENEIDADE” DESINTEGRADA

A imagem, enquanto receptáculo e transmissor de uma pobreza marcada por um conjunto de representações simbólicas de estigmatização social – retratadas no cenário midiático local e nacional – passa a dar espaço para um tratamento de promoção de uma pobreza marcada pela produção hábitos e costumes das comunidades locais, passíveis de serem apreendidas como parte de um conglomerado imagético a ser explorado pela atividade turística.

Tal situação versa sobre a transformação no tratamento da pobreza-imagem para a pobreza-imagética, ou seja, a mudança da imagem construída nos últimos anos da pobreza na parcela do Ceará, Piauí e Maranhão correspondente ao PDSRT do Meio-Norte, e que agora passam a fazer parte de um mesmo pacote imagético indutor do turismo. Assim, o pescador, o agricultor familiar e o artesão, por exemplo, que antes correspondiam à representantes da condição de baixa renda daqueles municípios, passam a adquirir status de personagens principais da paisagem inóspita a ser vendida na política do turismo meio-nortista.

As representações sociais, antes ignoradas no tratamento das políticas públicas, tornam-se ponto determinante para a indicação dos limites do Plano em seu enraizamento social. Desse modo, políticas como o PDSRT do Meio-Norte passam a direcionar sua atenção no modo como os grupos sociais estabelecem suas representações, com o objetivo de condicionar e redirecionar para o foco da política tratada. Assim temos, por exemplo, a figura do pescador, que com sua vivência, cultura, hábitos e costumes típicos das comunidades tradicionais litorâneas, passa a se inserir na lógica de construção da promoção do turismo como mais um produto a ser apreendido, adquirido e consumido pelo visitante.

Figura 59 - Elemento de um panfleto distribuído por um grupo hoteleiro sobre a Rota das Emoções



Nesse sentido, as estratégias imagéticas (publicidade, identidade, representatividade governamental) configuram-se enquanto papel fundamental no processo dessa pretensa gênese regional. Desse modo, é possível notar o ensaio de uma reconstrução das representações sociais que identifiquem as comunidades locais como partes de um conjunto mais amplo de espaços *vocacionados* para o turismo, tendo-se a busca pela desconstrução da personalidade local em prol da coletividade de uma representatividade regional.

Dessa forma, os grupos que se encontram às margens das conquistas sociais, estigmatizados enquanto representantes característicos da zona mais precária do território brasileiro, e constantemente alvos de projetos de eliminação de suas condições de pobreza – como o Fome Zero e os Territórios da Cidadania – tem seu papel reformulado no PDSRT. Assim, a massificação da imagem da miserabilidade é subvertida em quanto lócus romanceado de exotismo e inospitalidade.

Nesse desenho é construído o PDSRT, onde desenvolve a pobreza-imagética no pacote de turistificação do espaço, ao mesmo tempo em que não apresenta de forma concreta os direcionamentos das políticas de desenvolvimento de eliminação da condição social

existente. Assim, temos o estabelecimento de atuação da pobreza enquanto protagonista (para a gênese do plano) e coadjuvante (para sua aplicação).

Destarte, o plano apresenta como meta: “melhorar a qualidade de vida daquela população, mediante a *promoção de atividades econômicas inclusivas*, aumentando a formalização, dinâmicas, com tecnologia, valorizando o patrimônio natural e cultural” (DIÁRIO DO SENADO, 2009, p. 3, grifo nosso). Nesse comparativo, percebemos a existência de um paradoxo, no qual os meios de busca para a melhoria da qualidade de vida local vem de encontro com a lógica de um turismo no qual ignora a realidade local em privilégio à melhoria da receptividade do visitante, no qual geraria um questionamento sobre, afinal, para quem é a destinação desse plano regional.

No entanto, temos na prática a busca pela melhoria da qualidade de vida submissa à formação de um conjunto discursivo que insere a própria pobreza instituída no plano como indutor para o turismo. Assim, a constituição regional se direciona não necessariamente ao combate à pobreza, mas para a formação de um conjunto regionalizado imagético de concepção de uma pseudointegração entre as parcelas do Ceará, Piauí e Maranhão.

Desse modo a condição de miséria, conjugado com a paisagem natural, são apresentados como fatores de integração dessa neoregião. Entretanto, na prática esse processo trabalha justamente no sentido inverso, impedindo a viabilidade integrativa, devido os fatores de subordinação controlados à lógica de restrição que o desenvolvimento sustentável exógeno impõe.

Porém, a busca por essa tal integração não é possível de ser apreendida sequer no próprio plano. Tal constatação se apreende, por exemplo, na relação das ações prioritárias estabelecidas no PDSRT. Nelas, são apresentadas qualquer tipo de projeto no âmbito estadual interligando os próprios Estados envolvidos. Vindo ao sentido inverso da concepção de uma conjectura regional integralizada, percebemos a priorização do Maranhão posto o fato de este ser o único dos três estados que possui uma política efetivamente regional em conformidade com o plano.

Constatamos a inexistência de envolvimento objetivo do Ceará, por exemplo, frente a falta de uma política estadual nesses termos. O que se depreende é a fragilidade regional em mão dupla: tanto para recebe as orientações de implantação do PDSRT, quanto para responder a sua implementação como as devidas particularidades:

Agora, temos um problema, e não estamos aqui para jogar os problemas para baixo do tapete, um engajamento muito aquém do que deveria ser, da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará.

[palmas]

Pois é, então é uma questão que a gente tem que colocar esse problema de forma pública, no sentido não da crítica tão somente, mas de esperar que o estado do Ceará, particularmente, Secretaria de Turismo possa ter um engajamento maior, porque a dimensão desse planejamento está clara para todo mundo, está evidente para todo mundo. O que a gente quer, é que o estado, a Secretaria de Turismo do Ceará se incorporem a esse processo para que a gente possa realmente dar à escola de formação do turismo de Camocim a devida importância que ela merece. Agora, o Ministério da Integração não vai substituir a Secretaria de Turismo nesse processo. Cabe a ela se incorporar (DIÁRIO DO SENADO, 2009, p. 28).

Na referência acima, relatada na única reunião no qual foi tratado o PDSRT pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, percebe-se num primeiro momento no interesse apresentado pelo Maranhão no debate sobre o referido plano. Tal situação é dada, dentre outros fatores, pelo fato desse Estado possuir grande parte do território de dois dos três parques ambientais (Delta do Parnaíba e Lençóis) norteadores da Rota das Emoções, bem como pelo interesse do Maranhão em absorver na medida do possível os encaminhamentos frutos desse Plano Regional, fruto de uma política regionalizada existente no Estado.

Apesar de, assim como nos outros estados, o Maranhão possuir “rotas” não exploradas e potencialidades desperdiçadas, é possível notar o nível de interdependência municipal/estadual frente ao centralismo político do que esse, mais do que os outros estados, espera do Governo Federal com a regionalização. Na disparidade do interesse pela construção regional do Meio-Norte, temos o Maranhão, que conforme já citado, desempenha o papel de liderança nos debates do PDSRT:

[Fala de Júlio Miragaya, Coordenador do PDSRT do Meio-Norte] Vocês vão observar que teve uma participação mais intensa das Secretarias do Maranhão, um pouco menor do Piauí, mas também bastante expressiva. No Ceará, ficou um pouquinho a desejar (...).

[...]

[Fala de Maria do Socorro Araújo, Secretária Adjunta do Turismo do Maranhão] O Maranhão, dentro desse roteiro, dentro dessa “Rota das emoções”, ela está, tem duas grandes, tem dois grandes pólos (sic) importantes que estão dentro dessa rota. Os Lençóis e temos toda a parte que nós observamos lá, que é o Delta do Parnaíba, em que quase 80% está (sic) no Maranhão. Então, o que é que acontece normalmente? Essa rota, ela é realmente importante, o planejamento que está acontecendo é extremamente importante, mas que tenha o envolvimento dessa população nesse processo, que esses Município, realmente, participem no processo, por quê? Caso o contrário, se não houver todo um trabalho dessas rotas, que elas sejam realmente essas Rodovias, possam passar por esses Municípios, eles, os Municípios, ficam a ver navios e realmente que ganha são alguns empresários, que fazem a rota de maneira geral, mas não há envolvimento do Município (DIÁRIO DO SENADO, 2009, p. 3-32)

Conforme já evidenciado, a particularidade maranhense se dá, dentre outros fatores, por configurar-se como o único entre as unidades federativas envolvidas, a possuir um projeto político estadual que se articula (em metas, propósitos, e base territorial) com o PDSRT. Elaborado em 2008, o projeto intitulado de “Plano Popular de Desenvolvimento Regional do Estado do Maranhão-PPDR” já se lançava na proposição de uma divisão estadual em unidades e conselhos regionais de desenvolvimento, com vistas a uma “dinamização da integração entre as organizações civis e sociais das regiões, objetivando a definição de prioridades e ações voltadas para o desenvolvimento regional sustentável” (OLIVEIRA FILHO, 2008, p. 17).

Sob o ponto de vista territorial, o interesse do Maranhão pelo PDSRT é possível de ser apreendido também pela relação estabelecida no plano com um turismo marcado pela lógica do sol e praia, tendo em vista que o referido Estado possui o maior trecho de faixa litorânea entre os envolvidos. Sob o ponto de vista geopolítico, é também o Maranhão o estado que menos teve relação com o conjunto de políticas públicas de turismo estabelecidos nos PRODETUR's-Nordeste, alçando-o como principal interessado nessa nova proposta de planejamento turístico com base regional.

Esse distanciamento do Maranhão nas políticas regionais nordestinas encontra-se vinculadas com a complexa relação desse Estado em seu enquadramento como Nordeste (conforme já vimos anteriormente), fruto do longo processo de reformulações da inserção maranhense sob uma lógica macrorregional, conforme observado no início deste trabalho. Assim, sob o ponto de vista geopolítico é possível compreendermos que ao se tratar de um Plano definido como *Meio-Norte*, nota-se a familiaridade do Maranhão com a dubiedade conferida a essa delimitação meio-nortista, que conforme se ressalta no seu próprio título, é mais compreendido enquanto Norte, do que propriamente Nordeste.

Sobre a ausência de uma política articulada com o PDSRT no Ceará, é patente observar a construção ao longo dos últimos vinte anos de uma política de turismo de sol e praia *irradiada* a partir de sua capital, Fortaleza. Desse modo, conferiria como uma incongruência o estabelecimento de uma política de turismo desagregando o Parque Nacional de Jericoacoara, com a capital cearense (que não está inclusa na área de abrangência do PDSRT do Meio-Norte), tendo em vista a peculiaridade da lógica dos parques nacionais, que buscam atrair investimentos sob o escudo da sustentabilidade.

O Plano em análise promove no Ceará a construção de um complexo enfrentamento de dois distintos planejamentos de cunho turístico para a mesma área. Sendo a estrutura projetada para o PDSRT um confronto direto com a composição já em voga no Estado, o aventado desinteresse do Ceará encontra relação como uma forma estratégica de evitar a promoção do deslocamento de Jericoacoara da estrutura do roteiro turístico já estabelecido a nível estadual.

Sobre esse assunto, cabe atentar sobre a complexa situação do complexo hoteleiro e de agências de viagens de Fortaleza, principais emissários do fluxo turístico para o Parque de Jericoacoara. A partir da lógica proposta no PDSRT de provável expansão do percurso desse turista para fora dos limites estaduais, o posicionamento do Ceará nos debates sobre o referido projeto é configurado de modo distante.

Longe de propor uma posição incontrita da política cearense, tal posicionamento caracteriza-se como uma estratégia a fim de se impedir uma desestabilização do turismo no Estado. Desse modo, evita-se um possível despojo de Jericoacoara – uma das maiores marcas de atração de visitantes, sobretudo internacional – dos limites da política cearense de turismo.

Dados da Secretaria de Turismo do Ceará apontam que Jijoca de Jericoacoara encontra-se em segundo lugar no ranking de destino mais procurado pelos visitantes que desembarcam no aeroporto de Fortaleza, seguindo de perto o líder, Porto das Dunas, como informa o trecho da reportagem a seguir:

Em relação aos locais mais procurados pelos turistas, a Praia de Porto das Dunas lidera o ranking com (93,3%), da preferência; seguida por Jijoca de Jericoacoara com 92,2%, Cumbuco (91,0%), Canoa Quebrada (86,1%) e Praia das Fontes/Morro Branco, com 80,5% (CEARÁ: 56 MIL..., 2012, s. p.).

A diferenciação do receptivo turístico entre os Estados também é possível de ser notada a partir da perspectiva dos meios de hospedagem. Correspondendo a apenas 23 municípios participantes do PDSRT que apresentam meios de hospedagem cadastrados juntos ao Ministério do Turismo, perfazendo apenas 25,5% do total, é notório observar novamente a disparidade do Ceará junto ao Piauí e Maranhão, conforme apresenta o Mapa 6.

A polaridade cearense é possível de ser observada ao verificarmos a diferenciação entre os maiores municípios por número de leitos dentre os três Estados (Jijoca de Jericoacoara/CE, 2241 leitos; Parnaíba/PI, 894 leitos e; Barreirinhas/MA, 1276 leitos), bem como no total absoluto, conforme é possível observar no Gráfico 4.

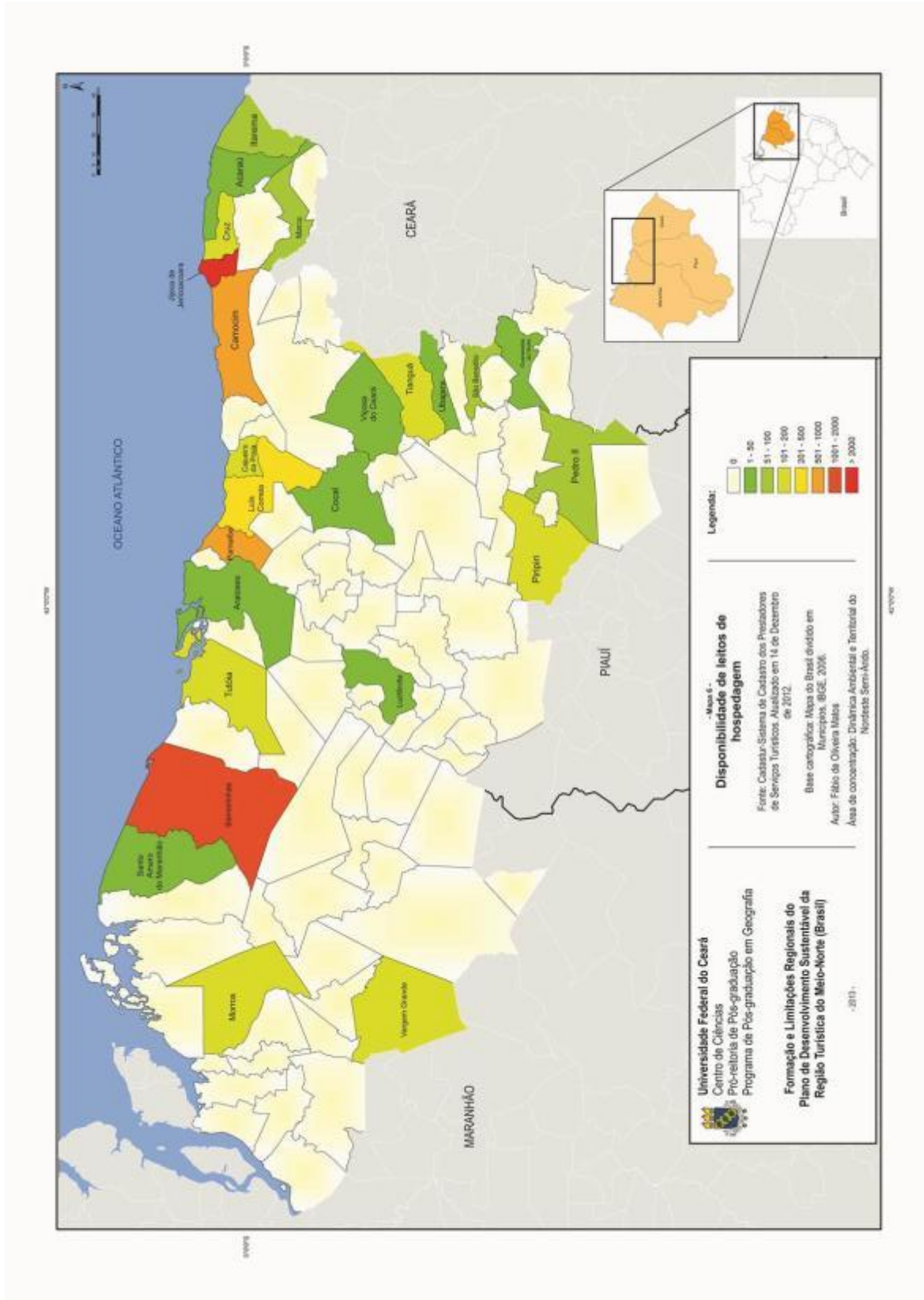
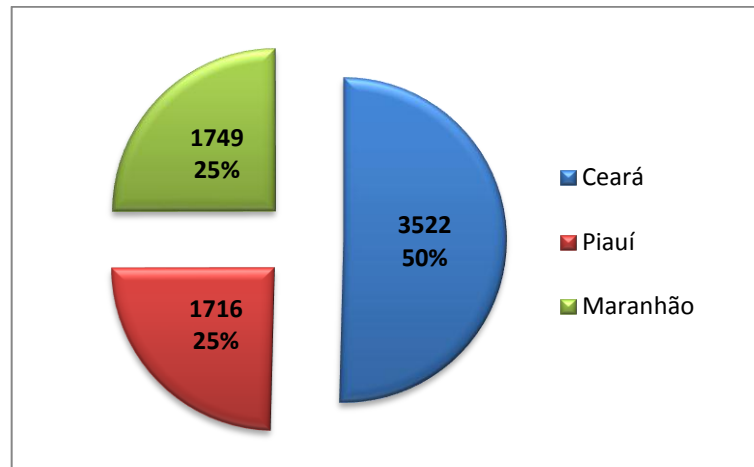


Gráfico 4 - Número de leitos de hospedagem na área compreendida pelo PDSRT

Fonte: Cadastur-Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos. Atualizado em 14 de Dezembro de 2012.

No entanto, é interessante notar que tal complexidade de inserção vista pelo Ceará não é observada nos demais Estados-membros do PDSRT. Enquanto temos no Maranhão a questão do baixo fluxo de turistas e a viabilidade de incremento com a formação de um roteiro com Jericoacoara, bem como no Piauí é possível de ser percebida a incipiência de um turismo de Sol e Praia, tais características promovem a receptividade inversa da tida pelo Governo do Ceará à proposta regional. Dessa forma, notamos que a proposição de uma região turística polarizada nos municípios de Jijoca de Jericoacoara (CE), Parnaíba (PI) e Barreirinhas (MA), possui uma pseudopolarização majoritária, notadamente dependente do fluxo turístico no município cearense.

A lógica dessa proposição turística regional é possível de ser verificada ao confrontarmos as ideias de turismo com o desenvolvimento sustentável. Concordamos com Ruschmann (2008) ao afirmar que o turismo contemporâneo apresenta-se como um grande consumidor da natureza, sendo sua evolução, nas últimas décadas, correlacionada com a *busca do verde* e da fuga dos grandes centros urbanos.

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável surge no PDSRT como um meio para a proposição de um turismo teoricamente mais brando do ponto de vista de transformação dos espaços. Sua tipologia ambiental – turismo ecológico – emerge como uma opção econômica do que como alternativa para a preservação do meio ambiente (ver Figura 60).

Figura 60 - Peça publicitária da Rota das Emoções



JERICOACOTABA

A integração entre três lugares paradisíacos - Jeri, Delta e Lençóis, faz da Rota das Emoções um destino sem igual. Repleto de boas opções, o roteiro agrada quem quer se aventurar por lugares ainda inexplorados, ou só contemplar belas paisagens; quem quer praticar esportes náuticos e radicais, ou usufruir do conforto em pousadas e hotéis requintados e de bom gosto; quem quer apreciar um rico artesanato, ou deseja conhecer autênticas manifestações culturais; quem quer curtir praias desertas, ou prefere as lagoas de água doce; quem está a fim de agito noturno, ou quer apenas o sossego da natureza. As opções são muitas; o destino, apenas um: Rota das Emoções.



ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO DELTA DO PARNAÍBA

6.2.1 Sol, praia e poeira: políticas de uma proposta regional

Tendo em vista que as destinações turísticas na atualidade encontram-se avaliadas com base na originalidade de suas ofertas ambientais, associado ao bem-estar do visitante (RUSCHMANN, 2008), consistindo na principal matéria-prima da atividade turística. Assim, o estabelecimento de uma política de turismo vinculada ao contexto do desenvolvimento sustentável apresenta-se como estratégia que perde em preocupação com o ambiente em prol de uma ideologização de atração de desbravamento da natureza via a turistificação do espaço.

Partindo dessa reflexão, percebemos o incremento do discurso que elenca a inospitalidade como marca desse projeto regional. Temos assim um contrassenso, no qual a paisagem pouco explorada pelo homem é ao mesmo tempo sinônimo de pobreza e principal meio de atração do turismo proposto. A espacialidade situada como de desinteresse público e reduto da parcela da população com menor acesso à renda do país passa a ser reconfigurada como atrativo para um turismo desbravatório, onde essa mesma paisagem torna-se essencial para a lógica proposta.

Sobre os impactos ambientais vinculados a prática do turismo convém ressaltar a cerca do modo que o desenvolvimento sustentável proposto no PDSRT surge como forma de justificar uma política dita ambientalista em prol de um discurso de reestruturação socioeconômica para os municípios envolvidos. Desse modo, é manifesto perceber a tentativa de construção uma imagética regional, fisicamente invisível sob o ponto de vista do planejamento, mas sendo o mais perceptível no momento que resulta como principal produto de um plano no qual buscar integrar uma gama de municípios até então *esquecidos* pelo poder público sob a ótica de um turismo dito como ecológico.

A busca pela criação de uma *cultura turística* (OLIVEIRA, 2008, p. 30), fundamentando-se essencialmente na qualificação e remodelamento de espaços não turísticos, promove a reflexão sobre um conjunto de novos incrementos promovidos na área de abrangência do PDSRT. Fruto desse processo, temos a construção do *Aeroporto Internacional do Polo Turístico de Jericoacoara*, a ser edificado no município de Cruz, oriundo da lógica de facilitação do deslocamento de turistas que buscam as praias de Jijoca e proximidades.

O referido empreendimento tem sua importância apresentada de forma diferenciada a partir da escala abordada, sendo tratada na esfera federal como a principal

proposta de emissão turística para a região Meio-Norte, enquanto na esfera estadual o governo cearense ressalta a importância local da construção do referido empreendimento para a ampliação da rede de oferta turística do Ceará.

Essa dupla abordagem acerca da obra do Aeroporto, além de reforçar o desinteresse cearense no Plano, ressalta também as bases do conceito de sustentabilidade apresentado no projeto do PDSRT. A partir de uma verificação analítica do conteúdo do referido documento, percebemos que longe de apresentar uma contrariedade, a edificação aeroportuária vem reforçar a proposição de uma sustentabilidade mais econômica e menos ambiental, conferindo essa megaestrutura sob a conjectura de projeção de um crescimento econômico maquiado de desenvolvimento social.

Formado por uma estrutura que consiste num simulacro vernacular, buscando remeter às casas dos jangadeiros localizadas próximas ao ambiente litorâneo, notamos o discurso da política dita ambientalista fundante na referida obra numa espécie de tematização do empreendimento, como forma de conferir uma característica mais próxima de uma estrutura inserida na paisagem paradisíaca a ser *vendida* pela região. Tal edificação é uma exemplificação do discurso imagético transpassando a modalidade de percepção em busca da construção real de figurações simbólicas que ressaltem a alocação desenvolvimentista com uma base sustentável.

Sem haver necessariamente uma conexão com a proposição fundante do PDSRT, ou seja, a preocupação com o combate a pobreza econômica da população local sob uma base denominada como sustentável, é interessante ressaltar que a construção do Aeroporto de Jericoacoara confere mais uma contrariedade no caminho escolhido por esse projeto, pois como afirma a própria Política Nacional de Desenvolvimento Regional, as grandes obras de infraestrutura não envolvem as peculiaridades a serem ressaltadas no recorte idealizado, conforme ressalta o trecho da cartilha do PNDR:

Essa situação de desigualdade, criada ao longo da nossa história, sempre preocupou os governos que, invariavelmente, respondiam às demandas por meio de grandes obras e empreendimentos regionais [...]. Mas essas grandes obras e projetos não foram suficientes para acabar com o drama das regiões menos favorecidas (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL, 2008, p. 13).

Importante notar que tal obra, apesar de absorvida como parte integrante do PDSRT do Meio-Norte, consiste de um projeto do Governo do Estado do Ceará que já se encontrava em debate antes da concretude do projeto regional. Tal situação é latente de ser

observada, pois proposições que se encontram em processo de edificação nos municípios membros da região turística, apesar de serem apresentados nas tabelas de ações prioritárias do PDSRT, não fazem parte de uma vertente de investimentos do Ministério da Integração Nacional e/ou do Ministério do Turismo, mas sim de proposições que já faziam parte das listas de priorizações propostas pelos referidos Estados/Municípios.

Figura 61 – Recortes de panfletos do Governo Municipal de Cruz, destacando a construção do Aeroporto de Jericoacoara



Assim, é notório observar que os investimentos direcionados a partir do PDSRT consistem essencialmente na apropriação de projetos já existentes a nível nacional (PAC, Fome Zero etc), não havendo um agenciador financeiro específico para a proposição do desenvolvimento do turismo previsto no Plano Meio-Norte. Assim, sob o ponto de vista

prático a busca pela *construção de um discurso* que evoque uma paisagem paradisíaca com vista para o uso do turismo é tomada como principal *produto* trabalhado pelo PDSRT. Fruto desse processo, temos o empreendimento de uma gama de proposições que evocam a paisagem inóspito-selvagem como, por exemplo, o debate sobre a reelaboração do Cerapió.

Um dos mais antigos eventos de *rally* do Brasil, o Cerapió/Piocerá²⁶ modifica em 2010 sua rota a fim de abranger a zona litorânea do Ceará, Piauí e Maranhão, (ver Figura 62). Sendo uma competição tradicionalmente marcada pelo percurso ao longo do sertão cearense e piauiense, esta mudança surge com a justificativa por parte dos organizadores de buscar ampliar o número de esportistas participantes, tendo em vista que o turismo é um fator fundamental para atração de competidores.

A Radical Produções, organizadora do evento, pesquisou e ouviu opiniões de atletas e pilotos de vários estados, para, então, definir o roteiro, que está repleto de lugares exóticos e bonitos. O roteiro inclui cidades e paisagens inseridas na Rota das Emoções – um roteiro turístico integrado envolvendo as belezas naturais dos estados do Ceará, Piauí e do Maranhão, tendo como destaques Fortaleza, Jericoacoara e Ubajara, no Ceará, Sete Cidades e Parnaíba, no Piauí, Tutóia, Lençóis Maranhenses e São Luís, no Maranhão. Além do **turismo, parte fundamental para atrair os competidores**, a competição vem novamente recheada de opções para quem faz parte dos esportes de aventura (DEFINIDO ROTEIRO DO..., 2009, p. 1). [Grifo nosso]

Figura 62 - Folders do Cerapió 2010 (destaque para o percurso do evento esportivo).



Sendo um evento que possui cobertura da imprensa especializada, emissoras de TV, jornais e websites, a associação entre o *rally* e a Rota das Emoções buscou promover de

²⁶ O evento foi criado em 1987 por Ehrlich Cordão e Galdino Gabriel, possuindo a denominação de Cerapió – quando sai do Ceará para o Piauí e Piocerá – quando o roteiro é inverso. Segundo seus fundadores, o nome do *rally* é uma referência a denominação dada pela comunidade à área de litígio entre os Estados do Ceará e Piauí.

um lado uma mudança de ares para a competição – a fim de atrair um número maior de participantes e patrocinadores – e de outro inserir a rota turística na seara de eventos interligados com o turismo de aventura. Fruto dessa articulação resultou no apoio da Embratur no lançamento do Cerapió em eventos em Lisboa, promovendo esse evento como o maior enduro de regularidade da América Latina.

Para a EMBRATUR, o lançamento e os workshops [referentes ao Cerapió] se encaixam na política do órgão de atrair turistas portugueses e europeus para o país, tendo em vista as varias opções que o trade turístico oferece no Nordeste, especialmente a Rota das Emoções e o Circuito Serras Nordeste. Por isso, existe uma grande oferta de vôos (*sic*) Portugal-Brasil, especialmente de Fortaleza, capital do Ceará (CONFIRA A PROGRAMAÇÃO..., 2012, p. 1)

Perfazendo uma caravana formada por mais de 1000 pessoas, sendo 600 somente de competidores (entre pilotos, navegadores e *bikers*), é interessante observar que essa edição do Cerapió, projetada e apresentada à imprensa no ano de 2009, vem a ser absorvida pela Rota das Emoções no mesmo ano de lançamento do PDSRT.

Também confere destacar que o interesse do Ceará pela Rota – como é possível de ser observada, por exemplo, na participação cearense nesse evento esportivo – encontra-se relacionado ao fato do referido trajeto não se sobrepôr à proposição turística já existente no Estado, no qual delega como ponto de partida para o enduro o município de Fortaleza.

Figura 63 - Peça publicitária da Rota das Emoções apresentada no lançamento do Cerapió 2010.



Tal situação não confere ao Ceará um despertar pelo PDSRT, mas ressalta a complexidade a contradição de interesses focados em uma integração que a “Rota das Emoções” traduz. Já que neste caso Fortaleza tem o privilegio de participar, enquanto do Plano não, já este que é liderado pelo Maranhão. Esse conjunto de situações nos remete ao questionamento sobre afinal, para quem e para que é a construção imagética projetada no PDSRT.

Figura 64 - Publicidade do Cerapió: Rota das Emoções



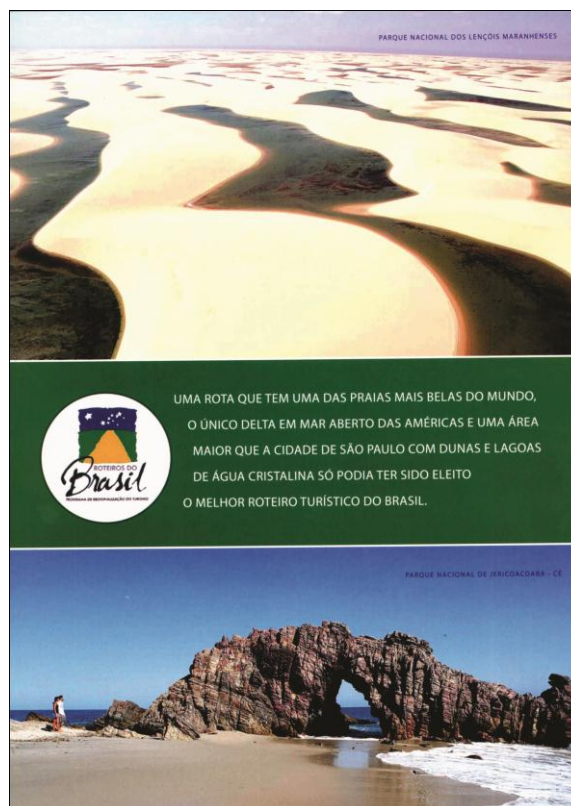
É a nossa segunda vez no Cerapió, e estamos muito ansiosos em poder desbravar essa parte tão bonita do nosso Brasil. Esperamos descobrir paisagens inigualáveis que só essa parte do Nordeste é possível de nos proporcionar. Foi muito boa a ideia de mudança o roteiro, é uma forma de aproveitarmos mais a região. Pra quem já tá acostumado com os roteiros antigos, deverão sentir um pouco, mas nada que o sol e a praia não deem um jeito.

[Entrevista com o competidor A. F., na partida do Cerapió, realizada em Cumbuco/CE]

A questão sobre a destinação imagética torna-se central no debate desse plano regional, pois, como toda representação, essa só adquire sentido mediante a presença do receptor. Assim, temos o papel da imagem, que se encontra ligada à construção de uma memória, ao qual possibilita ao destinatário-turista estar em lugares conhecidos e/ou desconhecidos, quer seja a partir de uma fotografia de panfleto, jornal, revista ou criada por nós a partir da leitura sobre a espacialidade retratada.

A construção da contemplação da natureza como forma de experiência estar-no-mundo, captada pela moldagem do discurso edificado no Plano, apresenta sob o ponto de vista psicológico elementos paradisíacos que buscam promover estados de relaxamento e/ou adrenalina. Segundo Corrêa *et al* (2006) a partir da construção mental promovida a partir da correlação de um lugar de repouso ou aventura junto à natureza, as imagens mentais vão se formando ao ponto das ondas cerebrais atingirem menor (relaxamento) ou maior (adrenalina) frequência, chegando a um estado semelhante ao da meditação-êxtase.

Figura 65 - Peça publicitária da Rota das Emoções, destacando os Parques Nacionais dos Lençóis Maranhenses e Jericoacoara



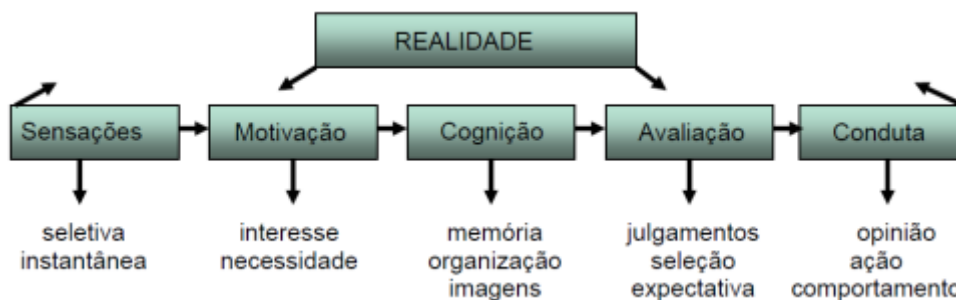
Dessa forma, a construção imagética inicia-se antes mesmo do contato *físico* com a região orquestrada, tendo sua espacialidade apreendida já a partir dos encartes elaborados sobre o PDSRT, fruto da busca pela vivência do fenômeno da experiência estética

evidenciada na paisagem retratada no discurso regional. Nessa relação entre a imagética e a construção das imagens visuais, concordamos com Aumont (1993, p. 22) quando afirma que:

[...] o essencial da percepção visual realiza-se depois, através de um processo de tratamento da informação (estímulos, sinais), como todos os processos cerebrais [...] e que, [...] a percepção visual é o processamento, em etapas sucessivas, de uma informação que nos chega por intermédio da luz que entra em nossos olhos. Como toda informação, esta é codificada – em um sentido que não é o da semiologia: os códigos são, aqui, regras de transformações naturais (nem arbitrárias, nem convencionais) que determinam a atividade nervosa em função da informação contida na luz [...] e que a percepção de alguns afeta a percepção de outros.

A visualização da vida cotidiana das comunidades que se encontram inseridas nesse *bolo* regional – apreendidas e absorvidas pelo visitante – encontra relação com a construção da percepção enquanto “processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e principalmente cognitivos” (DEL RIO, 1996, p. 3).

Figura 66 - Esquema teórico do processo perceptivo



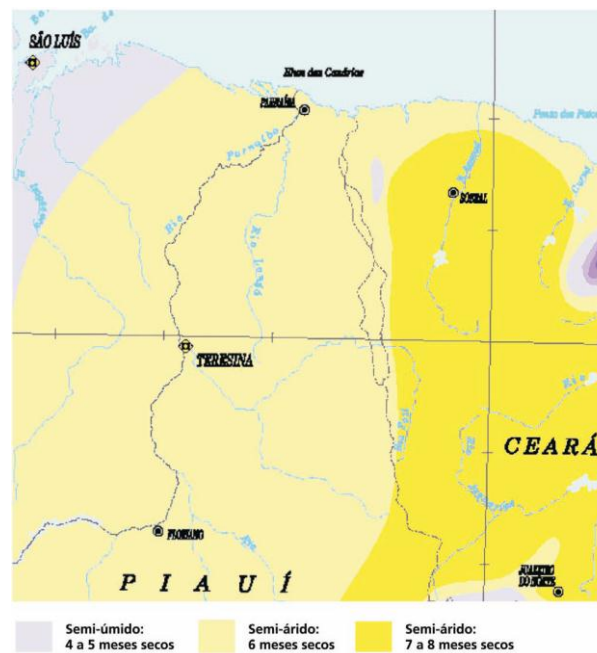
Fonte: Schwarzelmuller, 2007, p. 36.

Assim, o litoral é alçado como a paisagem a ser percebida e buscada pelo visitante, que semelhante ao ideário “selvagem” (a ser desbravado), de tempos coloniais, ressurge como fuga relativa do mundo urbano opressor. Temos, portanto, a *ausência* como marca na estruturação da imagética do PDSRT do Meio-Norte. Ausência essa assinalada por uma *presença* de um conjunto simbólico que denota a preconização da infraestrutura e da condição social existente com mote da atração para o turismo.

O uso da preconização da pobreza econômica como mote para a regionalização não é algo novo no contexto brasileiro, conforme a comparação com a política de combate a seca no semiárido, conforme se tratou anteriormente. Ao traçarmos um paralelo com o contexto de formação imagética nordestina, temos a região nordestina marcada pela influência do clima semiárido (CASTRO, 1997) e alicerçada por um estereótipo da debilidade frente às

intempéries da natureza – típico do determinismo geográfico – como forma de *repulsão* da paisagem em busca de *atração* dos interesses políticos em voga. De modo comparativo, temos no caso da formação do PDSRT do Meio-Norte, a delimitação de uma parcela de terras desse mesmo Nordeste sertanejo, (re)constituídos sob a estrutura de um discurso superficialmente ambientalista, conferindo à mesma lógica de uso da *natureza* tratado como forma de *atração*.

Figura 67 - Características climáticas na área do Plano



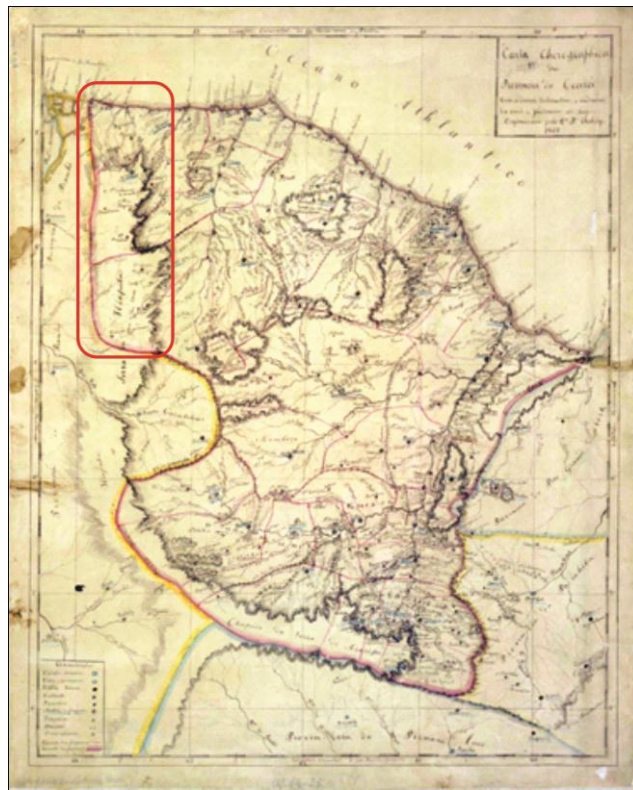
Fonte: Brasil, 2009a.

Assim, tendo o poder federal na base do planejamento de ambos os projetos regionais, percebemos que apesar dos caminhos diferenciados tomados no cômputo da formação desses planos, a perspectiva na leitura determinista do homem enquanto produto do meio permanece. Temos nesse sentido o discurso do Plano Meio-Norte retratando o indivíduo enquanto “objeto” integrante da paisagem ofertada para o turista, conferindo uma situação que inviabiliza o a possibilidade de mudança social na gênese da proposta regional.

Esse Meio-Norte surge ignorando, por exemplo, a complexidade existente nas fronteiras estaduais entre o CEPIMA. Diante dessa situação, temos uma disputa histórica entre Piauí e Ceará por uma área de litígio no limite desses dois Estados. Considerada a “Faixa de Gaza do Nordeste” (THOMAZ, 2011, p. 1), o território litigiado compreende uma

área localizada na Serra da Ibiapaba de aproximadamente 2.500 hectare, fruto de embates políticos provenientes dos questionamentos levantados pelo Piauí sobre a inconsistência da delimitação da Carta Chorografica da Província do Ceará (Figura 68), elaborada por Silva Paulet em 1861. Tal empasse resultou no Decreto Geral nº 3012, de 22 de novembro de 1880 que determinava uma troca entre as então duas províncias, sendo restabelecido o litoral ao Piauí, enquanto o Ceará incorporaria os municípios de Independência e Granja.

Figura 68 - “Carta Chorografica da Província do Ceará, com a divisão eclesiástica e indicação da civil e judiciaria até hoje” – Silva Paulet, 1861. (Destaque para a área em litígio).



Fonte: Arquivo Nirez.

Apesar da consolidação desse tratado, uma série de outros pontos ao longo da linha limítrofe desses dois Estados permaneceu em disputa. Tal embate só retorna a ser tratado de forma mais efusiva após quase um século e meio, quando em 2003 é retomado o diálogo a fim da construção de uma resolução para tal problemática. No entanto, no período que é tomado a proposição do PDSRT do Meio-Norte, o governo do Piauí entra com uma ação civil ordinária no Superior Tribunal Federal (STF) solicitando a posse das terras em litígio (ver Figura 69). Segundo a proposição piauiense:

Ao todo, 2.417km² hoje considerados desses municípios — ao sul da faixa litigiosa — passariam para o Piauí, segundo a proposta apresentada durante a sessão aberta realizada na Assembleia Legislativa do Piauí, em Teresina, no mês passado. Em troca, o Ceará ficaria com os territórios ao norte da área de litígio — que hoje pertencem aos municípios de Granja, Viçosa do Ceará, Tianguá, Ubajara, Ibiapina e São Benedito. O grande problema é que estes municípios já consideram as áreas em negociação como suas, portanto a proposta não traria ganhos reais para o Estado do Ceará (PROPOSTA DO PIAUÍ..., 2009, p. 1).

Figura 69 - Proposta Piauiense para a divisão das áreas de litígio



Fonte: Proposta do Piauí..., 2009, p.1

Enquanto não se há uma definição sobre de qual Estado pertence os municípios envolvidos, os moradores convivem com a incerteza de não possuírem de forma concreta serviços essenciais no campo da saúde, educação e infraestrutura básica, conforme relata a notícia abaixo:

Moradores de localidades de 20 municípios - 13 no Ceará e sete no Piauí - buscam serviços com melhor qualidade nas áreas da saúde, educação, energia, telefonia e internet sem ter certeza do estado ao qual pertencem. Desde 2011, o Piauí reivindica no Supremo Tribunal Federal (STF) quase três mil km² de terras do Ceará. Sem definição sobre a área de divisa, a população de povoados cearenses "disputa" escolas, postos de saúde e outros serviços ofertados por cidades piauienses e vice-versa.

[...]

Presidente de Sumaré, o agricultor Pedro Antônio de Oliveira, 38 anos, explica que todos os documentos dele são de Viçosa do Ceará e que sua família só utiliza

hospital, escola e outros serviços no município cearense. “Aqui, os terrenos são registrados em Viçosa do Ceará. Não tem nada do Piauí”, afirma, rebatendo os dados do IBGE. “Apenas em cinco casas, quando vieram fazer o censo, pegaram os nomes das pessoas para ser do Piauí”, diz o morador. (DUTRA & CORDEIRO, 2012, p. 1).

Essa situação incorpora mais um vetor à complexa seara de construção dessa proposição regional, nos fazendo retornar ao ponto de partida do nosso trabalho, o conceito de Região. A análise dos debates que cercam a construção do PDSRT do Meio-Norte, além de reforçar o quão distante está a ideia de uma suposta morte desse conceito (ver SANTOS, 2006), vem dar ênfase na compreensão dos usos no embasamento regional.

Figura 70 - Municípios com povoados de localização indefinida



Fonte: Dutra & Cordeiro, 2012, p. 1.

A partir da atual Política Nacional de Desenvolvimento Regional, temos a possibilidade de rompimento do debate generalista macrorregional. Por meio da proposição de sub-regiões, é tomada a chance de se compreender um país que ultrapasse as amarras empregadas dos dois Brasis (do Norte-Nordeste e o do Centro-Sul), que marcaram a criação das políticas públicas ao longo do século XX. No entanto, em contrapartida temos o tratamento do fatiamento sub-regional ignorando as peculiaridades existentes, buscando a diversidade local em prol da promoção de uma homogeneização inexistente.

Se com o desenvolvimento de uma política regional focada na escala da sub-região é possível – ao menos na teoria – subverter a lógica do Nordeste enquanto região-problema, proporcionando uma maior clareza das necessidades locais, na prática o resultado encontra o sentido inverso. A formação dessas sub-regiões, elencadas a partir da construção de um campo de necessidades específicas, resulta numa colcha de retalhos no qual a articulação dos espaços é subjugada em prol da conquista de uma objetivação particular, como na promoção do turismo, no caso do PDSRT.

Mesmo que porventura recusemos um uso genérico do conceito de Região na construção dessas políticas públicas, a relevância do mesmo é latente enquanto articuladora de uma ordem com base no discurso da diferenciação e *recortamento* do espaço, como nos diz Haesbaert (2010, p. 181):

Se a região e a regionalização não desapareceram, não é somente porque a diferenciação e/ou a “desqualificação” do mundo continuam fortes, mas também porque, numa visão mais integrada e vivida e não simplesmente funcional e classificatória de região, continuam vivos os movimentos, as identidades, as representações e as políticas ditas regionais.

Assim, sendo o PDSRT delimitado por um conjunto de noventa municípios e tendo como objetivação a busca da construção imagética de turistificação dos espaços litorâneos, tal situação nos vem refletir sobre tentativa de revigoração do regionalismo nessa área. Pregada por um discurso ideológico de integração, o referido vem em confluência com a construção de um reforço da dimensão simbólica e de representações regionais relacionadas à construção de um marketing turístico (leia-se, mercadológico).

Não há, portanto, uma descentralização ou desconcentração regional das políticas públicas. Para tanto, observando a relação das *Ações Prioritárias* (BRASIL, 2012) é possível notar a inexistência de proposições específicas para a configuração regional. O próprio embasamento das delimitações estaduais, até a atualidade indefinida (*vide* a zona de litígio entre Piauí e Ceará), nos dá conta da incerta construção das delimitações e relacionamento interno entre os seus estados-membros.



Considerações Finais



A partir das considerações relacionadas ao PDSRT, é importante atentarmos que o fato desse plano ser relativamente recente não confere ao mesmo a marca da incongruência como sendo de natureza púbere. O que faz o processo regional não é a longevidade do edifício, mas sua coerência funcional, distinguindo-a de outras entidades, contíguas ou não. O fato da brevidade de sua elaboração não muda as bases de seu norteamento.

A fragilidade na construção do *edifício* que consiste o Plano Meio-Norte nos traz a possibilidade de observar a secundarização conferida à sociedade na elaboração de um projeto dito como social, vindo de encontro com a importância da participação desses agentes no processo decisório de configuração regional baseada no desenvolvimento. Nesse interim, é possível notar que a construção do discurso imagético sobre o turismo vem conferir uma dupla destinação. De um lado, busca-se forjar um campo ideológico no qual a população se encontra atuante na construção de um Meio-Norte ecologizado; de outro, temos a tentativa de pautar uma integridade homogênea nessa *neodelimitação* regional. Partindo desse contexto, torna-se notório que tal opção não confere uma articulação entre os sujeitos sociais regionalizadores, definidos no contexto de estruturação no Plano Meio-Norte.

A elaboração de uma política regional voltada para atração de fluxo turístico, em detrimento da busca por uma articulação entre os seus componentes, expõe uma série de fragilidades no organismo do PDSRT. A inércia federal frente à elaboração (e negociação) de articulação nas escalas sub-regionais entre Ceará, Piauí e Maranhão é possível de ser notada mediante as ações percebidas nesses Estados – mais ou menos dependentes das proposituras da federação –, ao qual reproduzem a desarticulação (não integração) regional e inviabilizam qualquer mudança do “papel marginal” que marca a neoregião. Nesses termos sua reinvenção não modifica substantivamente os problemas de seu limitado desenvolvimento.

A lógica de turistificação proposta no referido projeto apresenta notória insuficiência na articulação interna de uma política regional, à medida que restringe às necessidades locais. Assim, o PDSRT resulta como mais um plano que se apropria da pobreza como condicionante de sustentação à sua proposição. Desse modo, a ideia de representar unidades espaciais sob a estrutura regional – referida em diferentes níveis de análise e objetivações voltadas para a melhoria da qualidade de vida – é subordinada pela imposição de uma ótica homogeneizante que não consegue promover nem articulação, e muito menos integração das áreas internas desse Meio-Norte.

O tratamento do recorte regional sob o circunspecto da homogeneidade econômica, paisagística e cultural recai num risco, pois é justamente a partir da observação das diferenças – por meio das percepções vividas e estabelecidas nas decisões do comportamento coletivo – que é possível compreender as necessidades locais e delinear as ações a serem tomadas para promover a equidade social.

A realidade dessa área, uma das mais desprovidas de políticas públicas efetivas de combate à miséria no país, possui uma realidade alarmante. Dados do IDEB afirmam que cerca de 40% das crianças dos estados nordestinos não concluem o ensino fundamental na idade certa. Piauí e Maranhão encontram-se nas últimas posições no ranking estadual de notas dos exames avaliadores do MEC das séries iniciais do ensino fundamental (23º-Maranhão) e médio (20º-Piauí e 23º-Maranhão). No Ceará, dentre os estudante que concluem o ensino médio, apenas 9% deles detém o conhecimento adequado em Matemática e 24% em Língua Portuguesa (BRASIL, 2013).

Estados nordestinos apresentam também uma das piores proporções de postos de saúde por número de habitantes, com 2,3 postos por 1000 hab. Nesse interim, o Maranhão possui o pior resultado do país, com 1,3 postos para cada 1000 hab. (ESSER et al, 2011). Ainda na área da saúde a mortalidade infantil maranhense é a segunda pior do Brasil, com 21,9 mortes para cada mil nascimentos (IBGE, 2010).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2010, o Piauí lidera o ranking nacional com mais crianças entre 5 e 14 anos trabalhando. Da população nesta faixa etária no estado, 11% trabalha. O Ceará segue na vice-liderança desse ranking, com 10% das suas crianças trabalhando (OLIVEIRA & JUSTE, 2010).

Na área do meio ambiente, dados do *Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba* chamam a atenção para o elevado índice de desmatamento da área. O Município de Chapadinha, por exemplo, aumentou o número de desmatamento em mais de 11% entre 2000 e 2004. No mesmo período, o município de Brejo surpreender negativamente com um índice de desmatamento de 420,8% (MONTEIRO, 2012).

Diante da situação vivenciada no CEPIMA é latente notar a insuficiência do discurso da sustentabilidade turística como meio de reduzir os intensos indicadores da pobreza do suscitado Meio-Norte. Inerte diante da impossibilidade de promover o desenvolvimento social, o PDSRT pelo menos permite situar os municípios envolvidos no

entremeio do debate a respeito do combate a miséria. No entanto, pensar a pobreza a partir de um embasamento essencialmente economicista e excludente relega o necessário tratamento desse fenômeno enquanto seu dinamismo e complexidade. Desse modo, a pobreza – tratada no Plano como uma causa da problemática ambiental – deve ser pensada não limitada enquanto fator determinante, mas levando em consideração as causas desse fenômeno, como um todo.

Sob essa perspectiva notamos que a busca pela perpetuação de um *desenvolvimento sustentável do turismo* proposto no PDSRT do Meio-Norte, tende a tomar o rumo inverso. Tal constatação é observada na medida em que se percebe a tentativa de “superação” do subdesenvolvimento, convertido no alargamento das disparidades sociais do país. Assim, a busca do PDSRT por uma *justiça intergeracional* (distribuição justa dos recursos sob o ponto de vista intertemporal) não acompanha a proposição de uma *justiça intrageracional* (distribuição justa dos recursos entre as diversas classes sociais de uma mesma geração) (FOLADORI, 1999).

Destarte, é possível notar a proposição regional pautada por meio de uma racionalidade e funcionalidade econômica do mercado turístico. Desse modo, mesmo o discurso apresentando uma apropriação da participação das comunidades locais, o processo decisório, longe de perpassar pelas mãos da sociedade, permanece com o Estado, a fim de dar “coordenação” à orientação da atividade turística.

Tal perspectiva não rompe a esfera da superficialidade das necessidades locais, tratando os entremeios da comunidade como ferramentas constituintes da inserção do turismo nos municípios envolvidos. Assim, é possível notar a sustentabilidade social convertida numa sustentabilidade turística no Meio-Norte, sem ao menos estabelecer o delineamento da efetiva oferta de infraestrutura, resultando numa realidade preocupante. Resignado a não combater o subdesenvolvimento, tende, na prática, a perpetuá-lo por meio de uma proposição sem vasão, promovendo no PDSRT um *subdesenvolvimento sustentável*.

Há trinta anos Milton Santos nos lembrou de que a pobreza não implica somente num estado de privação material, mas também num modo de vida – constituído por um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança, dentro de uma situação insegura. Apesar de toda uma gama de debates e políticas empreendidas nas duas últimas décadas, ditas de *enfrentamento* da pobreza, a ênfase aferida em soluções parciais deriva em resultados

contraditórios. Fato interpretável nos caminhos do PDSRT ao estabelecer status de *receptivo turístico* a um conjunto de municípios, sob a justificativa de atender à lógica de enfrentamento de uma pobreza estagnada e isolada dos condicionantes sociais. Assim, com a construção da região turística do Meio-Norte, além de não atender sua objetivação, encontra-se fadada a permanecer no campo imagético-discursivo, marcada por uma integração, desintegrada em sua essência.

Tal contrariedade provém da idealização de uma região/regionalização turística que não se percebe, pois não dispõe de elementos que possibilite sua integração a um processo de desenvolvimento. Assim, a busca por uma imagética homogeneizante não consegue romper a imagética de cada interesse do Ceará, Piauí e Maranhão, e muito menos partir as amarras existentes entre as lideranças locais.

Desse modo, o lançamento do PDSRT sob o discurso de inovação, no trato de uma política pública centrada no princípio “socioambiental”, sugere a presença de uma *contradição performativa* no âmbito de seu projeto regional. Essa contradição é possível de ser apreendida na medida em que percebemos que quando de um lado temos a *negação* do subdesenvolvimento perante a busca por um desenvolvimento pautado na sustentabilidade, de outro temos esse mesmo subdesenvolvimento tratado como uma prerrogativa básica para a atração do turismo, atribuindo legitimidade em seu proferimento.

Assim, ao ponto que a proposta do Plano traz o vazio de uma projeção de relevância social, carente de metas claras e objetivas, sua proposição resulta num Meio-Norte que se encontra, genericamente, direcionado por políticas estatais estanques vislumbrando estruturas midiáticas de promoção da Rota das Emoções. Assim, parece esquecer o próprio fim a que se propõe o referido plano, pois relega ao segundo plano os benefícios sociais, ao ponto que destina a iniciativa privada os pontos basilares de aplicação do projeto meionortista.

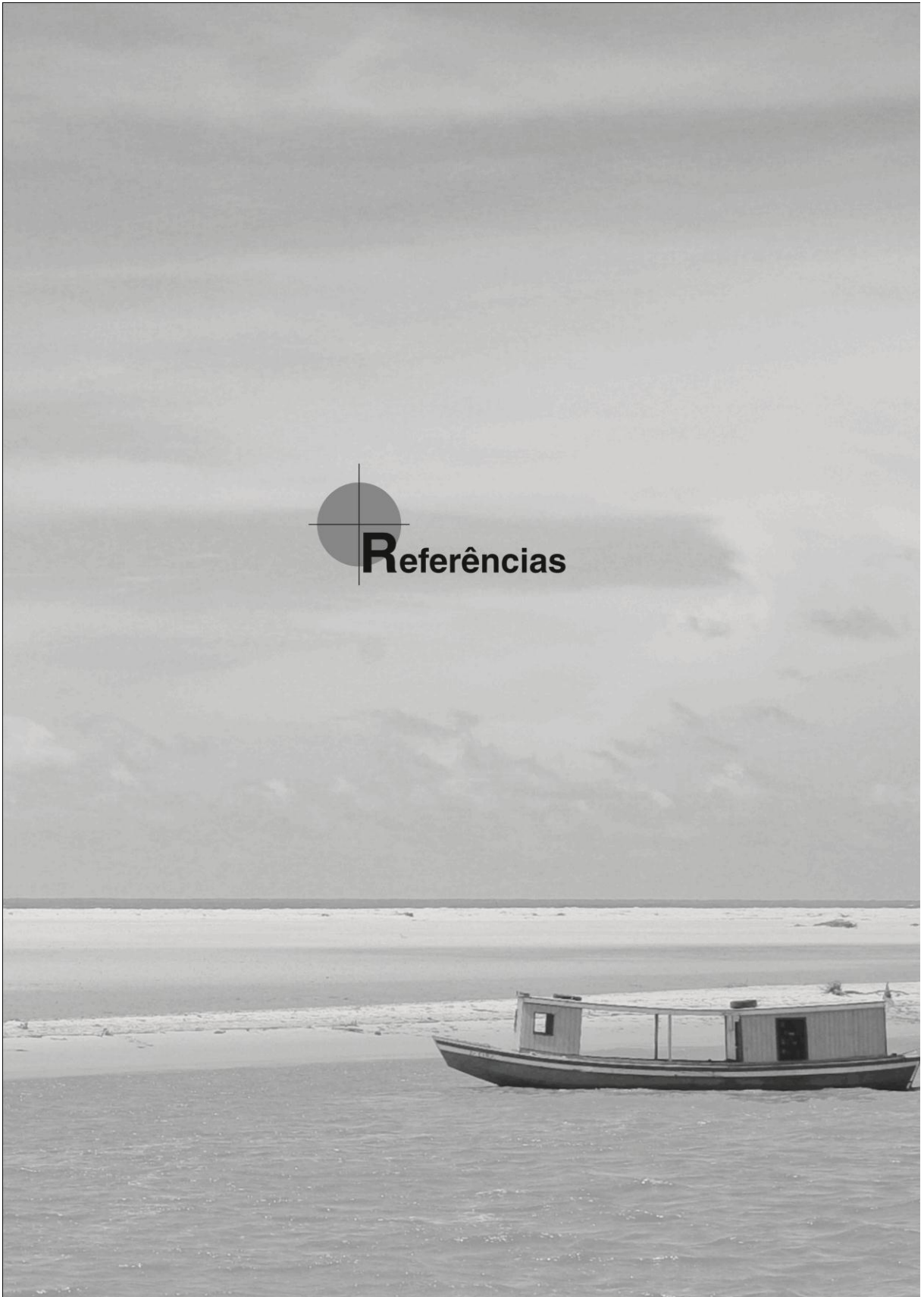
O poder da mídia, que dado seu papel de irradiador de informações, poderia vir a ser destinado enquanto meio de promoção de um planejamento participativo, com fins a auxiliar o poder público – e conseqüentemente fazendo com que a população participe da realização dos mesmos –, tem na prática seu uso empreendido de modo inverso. O uso manipulativo de uma imagética transmitida com fins de instituir uma paisagem homogeneizante e vocacionalmente destinada para o uso turístico, longe de contribuir para

algum tipo de fortalecimento da política regional, enfraquece a própria existência do referido projeto.

Desse modo, o PDSRT carece de pensar a região enquanto espaço-momento articulado, no qual sua “diferenciação” – longe de ser fruto de uma pretensa homogeneidade de paisagem ou condição econômica – deveria partir da efetiva articulação espacial em rede entre os municípios envolvidos. Assim, noções de densidade e dimensão espacial (econômica, política, ou “natural”) vincular-se-iam com os grupos sociais e o contexto geo-histórico em que se encontra inserido o plano. Porém, o que se percebe na prática é a desarticulação do discurso perpetrado na esfera federal com as projeções regionais trabalhada na internalidade dos Estados. Notamos dessa forma que projetos semelhantes em forma ao PDSRT, como o *Cenários Regionais do Piauí*²⁷ – que tratava de um planejamento para o desenvolvimento regional sustentável piauiense – não encontra ferramentas de articulação na proposição federal.

Contudo, apesar da inexpressividade do conteúdo do PDSRT em buscar estabelecer metas diante das questões levantadas pelo próprio documento, o referido contribui ao suscitar o debate sobre a realidade vivenciada nos municípios envolvidos no plano. Desse modo, notamos a necessidade da tomada de políticas efetivamente sociais que – distante de tratar a realidade local por meio de filtros romanceados que não rompam a superficialidade – promovam a articulação entre sociedade e estado na busca pela melhoria da qualidade de vida.

²⁷ Criado em 2003, o Projeto Cenários Regionais do Piauí consiste numa estratégia de desenvolvimento e planejamento de médio e longo prazo, com ênfase na atuação nos planos local e regional, privilegiando como instrumentos a consulta e a participação efetiva dos municípios e comunidades junto às quais se pretende atuar. O referido propunha a divisão em quatro regiões (Litoral, Meio-Norte, Semiárido e Cerrado), que se subdividiam em onze territórios-cenários de desenvolvimento definidos pela SEPLAN através das Conferências Regionais de Desenvolvimento, da identificação das vocações produtivas, das identidades culturais e das relações socioeconômicas existentes (PIAUI, 2003).



- AB'SABER, Aziz N. **Formas do Relevô**. São Paulo: Edart, 1975.
- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ABERS, Rebecca. Interesses e ideias em políticas participativas: reflexões a partir dos comitês de bacia hidrográfica e os orçamentos participativos. **Sociedade e Estado**. [online]. 2003, vol.18, n.1-2, pp. 257-290.
- ABRIC, J.C. La créativité des groupes. In: MOSCOVICI, S. (org). **Sychologie Sociale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1990, p.193-212.
- ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. de (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de Representação Social**. Goiânia: AB Editora, 2000. p. 27-38.
- ABRIC, J. C. Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In: CAMPOS, P. H. F.; LOUREIRO, M. C. da S. (Orgs). **Representações sociais e práticas educativas**. Goiânia: Ed. UCG, 2003. p. 37-57.
- ABRUCIO, F. L. O longo caminho das reformas dos governos estaduais: crise, mudanças e impasses. In: MELO, Marcus André (Org.). **Reforma do Estado e mudança institucional no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1999.
- ADRS. **Plano de desenvolvimento sustentável da região turística do Meio-norte**. 2009. Disponível em: <http://migre.me/dC8Ib>. Acesso em 20 de fevereiro de 2013.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.
- ALFONSO, Louise Prado. **Embratur**: formadora de imagens da nação brasileira. 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Antropologia-Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2006.
- ALVARGONZALEZ, Rafael. **O Desenvolvimento do Nordeste Árido**. Fortaleza: DNOCS, 1981.
- ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. **História da fotorreportagem no Brasil**: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1990. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- ANDRADE, José Vicente de. **Turismo**: fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 1995.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- ANDRADE, Manuel Correia. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. São Paulo: Atlas, 1987.
- ANGOTTI-SALGUEIRO. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras "visões iconográficas" do Brasil moderno. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.13. n.2.p. 21-72. jul.-dez. 2005.
- ANTUNES, P. de B. **Direito Ambiental**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1999.
- ARAÚJO, M. do S. S. de. Programa Fome Zero: a proposta de combate à pobreza na perspectiva do desenvolvimento regional. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3, 2007, São Luís. **Anais...** São Luís: Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, 2007. Disponível em: <http://migre.me/dC092>. Acesso em 17 de Maio de 2012.

- ARAÚJO, Tania Bacelar. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Unesp, 1995.
- ARENDDT, Hannah. **Da Revolução**. São Paulo: Ática, 1995.
- ARNSTEIN, S. R. A ladder of citizen participation. **JAIP**, v. 35, n. 4, p. 216-224, 1969.
- ATKINSON, A. B. Poverty. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (Ed.). **Social Economics**. New York: London, 1989.
- AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas, SP: Papyrus, 1993.
- AZEVEDO, D. C. de; BURLANDY, L. Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias. **Rev. Katál. Florianópolis** v. 13 n. 2 jul./dez. 2010. p. 201-209.
- BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios do repouso**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BACHELARD, Gaston. **La formation de l'esprit scientifique**. Paris: J. Vrin, 1972.
- BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro; BARETTO, Magarita. **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. 5.ed. Campinas: Papyrus, 2001.
- BARBOSA, Ycarim M. **O despertar do turismo: um olhar crítico sobre os não lugares**. São Paulo: Aleph, 2001.
- BARRETTO, Margarida. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papyrus, 1995.
- BARTHES, Roland. **Ensaio Críticos**. Lisboa: Edições 70, 1971.
- BAUDELAIRE, Charles. O salão de 1859. In: **A modernidade de Baudelaire**. Tradução de Suely Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 73.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BECKER, Berta. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁGIZI, E.; CARLOS, Ana F.A.; CRUZ, Rita de C.A. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BELTRÃO, Otto Di. **Turismo: a indústria do século 21**. Osasco: Novo Século, 2001.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2006.
- BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BESSA, Vagner de Carvalho; DINIZ FILHO, Luis Lopes. Território e Política: as mutações do discurso regionalista no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 27-37.
- BNB. **Polos de turismo**. Disponível em: <http://migre.me/dC8FX>. Acesso em 26 de janeiro de 2013.
- BOMFIM, N. R. Uma análise dos estudos sobre a imagem. JIMÉNES, D. J. E. (Org.). **Nuevos horizontes en la formación del profesorado de ciencias sociales** Palencia (Espanha): Asociación Universitaria de Profesores de Didactica de las Ciencias Sociales, 2002, p.437-445.
- BONALD, Olímpio. **Planejamento e Organização do Turismo**. Recife: EMPETUR, 1978.
- BONNAL, P.; KATO, K. O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural brasileiro. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (org). **Políticas**

- públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil.** Brasília: IICA, 2011. p. 61-88. V. 14. (Série desenvolvimento rural sustentável).
- BOUDEVILLE, Jacques. **Les espaces économiques.** Paris: Press Universitaires de France Paris, 1970.
- BOURDIEU, P. Os Jogos Olímpicos. In: _____. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nota técnica: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. Disponível em: <http://migre.me/dGeZs>. Acesso em 14 de março de 2013.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano nacional de turismo.** Diretrizes, metas e programas. 2003-2007. Brasília, 2003. Disponível em: <http://migre.me/dC8EL>. Acesso em 24 de Janeiro de 2013.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Ações Prioritárias.** [S.l. : s.n.], 2012.
- BRASIL. **Constituição Federal da República do Brasil de 1989.** São Paulo: Saraiva, 2011.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** São Paulo: Editora Saraiva, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 448, de 14 de fevereiro de 1992.** Regulamenta dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. Disponível em: <http://migre.me/dC8DE>. Acesso em 21 de Janeiro de 2013.
- BRASIL. **Directoria do Serviço de Estatística do Ministério da Agricultura, Industria e Comercio.** Rio de Janeiro, [s.n.] 1913.
- BRASIL. **Divisão do Brasil em micro-regiões homogêneas.** Rio de Janeiro: IBGE, 1970.
- BRASIL. Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991. **Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), e dá outras providências.** Disponível em: <http://migre.me/dC8C5>. Acesso em 20 de Janeiro de 2013.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte.** Brasília: MIN, 2009a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para a gestão social de territórios rurais.** Documento Institucional nº 3. Brasília, 2005.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios da Cidadania.** Brasília: MDA, 2008.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo: uma viagem de inclusão (2007-2010).** Brasília: MTur, 2007.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas (2003-2007).** Brasília: MTur, 2003.
- BRASIL. **Plano Aquarela do Brasil.** Marketing Turístico Internacional. Relatório Executivo. Brasília: EMBRATUR, 2005.
- BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Estudo sobre o conceito de região.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.
- BRITO, Rafael Ferreira. **Turismo e misticismo em Brasília.** 2002 (Dissertação de Mestrado). Centro de Estudos Avançados em Turismo, Universidade Nacional de Brasília, 2002.

- BRITO, T. M. A. de. **Região: leituras possíveis de Milton Santos**. 2007. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.
- CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1985.
- CAPEL, Horacio. El VIII Coloquio Internacional de Geocrítica: una geografía histórica para construir el futuro. Scripta Nova. **Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218. Disponível em: <http://migre.me/dC9z8>. Acessado em 5 de janeiro de 2012.
- CAPEL, Horacio. **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1985.
- CAPEL, Horacio. Los Juegos Olímpicos, entre el urbanismo, el marketing y los consensos sociales. Biblio 3W. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, Vol. XV, nº 895 (1), 5 de noviembre de 2010. Disponível em: <http://migre.me/dC8KX>. Acessado em 13 de janeiro de 2013.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos políticos do planejamento. In: LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. In: **EISFORIA**, Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006, p. 23-47.
- CARVALHO, Alan Francisco. Políticas públicas em turismo no Brasil. **Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 97-109.
- CARVALHO, Ananda de. **Possibilidades e Limites do Programa Territórios da Cidadania a partir da sua realização no território Região Central e no município de Santa Maria/RS**. 2012. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.
- CARVALHO, Gisélia Lima. Região: a evolução de uma categoria de análise da geografia. **Boletim Goiano de Geografia**. 22 (1): 135-153. jan./jun. 2002.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTRO, Iná Elias de. In: **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. In: CASTRO, I.E de, GOMES, P. C. da C., CORRÊA, R. L. (org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CASTRO, Iná Elias de. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. **Natureza e Sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- CEARÁ: 56 mil turistas esperados. **Diário do Nordeste**. 2012. Disponível em: <http://migre.me/dC7qL>. Acesso em 21 de Agosto de 2012.
- CERQUEIRA, Monique Borba. Pobres e Pobreza: metamorfoses e fabulações. **Revista Políticas Públicas**. São Luis, v. 13, n. 2, p. 195-201, jul./dez. 2009.
- CLAVAL, Paul. **An Introduction to Regional Geography**. Nova York: Blackwell, 1998.
- CLAVAL, Paul. **Geografia do homem**. Coimbra: Livraria Almedina, 1987.
- CMMAD-COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Relatório Brundtland. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

- CONFIRA A PROGRAMAÇÃO DO RALLY CERAPIÓ EM LISBOA. Disponível em: <http://migre.me/dC8y4>. Acesso em 29 de dezembro de 2012.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia cultural: passado e Futuro: uma introdução. In: CORRÊA, R.L. et al. **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CORRÊA, S.A.; OLIVEIRA, S. F.; MARIN, A. A. Apropriação do espaço e percepção ambiental dos moradores do entorno do Parque Estadual da Serra de Caldas, na cidade turística de Caldas Novas/GO. **OLAM Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, SP, Ano VI, v. 6, n. 2, 59-82, Dezembro/2006.
- CRONEMBERGER, Clícia. **Estados do Nordeste decidem por região turística**. 2011. Disponível em: <http://migre.me/dC2AG>. Acesso em 10 de Agosto de 2012.
- CRUZ, R. C. A. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2003.
- CRUZ, R. C. A. A Geografia do Turismo no Brasil: uma abordagem centrada na região Nordeste. In: LIMA, Luiz Cruz. **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Vol. 2. Fortaleza: Eduece, 1998.
- CRUZ, R. C. A. **Política de turismo e território**. Coleção Turismo. São Paulo: Contexto, 2000.
- CUNHA, A. M.; SIMÕES, R. F.; PAULA, J. A. **Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- DAMATTA, Roberto. **O Desastre Ecológico e a Ideologia Moderna**. (2007) Disponível em: <http://migre.me/dC8QC>. Acesso em 14 de Fevereiro de 2011.
- DAMO, Márcia (et al). Fragmentação Territorial e os Conflitos no Processo de Desenvolvimento Regional. In: ZAPATA, Tânia. (org.) **Desenvolvimento Local e Participação Social**. Recife: IADH, 2007, p. 05-181.
- DECKERT, C. T.; ALLEBRANDT, S. L.; SAUSEN, J. O. A gestão social no Território da Cidadania Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em Questão**. Ano 10, n. 21, set./dez. 2012. p. 88-118.
- DEELY, J. **Semiótica básica**. São Paulo: Ática, 1990.
- DEFINIDO ROTEIRO DO CERAPIÓ PELA ROTA DAS EMOÇÕES. Disponível em: <http://migre.me/dC8uj>. Acesso em 29 de dezembro de 2012.
- DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Lívia de. (org.). **Percepção Ambiental a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- DELGADO, N.; LEITE, S. P. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. p. 89-130. V. 14. (Série desenvolvimento rural sustentável).
- DIÁRIO DO SENADO FEDERAL. Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo-CDR. **Ata da 19ª Reunião extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª sessão Legislativa ordinária, da 53ª legislatura**. Brasília: Senado Federal, Novembro de 2009. p. 809-837.

- DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo:** política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.
- DIAS, Reinaldo. **Sociologia do turismo.** São Paulo: Atlas, 2003.
- DUARTE, Ana Catarina. **Cidadania e Cultura Política:** estudo do orçamento participativo em Portugal (200-2008). 2009. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2009.
- DUPAS, G. **O mito do progresso:** ou progresso como ideologia. São Paulo, UNESP, 2006.
- DUTRA, G.; CORDEIRO, M. **Moradores buscam escola, hospital e telefone sem saber o próprio estado.** 2012. Disponível em: <http://migre.me/dC8zg>. Acesso em 3 de Janeiro de 2013.
- É O ESTADO CHEGANDO ONDE A POBREZA ESTÁ . **Portal Brasil sem Miséria.** 2012. Disponível em: <http://migre.me/dC8JM>. Acesso em 5 de março de 2013.
- EDWARDS, Elizabeth. Antropologia e fotografia. **Cadernos de Antropologia e Imagem: a cidade em imagens.** Rio de Janeiro, v. 2, p. 32-61, 1996.
- EMBRATUR. **Case turismo, marketing nele.** Rio de Janeiro, [s.n.],1988.
- EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. **Programa Nacional de Municipalização do Turismo:** diretrizes. Brasília: Embratur, 1999.
- EMBRATUR. **Plano nacional de turismo 1992-1994.** Brasília, [s.n.] 1991.
- EMBRATUR. **Relatório da assessoria de relações externas.** Rio de Janeiro, [s.n.], 1990.
- EMBRATUR. **Relatório da Presidência - 1969.** Rio de Janeiro, 1970.
- ESCOBAR, Arturo. Planejamento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Tradução de The Development Dictionary. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 211-228.
- ESSER, A. et al. Breve retrato da situação da saúde pública no município de Balsas (MA): um desafio da efetivação dos direitos fundamentais. **Revista Científica da Faculdade de Balsas,** Ano II, n.2, 2011. Não paginado.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (ed.) **Dicionário do Desenvolvimento.** Petrópolis: Vozes, 2000, p. 59-83.
- EUROPAREGION. **Tirol-Suedtirol-Trentino map.** Disponível em: <http://migre.me/dC8Sk>. Acesso em 6 de Março de 2011.
- FAÉ, Rogério. **Os discursos sobre desenvolvimento como recursos político-estratégicos:** o Banco Mundial como organização central no campo discursivo do desenvolvimento. 2009. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- FALCO, Débora de Paula. Turismo, Pós-modernidade e Mídia: um olhar contemporâneo sobre as implicações da prática turística. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 13., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2008.
- FARHAT, Said. **Discurso na cerimônia de abertura do I Encontro de Promoção Turística do Nordeste.** Rio de Janeiro, 4 maio 1978.
- FARIA, E. **Dicionário Latino-Português.** Rio de Janeiro: MEC-DNE, 1962.

- FERRARA, L. D. Cidade imagem e imaginário. **Imagens Urbanas**. Porto Alegre, v. 1, p. 193-201. 1997.
- FERRARA, L. D. **Os significados urbanos**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2000.
- FERRAZ, J. A. **Regime jurídico do turismo**. Campinas: Papirus, 1992.
- FLUSSER, V. **Filosofia da caixa preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: Hucitec, 1985.
- FOLADORI, G. Sustentabilidad Ambiental y Contradicciones Sociales. Campinas. **Revista Ambiente & Sociedade** v. 2, nº 5, 1999. p. 19-34.
- FRATUCCI, Aguinaldo César. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo**: as possibilidades das redes regionais de turismo. 2008. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2008.
- FRATUCCI, Aguinaldo César. **O processo de regionalização do turismo no estado do Rio de Janeiro**: a formação da região turística das agulhas negras. 2006. Monografia (Especialização em Planejamento Turístico) – Centro Católica Virtual, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2006.
- FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.
- FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco/MEC, 1967.
- FURTADO, Ane. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 25 maio 2011. Disponível em: <http://migre.me/dC8M7>. Acesso em 20 de Outubro de 2012.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FURTADO, Celso. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. In: **GTDN** - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Recife: Min. Interior-Sudene, 1967.
- GALVÃO, Marília Veloso; Faissol, Speridião. A Divisão Regional da Década de 1940: suas características e fundamentos. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 181-218, out./dez. 1969.
- GAMARGO, Haroldo Leitão. **Uma pré-história do turismo no Brasil**: recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1808-1850). São Paulo: Aleph, 2007.
- GEIGER, Pedro Pinchas. Geografia e planejamento. **Revista Brasileira de Geografia**. v.29, n.3, 1967, p.111-118.
- GOMBRICH, E. **A História da Arte**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1999.
- GOMES, Ciro Ferreira. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.
- GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO I. E. de; GOMES, P. C. da C; CÔRREA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49- 76.
- GOMÉZ, Jorge Montenegro. O “Desenvolvimento” como mecanismo de controle social: desdobramentos escalares. **Pegada**. Vol. 6. Nº 1, Junho 2005. p. 53-57.
- GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Participação e governo local: comparando a descentralização de Montevideo e o orçamento participativo de Porto Alegre. **Sociologia, problemas e práticas**, n.º 46, 2004, pp. 51-69.

- GUIMARÃES NETO, L. N. Desigualdades e Políticas Regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. **Planejamento e Políticas Públicas** n° 15, Junho de 1997, p. 41-99.
- GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. Divisão regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n° 2, ano III, abril/junho 1941. Reeditada em 1988, v. 50, n. especial, t. 1, pp. 9-66.
- GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. **Divisão regional do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.
- GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo de Martino. IDH, Indicadores Sintéticos e suas Aplicações em Políticas Públicas. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**. V. 7, n. 1, maio de 2005.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.
- HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005a, pp. 6774- 6792.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA: As múltiplas concepções da questão regional no Rio Grande do Sul, 22, 2003, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: AGB, FAPERGS e FURG, 2003.
- HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HENAO, Gloria Andrea Córdoba; REYES, David Leonardo. Los conceptos de región y territorio como aporte a los estudios de la lengua. **Revista Lenguas en contacto y Bibliñgüismo**. Ed. 2, Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, 2009.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. Categorias geográficas: reflexões sobre a sua natureza. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 11, n. 17, p. 49-58, 2001.
- IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- IBGE. **Atas Geográfico Escolar**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- IBGE. **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acessado em 12 de Agosto de 2011.
- IBGE. **Divisão do Brasil em meso e microrregião geográfica**. Rio de Janeiro, IBGE, 1990.
- IBGE. **Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas**. Rio de Janeiro, IBGE, 1980
- IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume III. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
- IBGE. **Geografia do Brasil: grandes regiões Meio-Norte e Nordeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962. (Biblioteca Geográfica Brasileira, série A, v. 3, n. 17).
- IMIGRANTE. **Ministra participa de lançamento do Viva Oportunidades no Maranhão**. 2013. Disponível em: <http://migre.me/dC8H6>. Acesso em 23 de fevereiro de 2013.

INCRA. **Publicação Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Brasília: INCRA, 2010.

INSKEEP, E. **Tourism planning: an integrated and sustainable development Approach**. Nova York: Van Nostrand Reinhold, 1991.

IVINS JUNIOR, William Mills. **Prints and visual communication**. Cambridge, Massachussets: The M.I.T. Presse, s.d.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001 [1989], p. 17-44.

JODELET, D. Représentation sociale: phénomène, concept et théorie. In: MOSCOVICI S. (org.). **Psychologie Sociale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1990, p. 213-234.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. São Paulo: Papyrus Editora, 2005.

JULIA, Didier. **Dicionário da Filosofia**. Trad. José Américo da Motta Pessanha. São Paulo: Larousse do Brasil, 1969.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do programa bolsa família. **Dados**. 2009, vol.52, n.1, pp. 53-83.

KEYNES, John Maynard. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. Nova York: Prometheus Books, 1997.

KIJIHARA, Kelly Akemi. **A imagem do Brasil no exterior: Análise do Material de Divulgação da EMBRATUR desde 1966 até os dias atuais**. ECA/USP. Disponível em http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/espaco_academico/premio_mtur/downloads/premio_FGV/Graduaxo-1x_Lugar-A_Imagem_do_Brasil_no_Exterior.pdf. Acesso em 18 de janeiro de 2013.

KNAFOU, Remy. Turismo e Território: para um enfoque científico do turismo. in: Balastrieri, Adyr. (org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3 ed. são paulo: Hucitec, 2001.

KNAUSS, Paulo. Imagem do espaço, imagem da história: a representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 135-148, 1997.

KOSSOY, Boris. **Realidade e ficções da realidade fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

LAGE, Beatriz H. Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia do turismo**. Campinas: Papyrus, 1996.

LEFÉBVRE, H. **Lógica formal/Lógica Dialética**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Londres: Blackwell Publishing, 1991.

LEFÉBVRE, L. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LENCIONI, Sandra. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades do desenvolvimento regional. **Scripta Nova** (Barcelona), v. 11, p. 1-15, 2007.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia: a noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org). In: **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 187-204.

- LIMA, Ingrid Carneiro; ARAGÃO, Raimundo Freitas. Gestão do território para o turismo e implicações na mudança do imaginário social e ambiental: o Ceará virtualizado. In: COSTA, Jean Henrique; SOUSA, Michele de. **Política de Turismo e Desenvolvimento: reflexões gerais e experiências locais**. Mossoró: Fundação Vingt-Um Rosado, 2010.
- LIMA, Maria Helena Palmer (org.). **Divisão territorial brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- LIRA, Iván Silva. Desigualdades Regionais, Territórios e Formulação de Políticas na América Latina. **Boletim Regional**. nº 9 (janeiro/abril e maio/agosto 2009), Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2010. p. 14-27.
- LOCH, Carlos (et al). Definição da Unidade Territorial na Regionalização da Gestão Ambiental em Santa Catarina. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10, 2000, **Anais...**, 2000, Rio de Janeiro. p. 100-109.
- LOWENTHAL, David. **El pasado es un país extraño**. Madrid: Ediciones Akal, 1998.
- LYNCH, Kevin. **The image of the city**. Cambridge: Harvard press, 2000.
- MADEIRA, M. A confiança afrontada: representações sociais da AIDS para jovens. In: JODELET; MADEIRA (et. al.). **AIDS e Representações Sociais: a busca de sentidos**. Natal: EDUFRN, 1998, p. 47-72.
- MAGNAGO, Angélica Alves. A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.57, nº 4, p. 65-92, outubro-dezembro 1995.
- MAIS 13 MUNICÍPIOS SÃO INCLUÍDOS NO PLANO TURÍSTICO DO MEIO-NORTE. **Portal O Imirante**. Disponível em: <http://migre.me/dC8ND>. Acesso em 6 de Julho de 2012.
- MALLARMÉ, Stéphane. Le livre, instrument spirituel. In: MARRALMÉ, Stéphane. **Oeuvres completes: texte établiet annoté par Henri Mondor et G. Jean-Auvry**. Paris, Gallimard, 1945.
- MARIN, A. A.; CORREA, S. A. Imaginário, percepção estética de natureza e lugar habitado e educação ambiental. In: CICLO DE ESTUDOS SOBRE O IMAGINÁRIO: as dimensões imaginárias da natureza, 14., 2006, Pernambuco. **Anais...** Pernambuco: Produções e Pesquisas, 2008. p. 317-330.
- MARKUSEN, Ann R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço & Debates**. São Paulo: Cortez ed., Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1(2):61-99, maio, 1981.
- MARKUSEN, Ann R. **Regions: the economics and politics of territory**. Nova Jersey: Rowman & Littlefield publishers, 1987.
- MARTIN, Ron. Teoria Econômica e geografia humana. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. **Transparência Administrativa: Publicidade, motivação e participação popular**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- MARTIUS, K. Como se deve escrever a História do Brasil. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 6(24): jan.1845, p. 391-403.
- MATOS, Fábio de Oliveira. **A cidade de papel: cartografia e fotografia na formação do espaço litorâneo de Fortaleza-Ceará**. 2009. 210 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

- MATOS, Fábio de Oliveira. **A cidade e o mar**: algumas reflexões sobre a memória das relações de Fortaleza com o mar. 2007. 93 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- MCKERCHER, Bob. A chaos approach to tourism. **Tourism Management**, v.20, n.4, 1999, p.425-434.
- MELLER, Helen. **Patrick Geddes**: evolucionista social e urbanista. Routledge: Nova York, 1990.
- MELO, Mário Lacerda de. **O Meio Norte**. Série estudos Regionais. Brasília: Sudene, 1983.
- MENEZES, D. **O outro Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1937.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**: o que temos a ver com ela? [S.l. : s.n.], 2008.
- MIOSSEC, J.M. L'. Image touristique comme introduction à la géographie du tourisme. **Annales de Géographie**, Volume 86, n° 473, 1977. Disponível em: <<http://www.persee.fr>> acesso em 11 de janeiro 2013.
- MIRANDA, Carlos et al. **Planejando o Desenvolvimento Sustentável**: a experiência recente do Nordeste. Brasília: IICA, 1996.
- MOLINA, E.; RODRIGUEZ, Abítia S. **Planificación integral del turismo**: un enfoque para Latinoamérica. México: Trillas, 1987.
- MONTEIRO, Carlos Augusto et al. O Brasil Meridional. In: **Panorama regional do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967, p. 85-108.
- MONTEIRO, Viviane. Agronegócio avança no Baixo Parnaíba e preocupa pesquisadores. **SPBC: Portal da Ciência**. 2012. Disponível em: <http://migre.me/dGeIW>. Acesso em 14 de março em 2013
- MONTIBELLER FILHO, G. **O mito do desenvolvimento Sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: Ed. da UFCS, 2004.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2005.
- MOREIRA, Ruy. O racional e o simbólico na geografia. In: SOUZA, M. A. et al (orgs.) **Natureza e sociedade de hoje**: uma leitura geográfica. São Paulo: Stúdio Nobel, 1996.
- MORENO, Júlio. **O Futuro das Cidades**. São Paulo: Editora Senac, 2002.
- MORIN, Edgard. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MOSCOVICI, Serge. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOTOYAMA, Shozo. **Prelúdio para uma história**. São Paulo: Edusp, 2004.
- OLIVEIRA FILHO, José (org.). **Plano Popular de Desenvolvimento Regional do Estado do Maranhão-PPDR**. São Luís: SEPLAN/IMESC, 2008.
- OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. São Paulo: Atlas, 2002.
- OLIVEIRA, Christian D. M. de. Política de interiorização do turismo: Revisão federativa na proposta de região bipolar. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, v. 2, p. 60-78, 2008.

- OLIVEIRA, Cleber Roberval Salvador & SALVIATO-SILVA, Ana Cristina. Análise de conteúdo da imagem do Brasil obtida através da divulgação oficial da Embratur. In: CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 8., 2011. **Anais...** Convibra Administração. Disponível em: <http://migre.me/dC8Bi>. Acesso em 19 de Janeiro de 2013.
- OLIVEIRA, Fernando Meloni. As políticas de turismo no Brasil dos anos noventa. **Turismo em análise**, v. 19, n. 2, Agosto 2008. p. 177-200.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e luta de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.41-48, maio/ago. 2002.
- OLIVEIRA, Mariana & JUSTE, Marília. Piauí lidera ranking com mais crianças entre 5 e 14 anos no trabalho. **Portal G1**. 2010. Disponível em: <http://migre.me/dGekJ>. Acessado em 14 de março de 2013.
- PAES-SOUSA, Rômulo; RAMALHO, Walter Massa; FORTALEZA, Beatriz Meireles. Pobreza e desnutrição: uma análise do Programa Fome Zero sob uma perspectiva epidemiológica. **Saude soc.** [online]. 2003, vol.12, n.1, pp. 21-30.
- PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Aleph, 2005.
- PÉREZ-NEBRA, Amalia Raquel & TORRES, Cláudio V. Medindo a imagem do destino turístico: uma pesquisa baseada na Teoria de Resposta ao Item. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 14, n. 1, pp. 80-99, Jan./Fev. 2010.
- PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.
- PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. In: FAISSOL, Speridião (Org.). **Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. p. 97-110.
- PIAUI. Governo do Estado do Piauí. **Programa mais viver: plano estadual de combate à miséria**. 2011. Disponível em: <http://migre.me/dC8Iz>. Acesso em 23 de fevereiro de 2013.
- PISÓN, José Martinez de. **Políticas de bienestar: un estudio sobre los derechos sociales**. Madrid: Tecnos, 1998.
- PLEIN, C.; FILIPPI, E. E. Do mito do desenvolvimento econômico ao mito do progresso: uma homenagem a Celso Furtado e Gilberto Dupas. **Perspectiva Econômica**. 8(1). p. 13-23, janeiro-junho 2012.
- PNUD. **Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.
- PREFEITO QUER ATIVAR NOVO AEROPORTO DE BARREIRINHAS. 2013. **Portal Sistema Idifisora**. Disponível em: <http://migre.me/dC8K2>. Acesso em 5 de março de 2013.
- PROPOSTA DO PIAUÍ PARA ÁREAS DE LITÍGIO É QUESTIONADA. 2009. Disponível em: <http://migre.me/dC8An>. Acessado em 03 de Janeiro de 2013.
- RAHNEMA, Majid. Pobreza. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2000. p.229-250.

- RAYMUNDO, Leticia de Oliveira. O Estado do Grão-Pará e Maranhão na nova ordem política pombalina: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e o Diretório dos Índios (1755-1757). **Almanack Brasiliense**, nº 03, p. 124-134, mai. 2006.
- REPA, Luiz. Contradição Performativa. In: NOBRE, Marcos (org.). **Curso livre de teoria crítica**. Campinas: Papirus, 2008.
- RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará**: isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.
- RIST, G. Development as a buzzword. **Development in Practice**. nº 17(4-5). p. 485-491, 2007.
- ROCHA, Lurdes Bertol. **Signos e significados do centro da cidade de Itabuna/BA**. 2001. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Santa Cruz/Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, 2001.
- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RODRIGUES, Adyr A. B. **Turismo e Espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.
- ROLIM, Cássio Frederico Camargo. Espaço e região: retorno aos conceitos originais. In: **ANPEC: X Encontro Nacional de Economia**. Águas de São Pedro, 1982.
- ROTTA, E.; REIS, C. N. Desenvolvimento e políticas sociais: uma relação necessária. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 314-334. jul./dez. 2007.
- RUA, J. **Para Ensinar Geografia**. Rio de Janeiro: Editora Access, 1993.
- SÁ, Celso Pereira de. **O Núcleo Central das Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SACHS, Ignacy. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível. **Estudos Avançados**. v.11, n. 30, pp. 213-242, 1997.
- SALGUEIRO, Valéria. Grand Tour: UMA Contribuição à historia do Prazer Por Viajar e Por Amor à cultura. **Revista Brasileira de História**. 2002, vol.22, n.44, p. 289-310.
- SANTOS, L. M. N. **Pobreza como privação de liberdade**: um estudo de caso na favela do Vidigal no Rio de Janeiro. 2007. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Economia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- SANTOS, Milton. **A cidade como centro de região**: definições e métodos de avaliação da centralidade / Milton Santos. Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1959.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, Milton. **Economia Espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Edusp, 2003.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, ano IV, nº 6, jan./jun. 1999. p. 5-20.

- SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Edusp, 2009.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2002.
- SARMENTO, Maria Emília de G. Couto. **A Imagem do Lugar**: da veiculação à experimentação dos fronts turísticos de Maceió-Alagoas. 2002. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- SCHLICHTA, Consuelo Alcioni Borba Duarte. **A pintura histórica e a elaboração de uma certidão visual para a nação no século XIX**. 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.
- SCHWARZELMULLER, Helmut. **A Elaboração e o uso da imagem na construção do conhecimento da Geografia**. 2007. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2007.
- SÊGA, Rafael Augustus. O Conceito de Representação Social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 13, julho de 2000. p. 128-133.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katál**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010. Disponível em: <http://migre.me/dC8J0>. Acesso em 02 de março de 2013.
- SILVA, Maurício Ribeiro da. **Imagem e Verticalidade**: comunicação, cidade e cultura na “órbita do imaginário”. 2007. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- SILVEIRA, M. L. A Região e a Invenção da Viabilidade do Território. In: SOUZA, M. A. A. de. (org) **Território brasileiro, usos e abusos**. Campinas: Ed. Territorial, 2003.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993.
- SONTAG, Susan. **Questão de ênfase**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SPÓSITO, S. E. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.
- STEINBERGER, Marília. Por uma política urbana-regional. **Sociedade e Estado**, v. XIII, n. 1. Brasília: UnB, 1998.
- STORM, Eric. Regionalism in History, 1890-1945: the cultural approach. **European History Quarterly**, 33, n. 2, Abril - 2003, p. 251-267.
- SUERTEGARAY, D.M.A. A subordinação que recria e reinventa a natureza. Texto de exposição realizada na mesa-redonda “Perspectivas da Geografia Latino-Americana no Século XXI”, como parte da programação do **X Encontro dos Geógrafos da América Latina (EGAL)**. São Paulo: USP, 2005, 12p. (Mimeo).
- SURTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Cadernos Geográficos nº12**: notas sobre epistemologia da Geografia. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.
- TABARES, Fabio Cárdenas. **Producto Turístico**. Cidade do México: Trillas, 1995.
- THEIS, Ivo Marcos; et. al. Globalização e Planejamento do Desenvolvimento Regional: o caso do Vale do Itajaí. In: SIEBERT, Claudia (org.). **Desenvolvimento Regional em Santa Catarina**: reflexões, tendências e perspectivas. Blumenau: EDIFURB, 2001.
- THOMAZ, Paula. **A Faixa de Gaza Cearense**. 2011. Disponível em: <http://migre.me/dC8x3>. Acesso em 02 de Janeiro de 2013.

- THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. In.: GREGORY, Derek. et al. (Org.). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL (Excertos da Revista Brasileira de Geografia). Ilustrações de Percy Lau, 6ª ed. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1956.
- TRENTIN, Fábيا; FRATUCCI, Aguinaldo César. Política nacional de turismo no Brasil: da municipalização à regionalização. **Book of proceedings**. v. 1 – Internacional Conference on tourism & management studies, Algarve, 2011.
- TRICART, J. **Ecodinâmica**. IBGE, Rio de Janeiro, 1977.
- TRIGO, L. G. G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.
- TRUMAN, Harry S. **Inaugural Adress**. 1949. Disponível em: <http://migre.me/dC8VW>. Acesso em 2 de Dezembro de 2012.
- URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996.
- VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **Gestão integrada da zona costeira: ocupação antrópica desordenada, erosão, assoreamento e poluição ambiental no litoral**. Fortaleza: Premium, 2005.
- VELOSO, Henrique Pimenta et al. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro, IBGE, 1991.
- VIEDERMANN, Stephen. A economia da sustentabilidade. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, FJN/IPS, v. 11, n. 1, p. 141-168. jan./jun. 1995.
- VIEIRA, Aline Rodrigues Mendes. **Planejamento e políticas públicas de turismo: análise dos módulos operacionais do programa de Regionalização do Turismo no Pólo de São Luis-MA**. 2011. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2011.
- WAINBERG, Jacques A. **Turismo e Comunicação: a indústria da diferença**. São Paulo: Contexto, 2003.
- WEBSTER'S THIRD NEW INTERNATIONAL DICTIONARY. Chicago: Merriam Co., 2000. 2783 p.
- YASBEK, Maria Carmelita. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo em Perspectiva** [online]. 2004, vol.18, n.2, pp. 104-112. ISSN 0102-8839.
- YAZBEK, M. C. Fome Zero: uma política social em questão. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, Faculdade de Saúde Pública da USP e Associação Paulista de Saúde Pública, v. 12, n. 1, p. 43-51, jan./jun. 2003.
- ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Social programs from a human rights perspective: The case of the Lula administration's family grant in Brazil. **Sur, International Journal on human rights**. [online]. 2006, vol.3, n.4, pp. 144-159.
- ZIMMERMANN, S.; DELGADO, N. G. **Gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural no contexto das novas institucionalidades: Território da Cidadania Noroeste Colonial (RS)**. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (Oppa). 2009. (*Mimeo*).

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ENTREVISTA Nº _____

Entrevistado:	
Município:	Estado:
Data:	

1. Você conhece/já ouviu falar sobre o PDSRT do Meio-norte? Em caso positivo, qual a origem da informação sobre o Plano?

2. Você já trabalhou direta ou indiretamente com Turismo? Em caso positivo, qual foi/é esse trabalho?

3. Como você compreende a política de Turismo desenvolvida na sua comunidade?



Este trabalho trata acerca da relação entre a formação e limitações do “Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística (PDSRT) do Meio-Norte”. Frente a essa perspectiva, esta pesquisa objetivou analisar o processo de integração turística do Plano Meio-Norte, a partir do papel da imagética na política de regionalização do turismo atual. Buscando uma homogeneização paisagística, social e econômica que visasse a interligação de áreas heterogêneas, a política imagética do PDSRT promove na atualidade uma gama complexa diante a realidade local. A formação de uma região mais preocupada com uma política externa de atração para o turismo do que necessariamente com uma articulação entre os seus componentes, expõe uma série de fragilidades no organismo do PDSRT, conferindo à esse plano características de uma proposição de subdesenvolvimento sustentável.

Apoio:

